



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Mário Bruno Carvalho Pastor

A Casa da Moeda do Porto na Alfândega Velha

Bases para uma proposta de interpretação patrimonial de um recurso
turístico a desenvolver

Tese de Mestrado

Património e Turismo Cultural

Trabalho efetuado sob orientação de

Doutor Rui Manuel Lopes de Sousa Morais

Dr. Manuel Luís Real

Outubro de 2013

Anexo 3
DECLARAÇÃO

Nome

Mário Bruno Carvalho Pastor

Endereço eletrónico: mbrunopastor@gmail.com Telefone: 916294258

Número do Bilhete de Identidade: 10747583

Título dissertação ☐/tese ☐

A Casa da Moeda do Porto na Alfândega Velha

Bases para uma proposta de interpretação patrimonial de um recurso turístico a desenvolver

Orientadores:

Rui Manuel Lopes de Sousa Morais

Luís Manuel Real

Ano de conclusão: 2013

Designação do Mestrado ou do Ramo de Conhecimento do Doutoramento:

Património e Turismo Cultural

Nos exemplares das teses de doutoramento ou de mestrado ou de outros trabalhos entregues para prestação de provas públicas nas universidades ou outros estabelecimentos de ensino, e dos quais é obrigatoriamente enviado um exemplar para depósito legal na Biblioteca Nacional e, pelo menos outro para a biblioteca da universidade respetiva, deve constar uma das seguintes declarações:

1. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;
2. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE/TRABALHO (indicar, caso tal seja necessário, n.º máximo de páginas, ilustrações, gráficos, etc.), APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;
3. DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE/TRABALHO

Universidade do Minho, ____/____/____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos orientadores e ao Dr. António Manuel S. P. Silva, a quem dedicamos, em conjunto, este trabalho, por todo o apoio, disponibilidade e amizade que nos deram, e que tudo dispuseram para que este trabalho ganhasse forma, desde as preciosas informações bibliográficas fornecidas, às ricas conversas em grupo, passando por todo o conhecimento prático e experiência que nos transmitiram e que tão importantes foram para disciplinar o trabalho e melhor compreender o espaço da Casa da Moeda, na Casa do Infante.

Queremos agradecer também, de forma muito especial, ao Doutor José Manuel Cordeiro, da Universidade do Minho, pelo incentivo e sugestões para a escolha do tema desta tese; à Dra. Sofia Alves, diretora do Departamento Municipal de Arquivos da Câmara Municipal do Porto, por ter autorizado o nosso estudo dos materiais da Casa do Infante; ao Dr. Filipe Teixeira, do Gabinete de Numismática da Câmara Municipal do Porto, também pela sua disponibilidade, apoio e partilha. Ao Doutor Mário Barroca, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, também pelo seu apoio e ajuda na interpretação e identificação de alguns dos materiais que estudamos e à Sociedade Portuguesa de Numismática, na pessoa do seu presidente, o Doutor Rui Centeno, e aos seus funcionários, que tão gentilmente nos facilitaram o acesso total à sua biblioteca.

Agradecemos ainda à Dra. Mercedes Jover Hernando, diretora do Museu de Navarra, que prontamente nos disponibilizou o material numismático que requisitamos à sua instituição e que nos parece tão significativo para completar o estudo da Casa da Moeda do Porto.

Ao Pedro Constantino, pintor, que com o seu talento e disciplina procurou recriar, em aguarela, o ambiente, os trabalhos e os homens da velha Casa da Moeda do Porto.

Por fim, e naturalmente, um agradecimento também especial à nossa família e à Carina, pelo apoio e compreensão pelos tantos dias de ausência a que o projeto nos obrigou.

Resumo

A Casa da Moeda do Porto, na chamada Casa do Infante, instituição de charneira das políticas e projetos nacionais, sobretudo enquanto ferramenta de financiamento das empresas da coroa, desde as guerras, à expansão ultramarina, foi, desde os finais do século XIV até inícios do século XVII, e depois durante umas décadas, entre 1688 e 1721, um centro de produção monetária e de afirmação do poder central, único no norte do país. Contudo, a sua importância na cidade foi decaindo logo nos inícios do século XVIII, até ao seu encerramento definitivo. Com o seu encerramento, a memória patrimonial da sua atividade, das suas instalações, mas também dos seus trabalhadores e dos seus privilégios, foram, lentamente, caindo no esquecimento, não só dentro da cidade, como também no resto do país.

Este trabalho procura reabilitar essa memória, estudando as conjunturas sociais e políticas que fizeram parte da fundação e permanência da Casa da Moeda, mas também procurando reinterpretar os materiais e os espaços da Casa do Infante, fazendo uma reconstituição dos processos, métodos e contingências associados à fabricação das moedas, para criar assim uma base informativa de síntese que sirva para, numa abordagem de preservação do património, a criação de um núcleo interpretativo da Casa da Moeda do Porto.

Como aplicação prática de um programa interpretativo, no âmbito da conservação e divulgação patrimonial, apresentamos, no final do trabalho, a título de sugestão, um conjunto de medidas de dinamização museológica e promocional da Casa da Moeda que poderão contribuir para o processo de divulgação e relançamento da Casa da Moeda do Porto junto dos portuenses e dos visitantes da cidade.

Abstract

Oporto's mint, located in the so-called *Casa do Infante*, was one of the most determinant institutions for the application of portuguese monarchy policies. It was used (from the late 14th century, to the early 17th century) especially as a tool to financing the Crown's projects, as wars, or the overseas expansion. It's strategical importance as a monetary production center in North Portugal still remain for a few more decades, between 1688 and 1721, when it was permanently closed. But its importance and legacy declined since then. The memories of its activities, its structures and its employees were slowly falling into oblivion in Oporto, and in the rest of the country also.

This essay intend to rehabilitate that memory, studying the social and political conjunctures that help to explain the foundation and permanence of the Mint.

The study and reinterpretation of the materials and structures of *Casa do Infante* is another aspect of this work, fundamental, we believe, to reconstruct the mint processes and methods, and all the contingencies associated with the mint production, and, with that, create an information basis that can be use to an approach to preserve Oporto's Mint heritage, and create an interpretation centre to its legacy.

As a practical application of an interpretative program, we suggest, at the end of this work, a set of promotional initiatives to promote the Mint and its museum, that may be a little contribute to help relauching the Mint's memory and heritage, inside, and outside the city.

Índice geral

Agradecimentos	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vii
1. Introdução	15
2. Moeda e produção monetária.....	16
A moeda enquanto objeto económico e cultural dos povos	16
O surgimento da moeda – da pesagem e contagem de bens até à contagem de dinheiro	22
3. A moeda em Portugal.....	32
Sinopse histórica.....	32
Oficinas monetárias portuguesas	52
4. A Casa da Moeda do Porto	55
Contextualização histórica da produção monetária portuense.....	55
Localização e proposta de análise espacial.....	75
Reconstituição do funcionamento e corpo laboral	84
Espólio	91
5. A Casa da Moeda e as moedas enquanto atrações para o público	99
A moeda depois de ser dinheiro: uma fonte informativa e um recurso turístico	99
Dinamização turística	101
6. Conclusão	105
7. Bibliografia	109
Anexos	115
1. Glossário.....	116
2. Tipos monetários cunhados no Porto	124
Moedas para circulação no reino cunhadas nas oficinas da Alfândega – I Fase – cunhagem manual (c. de 1370 – c. de 1570)	124
Moedas para circulação no reino cunhadas nas oficinas da Alfândega – II Fase – cunhagem mecânica (1688 – 1714).....	152
Moedas para circulação exterior ao reino, cunhadas nas oficinas da Alfândega – moedas para Leão e Castela	157
Moedas para circulação exterior ao reino, cunhadas nas oficinas da Alfândega – moedas para o Estado do Brasil	159
Tipos de cunhagem não monetária	160
3. Crisóis e copelas	161
4. Tipologias de balanças medievais e modernas	162
5. Pesos e sistemas de pesagem.....	167
6. Cisalha, chapas e discos não cunhados.....	168
7. Etapas de produção da moeda.....	172

8. Ferramentas de cunhagem	190
9. Plantas e fotografias.....	191
10. Materiais do cotidiano – cerâmicas e objetos pessoais.....	200

Índice de figuras

Fig. 1 Gentil com letra P	124
Fig. 2 Tornês de cruz, emissão do Porto	125
Fig. 3 Tornês de busto do Porto (P-O).....	125
Fig. 4 Barbuda, letra P à direita da efígie real.....	126
Fig. 5 Meia barbuda, com a letra P à direita da efígie real	126
Fig. 6 Quarto ou quinto de barbuda de D. Fernando. Letra P à direita da efígie real	127
Fig. 7 Grave do Porto, com letra P no anverso, à direita	127
Fig. 8 Pilarte do Porto, Torre Sul, UE226-12	128
Fig. 9 Dinheiro, cunhagem portuense, Salão Sul, UE1579-22.....	128
Fig. 10 Fragmento de cunhagem de dinheiro fernandino, Salão Sul, UE1581-5.....	129
Fig. 11 Real de dez soldos de D. João, do Porto, enquanto Defensor e Regedor do Reino	129
Fig. 12 Real de dez soldos de D. João I, do Porto	130
Fig. 13 Meio real de dez soldos, letra P sob a sigla real.....	130
Fig. 14 Quarto de real de dez soldos, emissão portuense	131
Fig. 15 Real de três libras e meia, do Porto, Salão Sul, UE1546-10.....	131
Fig. 16 Meio real de três libras e meia, emissão do Porto	131
Fig. 17 Meio real cruzado, emissão do Porto.....	132
Fig. 18 Quarto de real cruzado, letras P-O	132
Fig. 19 Real branco, do Porto. Torre Norte, UE600-1	132
Fig. 20 Meio real branco, letras P-O. Pátio Sul, UE819-4	133
Fig. 21 Real preto, emissão do Porto	133
Fig. 22 Fração atípica, sem letra monetária.....	134
Fig. 23 Leal de D. Duarte com letra P.....	134
Fig. 24 Real branco de D. Duarte, letra P	134
Fig. 25 Real preto de D. Duarte, emissão portuense	135
Fig. 26 Real preto pequeno, com letra P no anverso, à direita do E coroado	135
Fig. 27 Escudo de D. Afonso V, letra P	136
Fig. 28 Cruzado de D. Afonso V, com letra P sob a cruz, no reverso	137
Fig. 29 Real grosso de D. Afonso V, emissão do Porto	137
Fig. 30 Chinfrão, letra P sob o A.....	138
Fig. 31 Real branco de Afonso V, letra P à direita do A coroado	138
Fig. 32 Espadim com letra P. Pátio, UE800-1.....	139
Fig. 33 Cotrim de D. Afonso V, com letra P sob A simétrico coroado	139
Fig. 34 Ceitil de D. Afonso V cunhado no Porto. Letra P, Salão Sul, UE 1563-13.....	140

Fig. 35 Real preto pequeno, letra P à direita do A coroado	140
Fig. 36 Justo da Casa do Infante, sem letra monetária.....	141
Fig. 37 Fragmento de real de prata de D. João II, Salão Sul, UE1547-19	141
Fig. 38 Ceitil de D. João II, tipologia portuense (torres de elementos quadrados)	142
Fig. 39 Tostão de D. Manuel I, do Porto	142
Fig. 40 Vintém de D. Manuel I, do Porto.....	143
Fig. 41 Meio vintém de D. Manuel I, atribuído ao Porto	143
Fig. 42 Real de D. Manuel I, emissão do Porto	144
Fig. 43 Meio real de D. Manuel I, emissão do Porto	144
Fig. 44 Português de ouro de D. João III atribuído à Casa da Moeda do Porto	145
Fig. 45 Cruzado de D. João III, emissão portuense	146
Fig. 46 São Vicente do Porto.....	146
Fig. 47 Meio São Vicente, letras P-O, no anverso	147
Fig. 48 Tostão de D. João III, 1.º tipo, Porto	147
Fig. 49 Tostão de D. João III, 2.º tipo, Porto	148
Fig. 50 Tostão de D. João III, 3.º tipo, Porto	148
Fig. 51 Vintém de D. João III, letras P-O	148
Fig. 52 Real português, com as letras P-O	149
Fig. 53 Ceitil de João III, do grupo 5, mar de ondas soltas e escudo do 5.º tipo. Armazém Sul, UE2076-2.....	149
Fig. 54 São Vicente de D. Sebastião, letras P-O e setas a ladearem o escudo	150
Fig. 55 500 reais de D. Sebastião, Porto	150
Fig. 56 Tostão de D. Sebastião do Porto, 1.º tipo	151
Fig. 57 Tostão de D. Sebastião, do Porto, 2.º tipo	151
Fig. 58 Cruzado novo de 1688, cunhado no Porto.....	152
Fig. 59 Doze vinténs de 1688, cunhado no Porto	152
Fig. 60 Seis vinténs de 1689, cunhado no Porto.....	153
Fig. 61 Três vinténs de D. Pedro II, cunhado no Porto	153
Fig. 62 Tostão de 1690, cunhagem do Porto.....	153
Fig. 63 Meio tostão de D. Pedro II, cunhagem do Porto	154
Fig. 64 Vintém de D. Pedro II, cunhagem do Porto.....	154
Fig. 65 Moeda de 1714, cunhagem do Porto.....	155
Fig. 66 Meia moeda de 1714, cunhagem do Porto	155
Fig. 67 Quartinho de 1713, cunhagem do Porto	156
Fig. 68 Três vinténs de D. João V, cunhagem do Porto.....	156
Fig. 69 Tostão de 1707, cunhagem do Porto.....	156
Fig. 70 Meio tostão de D. João V, cunhagem do Porto.....	156

Fig. 71 Meio real de prata cunhado por João de Gante como pretendente ao trono de Leão e Castela.....	157
Fig. 72 Real grosso cunhado para Portugal, Leão e Castela, letras P, no anverso e reverso ..	158
Fig. 73 XX réis em cobre, emissão do Porto para o Brasil.....	159
Fig. 74 X réis de cobre, emissão do Porto para o Brasil	159
Fig. 75 V réis de cobre, emissão do Porto para o Brasil	160
Fig. 76 Conto de contar ou ensaio monetário de D. Fernando, Cave Sul, UE3018-1	160
Fig. 77 Crisóis, ou cadinhos, de boca triangular	161
Fig. 78 Crisóis ou cadinhos cónicos	161
Fig. 79 Fundos de copelas	161
Fig. 80 Processo de moldagem de copela, segundo Juan de Arfe, 1572	161
Fig. 81 Exemplar de balança do século XV	162
Fig. 82 Ponta de um braço articulado de balança, atribuída aos séculos XIII a XV.....	162
Fig. 83 Secção central de balança articulada, atribuída aos séculos XIII a XIV.	163
Fig. 84 Fragmento UE383-79, Torre Sul.....	163
Fig. 85 Fragmento UE14-10, Torre Sul.....	163
Fig. 86 Fragmento UE71-3, Torre Sul.....	163
Fig. 87 Fragmento UE225-9, Torre Sul.....	164
Fig. 88 Fragmento UE371-3, Torre Sul.....	164
Fig. 89 Fragmento UE3062-42, Cave Sul.....	164
Fig. 90 Fragmento UE650-3, Torre Norte	165
Fig. 91 Balança de precisão, segundo João de Arfe (1572)	165
Fig. 92 Diferentes tipos de extremidade de braços de balança.....	165
Fig. 93 Balança do início do século XVII, da Moeda de La Rochelle, Bretanha, França	166
Fig. 94 Conjunto de pesos lamelares: UE 226-024; UE226-017 e UE226-023, Torre Sul.....	168
Fig. 95 Peso octogonal com 0,523 g e iniciais T – M, no interior	168
Fig. 96 Fragmentos de cisalha e aparos de corte	168
Fig. 97 Disco em cobre, com cerca de 5,4 g e 24 mm (Cave Sul UE3062-5)	169
Fig. 98 Meio real do Porto em cobre, de D. Manuel I, com cerca de 6 g e 24 mm	169
Fig. 99 Disco em cobre, com cerca de 11,7 g e 32 mm (Cave Sul UE3066-3)	169
Fig. 100 Real do Porto em cobre, de D. Manuel, com cerca de 11,5 g e 32 mm	169
Fig. 101 Disco em bolhão pobre, com cerca de 3,3 g e 27 mm (Cave Sul, UE3091-3).....	169
Fig. 102 Conjunto de chapas subquadrangulares da concentração da Viela Norte	170
Fig. 103 Seleção de oito ceitis do conjunto do Armazém Sul.....	171
Fig. 104 Fragmento de refugo de cunhagem de ceitis	171
Fig. 105 Ensaizador no seu laboratório, segundo João de Arfe (1572)	172
Fig. 106 Detalhe do vitral de Konstanz, Alemanha (1624)	173
Fig. 107 Pedra de toque, para aferição da pureza dos metais.....	173

Fig. 108 Ilustração interpretativa da oficina de ensaio da Moeda do Porto	174
Fig. 109 Pequena colher metálica, com cerca de 80 mm, Armazém Sul, UE3032-7	174
Fig. 110 Pinça em cobre, com cerca de 86 mm, Viela Norte, UE5007-2	174
Fig. 111 Operador de foles na forja de uma fundição, aduela da igreja de Santiago (séc. XIII), em Carrión de los Condes, em Palência, Espanha.....	175
Fig. 112 Detalhe do vitral de Konstanz, Alemanha (1624)	176
Fig. 113 Fornos da parede posterior da área B1, na Moeda do Porto	176
Fig. 114 Parede com fornos da Moeda do Rio de Janeiro (século XVIII).....	177
Fig. 115 Ilustração interpretativa do processo de vertimento do metal nos moldes dos arriéis, segundo Jorge Soler	177
Fig. 116 Ilustração interpretativa do vertimento de metal pelo mestre de fundição da Moeda do Porto	178
Fig. 117 Fornaceiro a laminar metal sobre um pequeno tás ou bigorna. Aduela da igreja de Santiago (séc. XIII), em Carrión de los Condes, em Palência, Espanha.....	179
Fig. 118 Salvador a cortar os discos para a cunhagem. Aduela da igreja de Santiago (séc. XIII), em Carrión de los Condes, em Palência, Espanha.....	180
Fig. 119 Corte das chapas e laminagem	181
Fig. 120 Ilustração interpretativa do processo de laminagem e corte na Moeda do Porto	181
Fig. 121 Um aperfeiçoador alisa (ou aperfeiçoa) os discos para a cunhagem. Aduela da igreja de Santiago (séc. XIII), em Carrión de los Condes, em Palência, Espanha.....	182
Fig. 122 Três etapas de experiência de alisamento de discos, em La Rochelle	182
Fig. 123 Aperfeiçoador em atividade. Vitral de Wernhart Zentgraf (1563), Zurique.....	183
Fig. 124 Ilustração interpretativa do processo de alisamento dos discos.....	183
Fig. 125 Branqueador em laboração. Aduela da igreja de Santiago (séc. XIII), em Carrión de los Condes, em Palência, Espanha	184
Fig. 126 Branqueamento, segundo vitral de Konstanz, Alemanha (1624)	184
Fig. 127 Ilustração interpretativa do processo de branqueamento na Moeda do Porto.....	185
Fig. 128 Moedeiro insere o disco, ou chapa, entre a pilha e o troquel. Sob o braço direito, encontra-se o maço de cunhagem. Aduela da igreja de Santiago (séc. XIII), em Carrión de los Condes, em Palência, Espanha	185
Fig. 129 Troquel ou batente de cunho da Casa do Infante	186
Fig. 130 Moedeiro em processo de cunhagem. Vitral de Wernhart Zentgraf (1563), Zurique ..	186
Fig. 131 Gravura oitocentista ilustrando uma fornaça de cunhagem manual,	187
Fig. 132 Ilustração interpretativa do processo de cunhagem na Moeda do Porto	187
Fig. 133 Oficina do século XVI da oficina de Hall, no Tirol, Áustria (século XVI),.....	188
Fig. 134 Vista de conjunto simplificada das várias fases de produção da moeda no Porto.....	189
Fig. 135 Conjunto de ferramentas de um atelier galo-romano, do século IV	190
Fig. 136 Cravo de cabeça redonda com ponta quebrada. Salão Sul, UE1973-5	190

Fig. 137 Planta da Ribeira do Porto com a localização da Casa da Moeda e edifícios adjacentes (1370-1720).....	191
Fig. 138 Planta geral das escavações arqueológicas na Casa da Moeda do Porto	192
Fig. 139 Distribuição dos materiais da Casa da Moeda do Porto (séculos XIV a XVI): cadinhos, copelas, chapas e moedas	193
Fig. 140 Esquema evolutivo das áreas ocupadas pela Casa da Moeda, entre os séculos XIV e XVII	194
Fig. 141 Loteamento do quarteirão em torno da área envolvente da Casa da Moeda	194
Fig. 142 Vista atual da fachada da Moeda, na Rua Nova	195
Fig. 143 Fachada do edifício da Rua Nova no século XVII	196
Fig. 144 Detalhe da porta de 1688, de acesso à Moeda pela Rua Nova e túnel gótico de serventia à Moeda.....	196
Fig. 145 Arco gótico de acesso à Moeda, pela Rua Nova	197
Fig. 146 Armas de D. Pedro, ainda com título e coroa de príncipe, de 1677	197
Fig. 147 Portada da Casa da Moeda de Barcelona	198
Fig. 148 Portada da Casa da Moeda de Toledo	198
Fig. 149 Portada da Casa da Moeda da Corunha.....	199
Fig. 150 Portada da Casa da Moeda de Pamplona	199
Fig. 151 Vidrados de chumbo, formas comuns (sécs. XVI a XVIII)	200
Fig. 152 Vidrados de chumbo: formas comuns (pote, testo e porrão).....	200
Fig. 153 Servidor vermelho (séculos XVI a XVIII)	201
Fig. 154 Faiança. Pastas finas pintadas a azul, com decoração figurada e geométrica.....	201
Fig. 155 Fragmento de pulseira em cobre. Salão Sul, UE1661-2	202
Fig. 156 Anel em bronze. Salão Sul, UE1664-3a.....	202
Fig. 157 Aplique de cinto. Cobre, com cerca de 14 x 20 mm, Salão Norte, UE1149-69.....	202

1. Introdução

Localizada na Casa do Infante, em pleno centro histórico da cidade do Porto, numa área classificada como Património Mundial, pela UNESCO, a Casa da Moeda do Porto abrange um conjunto patrimonial multifacetado, que vai desde o património edificado, articulado com as estruturas da antiga alfândega da cidade, até ao património móvel do seu espólio arqueológico, passando pelo seu valor cultural, histórico e simbólico que representa para o Porto e para o país.

A abertura e início da produção da Casa da Moeda do Porto datam dos primeiros anos do reinado de D. Fernando, dos finais da década de 1360, inícios da década seguinte, e laborou de forma contínua até ao fim do terceiro quartel do século XVI, tendo encerrado por determinação régia em 1607. Nos finais desse século, porém, em 1688, após um longo período de silenciamento, a Moeda do Porto reabriu, totalmente remodelada e modernizada, para produzir, durante cerca de mais 30 anos, moedas para a metrópole e para as colónias. O encerramento da Moeda do Porto em 1721 levou a um progressivo esquecimento da sua memória e do seu significado dentro da cidade e dos seus moradores.

A recuperação desta memória tem vindo a ser feita em termos arqueológicos e historiográficos, sobretudo a partir das últimas décadas do século passado.

A complexidade das estruturas arqueológicas (resultado de séculos de intervenções, demolições e reconstruções quase contínuas), o enorme e diversificado volume de informação material disponível, bem como o facto de, em termos historiográficos, a Moeda do Porto abranger vários períodos de estudo histórico e, como tal, dispersar os especialistas de épocas distintas, tem permitido a produção de um precioso conjunto de estudos de informação arqueológica e historiográfica, mas, no nosso entender, ainda não tinha permitido realizar um trabalho de síntese, ou de enquadramento global, que possa criar, ainda que limitada, uma visão de conjunto da Casa da Moeda do Porto, das suas contingências históricas, dos moedeiros, das suas moedas, e das técnicas de as produzir.

Entendemos que um dos fatores explicativos para um certo desconhecimento da Casa da Moeda do Porto dentro da cidade, entre os portuenses e os visitantes, era precisamente a falta de uma abordagem interpretativa mais generalista, ou de síntese, que pudesse resumir e reorganizar conhecimento e informações, para que, de forma simplificada, a Moeda do Porto pudesse ser reapresentada ao Porto e ao público. Essa reapresentação passaria desde logo, a nosso ver, pela conceção de um modelo patrimonial e turístico do espaço e da memória da Casa da Moeda, modelo esse que pudesse servir de base a um programa de musealização, dinamização e promoção deste recurso turístico.

Ao definir este tipo de abordagem, propusemo-nos a reunir o máximo de informação possível em torno do espaço da Casa da Moeda, mas também em torno dos conceitos de moeda, o seu significado económico, cultural, antropológico e histórico, bem como uma melhor compreensão de todos os processos, técnicos e legais, inerentes à amoedação, fenómeno que, a nosso ver, só poderá ser compreendido e sintetizado se for primeiro abordado nos seus diferentes ângulos.

Estamos conscientes que um trabalho de natureza multifacetada será sempre limitado, mas compreendemos que isso é inevitável, quando pretendemos tocar as diferentes áreas de conhecimento que possam, de algum modo, ajudar a compreender a moeda em geral e a sua história, a moeda portuguesa e a moeda cunhada no Porto.

Assim, começaremos por tentar definir o conceito de moeda e os seus vários significados, enquanto objeto da produção humana, o seu significado económico, a sua dimensão material, política e simbólica. Procuraremos também compreender um pouco do que foi o processo histórico que levou ao surgimento da moeda, a sua relação com os sistemas de

contagem e de pesagem, o seu impacto no intercâmbio comercial e cultural entre as civilizações, bem como as reminiscências que os sistemas monetários mais remotos ainda têm nos nossos hábitos do quotidiano.

Tentaremos também fazer uma leitura contextualizadora da introdução e evolução da moeda em Portugal ao longo dos séculos, para, em seguida, nos debruçarmos sobre a Casa da Moeda do Porto propriamente dita, tentando resumir e compreender as diferentes conjunturas históricas que foi atravessando, desde a sua abertura, até ao seu encerramento definitivo.

No que concerne à abordagem material, ou arqueológica, dos espaços e da produção da Casa da Moeda, tivemos a felicidade de poder estudar os materiais da própria Casa do Infante. Esta é sem dúvida a vertente metodológica mais desafiadora e fascinante do processo a que nos propusemos. A procura e reinterpretação dos materiais da Casa do Infante obrigam-nos a recuperar metodologias rigorosas da arqueologia, procurando interpretá-los dentro do seu próprio contexto, que no caso, sendo uma oficina de cunhagem, estamos certos que será uma enorme mais-valia para a compreensão dos métodos de produção de moeda, e para melhor perceber onde e como se desenrolava todo o processo industrial da cunhagem. Processo esse que tentaremos descrever rigorosamente, desde a entrada e pesagem dos metais, até à saída da moeda emitida, passando por todo o processo de fabricação. Neste ponto, pensamos também ser importante compreender melhor os estatutos e funções dos moedeiros, a sua organização e hierarquização dentro das oficinas.

Reunindo toda essa informação, tentaremos depois sintetizá-la de forma a poder ser utilizada como base para um programa de dinamização turística e museológica do espaço da Casa da Moeda, apresentando no final um conjunto de propostas que possam ajudar a organizar um núcleo museológico da Casa da Moeda do Porto, dinâmico, didático e articulado com a cidade, com os portuenses e com os seus visitantes, integrado numa rede que, procuraremos, englobe outras oficinas monetárias internacionais.

No final do trabalho, sob a forma de anexos, apresentaremos um glossário breve de termos relacionados com a amoedação, uma relação descritiva e ilustrada de todos os tipos monetários cunhados na Casa da Moeda da Alfândega do Porto, plantas, a reprodução da seleção de materiais do espólio da Casa do Infante que nos pareceram mais pertinentes (materiais relacionados com o processo de cunhagem e com o quotidiano dos seus trabalhadores) e uma recolha iconográfica das várias atividades da cunhagem, a partir de iconografia histórica, mas também de reconstituições atuais feitas, em aquarela, especificamente para este trabalho.

2. Moeda e produção monetária

A moeda enquanto objeto económico e cultural dos povos

A moeda é uma produção humana milenar que continua a acompanhar, direta ou indiretamente, todos os nossos quotidianos, desde o ato mais trivial, como a compra de um jornal, até à planificação do nosso futuro, tanto o imediato, como o mais distante, passando pelos gestos de sobrevivência elementar, como a alimentação e o vestuário.

Entendemos a moeda como uma forma de pagamento, um valor que, institucionalmente e por contrato social, nos permite quantificar o custo dos bens, dos serviços e do próprio trabalho. Assumimos, em grande medida, que a nossa saúde financeira se mede em unidades de moeda, o nosso património, os nossos bens e até a nossa força de trabalho é contabilizada

sob a forma de moeda, a tal ponto que as nossas estruturas mentais já não concebem, normalmente, outra forma de representação de valor económico que não seja a moeda.

Vão longe os tempos em que as medidas de riqueza e poder eram contabilizadas em áreas de propriedade, em gado ou mesmo em número de soldados disponíveis. Curiosamente, a relação ancestral entre a moeda e os valores de troca direta estão ainda presentes em alguns vocábulos, como veremos mais adiante.

Desta forma, pensamos que será mais fácil entender melhor como é que a moeda, pelo menos no mundo ocidental contemporâneo, passou a representar a medida principal da riqueza. Fazemos a comparação de um bem com o outro, e a relação entre o seu custo e o nosso vencimento tendo como referência uma unidade monetária ou moeda. Associamos moeda a dinheiro e este a riqueza, mas, como definir verdadeiramente a moeda?

Para definirmos o conceito de moeda, teremos que abordar as diferentes dimensões que lhe estão associadas:

- a dimensão económica;
- a dimensão material;
- a dimensão etimológica;
- dimensão política e simbólica.

Do ponto de vista económico, a moeda é um meio que, sob a forma de valor, nos permite transacionar bens e efetuar pagamentos. Para que a moeda cumpra a sua função de mercado, necessita de aceitação pública, geralmente são as entidades de poder político económico (nacionais ou internacionais, como o Banco Central Europeu) que determinam e procuram assegurar o valor da moeda. Entre essa determinação institucional e a nossa aceitação da moeda, existe aquilo que poderemos considerar como contrato social. Ou seja, em termos económicos, a moeda tem por base não o seu valor intrínseco ou material, mas sim o seu valor fiduciário, que mais não é que a sua credibilidade. Assim, aceitamos a moeda por uma questão de crença ou de fé, a *fides*, e confiança depositada nela, no latim — *fiduciarius*. A quantidade de moeda disponível e aceite é entendida como sendo liquidez financeira.

Por sua vez, no âmbito da cultura material, a moeda é um objeto. É algo de palpável, é um bem *per se*, fabricado a partir da transformação de matéria-prima, que poderá ser algum tipo de metal ou liga, mas poderá também ser outro material qualquer, como o papel ou o plástico. Enquanto bem material ou mercadoria, a moeda tem um valor próprio, é o seu valor intrínseco, o qual corresponderá ao valor de mercado da sua matéria-prima (ouro, prata, cobre). Esta natureza material da moeda permite-nos também fazer a sua classificação enquanto documento histórico e arqueológico; a moeda é, por assim, dizer um artefacto humano com propriedades hermenêuticas, isto é, pode ser interpretado, lido, estudado como fonte primária de informação. A ciência que observa as propriedades da moeda enquanto objeto é a numismática. É a leitura e

a interpretação da moeda objeto que nos permite avaliar o seu valor simbólico e político. Contudo, antes de mais, é importante compreender um pouco mais do significado dos muitos nomes da moeda e do dinheiro.

Etimologicamente, a palavra moeda deriva do latim *moneta*. Moneta era um dos epítetos de Juno, divindade latina, cujas raízes remontam à deusa mãe Uni, dos etruscos. Juno Moneta era uma das irmãs e também esposa de Júpiter, deusa da fecundidade e protetora dos romanos. O seu culto ligado à fertilidade granjeou-lhe ainda um lugar especial no calendário, o mês de junho, tempo favorável, segundo o povo de Roma, para os casamentos. O templo de Juno Moneta, construído em 344 a.C. (Lívio, 7.28.4)¹, localizava-se na primitiva cidadela romana, no Capitoline, a velha *arx*, onde hoje se ergue o *Musei Capitolini*. O epíteto de Moneta advirá, segundo vários autores clássicos, do verbo *monere*, que significa avisar, visto que os gansos sagrados de Juno, que habitavam o templo, terão avisado o povo de Roma, ou melhor, terão avisado o general Marco Manlio Capitolino, no ano de 390 a.C. da iminente invasão gaulesa (Lívio, 5.47.4)², (Plínio *Nat.* X. 26.51)³, (Virg. *Aen.* 8.652-62)⁴, segundo Cícero, um outro aviso terá ecoado do templo de Juno Moneta, desta vez não alertando para a invasão gaulesa, mas para um terramoto.

Outros vocábulos relacionados com a moeda e o dinheiro, como o termo pecuniário, que significa algo relativo a dinheiro, ou o valor em dinheiro (ou moeda, evidentemente) de algum bem ou serviço, chega-nos diretamente do latim, o seu étimo, *pecus* significa gado⁵. Da mesma forma, ainda hoje a moeda circulante na Índia (e em vários outros países orientais), a rupia, acusa na sua raiz a palavra *rupa*, que em sânscrito também significa gado⁶. Ainda mais reveladora, é a palavra alemã para dinheiro, — *Geld*, que deriva do verbo *gelten*⁷, que poderíamos traduzir por algo como *contar* ou *ser válido*, o que nos indica, embora de forma mais

¹ Bayet, Jean. – Tite-Live, *Histoire Romaine*, Tome VII, Livre VII. Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1968 (trad. BLOCH, Raymond), p. 48:

"le dictateur crut nécessaire de recourir aussi à la puissance des dieux et fit voeu, au cours même de la bataille, d'un temple à Junon Monéta. Engagé par ce voeu, il revint victorieux à Rome et abdiqua la dictature."

"Dictator tamen, quia et ultro bellum intulerant et sine detractatione se certamini offerebant, deorum quoque opes adhibendas ratus, inter ipsam dimicationem aedem Iunoni Monetae uouit; cuius damnatus uoti cum uictor Roman reuertisset, dictatura se abdicauit."

² Bayet, Jean. – *Ob. Cit.*, Tome V, Livre V, 3eme tirage. Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1969, pp. 75-76 (trad. BAILLET, Gaston), pp. 75-76:

"Mais les oies, elles ne se sèrant pas surprendre: elles étaient consacrées à Juno et, malgré la rigueur de la disette, on les épargnait. C'est ce qui sauva la situation: car leurs cris, leurs battements d'ailes éveillèrent Marcus Manlius."

"Anseres non fefellerent, quibus sacris Iunonis in summa inopia cibi tamen abstinebatur. Quae res saluti fuit: namque clangore eorum alarumque crepitus excitus M. Manlius."

³ Saint Denis, E. de. – Plinie L'Ancient, *Histoire Naturelle*, Livre X. Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1961. p. 45:

"L'oie aussi montre une vigilance attestée par la défense du Capitole"

"Et anseri uigil cura Capitolio testate defense."

⁴ Williams, R. Deryck. – Virgil, *Aeneid VII-XII*. London, Bristol Classical Press, 1996. ISBN 1-85399-500-2. p. 47.

⁵ Morgan, E. Victor – *Breve História do Dinheiro*. Lisboa: Ulisseia, p. 15, ou Rivoire, Jean, *Ob. cit.*, p. 13.

⁶ Rivoire, Jean — *História da Moeda*. Lisboa: Teorema Breve, 1991. ISBN 972-695-112-7. p. 5.

⁷ Menger, Carl, *Principles of Economics*, [on-line]. Disponível em <http://mises.org/Books/Mengerprinciples.pdf>. p. 260 (28 junho de 2013)

abstrata, a relação entre o conceito de dinheiro, ou moeda, com o conceito de contagem de valores ou bens que podemos transacionar.

O termo moeda, no espanhol *moneda*, no francês *monnaie*, no alemão *Münzen* e a própria palavra inglesa *money* (dinheiro) derivam desta mesma *moneta* romana (e atualmente italiana), visto que a Casa da Moeda de Roma, a oficina onde se cunhavam as moedas e, aparentemente, o próprio tesouro da cidade, se localizavam precisamente no templo de Juno Moneta. Ao mesmo tempo, a palavra portuguesa dinheiro (e também o *dinero* espanhol) evoluiu da principal moeda de prata romana (embora não fosse unidade), o denário, do latim, *denarius*. E este, por ser em prata, está na base do *argent* — dinheiro — francês, o *argentum* (prata) dos romanos. A moeda objeto inglesa, *coin* tem a sua raiz também no latim (embora, aparentemente, por via do francês antigo), na palavra *cuneum*, o acusativo de *cuneus* (cunho).

A dimensão política e simbólica da moeda é tão antiga quanto a sua função económica, contudo, a sua subtilidade nem sempre parece ser observada, sobretudo no que diz respeito à moeda corrente, aquela que se encontra em circulação e, conseqüentemente, se encontra nos nossos bolsos. As moedas não são meras fichas indicativas de um valor em numerário que nos permite fazer as transações do quotidiano, bem como os respetivos trocos. Atualmente, as moedas da chamada zona euro, os euros e os seus múltiplos e submúltiplos, ostentam numa das faces o valor pelo qual correm, o chamado valor facial, enquanto na outra face fazem representar os símbolos e/ou divisas dos países soberanos que as emitem.

Com efeito, desde muito cedo, as moedas foram objeto de representação dos seus emissores, isto é, as autoridades políticas, religiosas ou económicas que as mandavam fazer. É nessa representação, estudada sobretudo pela história e pela numismática, que se enquadra a dimensão política e simbólica das moedas. Numa primeira análise, a primeira função simbólica da moeda (depois, naturalmente, da sua dimensão económica, de símbolo de valor) é representar o estatuto de soberania do seu emissor. Todos os regimes políticos, todos os espaços de soberania, como os impérios, os países ou as cidades-estado, todas as autoridades, sempre procuraram utilizar a moeda como veículos de afirmação de poder, não só como ferramentas económicas para determinarem preços e valores, mas também como formas de manifestarem os seus programas e a sua autonomia. Poderíamos designar essa função política da moeda como propaganda.

Na realidade, a utilização de símbolos nacionais, o uso de retratos de governantes e a inclusão de divisas ideológicas são, com efeito, manifestações de propaganda, o que, pela sua natureza, pertencerão ao domínio político, mas também simbólico, das moedas, é o caso, por exemplo, das moedas comemorativas.

Esta forma tradicional e perfeitamente atual do uso do dinheiro, sempre esteve lado a lado com a função económica da moeda, contudo, é interessante referir outras formas, um pouco mais complexas, de utilização simbólica da moeda. Plutarco, na sua *Vida de Licurgo*

refere-nos que os austeros espartanos cunhavam todas as suas moedas em ferro⁸, e que o peso do conjunto de numerário necessário para pagar o preço de um boi era semelhante ao peso do próprio animal. Tendo em conta que outros povos helénicos contemporâneos e vizinhos dos espartanos (como os atenienses, por exemplo) já utilizavam a moeda como facilitador da troca, recorrendo a metais preciosos e mais duráveis, podemos conjecturar que o uso do ferro⁹ e a atribuição de valores literalmente pesados para comprar bens considerados caros, seria uma forma realmente espartana para desaconselhar o uso do dinheiro, transformando sua moeda não num instrumento de simplificação económica, mas num símbolo de austeridade e sacrifício, em algo que seria tudo menos facilitador do comércio.

Há vários outros exemplos de utilização simbólica, ou pelo menos não económica de moedas. No noroeste da Península Ibérica, a circulação monetária só parece ter começado a ocorrer depois da segunda metade do século I a.C.¹⁰, no entanto, têm sido exumadas em alguns castros moedas bem mais antigas (como algumas tetradracmas macedónicas do século IV a.C.), que, segundo alguns autores¹¹, poderão ter sido preservadas como objetos simbólicos de prestígio ou poder, o mesmo tipo de reflexão tem sido também aplicado em relação a tesouros alegadamente comunitários¹² de denários republicanos romanos encontrados em castros da mesma área geográfica peninsular. Por vezes, a utilização simbólica das moedas está associada a um tipo de pensamento supersticioso e até mesmo curativo; um interessante exemplo da utilização simbólica e mágica das moedas é nos dado por uma tradição romana que acreditava que as moedas tocadas pelo Imperador Vespasiano¹³ teriam poderes curativos¹⁴. Uma superstição semelhante é-nos transmitida por Fernão Lopes, na sua Crónica de D. João I, a propósito de uns reais de prata que o Mestre de Avis, ainda como Defensor e Regedor do Reino, havia mandado cunhar no Porto (anexos, fig. 11) e em Lisboa:

*“E dizem alguũs em suas estorias, que (os reais de D. João Defensor e Regedor) prestavam pera alguũas dores, e muitos os encastoavam em prata e traziamnos ao colo.”*¹⁵

⁸ Rivoire, Jean — *Ob. cit.*, p. 15.

⁹ Dada a natureza muito perecível do metal, não existem atualmente provas arqueológicas que evidenciem este costume de Esparta. As referências que nos chegam provêm todas de autores clássicos, como o referido Plutarco, mas também Lisandro, Xenofonte, Platão, entre outros.

¹⁰ Centeno, Rui M. S. — *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*. Porto: Publicação da Sociedade Portuguesa de Numismática, 1987. ISBN 972 9087 00 8, p.281.

¹¹ *Idem*, p. 281.

¹² Alarcão, Jorge — *Portugal, das origens à romanização*, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. De Oliveira — *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1990. ISBN 972-23-1313-4, pp. 437-38.

¹³ É recorrente a atribuição de poderes curativos ao toque de Vespasiano. Esta tradição quase hagiográfica está relacionada com a estadia de Vespasiano no Egito e o culto que aí terá dedicado a Serápis. Suetónio, na sua biografia deste César, relata, no livro VII, a cura de um cego e de um paralisado através da saliva e do toque, respetivamente, de Vespasiano.

¹⁴ Trevor, S. Luke — *A Healing Touch For Empire: Vespasian’s Wonders in Domitianic Rome, in Greece and Rome*, Vol. 57, N.º1. The Classic Association, 2010. 10.1017/S0017383509990295, disponível em http://academia.edu.documents.s3.amazonaws.com/1895537/G_R57_1-Luke.pdf, 8 de outubro de 2012.

¹⁵ Moreno, Humberto Baquero — *Crónica de D. João I, de Fernão Lopes*. Vol. I. Barcelos: Ed. Civilização, 1994, p. 101.

Este tipo de utilização simbólica das moedas não distará muito do que nos contam também as memórias da expansão marítima portuguesa, nomeadamente na costa ocidental africana, onde os marinheiros trocavam pequenas moedas de cobre, os ceitis¹⁶, por objetos ornamentais dos nativos:

*“E ao domingo vieram obra de quarenta ou cinquenta deles [os nativos africanos] e nós, depois que jantámos, saímos em terra e, com ceitis que levávamos, resgatámos conchas que eles traziam nas orelhas, que pareciam prateadas, e rabos de raposa, que traziam metidos em uns paus, com que abanavam o rosto. Onde eu resgatei uma bainha, que um deles trazia em sua natura, por um ceitil; pelo qual nos parecia que eles prezavam o cobre, porque eles mesmos traziam umas continhas dele nas orelhas.”*¹⁷

Mesmo assumindo que os ceitis poderiam ser utilizados apenas para reaproveitamento do metal, como simples moedas objeto, não deixa de ser sugestivo o fascínio pelo valor simbólico da moeda por parte de uma sociedade pré-comercial, disposta a utilizar a moeda como elemento decorativo e de prestígio. Numa situação um pouco semelhante, Vasco da Gama deu instruções para que fosse oferecido ao mouro Dauane de Cambaia, tido como amigo dos portugueses, um português de ouro¹⁸, e para que aquele usasse ao pescoço a grande moeda portuguesa para recordar o rei de Portugal¹⁹.

São pois inúmeras e variadas as formas de utilização simbólica e até ritual das moedas. Formas essas que ultrapassam a dimensão económica e até mesmo política destes pequenos objetos. A moeda tem sido usada como amuleto curativo, como oferenda aos deuses, como objeto ritual nas cerimónias fúnebres (o óbolo de Caronte, por exemplo²⁰), e até como elemento de prova da integridade das jovens noivas berberes e ciganas²¹, que poderiam ser submetidas, pela mãe do noivo, a um teste de virgindade que consistia na aposição de uma pequena moeda sobre o hímen da rapariga²².

Em sùmula, podemos verificar que nos dias de hoje a moeda continua a observar a sua função política, preservando os elementos simbólicos do estado que a emite, e, para quem se depara ocasionalmente com moedas estrangeiras, as moedas distinguem-se umas das outras precisamente por ostentarem diferentes mensagens de propaganda. Mesmo algumas outras funções simbólicas continuam a fazer parte da forma como nos relacionamos com as moedas,

¹⁶ Velho, Álvaro (atribuição a) — *Relação da primeira viagem de Vasco da Gama (1497)*. Lisboa: Publicações Alfa, S. A., 1989. B.3327, p. 11.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 11.

¹⁸ Moeda de ouro portuguesa batida entre os finais do século XV e meados do século XVI, com cerca de 35,5 g de bom ouro de 990 ‰. Tinha o valor nominal de 10 cruzados ou 4000 reais. Foi, durante o mercantil século XVI, a moeda forte mundial, sendo várias vezes imitada na Europa com a designação de *portugalosers*.

¹⁹ Oliveira, Aurélio — *A Viagem do Gama nas Crónicas do Reino*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. ISBN 972-9350-25-6, pp. 121-22.

²⁰ Matyszak, Philip — *Ancient Rome on Five Denarii a Day*. London; Thames & Hudson, 2007. ISBN 978-0-500-05147-4, p. 20

²¹ Vidago, João — *A Moeda Virginal*, in NVMMVS, 2.ª Série, Vol. II. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1979, pp. 49-59.

²² Este costume devassador poderá estar na origem da expressão popular portuguesa *perder os três vinténs*, que significa perder a virgindade.

as fontes e alguns chafarizes continuam cheias de pequenas moedas atuais, alguns de nós preservam moedas cuja era de cunhagem nos possa ser querida, como o ano do nosso aniversário, o ano do casamento ou do nascimento de um filho. Quase todas as entidades produtoras e emissoras de moeda cunham anualmente milhares de moedas comemorativas, cuja função é assinalar na memória a recordação de um evento ou de uma personalidade.

O surgimento da moeda – da pesagem e contagem de bens até à contagem de dinheiro

Enquanto objeto físico, identificado como elemento de cultura material bem definido, com as características modernas que atualmente lhe reconhecemos, a moeda metálica, outorgada por um poder terreno político e/ou religioso e com uma definição económica precisa do seu valor enquanto elemento de troca, é tradicionalmente referida como sendo uma criação helénica, mais concretamente da Lídia²³, no século VII a.C. Esta constatação é verificada não só pelas provas arqueológicas (nomeadamente pelas próprias moedas lídias em eletro²⁴, ostentando a cabeça de leão, símbolo da casa real lídia), mas também pelas referências literárias clássicas²⁵, nomeadamente de Xenofonte (cit. em *Pollux* IX, 94) e do próprio Heródoto (Hist. Lib. I, 94)²⁶.

O rápido desenvolvimento comercial do mundo mediterrânico na transição do século VII para o século VI a.C. terá permitido a difusão e o desenvolvimento do objeto moeda da Ásia Menor para a Hélade. Assim, em finais do século VII, em Egina²⁷, surgem as primeiras moedas de prata, exibindo a tartaruga²⁸ daquela ilha do Golfo Sarónico, agora já não um símbolo real, mas sim um símbolo cívico, o emblema da cidade. Logo no século seguinte, Creso cunhava também na Lídia, as primeiras moedas inteiramente em ouro²⁹.

Contudo, se estas são as primeiras moedas metálicas que, em termos gerais, são identificadas como tal, não poderemos deixar de indagar sobre as outras formas, porventura mais arcaicas, de representação do dinheiro. Para isso, teremos que reduzir o conceito de moeda, enquanto elemento material e económico, à sua expressão mais simples, a de *mercadoria de substituição*, ou elemento de troca indireta. Neste sentido, teremos que considerar primeiramente a verdadeira natureza da moeda, e não somente a sua representação convencional tradicional. Qual é, portanto, a verdadeira natureza da moeda?

²³ Morgan, E. Victor – *Breve História do Dinheiro*. Lisboa: Ulisseia, p. 15, ou Rivoire, Jean, *Ob. cit.*, p. 10.

²⁴ O eletro, do grego *electron*, é uma liga natural de ouro e prata.

²⁵ Morais, Rui – *Os primórdios da Talassocracia Grega – o tema do mar nas moedas gregas da fundação Calouste Gulbenkian*, trabalho inédito.

²⁶ Legrand, E. – Hérodote, *Histoires* Livre I, 5eme tirage. Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1970, p.94:

"Ils (les Lydiens) sont les premiers à notre connaissance qui frappèrent et mirent en usage la monnaie d'or et d'argent; les premiers aussi qui firent le commerce de détail."

²⁷ Parise, Nicola – *El origen de la moneda, Signos premonetarios y formas arcaicas del intercambio*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2003. ISBN 84-7290-221-8, p.53.

²⁸ Tourneur, Victor – *Initiation a la numismatique*. Bruxelles, Anc. Établiss, J. Lebège & Cie., Éditeurs, 1945, p. 29.

²⁹ Morgan, E. Victor – *Ob. cit.*, p. 15.

Segundo Mauss, a moeda é, antes de tudo, uma criação social:

*“La monnaie n’est nullement un fait matériel et physique, c’est essentiellement un fait social.”*³⁰

Tomando este ponto de vista mais essencial, a forma como a moeda é representada materialmente não é essencial para a sua definição e identificação, é a sua função, a sua missão social, o que ela representa enquanto objeto que está, antes de tudo, na base da sua natureza. Assim, podemos fazer recuar a existência (pelo menos a existência documentada) da noção de moeda, em bom rigor, de proto-moeda, a períodos mais antigos.

Entendemos como proto-moeda todos os objetos que, dentro de sociedades mais ou menos arcaicas ou geograficamente muito circunscritas e isoladas³¹, tiveram o uso de representações de valor, nomeadamente com a função de troca. Como exemplo desses objetos, podemos referir as *lonka-lonka*³², grandes conchas que, ainda no início do século XX os povos da Melanésia, no Pacífico, usavam como objetos de troca. Mesmo não tendo um valor fixo assegurado por um poder governamental (característica necessária para a definição de moeda moderna), as *lonka-lonka* circulavam com aceitação social e, talvez mais importante, eram também usadas como objeto de reserva, podendo ser entesouradas. Em todo o caso, no contexto destas sociedades meridionais, o valor de troca e de entesouramento das *lonka-lonka* não era assinalado como um valor meramente económico, possuíam, naturalmente, um valor simbólico inerente muito grande, não um valor simbólico no campo da propaganda política, como assinalamos nas moedas propriamente ditas, mas sim um valor simbólico de natureza mágica e religiosa, como talismãs, muito semelhante ao que indicamos no subcapítulo anterior em relação a diferentes formas de uso da moeda, nomeadamente o uso supersticioso.

Como tal, não sendo moedas no sentido mais tradicional ou exato do termo, entendemos que as *lonka-lonka*, dada a sua função de troca e de reserva (que as aproxima do conceito de dinheiro), podem ser consideradas formas arcaicas de moeda, ou proto-moedas. Por outro lado, o papel totémico das *lonka-lonka* não significa obrigatoriamente um fator de distinção absoluta em relação às moedas modernas. Pelo

³⁰ Mauss, Marcel – *Les Origines de la notion de monnaie* (1914), in *Oeuvre*, vol. 2, *Représentations collectives et diversité des civilisations*, coord. de Viktor Karady. Paris: Editions de Minut, 1974. ISBN 2-7073-0392-5, pp. 106-112.

³¹ Referimo-nos aqui às sociedades tradicionais de cultura não ocidentalizada que foram (e em alguns casos continuam a ser) objeto de estudo das primeiras gerações de antropólogos, como o próprio Mauss, mas também Heinrich Schurtz. Ainda que não se partilhe atualmente as premissas etnocêntricas e os modelos comparativistas (e consequente universo lexical correspondente) dessa geração, nomeadamente os conceitos de sociedades *primitivas* versus sociedades *evoluídas*, a base interpretativa que resgatamos aqui, nomeadamente a definição original de moeda como conceito essencialmente social, é, a nosso ver, importante, para podermos traçar uma genealogia mais remota para a história do dinheiro/moeda.

³² Mauss, Marcel – *Ob. cit.*, p. 110

contrário, entendemos que há uma carga igualmente mágica e de certo modo totémica nas moeda tradicionais, e mesmo nas moedas contemporâneas, que, ainda que mais subliminarmente, se continua a manifestar. Essas características simbólicas ultrapassam a mera propaganda política de identificação do estado emissor. Manifestam-se, a nosso ver, através de elementos próximos de uma natureza mais mágica do que funcional.

O dólar norte-americano, por exemplo, conserva elementos gráficos de raiz iniciática, como símbolos piramidais e o próprio olho onisciente. Naturalmente que estes elementos figurativos não devem ser entendidos como códigos transcendentais, nem tampouco seria razoável, bem entendido, fazer interpretações mais abusivas sobre elementos gráficos que, na verdade, se terão perpetuado mais por tradição histórica e cultural, do que propriamente como forma oculta de comunicação. No entanto, o facto dessa tradição se ter plasmado e permanecido na moeda e não noutros objetos quotidianos, continua a ser significativo de uma subnatureza (porventura atávica, é certo) algo totémica e mágica que aproxima a moeda contemporânea, das proto-moedas de algumas civilizações remotas.

O paralelismo entre as proto-moedas e a moeda contemporânea não se esgota, porém, na sua função económica e na sua função simbólica. A relação que as sociedades têm com a moeda e com as suas reservas monetárias em depósito são as condicionantes básicas do comportamento das economias complexas. Um abalo na confiança no valor da moeda, uma migração das reservas monetárias para outro local, a impossibilidade física de levantamento da moeda acumulada, podem colocar em risco o frágil equilíbrio financeiro das economias mais sofisticadas. No entanto, o princípio fiduciário da moeda (a crença social no seu valor) e, mais do que isso, a garantia da sua posse por parte dos depositantes ou proprietários, independentemente de terem, ou não, acesso imediato às suas reservas, são características podem ser identificadas em sociedades que recorriam a proto-moedas.

Um exemplo curioso deste tipo de relação económica complexa de diferentes tipos de sociedade com a moeda é-nos descrito por Friedman³³, a propósito do dinheiro de pedra, nas Ilhas Uap e Yap, no Arquipélago das Carolinas, Micronésia. Ainda em meados do século XX, os povos daquelas ilhas usavam como representações de valores, grandes pedras polidas artesanalmente. As pedras tinham dimensões e pesos variáveis, sendo que as maiores não poderiam ser transportadas facilmente, pois pesavam largas dezenas de quilogramas. Quantas mais pedras possuísse determinado indivíduo, maior era a sua riqueza e mais bens, nomeadamente bens fundiários, poderia adquirir. As pedras que serviam de matéria-prima para essas proto-moedas só existiam

³³ Friedman, Milton – *O poder do dinheiro, episódios da história monetária*. Lisboa: Europa-América, S/D (1993), pp. 15-18.

em ilhas remotas do arquipélago, pelo que além do trabalho de polimento necessário para a produção do dinheiro de pedra, era também necessário o seu transporte marítimo até às Ilhas de Uap e Yap.

Não sendo, em termos gerais, fácil de transportar, o dinheiro de pedra poderia ser transacionado apenas através da troca de proprietários e selado com um acordo formal, sem que com isso a moeda mudasse efetivamente de local³⁴. Um exemplo flagrante desse respeito pelo direito de propriedade da moeda, mais do que na sua posse concreta, é o caso de um dos homens mais ricos da ilha que, transportando na sua piroga uma grande moeda de pedra, sofreu o infortúnio de naufragar entre uma ilha e outra. A sua riqueza foi, inevitavelmente, parar ao fundo do Pacífico, contudo, o seu estatuto de homem rico, bem como o seu poder de compra, não foi afetado pelo incidente. Todos na comunidade continuaram a respeitar a sua riqueza submarina, a ponto de frações da sua riqueza passarem para outros proprietários, através de relações comerciais convencionais, sem que a inacessibilidade do seu dinheiro constituísse qualquer entrave à circulação virtual da moeda.

A curiosidade em torno deste caso, leva-nos a deambular um pouco por um certo tipo de exotismo antropológico que assimilamos às vezes com algum sorriso nos lábios. No entanto, Friedman³⁵ relata-nos esta situação para falar de uma outra, bem mais próxima de nós, daí o paralelismo que pretendemos traçar entre proto-moeda e moeda contemporânea.

Em 1933, a reserva de ouro norte-americana em Nova Iorque detinha ainda vários depósitos internacionais, nomeadamente ouro que a França tinha resguardado nos EUA durante a Grande Guerra. Nesse ano, a pedido do governo francês, os EUA devolveram à França o ouro. Contudo, para não assumirem os riscos e as despesas do transporte dos valores, ambos os estados concordaram em manter as reservas nas caixas-fortes nova-iorquinas, mudando apenas o nome do titular. Ou seja, em termos reais, tal como a moeda de pedra no fundo do mar, o ouro manteve-se longe do governo francês, no entanto, aquela simples mudança de proprietário, representada apenas burocraticamente através de uma troca de etiquetas no cofre, provocou de imediato uma oscilação do valor do franco face ao dólar, criando, nesse tempo ainda da Grande Depressão, um efeito mais recessivo na economia dos EUA³⁶.

Para a história do dinheiro e da moeda propriamente dita, o caso de 1933 da entrega das reservas de Nova Iorque à França não se distancia muito do princípio de

³⁴ Durante a ocupação japonesa das ilhas, entre 1914 (a Sociedade das Nações reconheceu esta ocupação em 1920) e até ao final da Segunda Guerra Mundial, as autoridades imperiais do Japão confiscaram o dinheiro dos nativos pintando simplesmente as pedras com marcas de arresto. A população, para reaver o seu dinheiro de pedra, simplesmente entregou as propriedades aos ocupantes, que em seguida limpavam as marcas das pedras, como ato suficiente para a sua devolução aos proprietários.

³⁵ Friedman, Milton – *Ob. cit.*, pp. 15-18

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 18.

valor e de propriedade virtual das proto-moedas em pedra do Arquipélago das Carolinas. Na verdade, a característica fiduciária da moeda, a crença na garantia quase transcendental do seu valor, são elementos comuns entre a moeda contemporânea e as proto-moedas exóticas, que poderão ajudar a explicar as bases de um certo comportamento errático, muito mais psicossociológico do que propriamente material ou produtivo, dos mercados financeiros dos nossos dias.

A estas proto-moedas que estavam ainda em curso nas ilhas do Pacífico ainda em meados do século XX, podemos acrescentar as proto-moedas que, historicamente, se foram desenvolvendo à medida que as primeiras civilizações começaram a raiar, quando a divisão do trabalho, a agregação urbana e o desenvolvimento da agricultura, tanto no Próximo como no Extremo Oriente, começaram a despontar por volta do terceiro milénio a. C.. Assim, os povos das primeiras civilizações começaram a adotar formas transação recorrendo a bens representativos de valor, os chamados bens transacionáveis³⁷, bens esses que eram valorizados por peso, ou por contagem. É neste contexto que surgem os anéis ou outros ornamentos de ouro egípcios, usados como unidade de troca, ou as proto-moedas de prata da Mesopotâmia que corriam, curiosamente, em simultâneo com a cevada³⁸.

Os próximos passos evolutivos destas proto-moedas ocorreram na China e na Anatólia, com a introdução, agora em meados do século XI a.C. (nos finais do segundo milénio) de peças metálicas produzidas em série e em metais menos nobres, como o cobre, ou ligas de bronze. Estes espécimes de proto-moeda, nomeadamente os chineses, mimetizavam objetos quotidianos, como enxadas, machados, facas ou espadas. Por seu turno, este fenómeno parece corresponder aos anéis de bronze e aos pequenos machados figurativos usados no Norte da Europa como proto-moedas³⁹, ou *moedas utensílio*. No plano da arqueologia etimológica, não deixa de ser curioso refletir que, agora no mundo mediterrânico, o termo grego *obelos*, que significa espeto de ferro, está na origem do termo óbolo, a fração da dracma, permitindo traçar, ou, pelo menos, sugerir, uma relação entre a *moeda utensílio* (ainda que o utensílio possa ser também uma oferenda religiosa, e não uma ferramenta efetiva) e a moeda efetiva grega⁴⁰.

Contudo, apesar das características já enunciadas (valor fiduciário, crença na garantia do seu valor), as proto-moedas afastam-se das moedas modernas por não terem um valor de conta pré-definido e organizado, isto é, em princípio, as proto-moedas não têm nenhuma relação aritmética complexa entre si. Ou seja, a sua contagem é apenas cumulativa, por adição de unidade a unidade. No entanto, o caminho para a evolução da proto-moeda para a moeda estava já em curso. Aquando da invasão hitita

³⁷ Morgan, E. Victor – *Ob. cit.*, p. 14

³⁸ Rivoire, Jean – *Ob. cit.*, p. 9

³⁹ Morgan, E. Victor – *Ob. cit.*, p. 14

⁴⁰ Parise, Nicola – *Ob. cit.*, pp. 37-39

da Babilónia, em cerca de 1530 a.C., aquele povo entrou em contacto com o sofisticado sistema de contagem babilónico, de base sexagesimal. Essa revelação permitiu aos hititas estabelecerem uma relação entre a contagem e a pesagem dos metais preciosos, introduzindo assim na Anatólia o primeiro sistema de conta⁴¹ monetário, com uma relação entre o peso e o valor do metal. Os objetos usados pelos hititas para efetuarem as suas transações eram barras metálicas de dimensões variáveis, mas já estampilhadas com a inscrição do seu valor de acordo com o novo sistema de contagem, eram as proto-moedas de transição para a moeda, também designadas de *metal pesado*⁴².

O passo seguinte, a estabilização da dimensão das barras metálicas em tamanhos e formatos semelhantes, mais portáteis, foi o passo que transformou a proto-moeda em moeda propriamente dita. Este passo foi dado, como referimos logo no início deste subcapítulo, pelos lídios, em meados do século VII a.C., precisamente no coração da Anatólia. Em todo o caso, estas arcaicas moedas lídias, as pequenas gotas de eletro puncionado, ainda se podem enquadrar num contexto de afirmação de poder real autocrático, isto é, as moedas arcaicas da Ásia Menor refletem um contexto político oriental, monárquico e, de certo modo, teocrático. Reflexo desta situação, é a função da moeda que, neste contexto, era utilizada mais como forma de entesouramento e de pagamento de gratificações (onde se enquadram também as oferendas aos templos, os *agalmata*), do que objeto de troca mercantil⁴³.

A disseminação da moeda para o outro lado do Egeu, rumo ao Ocidente, materializou-se em Egina, onde o contexto socioeconómico era já de natureza mercantil e cívico, a moeda é agora uma ferramenta comercial, intimamente relacionada com o desenvolvimento do comércio marítimo, o símbolo adotado nas cunhagens passa a ser o emblema da cidade (posteriormente acompanhado por legendas identificativas com o nome da cidade), não um símbolo associado ao poder e propriedade de um rei. A moeda passa a ser o *nomisma*, de *nomos* - a lei⁴⁴, moeda como dinheiro propriamente dito.

Daqui em diante, a moeda começou a fazer o seu caminho de afirmação. Na Ásia Menor, a separação do eletro (liga natural de ouro e prata), permitiu a criação de um sistema bimetálico⁴⁵, o modelo de contagem sexagesimal babilónico, integrado com

⁴¹ Os valores em pesos métricos do sistema de conta hitita são sensivelmente os seguintes: o talento correspondia a cerca de 30000 gramas, o que por sua vez era contado em 60 minas, tendo cada mina cerca de 500 gramas; cada mina dividia-se em 60 siclos, com cerca de 8,4 g cada um. Dois siclos faziam um estáter.

⁴² Parise, Nicola – *Ob. cit.*, p.64.

⁴³ Parise, Nicola – *Ob. cit.*, pp. 34-35

⁴⁴ Eeagleton, Catherine e Williams, Jonathan – *Money, a history*. London: The British Museum Press, 2007. ISBN 10:0-7141-1814-1, p. 29.

⁴⁵ Morgan, Victor – *Ob. cit.*, p. 17.

o modelo ponderal hitita (talento – mina – siclo), tornou-se na base dos sistemas monetários da Ásia Menor⁴⁶.

O sistema monetário helénico, que numa primeira fase, em Egina, ainda no século VII a.C. começou por ser monometálico, com um sistema de conta sexagesimal, baseado do estáter de prata, evoluiu, sobretudo depois das reformas de Sólon⁴⁷, no início do século VI, para um sistema também monometálico de contagem duodecimal, baseado na dracma de prata⁴⁸.

A expansão marítima ateniense, permitiu a evolução do sistema monometálico com base na prata, para um sistema bimetálico, com moeda de ouro, ainda que rara, identificada com o estáter, a par da tradicional prata. Para os trocos, a moeda de cobre (ou ligas de cobre, como o bronze):

*“The idea of making low-value coins out of bronze, a cheap metal, seems to have originated in the cities of southern Italy in the late fifth century BC, but spread through most of the Greek world during the fourth and third centuries BC.”*⁴⁹

O princípio do bimetalismo reforçado com o numerário de cobre⁵⁰ reflete bem a evolução da sociedade comercial do mediterrâneo clássico. A complexidade e a intensidade económicas, não só das transações mercantis marítimas de longo alcance, mas sobretudo das pequenas transações quotidianas do aparelho produtivo agrícola e artesanal, necessitam mais do pequeno numerário, do que da moeda forte de entesouramento ou de grandes pagamentos⁵¹. Curiosamente, o regresso tardio a um sistema monometálico apenas com base na prata, só ocorreu, no Ocidente, durante as reformas carolíngias⁵², 1200 anos depois, em plena depressão e isolamento económico da Europa, com a introdução do dinheiro⁵³ de prata, base monetária de toda a Alta Idade Média.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, pp. 16-18

⁴⁷ Rivoire, Jean, *Ob. cit.*, pp. 14-15.

⁴⁸ A dracma primitiva, depois da reforma solónica, equivalia, no que concerne à contagem, não em moeda efetiva, a 100 minas ateniense (c. de 436 g), por sua vez, 60 minas correspondiam a um talento. Em moeda efetiva, os múltiplos da dracma eram a tetradracma (quatro dracmas); em relação à subdivisão, a dracma contava-se em seis óbolos.

⁴⁹ Eeagleton, Catherine e Williams, Jonathan, *Ob. cit.*, p. 34.

⁵⁰ Resistimos à tentação de considerar os sistema monetários com ouro, prata e cobre como sendo *trimetalistas*. Com efeito, um sistema monetário baseia-se apenas na valorização metálica intrínseca dos metais, no caso do monometalismo apenas o ouro, ou a prata, no caso do bimetalismo, ambos os metais. O cobre, ou as suas ligas, quando circulam com uma hipervalorização nominal do seu valor intrínseco, não contam na classificação do sistema, ver Marques, Mário Gomes – *Introdução à Numismática*. Lisboa: Ed. D. Quixote, 1982, p. 44; ou Rivoire, Jean – *Ob. cit.*, pp. 42-43.

⁵¹ Este conceito económico da pequena moeda como sustento das transações quotidianas ficou plasmado, muito posteriormente, na eloquente legenda que D. João V mandou abrir nas moedas de cobre coloniais portuguesas para o Brasil: *æs usibus aptius auro* – vale mais o cobre para uso, do que ouro.

⁵² Tourneur, Victor – *Ob. cit.*, p. 39.

⁵³ Idem, *ibidem*.

Ao mesmo que tempo que o mundo grego difundia a pequena moeda de bronze e as suas dracmas de prata nos séculos IV e III, e Roma era ainda uma aldeia grande, a vertente púnica do Mediterrâneo evoluía num sentido económico ainda mais sofisticado:

*“Quando Roma começou a cunhar moedas grosseiras de metal, já Cartago tinha notas de banco: umas tiras de couro, estampilhadas de maneira diferente, conforme o seu valor. Essas notas eram, em toda a bacia do Mediterrâneo, aquilo que mais tarde viria a ser a libra esterlina e, mais tarde ainda, o dólar. O seu valor nominal era garantido pelo ouro que transbordava nos cofres do Estado.”*⁵⁴

Não obstante este passo financeiro evolutivo na história da moeda, protagonizado pelos herdeiros fenícios, a moeda não metálica fiduciária, as notas ou, talvez mais rigorosamente, os papéis de crédito, não tiveram continuidade na Antiguidade. A destruição de Cartago, e consequente triunfo romano na última Guerra Púnica, levou não só à prosperidade de Roma, como à expansão territorial da sua civilização, onde se insere, naturalmente, o seu sistema monetário.

Ainda que inicialmente mais grosseiro, o sistema monetário romano da República apoiou-se ponderalmente na libra romana (c. 325 g). A libra dividia-se em 12 uncias (do latim *uncia* – a décima segunda parte), cada uncia dividia-se em 12 asses. O asse em cobre (do latim *as* – *æs* –cobre/bronze, em grego *assarion*⁵⁵) era a unidade monetária.

O sistema consolidou-se durante o decurso da Segunda Guerra Púnica, quando a reforma monetária posterior a 211 a.C.⁵⁶ introduziu o denário de dez asses. O denário era uma pequena moeda de prata com um peso inicial correspondente ao da dracma ateniense, isto é, cerca de 4,36 g. O asse, por seu turno, subdividiu-se em dois semisses e em quatro quadrantes. Os seus múltiplos em prata eram o sestércio primitivo de dois asses e meio, o quinário, de cinco asses, e o denário de 10 asses⁵⁷.

A rápida desvalorização da moeda implicou, em 143 a.C., a revisão do valor do denário para 16 asses. Já no início do Império, Augusto reformou e simplificou todo o sistema, mas preservou o valor do denário. Sem grandes alterações até ao final do século III, os cobres e bronzes romanos eram o quadrante (1/4 de asse), o semisse (1/2

⁵⁴ Montanelli, Indro – *História de Roma, da fundação à queda do Império*. Lisboa: Edições 70, 1997. ISBN 972-44-1126-5, p. 83.

⁵⁵ O *assarion* correspondia a 10 dracmas.

⁵⁶ Sear, David – *Roman Coins and their values*. London: Spink, 1988. ISBN 0-7134-7823-3, p. 9, citando a proposta cronológica de M. Crawford.

⁵⁷ Durante o século II a.C., como se verá, o denário foi reavaliado, comprometendo os valores das outras moedas, contudo, a etimologia da designação de cada peça preservou o seu valor inicial: *sestertius* – *semis tertius* significa, literalmente, três menos meio (2,5), surge vulgarmente representado como IIS (por vezes HS), conjugação que, quando sobreposta ou em anagrama, não deixa de sugerir o cifrão (\$) do real e do escudo português; por seu turno, o denário de dez asses surge várias vezes com a marcação X no anverso.

asse), o asse, o dupôndio (dois asses) e o sestércio (quatro asses). Na prata prevalecia o denário (16 asses)⁵⁸; a moeda de ouro era o áureo (400 asses ou 25 denários).

Este sistema, também designado por sistema latino (por oposição ao sistema grego que corria nas províncias orientais do Império Romano) preservou-se mais ou menos intacto até à reforma de Diocleciano, em 294⁵⁹, quando o tetrarca uniformizou todo sistema monetário romano, contudo, mesmo depois da reforma, o célebre *Édito Máximo* de 301⁶⁰, onde os preços foram fixados, do mesmo imperador, preserva, agora como unidades de conta (i.e. moeda de contagem, não efetiva) o denário e o sestércio.

Apesar de as posteriores reformas romanas do século IV a.C. e o declínio da economia monetária nos territórios europeus, entre os séculos IV e VII⁶¹ o princípio de contagem duodecimal prevaleceu para além da queda do Império Romano do Ocidente. A reforma carolíngia que se começou a gizar a partir de 755⁶² reintroduziu o monometalismo com base num novo tipo monetário, o *dinheiro*, herdeiro não só nominal do denário romano, mas também do sistema ponderal e de contagem latino. Assim, a libra carolíngia de inspiração romana correspondia a 20 soldos⁶³, por sua vez, o soldo correspondia a 12 dinheiros, ou seja, 240 dinheiros perfaziam uma libra⁶⁴.

Apesar de simplificada, reconhecemos que, num trabalho desta natureza, esta incursão pela continuidade do sistema sexagesimal babilónico e das suas variantes duodecimais grega, latina e carolíngia, poderá parecer já algo longa e até inusitada. Contudo, pensamos que é importante clarificar e filiar estes sistemas de contagem, pois foi precisamente o sistema carolíngio, com base no dinheiro (a moeda de prata, entenda-se) que presidiu a toda a amoeção europeia cristã na Alta Idade Média, nomeadamente nos reinos ibéricos e, muito concretamente em Portugal, logo em meados do século XII⁶⁵.

Assim, as primeiras moedas portuguesas remetem-nos diretamente para a reforma carolíngia e daí para o sistema duodecimal que está na origem mais remota da moeda moderna, as cunhagens da Anatólia arcaica.

⁵⁸ No início do século III, Caracala introduziu uma nova moeda de prata, o antoniniano ou *radiado*, que valia dois denários, ou 24 asses.

⁵⁹ Sutherland, C.H.V. e Carson, R.A.G. – *The Roman Imperial Coinage, Vol. VI*. London: Spink and Son Ltd., 1967, pp. 1-2.

⁶⁰ Centeno, Manuel Sobral: *Civilizações Clássicas II, Roma*. Lisboa: Universidade Aberta, 1997. ISBN 972-674-183-1, p. 300.

⁶¹ Le Goff, Jacques – *Le Moyen Age et l'argent*. Paris: Editions Perrin, 2010. ISBN 978-2-262-03260-9, p. 17.

⁶² Idem, *ibidem*, p. 23.

⁶³ O soldo carolíngio alto-medieval nunca foi moeda efetiva, sempre moeda de conta.

⁶⁴ Marques, A.H. de Oliveira – *A moeda portuguesa durante a Idade Média (1958)* in *Ensaio da História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Vega, março de 1980, p. 198.

⁶⁵ España, León (León Hernández Canut) – *Sistemas monetarios peninsulares: la acuñación de moneda cristiana tras la invasión de los musulmanes hasta el siglo XV*. Madrid: Fundación León de España, 2002. ISBN 84-607-4799-9, pp. 11-13.

Por fim, a contagem duodecimal em Portugal não se esgotou no final da Alta Idade Média, pelo contrário, prevaleceu por toda a Baixa Idade Média e resistiu durante a Idade Moderna às primeiras tentativas de decimalização da contagem⁶⁶. Com efeito, a contagem de aferição das ligas metálicas do ouro e da prata seria feita sempre de acordo com as premissas de contagem em múltiplos (e submúltiplos) de 12. Reparemos, mais adiante, que nos referiremos sempre às ligas da prata em dinheiros e às ligas de ouro em quilates, pelo que convém esclarecer desde já o que é que estas expressões realmente significam: a pureza da prata era indicada em dinheiros, um todo de prata pura corresponderia a 12 dinheiros, assim, quando referimos, por exemplo, que determinada moeda era feita com a lei de 11 dinheiros, significa que tinha 11 partes de prata em 12, isto é, teria um toque de 916,6 ‰, do mesmo modo, uma moeda de lei de seis dinheiros teria apenas 500 ‰ de metal precioso. O ouro, por sua vez, era aferido em quilates, sendo que 24 quilates corresponderiam ao ouro puro, 18 quilates indicariam, por exemplo, um toque de 750 milésimos⁶⁷.

O sistema de contagem duodecimal do dinheiro só sucumbiu entre nós, finalmente, com a introdução definitiva do sistema decimal em Portugal, em 1835, no rescaldo das reformas liberais. Ainda assim, aquando da criação do escudo, já na entrada do século XX, em 1911, foram cunhadas e emitidas moedas de 4 centavos⁶⁸, que, não sendo divisores inteiros de 10, entendem-se como uma reminiscência curiosa do sistema duodecimal.

Em contrapartida, o sistema monetário de contagem duodecimal só terminou no Reino Unido em 1971⁶⁹, quando a libra esterlina, descendente direta da libra carolíngia, deixou de se contar em 240 *pence* ou 240 dinheiros, para se dividir em 100, revelando, de certo modo, que a ponte entre os primeiros lingotes marcados hititas e os sistemas monetários mais próximos de nós, é, apesar de longa, de certo modo contínua, como se o seu passado fosse um caminho relativamente direto entre dois pontos distantes da história da humanidade.

⁶⁶ No início do século XVI, D. Manuel I procurou introduzir um proto-sistema decimal na moeda portuguesa, mas só o conseguiu parcialmente.

⁶⁷ Marques, Mário Gomes – *História da Moeda Medieval Portuguesa*. Sintra: Instituto de Sintra, 1996, pp. 23-24.

⁶⁸ Até aos 10 centavos de prata, em 1911 foram definidas as frações de 1, 2, 4 e 5 centavos, sendo que a única que não é divisível por 10 é a de 4 centavos.

⁶⁹ Eeagleton, Catherine e Williams, Jonathan – *Ob. cit.*, p 254.

3. A moeda em Portugal

Sinopse histórica

Antes da presença romana na Península Ibérica, a partir dos finais do século III a.C., não há notícia sustentada da introdução de nenhum sistema monetário no território que hoje é Portugal. Povos como os fenícios e os gregos, que já visitavam as costas ocidentais da Península ao longo de toda a Segunda Idade do Ferro, ou os próprios Cartagineses, que, inclusivamente, se fixaram no sul da Hispânia, cunharam alguma moeda, pelo menos desde o século V a.C. Terá sido nesse momento que surgiram as primeiras casas de moeda peninsulares, nas colónias gregas de Ampúrias (*Emporion*) e Rosas (*Rhode*). Contudo, não temos dados para que possamos falar de introdução de uma economia monetária forte, pelo menos no que diz respeito ao território mais ocidental da Ibéria, onde hoje se localiza Portugal. Como já referimos, os achados de moedas gregas anteriores ao século III a.C. em Portugal são muito raros e isolados, pelo que não têm significado enquanto fluxo e circulação monetária no nosso território⁷⁰.

O próprio Estrabão refere que, ainda que em algumas regiões da Lusitânia fossem usadas umas placas de prata anepígrafas como proto-moedas, as transações comerciais eram, por regra, feitas através da troca direta (*Geo.* III.3.7).

Só a partir da chegada das legiões romanas à área onde hoje é Portugal, durante a Segunda Guerra Púnica (218 – 201 a.C.) é que as primeiras moedas terão entrado, por via dos legionários, na vida dos povos castrejos⁷¹. Ainda assim, a chegada destes soldados e do seu dinheiro não significa que a moeda passasse a ter um uso generalizado, muito pelo contrário. Os tesouros monetários mais antigos encontrados no nosso país, especialmente os do noroeste⁷² são compostos por conjuntos de moedas romanas de prata republicanas, essencialmente denários. Essas peças terão sido recolhidas pelos lusitanos no final das batalhas que venciam, juntamente com as armas e outros equipamentos romanos. Os ponderais de prata recolhidos em Alvarelhos, conjuntamente com cerca de cinco milhares de denários republicanos (dos finais do século III a.C. até inícios do primeiro século)⁷³, poderão ser inseridos neste tipo de contexto pré-monetarista.

Com a consolidação da conquista romana, no decorrer do século II a.C., iniciam-se as emissões provinciais romanas no nosso território. A moeda começa efetivamente a circular entre o Douro e o Tejo e, com mais incidência, no sul do território (que era então comercialmente muito mais ativo). A norte do rio Douro, a circulação de moeda é ainda muito rara. Entre os anos

⁷⁰ Centeno, Rui – *Circulação Monetária*, pp. 190-191.

⁷¹ Barbosa, M. Benedita C. da S. De Guinéa – *Tesouros monetários em Portugal: da República ao reinado de Augustus*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 2002. ISBN 972-9087-11-3, p. 10.

⁷² Centeno, Rui – *Ob. cit.*, p. 188.

⁷³ Torres, Joaquim – *Tesouro Monetário do Castro de Alvarelhos*. Santo Tirso, Separata do Boletim Cultural, Vol. I, N.os 2 e 3, 1979, pp. 37-44.

que medeiam as campanhas de Décimo Júnio Bruto e as guerras de Sertório (125 a 80 a.C.) o fluxo monetário aumenta de forma significativa.

As primeiras moedas batidas em território atualmente português são possivelmente as rudimentares emissões de Dipo (próximo da atual cidade de Elvas), que terão ocorrido por volta dos finais do século II, inícios do século I a.C.

Durante a guerra entre Pompeio e Júlio César, em meados do século I a.C., a moeda romana parece ter escasseado, possivelmente porque os focos de resistência ligados a Pompeio impediram a chegada de numerário vindo de Roma. Foi nesse momento, mais concretamente entre 49 a 44 a.C. que o número de cidades emissoras no Sul de Portugal aumentou. Surgem então mais moedas de cobre, bronze e até chumbo. Estas moedas, que representavam frações de pouco valor no sistema monetário republicano, são atualmente raras, mas evidenciam já o uso generalizado de um sistema monetário entre os povos do atual território português, mais concretamente nos territórios a sul do Tejo, o que revela uma economia mercantil perfeitamente integrada nos sistemas económico e cultural dos romanos⁷⁴. No nordeste da Península, há registo de oficinas monetárias itinerantes de moeda castrense, cunhada no contexto das Guerras Cantábricas. Essas moedas, representando já a efígie de Augusto, têm a particularidade de mostrarem no reverso um escudo castrejo ou *caetra*⁷⁵. Não se sabendo exatamente qual o local de cunhagem (são apontadas hipóteses como Lugo, Astorga ou Braga), poderão ser das primeiras moedas cunhadas no território atualmente português a Norte do Rio Douro, na Tarraconensis.

Durante os restantes séculos da ocupação romana e romanização, o dinheiro circulante no território nacional era, naturalmente, o dinheiro romano, seguindo o sistema de conta latino, o que não invalida os achados de alguns espécimes coloniais romanos de contagem grega.

No final do século IV a circulação monetária começa a decair no nosso território, sendo já raros os achados posteriores aos primeiros anos do século V, o que reflete a desagregação do Império Romano, o consequente isolamento das províncias mais remotas e declínio da economia mercantil.

Depois das invasões, no início do século V, a amoedação germânica em Portugal, nomeadamente as moedas suevas e visigóticas, passa a ser frequente, sobretudo a partir do final daquele século. Se por um lado é difícil atribuir uma tipologia e uma filiação precisa para a generalidade das moedas suevas⁷⁶, pois raramente têm letrados com a indicação do monarca

⁷⁴ Faria, A. Marques – *Moedas da época romana cunhadas no atual território português*, in *História de Portugal*, Vol. II – Portugal na Pré-História (II) e O mundo luso-romano (I), dir. João Medina. Amadora: SAPE, 2004. ISBN 972-719-268-8, p. 401.

⁷⁵ Centeno, Rui – *Um Novo Sestércio de Augusto com a Caetra no Reverso, Aparecido em Braga*, in *Morais, Rui - Bracara Augusta*. Braga. Edição da Câmara Municipal de Braga, 2010, pp. 171-173.

⁷⁶ Cabral, J. M. e Metcalf, D. M. – *A moeda sueva*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1997. ISBN 972-9087-07-05, pp. 18-19.

emissor, já as moedas visigóticas são mais fáceis de filiar, pois normalmente exibem o nome do monarca, bem como o topónimo da cidade emissora⁷⁷.

Em termos breves, os sistemas monetários suevo e visigodo herdaram a tradição tardo-romana. No caso suevo, as peças são normalmente cópias rudimentares de sólidos e trientes (ou *tremisses*, equivalentes a 1/3 do sólido) romanos em ouro, com legendas barbarizadas, cunhadas em nome de imperadores romanos, como Honório (393-423) ou Valentiniano III (425-455), ou já bizantinos, como Justino I (518-527) ou Justiniano (527-565). A par destes tipos em ouro, há também amoedação sueva em prata, nomeadamente as célebres silíquas (1/20 do sólido)⁷⁸ batidas em nome de Honório no anverso, mas com o nome do monarca suevo na legenda do reverso, neste caso, Requiário (448-456)⁷⁹. Estas raríssimas peças (conhecem-se apenas três, uma delas foi exumada no Porto, precisamente na Casa do Infante, em 1996) têm a particularidade de ostentarem uma letra monetária B | R, no reverso, no campo, sendo entendido como indicador de uma cunhagem bracarense⁸⁰.

Por seu turno, a amoedação dos visigodos é mais abundante no nosso território, e composta sobretudo por espécimes em ouro, os trientes, cunhados provavelmente só depois da segunda metade do século V⁸¹. Depois da conquista do Reino Suevo, por parte de Leovigildo, no último quartel do século VI, a amoedação visigótica foi homogénea por toda a Península Ibérica. No território atualmente português, as casas de cunhagem visigóticas conhecidas são as seguintes:

- **Lusitânia:** Alva (Castro Daire)⁸²; Caliábria (Almendra, entre Castelo Rodrigo e Foz Côa); Coleia (local incerto, na diocese de Veseo); Egitânia (Idanha-a-Velha); Évora (Évora); Emínio (Coimbra); Lameco (Lamego); Monecipio (Monsanto); Olisipona (Lisboa); Totela (local incerto, na diocese de Viseu); Veseo (Viseu)⁸³.

⁷⁷ Marques, Mário Gomes, Cabral, J. M. Peixoto e Marinho, J. Rodrigues – *Ensaio sobre história monetária da monarquia visigoda*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1995. ISBN 972-9087-05-9, Apêndice 2, pp. 277-279.

⁷⁸ Silíqua correspondia, originalmente, a uma unidade ponderal, também designada por quilate. Aquando da sua introdução como moeda de giro, por Constantino I, a relação de peso da silíqua (Ag) com o sólido (Au) era de 1/20 e de 1/1728 em relação à libra. O nome advém do peso de referência do quilate (*carat*), que era a semente seca de alfarrobeira – *ceratonia siliqua* (cf. Marques, Mário Gomes, Cabral, J. M. Peixoto e Marinho, J. Rodrigues – *Ensaio sobre história monetária da monarquia visigoda*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1995. ISBN 972-9087-05-9, pp. 283 e 284).

⁷⁹ Cabral, J. M. e Metcalf, D. M. *Ob. cit.*, p. 43.

⁸⁰ Idem, *ibidem*, p.7 e pp. 235-237.

⁸¹ Marques, Mário Gomes, Cabral, J. M. Peixoto e Marinho, J. Rodrigues – *Ensaio sobre história monetária da monarquia visigoda*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1995. ISBN 972-9087-05-9, p. 14.

⁸² Barroca, Mário Jorge – *Um triente de Vitiza procedente de Alva (Castro Daire)* in NVMMVS, II Série, Vol. XXVII. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 2004, pp. 201-206

⁸³ Marques, Mário Gomes, Cabral, J. M. Peixoto e Marinho, J. Rodrigues - *Ob. cit.*, pp. 278-279

- **Galécia:** Aliobrio (Local incerto, na diocese de Portocale); Bergância (Bragança); Bracara (Braga); Cepis (local incerto, na diocese de Portucale); Flavas (Chaves); Laetera (Fornos de Ledra, Bragança); Laure (local incerto, na diocese de Bracara); Lauruclo (local incerto, na diocese de Portocale); Nandolas (local incerto, na diocese de Portocale); Palentúcio (local incerto, na diocese de Bracara); Panónias (Panóias); Portocale (Porto); Valegia (local incerto, na diocese de Portocale) e Vallearitia (Horta da Vilariça, Torre de Moncorvo).

Será aqui, nesta constelação de 25 casas da moeda⁸⁴, que encontraremos as primeiras moedas verificadamente batidas na cidade do Porto, ainda que não seja possível atualmente localizar o ponto exato onde foram fabricadas estas remotas moedas portuguesas.

Para além do ouro, não é seguro que os visigodos tenham cunhado outro tipo de metal, nomeadamente cobre. A visão mais aceite, é que o numerário de pequeno valor que circulava na Alta Idade Média era ainda os pequenos bronzes tardo-romanos, dos séculos IV e V:

“[...] esta moneda bajo imperial (romana) es la que más abunda en la superficie de nuestro territorio peninsular hasta el punto de que es materia frecuente de hallazgos casuales de cualquier campo destinado al arado y posterior siembra. Esta realidad fue un hecho evidente durante toda la etapa visigoda, y sin duda la causa de que la monarquía visigoda no juzgase necesario la acuñación de monedas de cobre o bronce, ajustándose como se ajustaran al sistema monetario romano y emitiendo para ello tan solo piezas de oro.”⁸⁵

A profusão de pequenos bronzes romanos que continuam a aparecer na maioria dos achados monetários do nosso território, bem como o generalizado grau de elevado desgaste dessas pequenas moedas, ajudam a fortalecer a hipótese de uma circulação muito prolongada no tempo, que terá ultrapassado os séculos VI, VII, VIII e, provavelmente, terá tido ainda alguma continuidade já depois da queda do reino dos visigodos⁸⁶.

A invasão muçulmana da Península Ibérica pôs cobro à hegemonia visigótica, introduzindo no nosso território o sistema monetário árabe, de feição trimetálica⁸⁷ (dinar de ouro, direme de prata e submúltiplos de bronze, os *fellus*) e de contagem já decimal⁸⁸, apesar de,

⁸⁴ Se acrescentássemos as restantes casas da moeda visigóticas na Península Ibérica em território atualmente espanhol, nomeadamente os restantes povoados na Lusitânia e na Galécia, mas também os das províncias Narbonense, Tarraconense, Cartaginense e Bética, o número de oficinas monetárias subiria para 85.

⁸⁵ España, León (León Hernández Canut) – *Sistemas monetarios peninsulares: la acuñación de moneda cristiana tras la invasión de los musulmanes hasta el siglo XV*. Madrid: Fundación León de España, 2002. ISBN 84-607-4799-9, p. 19.

⁸⁶ Idem, *ibidem*, pp. 19-20.

⁸⁷ Lorente, Juan J. Rodríguez – *Prontuario de Moneda Arabigo-Española*. Madrid: Editorial Vico, 1982. ISBN 84-85711-05-X, p. 12.

⁸⁸ A contagem decimal muçulmana foi introduzida aquando das reformas almorávidas, na segunda metade do século XI. O dinar em ouro (ou morabitino) correspondia a 10 diremes em prata (cf. Marques, A.H. de Oliveira – *A moeda portuguesa durante a Idade Média* (1958) in *Ensaio da História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Vega, março de 1980, pp. 198-199).

contudo, as amoedações de bronze serem relativamente escassas, nomeadamente no que diz respeito à produção ibérica, pois, aparentemente, só terão sido cunhadas nos séculos III e IV da Hégira (séculos IX e X do calendário gregoriano) e no Reino Nasrida de Granada⁸⁹. Simultaneamente, na passagem do século VIII para o IX, começavam também a chegar à Península Ibérica, vindas da Marca Pirinaica, os dinheiros e os óbolos⁹⁰ do sistema carolíngio⁹¹.

O dinheiro em prata⁹² carolíngio foi a base que serviu de referência para os reinos cristãos peninsulares que iam avançando na Reconquista. Os dinheiros, estas pequenas moedas em prata (mais tarde em liga de bolhão baixo), cuja tipologia se padronizou um pouco por toda a Europa Ocidental, com uma cruz no reverso e temas variáveis no anverso (podendo ser as armas reais do emissor, ou insígnias ou epígrafes feudais ou eclesiásticas), foram, depois do numerário romano e até à introdução do euro, o primeiro sistema praticamente unificado de moeda europeia.

Depreende-se que nosso território, já durante a vigência do Condado Portucalense, essas moedas de inspiração franca tenham sido, a par com a moeda muçulmana, a principal moeda de troca em circulação. Um pouco mais a Norte, na Galiza, os achados contínuos de dinheiros francos, de Le Puy (as *pugasas*), ou de Melgueil, por exemplo, bem como os dinheiros de inspiração franca, como os dinheiros da Catalunha, associados às rotas de peregrinação para Compostela⁹³, ajudam a compreender e a verificar a considerável circulação transpirinaica dos dinheiros.

Já no século XII, aquando da independência, os primeiros monarcas portugueses começaram logo por bater a sua própria moeda, nomeadamente, os dinheiros. Com efeito, Afonso Henriques não tardou a cunhar moeda com o seu nome e com o nome de Portugal. São esses dinheiros de Afonso Henriques a primeira moeda efetivamente portuguesa. Os seus descendentes preservaram a cunhagem de dinheiros, contados no sistema carolíngio, de 12 dinheiros no soldo e 240 na libra, ou, como se passou a designar posteriormente, no marco⁹⁴.

Apesar de tudo, o sistema monetário português do início da Baixa Idade Média não era monometálico, como o original franco. Na verdade, o contacto comercial com os árabes levou logo os primeiros monarcas, como D. Sancho I, a baterem moeda de ouro de inspiração árabe, o morabitino (ou maravedi), com o peso e módulo equiparado ao dinar almorávida. Com efeito, o morabitino terá sido cunhado apenas nos finais do século XII e inícios do século XIII nos reinados de D. Sancho I, nomeadamente entre 1185 e 1188, com o valor de 60 soldos (720

⁸⁹ Lorente, Juan J. Rodríguez – *Ob. cit.*, p. 12.

⁹⁰ O óbolo corresponde a meio-dinheiro, em Portugal, as frações de metade do dinheiro eram designadas mealhas.

⁹¹ España, León (León Hernández Canut) – *Ob. cit.*, pp. 11-13.

⁹² Os primeiros dinheiros, dos séculos VIII a XI, tinham uma pernilagem média superior a 990 partes de prata.

⁹³ Otero, José Suárez Otero – *Moneda, peregrinación y comercio. Una nueva perspectiva del camino de Santiago en la Edad Media* in *Reflexos da Peregrinación e do culto a Santiago*. Pontevedra: Publicacións da Cátedra Filguera Valverde, 2009, pp. 81-92.

⁹⁴ Entende-se nesta primeira fase a libra e o marco como unidades de peso, e não como unidade monetária de conta.

dinheiros)⁹⁵, de D. Afonso II e de D. Sancho II. Terão corrido até aos finais do século XIII, agora com o valor reduzido de 50 soldos (600 dinheiros)⁹⁶. As emissões de morabitos de D. Afonso Henriques, particularmente os exemplares com a letra B, atribuídos a uma casa monetária em Braga, são espécimes polémicos, de atribuição duvidosa. Teixeira de Aragão, ainda em 1875, atribuiu o morabito com a letra monetária B não só a Braga, como ao reinado de D. Afonso Henriques⁹⁷, contudo, os estudos numismáticos posteriores, de Teixeira de Vasconcelos, Batalha Reis e Ferreira Braga, sintetizados por Ferraro Vaz, rejeitam a própria autenticidade dos morabitos de Braga. Mais cauteloso, porém, o próprio Vaz⁹⁸, no mesmo texto, não rejeita a autenticidade do morabito, mas inclui-o na numária de D. Afonso II, já na segunda década do século XIII. Não obstante a polémica, o morabito nos séculos XIV e XV era já somente moeda de conta e não voltou a ser batido.

A reforma monetária de D. Afonso III, com a equiparação direta do dinheiro (agora designado por *dinheiro novo*) à libra carolíngia de 20 soldos, agora como unidade monetária de conta, e não como unidade ponderal⁹⁹, significou um regresso virtual ao sistema monometálico, baseado no dinheiro de liga fraca ou bolhão pobre (liga com pernilagem de prata inferior a 500‰)¹⁰⁰, no entanto, em termos efetivos, a introdução de boa moeda de ouro e prata europeia (já não árabe, portanto) no numerário circulante do reino, nomeadamente os *genoveses* e os *florins* de ouro (naturalmente de Génova e Florença), e os *matapani* (de Veneza) e os *grossi* (florentinos)¹⁰¹ de prata significaram, em termos efetivos, a manutenção de um sistema bimetálico. A desvalorização, ou quebra, da moeda, feita regularmente pelo *Bolinhês* (a cada sete anos, seguindo a tradição castelhana) foi alvo de críticas permanentes nas cortes, pois, inevitavelmente levou ao aumento dos preços, à inflação. Contudo, permitiu que o volume da massa circulante no país também aumentasse, dinamizando o comércio interno, mas também o comércio externo. O que seria um problema de liquidez das finanças públicas, da *bolsa do rei*, significou, na verdade, um ressurgimento económico do reino:

“Todo o reinado do Bolinhês foi um período de oscilações violentas de preços e de atribuições monetárias para os povos. Após uma época de estagnação e de crise, correspondente ao governo de D. Sancho II e à guerra civil, um boom económico – desculpe-se-nos a expressão aplicada ao século XIII – parece ter sacudido Portugal. O País pôde integrar-se

⁹⁵ Marques, A. H. de Oliveira – *Ob. cit.*, p. 201.

⁹⁶ Amaral, C. M. Almeida do, - *Catálogo descritivo das moedas Portuguesas, Museu Numismático Português*, Tomo I. Lisboa: INCM, 1977, p. 56.

⁹⁷ Aragão, A. C. Teixeira de – *Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*. Porto: Livraria Fernando Machado, 2.ª edição, 1964, p. 144.

⁹⁸ Vaz, J. Ferraro – *Numária Medieval Portuguesa*. Lisboa: Bertrand (irmãos) Lda., 1960, pp. 98-104.

⁹⁹ Marques, A. H. de Oliveira – *Ob. cit.*, pp. 203-205 (ver sobretudo notas 22 e 23, p. 204), ou Aragão, *Ob. cit.*, p. 20.

¹⁰⁰ Os *dinheiros novos* de D. Afonso III continuavam a valer 12 por soldo, contudo, os *dinheiros velhos* (entendemos aqui como sendo os dinheiros do século XII e inícios do século XIII, em boa pernilagem) passaram a ser cotados em 16 por soldo.

¹⁰¹ De notar que a moeda de dinheiro, não obstante o seu baixo teor de prata, não faz parte do numerário de cobre ou bronze. Aliás, a moeda de cobre ou bronze europeia, esteve ausente das emissões na Europa, desde o final do Império Romano, até a meados do século XV.

*assim no comércio internacional europeu, que drenou para a costa ocidental da Península moeda estrangeira acreditada e em quantidade tal que dispensou cunhagens próprias, por parte dos soberanos portugueses, durante um século. Isto, numa época em que, por toda a Europa, o renascimento económico e o afluxo dos metais preciosos causavam o regresso ao bimetalismo e o aparecimento da boa moeda de ouro e de prata.*¹⁰²

A política monetária de D. Dinis tirou partido da dinamização económica que seu pai, à custa da desvalorização da moeda, havia feito. Assim, ainda no final do século, em 1282, D. Dinis procedeu a uma série de medidas que visaram o fortalecimento da moeda, concretamente diminuindo o preço do marco de prata¹⁰³, permitindo levantar a pernilagem deste metal nos dinheiros. Curiosamente, sendo dinheiros de bolhão mais rico, os dinheiros do *Lavrador* passaram a ser designados por *dinheiros velhos*, numa referência anacrónica aos *dinheiros novos* de seu próprio pai. A pujança económica do reinado de D. Dinis e as preocupações do monarca em assegurar uma contabilidade estável e uma moeda forte no reino refletem-se também na redação do primeiro regimento de moedeiros conhecido em Portugal¹⁰⁴. É neste contexto, de valorização da moeda e do padrão prata, que se insere uma das mais polémicas moeda cunhada em Portugal no século XIV, o tornês dionisino:

De inspiração francesa, batido originalmente por Luís IX de França, o São Luís, em Tours, em 1266¹⁰⁵, o tornês é a primeira moeda francesa de boa prata posterior à generalização dos dinheiros depauperados dos séculos XIII e XIV. Na numária nacional, o tornês (de 72 dinheiros, em liga fraca) é uma peça central das reformas monetárias de D. Fernando, contudo, existem exemplares batidos com a legenda *Dionisii* (no genitivo, *de Dinis*), em prata de boa liga (916,6‰¹⁰⁶) que têm sido, ao longo dos últimos 275 anos¹⁰⁷, tema de debate. Aragão, na sua *Descrição*, hesita em atribuir a moeda ao reinado de D. Dinis, evocando características estilísticas menos consentâneas com a produção monetária do início do século XIV, e sugerindo que a moeda possa ter sido batida pelo pretendente ao trono, em 1385, o infante D. Dinis, filho de D. Pedro I e da malograda Castro, no entanto, Aragão acaba por arrumar a moeda no reinado de D. Dinis I (1279-1325). Ferraro Vaz¹⁰⁸, ainda que contextualizando a polémica em torno da datação e atribuição do tornês, acaba também por o atribuir ao rei, e não ao infante meio-irmão do Mestre de Avis. Agostinho Ferreira Gambetta adiantou, contudo, a hipótese de D. Dinis ter mandado abrir os cunhos dos torneses (bem como de uma série específica de dinheiros de recorte mais fino) em Sevilha, tendo por base desta hipótese a comparação

¹⁰² Marques, A. H. de Oliveira – *Ob. cit.*, p. 204.

¹⁰³ *Idem*, p. 207.

¹⁰⁴ Ferraz, Francisco Manuel Teixeira – *A Casa da Moeda do Porto nos finais da Idade Média*. Porto: Dissertação de Mestrado em História Medieval, FLUP, 2008, p. 37.

¹⁰⁵ Vaz, J. Ferraro – *Ob. cit.*, Vol. I, pp. 36-37, nota 3.

¹⁰⁶ Poiães, Antonino – *O Tornês do Infante e não do Rei*, in NVMMVS, II Série, Vol. XXVII, Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 2004. ISSN 0871-2743, p. 211.

¹⁰⁷ A primeira publicação e atribuição deste numisma a D. Dinis, rei de Portugal, foi feita em 1738, por Sousa, D. António Caetano de – *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, Tomo IV, Livro V, p. 293.

¹⁰⁸ Vaz, J. Ferraro – *Ob. cit.*, Vol. II, p. 391.

estilística entre os reais sevilhanos do início do século XIV e o tornês dionisino¹⁰⁹. Mário Gomes Marques também insere o tornês numa tentativa do rei D. Dinis de *adaptação aos novos padrões europeus*¹¹⁰. Contudo, a polémica preservou-se até aos nossos dias, Oliveira Marques¹¹¹, ecoando o que já predissera Batalha Reis, considera duvidosa a atribuição do tornês ao rei, remetendo-o, sem relevância económica, para uma amoedação propagandística do infante D. Dinis. Mais recentemente, Antonino Poiares¹¹² pretendeu encerrar a questão, atribuindo o tornês ao filho de Inês de Castro, em virtude de uma análise não estilística e metrológica, mas também de contextualização sócio-política.

Talvez servindo para confirmar a improbabilidade de D. Dinis I ter batido torneses de boa prata, as amoedações de seu filho, D. Afonso IV, basearam-se exclusivamente nos dinheiros, seguindo a tradição que já vinha desde os finais do século XIII, indicando-nos que, de facto, não parece ter havido espaço para emissões de torneses em prata muito forte no intermédio. De referir, no entanto, que não é consensual a ideia de D. Afonso IV ter batido sequer moeda, Gambetta considera que durante o reinado de o *Bravo* não se cunhou moeda em Portugal, tendo a Casa da Moeda de Lisboa se mantido praticamente sem laborar, sendo usada apenas para branquear os velhos dinheiros do tempo de seu de seu pai, e de D. Afonso III¹¹³. Na verdade, Gambetta invoca documentação da época, bem como transcreve a sua leitura, onde, por várias vezes, Afonso IV refere a situação de inatividade da *sua moeda*, e até a inscrição da Universidade em Lisboa (posteriormente em Coimbra), para o edifício da Moeda 1338¹¹⁴. Ao mesmo tempo, o autor considera que os dinheiros tradicionalmente atribuídos a D. Afonso IV, de legenda +A:REX:PORTVGL ou ALF:REX:PORTVGL, cuja talha e tipologia global é bem semelhante aos dinheiros de D. Afonso III, com legenda +ALFONSVS REX, são no fundo todos dinheiros de Afonso III, sendo que estes últimos, mais antigos, serão cunhagens de Coimbra, e os primeiros, tradicionalmente atribuídos a D. Afonso IV, são cunhagens de Lisboa de D. Afonso III.

Das cunhagens de D. Pedro, conhecemos apenas também os dinheiros, com a letra P a abrir a legenda¹¹⁵. Fernão Lopes, no entanto, fala-nos das emissões de boa moeda de ouro, as dobras de quatro e de duas libras, bem como, em prata, os torneses e os meios torneses.

¹⁰⁹ Gambetta, Agostinho Ferreira – *História da Moeda História da Moeda, Vol. I*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMLXXVII, pp. 48-49.

¹¹⁰ Marques, Mário Gomes – *Moedas de D. Fernando*. Lisboa: edição de autor, 1978, p. 9.

¹¹¹ Marques, A. H. de Oliveira – *Ob. cit.*, p. 207.

¹¹² Poiares, Antonino – *Ob. cit.*, pp. 207-217.

¹¹³ Gambetta, Agostinho Ferreira – *Ob. cit.*, p. 55 e pp. 257 e 258.

¹¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 259. Gambetta considera que esta situação só se justificaria se a Moeda estivesse inativa, pois não poderiam funcionar Universidade e oficinas monetárias em simultâneo, no mesmo espaço.

¹¹⁵ O P de Pedro e o D de Dinis na abertura das legendas dos dinheiros destes monarcas prestam-se a confusões regulares, Gambetta, *Ob. cit.*, p. 258, considera que não houve cunhagens de D. Pedro I, sendo os dinheiros atribuídos a este monarca todos de D. Dinis.

*“Veo el-rrei dom Pedro, filho d’este rei dom Affonso, e nom mudou moeda por cobiça nem outro gaanho, mas feze-a mui boa d’ouro e de prata, como dissemos; mas foi em pouca cantidade.”*¹¹⁶

Não se conhecem nenhum destes exemplares. O próprio Aragão refere não ter tido conhecimento de nenhum, reproduzindo apenas a gravura de um pressuposto ensaio em cobre de uma dobra de D. Pedro I, alegadamente depositada no Gabinete Numismático de Copenhaga, mas que o autor refuta como sendo falsa¹¹⁷. Ferraro Vaz cita Manuel Severim de Faria e as suas *Notícias de Portugal* (1655), em que o autor refere que possui uma dobra de D. Pedro I, desafortunadamente, a coleção de Severim de Faria terá desaparecido 100 anos depois, no grande terramoto de Lisboa¹¹⁸. Nos fascículos do *Dicionário de Numismática Portuguesa* (1872-1884), José do Amaral Toro publicou uma gravura de uma outra dobra atribuída a D. Pedro I. Contudo, não há notícia de nenhum exemplar conhecido desde o século XVIII.

Rematando as emissões portuguesas da primeira dinastia, está a profusa e diversificada numária de D. Fernando I (1367-1383), (anexos, pp. 119-124).

Herdeiro de uma situação financeira desafogada, resultado da política de aforro e de neutralidade de D. Pedro face às guerras europeias, bem como do contexto do fim da Peste Negra, D. Fernando iniciou o seu reinado com os cofres do Estado bem providos:

*“Este rrei dom Fernando começou de rreinar o mais rrico rrei que em Purtugall foi ataa o seu tempo: ca elle achou grandes tesouros que seu padre e avoos guardarom, em guisa que soomente na torre do aver do castello de Lixboa foram achadas oitocentas mill peças d’ouro e quatrocentos mill marcos de prata, afora moedas e outras cousas de grande valor que hi estavom, e mais todo ho outro aver em grande cantidade que em certos logares pollo rreino era posto.”*¹¹⁹

Esta situação financeira favorável permitiu que as emissões monetárias do reinado de D. Fernando (anexos, figs. 1-10) tenham sido, logo desde o início, uma das mais prolixas e fascinantes da história das moedas portuguesas. No total, estamos a falar de dez tipos (com respetivos divisores na maior parte deles) monetários distintos cunhados ao longo de todo o reinado, durante cinco momentos diferentes, que conseguimos organizar a partir das sugestões de Mário Gomes Marques¹²⁰:

¹¹⁶ Macchi, Giuliano – *Crónica de D. Fernando de Fernão Lopes*. Edição crítica da Imprensa Naciona-Casa da Moeda, 2ª. Ed., maio de 2004. ISBN 972-27-1252-7, Cap. LV:68-71, p. 189.

¹¹⁷ Aragão, C. A. Teixeira de – *Ob. cit.*, p. 175.

¹¹⁸ Vaz, J. Ferraro – *Ob. cit.*, p. 84.

¹¹⁹ Macchi, Giuliano – *Ob. cit.*, Prólogo:64-72, p. 5.

¹²⁰ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, pp. 211-227.

- I. Janeiro de 1367 e abril de 1369 (início do reinado, até à guerra com Henrique de Trastâmara)
- II. Abril de 1369 e março de 1371 (entre o início da guerra e a Paz de Alcoutim)
- III. Março de 1371 e meados de 1372 (entre a Paz de Alcoutim e a segunda guerra fernandina)
- IV. Meados de 1372 a maio de 1375 (início da segunda guerra com o Trastâmara e a promulgação da Lei das Sesmarias)
- V. Período indeterminado, posterior a 1375 até ao final do reinado (1383)

Logo no início do reinado, entre janeiro de 1367 e abril de 1369¹²¹, o monarca terá cunhado as suas primeiras dobras pé terra¹²², as primeiras boas moedas de ouro portuguesas, com um toque de 897 ‰, cunhadas depois dos morabitos do século XIII. Ao mesmo tempo, durante esta primeira fase do seu reinado, anterior à guerra, portanto, D. Fernando terá também emitido os seus reais de prata do tipo I (F coroados), em prata de boa qualidade.

No segundo momento, durante o início da guerra (1369), e até ao Tratado de Alcoutim, teríamos uma fase de desvalorização monetária, com as emissões dos gentis de ouro (em março de 1370 havia já três variedades destas moedas¹²³), os torneses de cruz e de busto, em prata, os reais brancos, as barbudas e os graves em bolhão.

No terceiro momento, terão sido cunhadas as primeiras séries dos pilares de bolhão (com menos de 200 ‰). Os meios torneses atípicos de bolhão fraco (apenas 250 ‰) serão talvez também dos primeiros meses de 1372.

O quarto momento corresponderá às emissões dos fortes e meios fortes em prata de 900 ‰.

Por fim, na fase final do reinado, terão sido cunhados os primeiros reais de prata do tipo II (letras FR coroadas) e a continuação da cunhagem dos pilares.

Os dinheiros, com reduções não assumidas da talha de lei, terão sido cunhados durante todo o reinado, ou pelo menos desde o início até ao final do quarto momento.

A morte de D. Fernando, e consequente crise sucessória, permitiu um momento muito particular de emissões monetárias portuguesas. Primeiro com as emissões da jovem rainha *de jure*, D. Beatriz, filha de D. Fernando, os seus reais de prata. Depois as moedas de João I de Castela, o marido de D. Beatriz, em que este usa o título de rei de Portugal¹²⁴. As presumíveis amoedações do Infante D. Dinis, filho de D. Pedro I e de D. Inês de Castro, pretendente ao trono e, finalmente, as cunhagens de D. João, Mestre de Avis, ainda como Defensor e Regedor do Reino (anexos, p. 129).

¹²¹ Marques, Mário Gomes – *História da Moeda Medieval Portuguesa*, p. 41.

¹²² Idem, *ibidem*.

¹²³ Idem – *Moedas de D. Fernando*, p. 215.

¹²⁴ Pernas, Antonio Orol – *Acuñacion de Juan I de Castilla como rey de Portugal*, in NVMMVS, Vol. X-2. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1974, pp. 65-71 (ainda que essas moedas de João I de Castela, uns *cornados*, tenham sido cunhados em Zamora, referimo-los aqui como amoedação portuguesa apenas pela titulação apresentada na legenda.

A vitória de Aljubarrota e a aclamação das Cortes de Coimbra (1385) puseram um fim às contendas do interregno e lançaram o Mestre de Avis para o trono de Portugal, inaugurando assim uma nova dinastia.

As emissões de D. João I começaram por seguir o sistema monetário que vinha de D. Fernando. Contudo, tal como durante o reinado do irmão, a numária de D. João I é uma das mais complexas em relação à sua organização. As sucessivas desvalorizações, as despesas da guerra com Castela, com as obras públicas e com as preparações da expansão marítima, levaram a sucessivas alterações do sistema monetário. Com efeito, D. João I terá sido “*o maior quebrador de moeda que em Portugal tem havido*”¹²⁵. Durante o seu reinado não foi cunhado ouro, e a própria prata praticamente é inexistente, sendo o grosso das suas amoedações composta por bolhão fraco e até cobre, já no final do reinado.

Em termos gerais, podemos dividir as emissões de D. João I em quatro séries distintas, cada uma correspondendo a um período cronológico preciso:

- I. Primeira série – 1385 – 1397
- II. Segunda série – 1398 – 1406
- III. Terceira série – 1406 e 1414
- IV. Quarta série – 1415 – 1433

Durante o primeiro momento do reinado, as amoedações de D. João I começaram por se afirmar com os reais de dez soldos (anexos, pp. 130-131) em boa prata (*quase bolhão*, segundo Ferraro Vaz¹²⁶), cunhados no Porto, para rapidamente se desvalorizarem um pouco para os reais de dez soldos comuns, do Porto, Lisboa e Évora (incluem-se aqui os submúltiplos, os meios reais típicos e atípicos e os quartos de real) (anexos, pp. 133-134).

A segunda série, correspondente a um novo momento de desvalorização e quebra da moeda, é composto pelas emissões do real de três libras e meia, também em bolhão¹²⁷, possivelmente ainda de 1398.

Na terceira série temos os reais cruzados de 35 soldos, com a legenda +REPARATIO:REX PUBLICE. A explicação para esta curiosa legenda é-nos dada nas Cortes de Évora, de 1408:

“... *pera refazimento das fortalezas do reino que estão mal repairadas; ElRey ouvesse e podesse em ellas mandar despender o que ficasse do emprestimo que lhe feito em Santarem pera se desfazer a moeda de tres libras e mea, e se tornar em crusados de trinta e cinco soldos...*”¹²⁸

¹²⁵ Reis, Pedro Batalha - *Moedas de Toro, estudo das moedas d’El-Rei D. Afonso V que têm as armas de Portugal, Castela e Leão*. Lisboa, 1933, p. 44.

¹²⁶ Vaz, J. Ferraro e Salgado, Javier – *Ob. cit.*, p. 97.

¹²⁷ Ferro, Maria José Pimenta – *Estudos de História Monetária Portuguesa (1383-1438)*. Lisboa, 1974, p. 28..

¹²⁸ Das Cortes de Évora (1408), colhido em Aragão, A.C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 208.

Ainda na terceira série, estão os reais de dez reais brancos (com a letra Y coroada, distintos dos antigos reais de dez soldos com a sigla IHNS coroada) e os seus submúltiplos, nomeadamente o real branco. Estas moedas, cunhadas em 1414, tinham por fim o financiamento da expedição de Ceuta (anexos, p.132-133):

*“Cerca de 1414, as oficinas monetárias entram de novo em laboração e, desta vez, o objectivo é a obtenção de numerário para fazer face às despesas para a conquista de Ceuta.”*¹²⁹

A quarta série é composta por numerário muito desvalorizado, da série dos reais de dez reais e pelos reais pretos em cobre (no fundo, são os velhos reais de três libras e meia, mas já sem gota de prata)¹³⁰.

A política monetária dos sucessores de D. João começou a afirmar-se mais fortemente com a provisão dos metais preciosos da expansão, primeiro da conquista africana, depois da navegação para Oriente. Os primeiros proveitos da expansão, logo no reinado de D. Duarte, terão permitido uma política monetária de saneamento e solidificação da moeda, procurando reforçar o poder aquisitivo internacional do real português, afirmando-se pela emissão de boa prata (primeiro com os leais – anexos, fig. 134) e de ouro (com os escudos). Por trás desta política de reforço das contas públicas, estaria o Conde D. Pedro (ainda antes de ser regente), como irmão e conselheiro de D. Duarte¹³¹. O escudo de ouro eduardino representaria, neste contexto, o regresso da cunhagem de ouro em Portugal, suspensa desde os finais do reinado de D. Fernando. Contudo, apesar de bem referido na literatura, não se conhecem atualmente nenhum exemplar do escudo de D. Duarte¹³². A única referência que continua a ser utilizada é a reprodução de uma gravura publicada ainda no século XVIII, por D. António Caetano de Sousa¹³³.

A amoedação de cobre de D. Duarte, os reais pretos e os meios reais pretos, o que, segundo alguns autores¹³⁴, são no fundo os mesmos reais pretos, cunhados num módulo menor.

Foi ainda o *Eloquente* o responsável pelo abandono da libra como moeda de conta, que havia sido instituída, como vimos, por D. Afonso III, e a institucionalização do real como nova moeda de conta¹³⁵. Na verdade, o real (branco, no valor de um soldo) passaria a ser, desde então, a unidade monetária em Portugal até ao final da monarquia, em 1910.

¹²⁹ Ferro, Maria José Pimenta – *Ob. cit.*, p. 29.

¹³⁰ Marques, Mário Gomes – *História da Moeda Medieval Portuguesa*, pp. 140-141.

¹³¹ Ferro, Maria José – *A Política Monetária do Regente D. Pedro (1439-1448)*, in NVMMVS, 2ª. Série, Vol. II. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1979, pp. 15-17.

¹³² Marques, Mário Gomes – *História da Moeda Medieval Portuguesa*. Sintra, Instituto de Sintra, 1996. ISBN 972-9056-07-2, p. 48.

¹³³ Sousa, D. António Caetano – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo IV. Edição facsimiliada da Academia Portuguesa da História, a partir da edição revista de 1947. ISBN 978-989-554-300-7, prancheta D, gravura 24.

¹³⁴ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 142.

¹³⁵ Ferro, Maria José Pimenta – *Estudos de História Monetária Portuguesa*, p. 39 e p.50.

No reinado seguinte, o aumento do fluxo de metal precioso, em particular o reluzente ouro africano, que terá entrado no reino em maior abundância a partir de 1443¹³⁶, permitiu a D. Afonso V um novo relançamento económico, com a emissão de novos e valiosos espécimes numismáticos em ouro, desde o escudo de ouro (140 reais brancos¹³⁷ - anexos, pp. 135-136) e o cruzado (originalmente, em 1457, valeria 253 reais brancos, mas terá desvalorizado para os 324 reais brancos, no final do reinado¹³⁸ - anexos, p. 136-137), ambos bem conhecidos e documentados, até aos exemplares de cobre mais comuns, mas ainda assim fundamentais para a economia do dia a dia, que são os ceitis de 1/5 de real¹³⁹, passando pela prata forte, como a manutenção do leal e os reais grossos, a partir de 1457¹⁴⁰, o bolhão, também foi emitido em espécimes de menor qualidade, como os espadins, que valiam quatro reais brancos¹⁴¹ e os cotrins (anexos, pp. 138-139).

D. Afonso V cunhou ainda moeda de guerra, para a invasão de Castela, em 1475. Tratam-se dos reais com as armas portuguesas e castelhanas, lavrados entre 1475 e 1478, já depois da derrota em Toro, em 1476¹⁴² (anexos, p.158).

O final do século XV e o início do século XVI correspondem, em Portugal, a uma política de afirmação internacional, por via mercantil marítima, que D. João II e, posteriormente, D. Manuel I reforçaram. Essa política expressou-se também na produção monetária nacional. O justo de ouro de D. João II (600 reais – anexos, p.141), ou os portugueses (3000 reais) de D. Manuel I, são das moedas mais emblemáticas de todos os tempos na numária lusitana.

O justo, moeda excelente em ouro, lançada em 1485¹⁴³, foi uma ferramenta de afirmação económica e política de D. João II. Cunhado inicialmente na lei de 24 quilates (916,6 ‰), equivalendo a 600 reais, em conjunto com os cruzados (que corriam agora por 380 reais), é uma demonstração da abundância de ouro que acorria ao reino por aqueles tempos, mas também uma afirmação política. Nomeadamente a nível de política externa. Sendo uma moeda cujo destino seria o entesouramento ou a saída do país¹⁴⁴ (os cruzados asseguravam a circulação mediana do ouro em Portugal). Maria José Pimenta Ferro interpreta-a como tendo sido um veículo de propaganda e internacional:

“[...] não há dúvida também que esta moeda (o justo), quer pelo seu toque, quer pelo seu poder de compra, menor que o do cruzado, está destinada a desaparecer da circulação pelo entesouramento, ou pela expulsão do reino. A menos que a sua finalidade fosse outra, ou seja,

¹³⁶ Idem, *ibidem*, p. 17.

¹³⁷ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 134.

¹³⁸ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, pp. 51-52.

¹³⁹ Magro, Francisco A. Costa – *Ceitis*. Sintra: Instituto de Sintra, 1986, pp. 14-15.

¹⁴⁰ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 126.

¹⁴¹ Idem, *ibidem*, pp. 132-133.

¹⁴² Reis, Pedro Batalha - *Moedas de Toro, estudo das moedas d’El-Rei D. Afonso V que têm as armas de Portugal, Castela e Leão*. Lisboa, 1933, pp.36-37.

¹⁴³ Ferro, Maria José Pimenta – *Subsídios para o estudo da história monetária do século XV*, in NVMMVS, 2ª. Série, IV/V/VI, Porto, SPN, 1981-1983, p. 26.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*.

a justificação no exterior de um acto político, havido cerca de um ano antes: as mortes dos duques de Bragança e de Viseu. cremos poder ser esta uma leitura possível da legenda («Justus ut palma florebit»¹⁴⁵) e do tipo desta moeda (a figura real no trono, com a espada erguida, símbolo da justiça).¹⁴⁶

Por seu turno, as legendas do anverso dos justos de D. João II ostentam já a titulatura expansionista dos monarcas portugueses do final do século XV e de todo o século XVI: assim, rodeando as armas nacionais coroadas, já com os escudetes laterais na posição moderna vertical, a legenda surge-nos comumente¹⁴⁷ assim: +IOHANES:I.I. R. PORTVGALIAE: ET:A: D: GVINE, algo como: *João II, rei de Portugal e Algarves e Senhor da Guiné*¹⁴⁸. Isto é, o monarca português afirma o seu domínio comercial sobre a Guiné, ou a costa ocidental africana.

Pouco depois da cunhagem dos primeiros justos, Dias acabava por dobrar o Cabo da Boa Esperança, o *Tormentoso*, abrindo caminho para o Índico, para a vertente Oriental do mundo e do cobiçado comércio. D. Manuel I, herdeiro improvável de tamanho projeto, acaba por dar continuidade ao que fora delineado, avançando, assim que pronto, para a Índia. Como expressão da ampliação dos seus domínios, o Venturoso cunha os célebres portugueses de ouro¹⁴⁹, a maior moeda de ouro do seu tempo e, durante séculos, das maiores de todos os tempos¹⁵⁰.

O português, cunhado provavelmente depois de 1499¹⁵¹ e até 1538¹⁵² (anexos, pág. 145), ostenta a nova titulatura régia, em duas legendas circulares em torno das armas reais coroadas: +I:EMANVEL:R:PORTVGALIE:AL:G:VL:IN:U:C CN:C.ETHIOPIE:ARABIE:PERSIE:IN, isto é: *Manuel I, rei de Portugal, dos Algarves, daquém e além-mar em África, senhor da Guiné, da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*¹⁵³.

Na prata, a introdução do cinquinho (cinco réis), do meio-vintém (10 réis), do vintém (20 réis) e do tostão (100 réis), viriam a ser os primeiros esboços de reorganização decimal do sistema monetário português. O cobre, já sem qualquer vestígio de liga de prata, passou a ser assumido pela política monetária real, criando-se (ainda que efemeramente) as moedas de meio-real e de real, no reinado de D. Manuel¹⁵⁴ (anexos, figs. 42 e 43). Simultaneamente, os

¹⁴⁵ Do Salmo 92:12, “O justo florescerá como a palmeira”, trad. de João Ferreira de Almeida, in *A Bíblia Sagrada*, Edição revista da Sociedade Bíblica. Lisboa: 1981, p. 611.

¹⁴⁶ Ferro, Maria José Pimenta – *Ob. cit.*, p. 26.

¹⁴⁷ Naturalmente, existem variações da legenda, nomeadamente em termos das abreviaturas, dos sinais separadores, e mesmo do numeral do rei, o que veremos mais à frente.

¹⁴⁸ Gomes, Alberto e Trigueiros, António Miguel – *Moedas Portuguesas na Época dos Descobrimentos (1385-1580)*. Lisboa: Edição de Autor, 1992. ISBN 972-95774-0-4, p. 85.

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁰ Trigueiros, António Miguel - *Moedas dos Descobrimentos, Prestígio de Portugal no Mundo*. Lisboa, Edição de Autor, 1983, p. 10.

¹⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 14.

¹⁵² Idem - *Numismática e Medalhística*, in *XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura*, Separata do Catálogo. Lisboa: 1986, p. 14.

¹⁵³ Gomes, Alberto e Trigueiros, António Miguel – *Ob. cit.*, p. 108.

¹⁵⁴ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, pp. 256-257.

pequenos ceitis de cobre (agora rebaixados para 1/6 de real¹⁵⁵). Tal como os restantes europeus, Portugal assumia o sistema de giro do bimetalismo moderno (baseado na cotação nominal do ouro e prata, mas usando numerário fiduciário em cobre), característico dos primeiros tempos da Idade Moderna e precursor dos sistemas contemporâneos que, grosso modo, se aguentaram até 1918¹⁵⁶.

Os reinados seguintes, de D. João III e de D. Sebastião, deram continuidade ao sistema monetário de D. Manuel I, introduzindo, porém, frações em cobre de três, cinco e dez reais, moedas que, apesar de terem sido produzidas apenas até meados do século XVI, durante a regência de D. Henrique, na menoridade de D. Sebastião, tiveram um tempo de circulação muito longo, sendo usadas como numerário diário ainda no século XVII. São ainda nos reinados de D. João III e D. Sebastião que se introduz o São Vicente e respetivo múltiplo (anexos, figs. 46 e 47), que, a par do português, foi a moeda emblemática de ouro dos descobrimentos¹⁵⁷, e o São Tomé, emissão para a Índia, outra peça exemplar que se tornou incontornável no universo do comércio do Índico:

*“A mesma carta régia de 26 de Outubro de 1544 que criou os cruzados calvários, na valia de 400 reais, determinou também o fabrico de uma nova moeda, «do ouro que me veio da Índia», designada por escudo de São Tomé e na valia de 1000 reais.”*¹⁵⁸

Juntamente com os São Vicente e com os cruzados de cruz do calvário, os São Tomé são, talvez, das moedas portuguesas de maior expressividade artística, absolutamente integradas no universo do que melhor se gravava na Europa Renascentista de então. A grande responsabilidade pelo cunho excecional dos São Tomé é do ourives Diogo Álvares, que abriu os cunhos, e do artista António de Holanda (1490-1558) que o desenhou¹⁵⁹. Será este autor o mesmo criador dos São Vicente e meios São Vicente, que continuara a ser batidos no reinado seguinte, agora segundo desenho do filho, Francisco de Holanda (1517-1584).

Durante o reinado de D. Sebastião a amoedação nacional começou por seguir os tipos determinados pelos alvarás joaninos, dando continuidade aos espécimes que estavam em circulação, contudo, ainda durante a regência de D. Henrique, uma série de alterações monetárias foram introduzidas no sistema. O cruzado de ouro é suspenso e substituído pelos 500 reais de ouro. Ao mesmo tempo, as leis de 22 de outubro de 1566 e 3 de março de 1568 determinam o fim dos espécimes de cobre, o patacão de X reais, os V reais, os III reais, a moeda de real e o ceitel¹⁶⁰. Com efeito, as amoedações de cobre ficariam suspensas em

¹⁵⁵ Magro, Francisco A. Costa – *Ob. cit.*, p. 15.

¹⁵⁶ Rivoire, Jean – *Ob. cit.*, pp. 91-100.

¹⁵⁷ Salgado, Javier Sáez – *Da História da Moeda em Portugal*. Lisboa: ACJ, 2002. ISBN 972-611-802-6, pp. 58-59.

¹⁵⁸ Gomes, Alberto e Trigueiros, António Miguel – *Moedas Portuguesas na Época dos Descobrimentos (1385-1580)*. Lisboa: Edição de Autor, 1992. ISBN 972-95774-0-4, p. 156.

¹⁵⁹ Trigueiros, António Miguel – *Numismática e Medalhística*, etc., 1986, p.14.

¹⁶⁰ Aragão, A.C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, pp. 286-287.

Portugal durante os próximos 77 anos¹⁶¹ (são se retomariam as cunhagens de cobre no reinado de D. João IV, por ordem de 24 de março de 1645¹⁶²).

Depois do desastre de Alcácer Quibir, D. Henrique e os Governadores do Reino continuaram a bater moeda segundo o sistema em vigor, nomeadamente os 500 reais em ouro e os tostões, meios tostões e vinténs em prata¹⁶³.

No conturbado processo político do início da década de 1580, surge um novo e interessante conjunto numismático lavrado por D. António, o Prior do Crato. Pretendente aclamado popularmente como rei, mas nunca reconhecido juridicamente por aclamação em cortes. As moedas de D. António são exemplares escassos, cunhados em três períodos distintos das suas desafortunadas tentativas de apropriação da coroa de Portugal. O primeiro momento, ainda em Lisboa, compreende as emissões que seguiram o sistema tradicional à época; o segundo momento são as emissões rebeldes de Angra do Heroísmo e, por fim, as emissões no exílio, na Casa da Moeda de Gorcum, nos Países Baixos, mimetizando as emissões francesas de Henrique III, mas também copiando os tipos tradicionais portugueses¹⁶⁴.

Não muito estudadas atualmente, as moedas de D. António foram exaustivamente analisadas e contextualizadas por Batalha Reis, a propósito das celebrações do duplo centenário, na década de 1940:

*“Assim, no Reino, onde cingira a coroa pelo curto espaço de dois meses, aí (D. António, em Lisboa) lavra as suas primeiras moedas, acolhendo-se depois às ilhas dos Açores que o mantêm como rei, perto de três anos, e onde se dão os mais importantes e característicos lavramentos do seu reinado, e finalmente refugia-se no Estrangeiro, onde também é cunhada moeda em seu nome, no intuito de continuar a campanha para reaver a coroa perdida.”*¹⁶⁵

Naturalmente, Filipe II (I de Portugal) não poderia tolerar a audácia de uma usurpação do seu régio e exclusivo poder de cunhagem, como tal, logo em fevereiro de 1581:

“Eu elrey faço saber aos que este alvará virem, que eu sou informado, que D. António Prior do Crato no seu tempo, que se levantou usurpando nome de Rey, mandou lavrar moeda com seu nome, e com os cunhos de minhas armas reaes da corôa destes reynos, de muito menos peso do que as leys, e ordenações delles permittem: e porque a dita moeda não podia nem devia correr, ainda que fora de justo peso, e valor, por ser mandada lavrar por pessoa, que

¹⁶¹ Não consideramos aqui as efémeras cunhagens periféricas de cobre, em Angra do Heroísmo, por D. António, visto que essas moedas nunca foram reconhecidas legalmente pelo cetro de Filipe II (I de Portugal).

¹⁶² Aragão, A.C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo II, p. 25 e p. 273 *“Felício Monteiro Pereira, thesoureiro da caza da moeda, faça lavrar a moeda de cobre...”*

¹⁶³ Vaz, Ferraro e Salgado, Javier – *Livro das Moedas de Portugal*. Braga, Barbosa e Xavier, Lda., MXMLXXXVII, pp. 231-237.

¹⁶⁴ Reis, Pedro Batalha – *Numária de El-Rei D. António, Décimo oitavo rei de Portugal, o ídolo do povo*. Lisboa: Vol. XI dos Anais do Ciclo da Restauração, Academia Portuguesa da História, 1947, pp. 315-318.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 74.

*para isso não tinha poder, nem autoridade. Hey por bem, e mando, que da publicação deste alvará em diante, a dita moeda não corra mais em meus reynos e senhorios.*¹⁶⁶

Apesar de tudo, durante a União Ibérica, a amoedação portuguesa, batida em nome dos Filipes, manteve não só a tradição do sistema monetário português, como preservou a iconografia real tradicional, garantida, aliás, pelas Cortes de Tomar, em abril de 1581:

*“Cap. VIII – Que o ouro e prata, que se lavrar em moedas nestes reynos se lavrarão com os cunhos de armas de Portugal [...].”*¹⁶⁷

Carregada de grande intencionalidade política, esta disposição das Cortes de Coimbra foi sempre preservada até à Restauração, na verdade, ainda antes das cortes, em janeiro de 1581, uma provisão de Filipe II (I de Portugal), avisava já sobre a continuidade no lavramento do dinheiro português:

*“Eu ellrey faço saber aos que este virem que eu ey por bem e meu seruiço, que daqui en diante, em quanto o eu asi ouuer por bem e não mandar o contrayro, se laure na casa da moeda da cidade de lix.^a moeda douro e prata daquella ley, peso e valia que se lauraua na dita casa em tempo do sñ Rey dom Sebastião, meu sobrinho, e do sñ Rey dom Henrique, meu tio, que santa gloria ajão, por suas prouisões, as quais se conprirão inteiramente como se de prata terão emcorpadas, e as moedas que se laurarem asi douro como de prata terão os mesmos crunhos, e letras das outras moedas, contehudas nas ditas prouisois, pomdose nellas o meu nome, como se custuma fazer [...].”*¹⁶⁸

Deste modo, as moedas portuguesas cunhadas com o nome dos reis de Espanha preservaram não só a coroa e escudos portugueses da tipologia geral, bem como seguiram o sistema em vigor desde o final do reinado de D. Sebastião. Os espécimes filipinos são pois os 500 réis de ouro, o cruzado e seus múltiplos (dois e quatro cruzados), também em ouro, e o tostão de prata e submúltiplos (meio tostão) e o vintém e múltiplos (XXXX e LXXX réis), tudo espécimes cunhados exclusivamente em Lisboa (excluindo, claro, as emissões ultramarinas na Índia)¹⁶⁹.

Depois de 1640 também não houve grandes alterações no sistema monetário. D. João IV manteve o sistema anterior, embora o esforço de guerra o tenha forçado a reavaliar os valores do ouro e da prata, forçando para isso a contramarcacão das moedas com novos valores nominais, forçando um aumento do preço da moeda face ao seu valor intrínseco em metal. Para poder não só financiar rapidamente as despesas de guerra, mas também para poder contramarcacão rapidamente as moedas por todo o reino, D. João IV reabre, em 1642, as casas da moeda do Porto (agora não na Alfândega, mas sim nos Paços Municipais, na Casa dos Vinte e

¹⁶⁶ Alvará de 4 de fevereiro de 1581, leitura de Aragão, A.C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 425.

¹⁶⁷ Capítulo VIII das Cortes de Tomar, 1581, cit., em Macedo, Newton de – *História de Portugal*, Vol. IV. p. 102,

¹⁶⁸ Aragão, A.C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 425, Alvará de Filipe I, de Elvas, 1 de fevereiro de 1581.

¹⁶⁹ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, pp. 536-552.

Quatro, junto à Sé¹⁷⁰) e de Évora. Ao mesmo tempo, distribuiu por todo o reino novas casas de contramarcacão: Viana do Castelo, Miranda, Trancoso, Lamego, Castelo Branco, Coimbra, Tomar, Évora, Beja e Tavira¹⁷¹.

A reintrodução do processo de cunhagem de numerário em cobre (real, real e meio, três e cinco reais) é outra das novidades, como vimos, do reinado de D. João IV¹⁷².

A política monetária de D. Afonso VI, melhor dizendo, a política monetária do ministro do rei, o Conde de Castelo Melhor e, depois, do regente D. Pedro, mantém a mesma continuidade, contudo, apenas as oficinas monetárias de Lisboa e Porto se mantiveram abertas. Os espécimes principais continuam a ser os cruzados de ouro. Na prata, porém, assiste-se ao relançamento do cruzado de prata, uma moeda que viria a ser continuamente cunhada até meados do século XIX. Dizemos relançamento porque, como vimos, os primeiros cruzados de prata, ainda que efémeros e inusitados, foram lançados por D. António. Ainda na prata, as séries dos tostões e dos vinténs continuaram a ser batidas¹⁷³.

É ainda destes primeiros anos depois da Restauração que se enceta em Portugal a primeira cunhagem mecânica¹⁷⁴, com um balancé importado de França, em 1649¹⁷⁵. O balancé terá funcionado muito efemeramente, apenas para produzir a medalha da Conceição, primeiro com o ferro aberto em 1648 e depois com o de 1650. A Conceição, inicialmente produzida como medalha laudatória dos Braganças à sua padroeira, acabou por ser decretada moeda com valor de curso de 12 mil réis, em 1651¹⁷⁶. Atualmente, este é um dos exemplares mais escassos de toda a numária portuguesa posterior à Restauração. O Gabinete de Numismática da Câmara Municipal do Porto possuiu um dos poucos conhecidos.

Apesar do engenho de 1649, a produção monetária portuguesa manteve-se na cunhagem manual até 1677, quando o Regente D. Pedro adquiriu, para a Moeda de Lisboa, um novo balancé que começou, de imediato, a ser usado. No Porto, a reabertura da Casa da Moeda na Alfândega, em 1688 foi feita já com um balancé mecânico. De ora em diante, a cunhagem manual cessaria em Portugal.

A lei de D. Pedro II, de 4 de agosto de 1688, viria a estabelecer o padrão mais comum da moeda portuguesa no cruzado de prata de 480 réis¹⁷⁷, que viria a ser cunhado continuamente até à decimalização do sistema monetário, em 1835, no contexto da renovação liberal.

¹⁷⁰ Silva, Francisco Ribeiro da – *A Casa da Moeda do Porto Durante a Restauração*, in *O Tripeiro*, Série Nova, Ano IX/Nº.3. Porto, 1986, p.68.

¹⁷¹ Idem, *ibidem*.

¹⁷² Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo II, pp. 24-25.

¹⁷³ Vaz, Ferraro e Salgado, Javier – *Ob. cit.*, pp. 297-303.

¹⁷⁴ De referir que em 1562, na Moeda de Lisboa, João Gonçalves experimentou um processo de produção de moeda em série não manual, através de fundição. O resultado dessa experiência foram os 500 reais denominados de *engenhoso*, em virtude da alcunha do seu autor. Os *engenhosos* são a primeira moeda datada portuguesa, contudo, não sendo uma cunhagem, mas sim um produto fundido em molde, não o consideramos como parte da cunhagem mecânica.

¹⁷⁵ Aragão, A.C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo II, p. 17.

¹⁷⁶ Idem, *ibidem*, p.18.

¹⁷⁷ Aragão, A.C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo II, p. 64.

A descoberta do ouro do Brasil marcou as amoedações portuguesas dos finais do século XVII e de praticamente todo o século XVIII. Ainda no reinado de D. Pedro II abrem as casas da moeda do Estado do Brasil, Baía (1694), Pernambuco (1698) e Rio de Janeiro (1700); já no reinado seguinte, D. João V abre a Casa da Moeda de Minas Gerais (1720)¹⁷⁸. Ao mesmo tempo, o mesmo monarca encerraria a Moeda do Porto em 1721, centralizando todas as emissões da metrópole em Lisboa.

Grosso modo, a moeda portuguesa, sobretudo em relação aos espécimes de ouro e prata, seguiu o tradicional padrão bimetalico e manteve o mesmo padrão tipológico das dobras e dos cruzados até ao triunfo liberal, em 1834. O padrão bimetalico ouro-prata ainda subsistiu uns anos, dentro do sistema decimal, entre 1849 e 1854, mas depois da lei de 29 de julho de 1854, de Fontes Pereira de Melo, o sistema monetário monometalista de padrão ouro passou a vigorar até ao final da monarquia, sendo o ouro a moeda principal, a prata moeda subsidiária¹⁷⁹ e o bronze moeda divisionária¹⁸⁰.

Os principais exemplares das moedas do final da monarquia são, portanto, em ouro, os 10.000 réis (coroa), os 5.000 réis, os 2.000 réis e os 1.000 réis; na prata, os 500, 200, 100 e 50 réis. Nos cobs, os valores amoedados eram os 20, dez, cinco e três réis.

No início do século XX, em consequência das graves crises de final de oitocentos, o real português encontrava-se bastante depreciado, não havendo já amoedações em ouro. Como tentativa de sanear as despesas e relançar a moeda portuguesa, revalorizando-a, o ministério da fazenda de António Teixeira de Sousa e o seu sucessor Rodrigo Afonso Pequito, tentaram alterar a unidade monetária portuguesa para o *Luso* de ouro, no valor de 200 réis, integrado na União Latina¹⁸¹, o único ensaio de moeda única europeia. Esta proposta deu entrada na Câmara dos Deputados, a 5 de Outubro de 1904, mas nem sequer foi discutida¹⁸². Meia dúzia de anos depois, em março de 1910, o ministro João Soares Branco apresentaria uma nova proposta de saneamento monetário, apresentando uma nova moeda para o país, o cruzado-ouro, dividido em 100 ceitis. O cruzado valeria 400 réis e teria um toque de 835‰¹⁸³. A queda do governo, em 26 de junho de 1910, acabaria por determinar o fim e o esquecimento do novo *cruzado* de ouro português. Mas ainda assim, o último governo monárquico em Portugal iria apresentar uma derradeira proposta de renovação monetária para o reino, entre julho e setembro de 1910¹⁸⁴,

¹⁷⁸ Vaz, J. Ferraro – *A moeda de Portugal no mundo*. Braga: ed. de autor, 1986, p. 38.

¹⁷⁹ Este monometalismo efetivo, com a prata em lugar subsidiário (sem oscilações de valor intrínseco) era chamado de *bimetalismo coxo*, ver Rivoire, Jean – *Ob. cit.*, p. 144.

¹⁸⁰ Trigueiros, António Miguel – *A Grande História do Escudo Português*. Lisboa: Edições Col. Philae, 2003. ISBN 972-99013-0-9, p. 33.

¹⁸¹ A União Monetária Latina, fundada em 1865, estabeleceu uma paridade cambial entre as unidades monetárias (em prata) da Bélgica, Suíça, Itália, Espanha e Roménia em relação ao franco francês. Assim, o franco belga, o franco suíço, a lira italiana, a peseta espanhola e o leu romeno valiam exatamente um franco francês. Ver Rivoire, Jean, - *Ob. cit.*, p. 86.

¹⁸² Trigueiros, António Miguel – *A Grande História do Escudo Português*, p. 38.

¹⁸³ Idem, *ibidem*, p. 40.

¹⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 43.

quando o Ministro da Fazenda, Anselmo Assis de Andrade, apresentou, no dia 3 de setembro, uma proposta à Direção Geral da Tesouraria com vista a uniformizar a moeda de prata portuguesa numa lei de 835‰, e retirar de circulação todas as moedas anteriores, num prazo máximo de três anos. Naturalmente que a história segue rumos diferentes do que os ministros por vezes imaginam, e, cerca de um mês depois, estalava vitoriosa a Revolução do 5 de Outubro, finando definitivamente o real português.

Seria precisamente o governo da República Portuguesa a empreender a mais determinante reforma monetária no nosso país do século XX, com a criação do escudo, pelo famoso Decreto de 22 de maio de 1911¹⁸⁵. Necessitados de recriar a imagética simbólica de representação do país, os primeiros governos republicanos entenderam reformular a moeda nacional, criando o escudo de ouro, no valor de 1.000 réis antigos. A par da renovação do rosto das emanações representativas do Estado, o escudo foi também uma aposta de política monetária, no sentido de revalorizar a moeda nacional, criando uma unidade forte, de padrão ouro, que pudesse equiparar-se às suas congéneres europeias. Assim, o Decreto de 22 de maio procurou alinhar o escudo português (dividido em 100 centavos) com os toques das moedas de ouro e prata da União Latina, adotados desde 1878¹⁸⁶.

O decreto previa, pois então, a emissão de moedas de 900‰ de ouro de 10\$00, 5\$00, 2\$00 e 1\$00; e uma moeda de prata, também com o mesmo toque, de 1\$00, e as outras com toque de 835‰ de 50, 20 e 10 centavos. O restante numerário divisionário seria em bronze e em níquel.

As contingências económicas e políticas desfavoráveis que assolaram a I República Portuguesa, começando desde logo pela instabilidade social, e acabando com a participação na Grande Guerra, lograram parte do projeto de 1911, impedindo, por exemplo, a cunhagem efetiva de moeda de ouro, mas o restante numerário foi emitido em grandes quantidades. A inflação galopante do pós-guerra, acentuada sobremaneira nos primeiros anos da década de 1920, acabaram por erodir o sonho da boa moeda em prata portuguesa, os primeiros escudos de prata desapareceram de circulação, para dar lugar a espécimes baratos de bronze-alumínio e alpaca. Entre 1928 e 1931, o novo Ministro das Finanças, delfim civil da ditadura militar, haveria de criar um novo padrão monetário, o *novo escudo*¹⁸⁷, que em termos práticos indexou as novas moedas de 10\$00 de prata aos valores do escudo de prata do decreto de 1911, isto é, desvalorizando-o dez vezes, mas conseguindo lançar uma moeda forte em Portugal.

Com mais ou menos desvalorização, inevitável no decurso das décadas, o escudo português sobreviveu, como moeda efetiva, isto é, sendo cunhada e transacionada no dia a dia, até à introdução da nova moeda nacional, o euro, em 1 de janeiro de 2002. Os últimos escudos portugueses foram cunhados na INCM em 2001, juntamente com os seus submúltiplos: 5\$00 e

¹⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 44.

¹⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 59.

¹⁸⁷ Idem, *ibidem*, pp. 145-146. A designação *novo escudo* encontra-se nos decretos de Salazar, de 9 de junho de 1931, mas na sua apresentação pública, a moeda nacional manteve apenas a designação simplificada de escudo.

10\$00 (em latão); 20\$00 e 50\$00 (em cupro-níquel) e 100\$00 e 200\$00 (moedas bimetálicas compostas com liga de latão e de níquel).

Atualmente, e até ver, o euro, moeda comum europeia, continua a ser batido na Imprensa Nacional-Casa da Moeda¹⁸⁸, com os seus submúltiplos de 1, 2, 5, 10, 20 e 50 cêntimos, e o seu múltiplo de 2 euros.

Oficinas monetárias portuguesas

As primeiras casas da moeda portuguesas recuam até ao século XII e ao início da nacionalidade. Há alguma polémica em torno da localização dessas oficinas primitivas, mas, em termos gerais, a listagem das casas da moeda que laboraram no território continental é a seguinte¹⁸⁹:

- I. Guimarães – do início da nacionalidade, não conhecemos outras referências a uma casa da moeda na sede do Condado Portucalense além de indicações bibliográficas¹⁹⁰.
- II. Braga – oficina também de atribuição polémica. Francisco Magro¹⁹¹ considera que há a possibilidade de pelo menos um, dos três morabitanos com letra B conhecidos, seja genuíno, e de emissão bracarense.
- III. Coimbra – apontada como sendo, na verdade, a primeira casa da moeda portuguesa, nomeadamente no Mosteiro de Santa Cruz¹⁹²; teria sido fundada por D. Sancho, no final do reinado de D. Afonso Henriques, e terá laborado até ao reinado de D. Afonso IV¹⁹³.
- IV. Lisboa – terá começado a laborar em meados do século XIII¹⁹⁴, durante a guerra entre D. Sancho II e o irmão D. Afonso (futuro Afonso III). No

¹⁸⁸ As duas empresas públicas fundiram-se numa só em 1977.

¹⁸⁹ Ao contrário da tradicional organização geográfica das casas da moeda, de norte para sul e de oeste para este, seguiremos uma organização cronológica.

¹⁹⁰ Dordio, Paulo – *Medieval and early modern portuguese mints: locations and buildings*, in *I Luoghi Della Moneta, Le Sedi Delle Zecche Dall'Antichità All'Età Moderna*, Atti Del Convegno Internazionale – 22-23 Ottobre, 1999, Milano: Comune Di Milano Settore Cultura Musei e Mostre Civiche Raccolte Archeologiche, 2001, p. 127.

¹⁹¹ Magro, F. A., Guerra, M. Filomena e Gondonneau, Alexandra – *Numária de D. Afonso Henriques*, in Atas do III Congresso Nacional de Numismática, Sintra. Lisboa: Clube Numismático de Portugal, 1985, p. 202.

¹⁹² Gambetta, Agostinho Ferreira, *História da Moeda, Vol. I*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1978, p. 252.

¹⁹³ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁴ Dordio, Paulo – *Ob. cit.*, p. 116.

reinado deste último III¹⁹⁵ estaria já a funcionar como emissor principal do país, até aos dias de hoje.

- V. Porto – fundada por D. Fernando, por volta de 1370¹⁹⁶, laborou continuamente na Alfândega Velha até 1607¹⁹⁷ tendo sido reaberta provisoriamente nos Paços do Concelho, na Torre dos Vinte e Quatro, entre 1642-1644. Reabriu na Alfândega em 1688 e foi encerrada em 1721. Durante o Cerco do Porto, entre 1832 e 1833, abriu uma Moeda provisória no Convento dos Loios¹⁹⁸, que bateu espécimes em nome da rainha. Cerca de 15 anos depois, em 1847, em plena Patuleia, foi também aberta uma oficina monetária provisória, no Convento de Monchique¹⁹⁹, que bateu alguns exemplares de 40 réis (patacos).
- VI. Miranda do Douro – Casa da Moeda militar, de D. Fernando. Terá laborado entre 1369 e 1372²⁰⁰ (juntamente com outras oficinas de guerra, mas fora de fronteiras: Tui, Corunha, Quiroga, Samora²⁰¹).
- VII. Santarém²⁰² – terá aberto efemeramente, em 1383, para cunhar moeda em nome de D. Beatriz²⁰³.
- VIII. Évora – o regimento de privilégios dos moedeiros desta cidade foi outorgado a 5 de fevereiro de 1386, contudo sabemos que já laborava em 1385²⁰⁴, encerrando pouco anos depois, em 1398; segundo alguns autores foi reaberta durante o reinado de D. Afonso V²⁰⁵, mas não conhecemos qualquer espécime cunhado nessa cidade, nesse período. Reabriu efetivamente em 1642, tendo encerrado cerca de 15 anos depois,

¹⁹⁵ Marques, Mário Gomes – *História da moeda medieval portuguesa*, p. 219.

¹⁹⁶ Dordio, Paulo – *Ob. cit.*, pp. 116.

¹⁹⁷ Reis, Pedro Batalha – *Cartilha da Numismática Portuguesa*. Lisboa, 1952, p. 212-213.

¹⁹⁸ Barata, J. Gama – *Moedas Portuenses no Reinado de D. Maria II (1833 – 1847)*, in NVMMVS, 2.ª Série, Vol. XI, pp. 15-41, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática, 1988.

¹⁹⁹ Idem, *ibidem*.

²⁰⁰ Marques, Mário Gomes – *Moedas de D. Fernando*, pp. 34 e 224-225.

²⁰¹ Idem, *ibidem*, pp. 31-32.

²⁰² Marques, Mário Gomes – *História da Moeda Medieval Portuguesa*, p. 111

²⁰³ Outros autores, nomeadamente Aragão – *Ob. cit.*, Tomo I, p. 195, consideram que a letra monetária S cunhada nos raros exemplares de reais de D. Beatriz corresponde à oficina monetária de Sevilha, em Espanha.

²⁰⁴ Ferro, Maria José Pimenta – *Ob. cit.*, pp. 103-104.

²⁰⁵ Dordio, Paulo – *Medieval and early modern portuguese mints: locations and buildings*, in *I Luoghi Della Moneta, Le Sedi Delle Zecche Dall'Antichità All'Età Moderna*, Atti Del Convegno Internazionale – 22-23 Ottobre, 1999, Milano: Comune Di Milano Settore Cultura Musei e Mostre Civiche Raccolte Archeologiche, 2001, p. 117.

já no reinado de D. Afonso VI²⁰⁶. Não se conhece a localização exata das oficinas monetárias de Évora.

IX. Beja – oficina também de laboração pontual. Abriu após concessão régia emitida em 1525²⁰⁷, a Rui Lopes, vedor do rei, e terá suspenso atividade no máximo até 1555 (proibição da cunhagem de ceitis por privados, por D. João III²⁰⁸); cunhou apenas ceitis²⁰⁹. Uma das curiosidades associadas a esta casa monetária, é a referência à instalação exclusiva de um *martinete*²¹⁰, autorizado com exclusividade pelo próprio rei D. João III. Permanecem dúvidas em relação ao significado preciso do termo *martinete*, sendo tradicionalmente associado a um martelo mecânico de laminação, ou de cravagem de estacas. Contudo, em termos genéricos, ainda hoje em castelhano, *martinete* pode significar, em termos amplos, uma oficina onde esses martelos estariam instalados²¹¹. A Moeda de Beja foi localizada e escavada desde o verão de 2012, seria interessante verificar se há algum indício de laminadoras mecânicas (com pequenos moinhos hidráulicos, ou de sangue, como o de Córdoba, de 1661²¹²).

Durante a Guerra da Restauração (1640-1668), o esforço de guerra obrigou a uma desvalorização constante da moeda²¹³. Essa desvalorização era feita com recurso a contramarcas com novos valores faciais²¹⁴. As casas de contramarcacão da Restauração, como vimos anteriormente, são variadas: Viana do Castelo, Miranda, Trancoso, Lamego, Castelo Branco, Coimbra, Tomar, Évora, Beja e Tavira²¹⁵, mas também na cidade do Porto, num momento em que a velha oficina monetária da Alfândega estava encerrada²¹⁶.

²⁰⁶ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 68.

²⁰⁷ Viterbo, Sousa – *Casa da Moeda em Beja – Exploração de minas de cobre e azougue – Cunhagem de ceitis no tempo de D. João III*, in *O Archeologo Portuguez*, Vol. II, janeiro de 1896, N.º 1, pp. 49-53.

²⁰⁸ Aragão, A. C. Teixeira de – *ibidem*, p. 401.

²⁰⁹ Santos, Francisco e Lemos, Artur – *A Propósito de Ceitis Cunhados em Beja*, in *Boletim da Associação Cultural Amigos do Porto*, S.3.ª, n.º 24, Porto, 2006, pp. 103-107.

²¹⁰ Viterbo, Sousa – *Ob. cit.*, p. 53 e Gambetta, Agostinho Ferreira – *Ob. cit.*, p. 237.

²¹¹ C.f. *Diccionario de la lengua Española*, da Real Academia Española, entrada *martinete*, disponível em <http://www.rae.es/RAE/Noticias.nsf/Home?ReadForm> (julho de 2013).

²¹² Vega, Alberto Moreno y Gálvez, M. Yolanda López – *La Real Casa de La Moneda de Córdoba, una ceca mecanizada del siglo XVII*, in *Molinum, Boletín Informativo y Divulgativo de ACEM*, n.º38, dezembro de 2012, pp. 28-36.

²¹³ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo II, pp. 14-15.

²¹⁴ Idem, *ibidem*.

²¹⁵ Silva, Francisco Ribeiro da – *A Casa da Moeda do Porto Durante a Restauração*, in *O Tripeiro*. Série Nova, Ano IX, N.º 3, Porto, 1990, p. 68.

²¹⁶ Idem, *ibidem*.

4. A Casa da Moeda do Porto

Contextualização histórica da produção monetária portuense

O primeiro documento que especifica pela primeira vez a existência de uma oficina monetária na cidade do Porto é a Carta de Privilégios do alcaide, moedeiros e oficiais da Casa da Moeda do Porto, que D. Fernando outorgou em março de 1370²¹⁷:

*“D. Fernando pella graça de Deos Rey de portugal e do algarve. Aquantos esta carta virem faço saber que eu querendo fazer graça e merçee ao meu Alcayde e moedeyros o offiçiaaes da minha moeda da Cidade do Porto por mujto serujço que amym fezerom e fazem em essa minha moeda, lhes outorgo por priuilegio e franqueza, assy aos que hora som come os outros Alcaydes e moedeyros e offiçiaaes que depós elles veherem pella guisa que adeante segue.”*²¹⁸

Logo da leitura deste protocolo, infere-se, a partir do recurso ao pretérito perfeito do indicativo (em *fizeram*), que a Casa da Moeda do Porto e o seu pessoal técnico e administrativo já laboravam antes da outorga da carta de privilégios.

Na verdade, as suspeitas de ter existido uma casa da moeda no Porto desde, pelo menos, o século XIII²¹⁹, são levantadas desde há muito tempo. Manuel Severim de Faria, em meados do século XVII, refere que as primeiras moedas do Porto de que há memória têm *três torres e um rio por baixo*²²⁰, apresentando na outra face as armas do reino. Naturalmente que estas moedas que Severim de Faria menciona, não são mais do que os ceitis dos séculos XV e XVI²²¹. Ainda o mesmo autor seiscentista refere, sem fundamento, que identificara a letra monetária P em moedas de D. Sancho II. Ainda no século XX, em 1914, Firmino Pereira, ecoando sem grandes desconfianças os canhenhos do padre Severim de Faria, chegou a localizar uma primitiva casa da moeda do Porto (caracterizada até como sendo a mais antiga do reino), na esquina da Rua de Trás com o Largo dos Loios:

²¹⁷ Lopes, Isabel Alexandra, Menéndez, Jorge Argüello, Dordio, Paulo e Teixeira, Ricardo – *Excavaciones arqueológicas en la Casa de la Moneda de Oporto (sgs. XIV-XVI)* in *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, Atas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, Coord. Mário Barroca, Antonio Malpica Cuello, Manuel Real, Vol. VII. Porto: ADECAP, 2000. ISBN 972-98807-0-0, p. 58 e Ferraz, Francisco Manuel Teixeira, *Ob. cit.*, p. 50.

²¹⁸ Colhido in Pereira, Isabel Sousa e Real, Manuel Luís – *Moedas Portuguesas Cunhadas no Porto, na Coleção do Gabinete de Numismática*. Porto: Casa Tait, Divisão de Museus da Câmara Municipal do Porto, 1989, p. 83.

²¹⁹ Referimo-nos, naturalmente, a amoedações do Reino de Portugal e não anteriores, pois, como vimos, são conhecidos espécimes visigodos com marcas monetárias do Porto.

²²⁰ Citado in Ferraz, Francisco Manuel Teixeira – *Ob. cit.*, p. 47.

²²¹ A alusão, ainda que desconhecida, à tipologia dos ceitis contém em si uma informação secundária muito interessante, a nosso ver, a memória dos ceitis, moeda muito popular e cunhada abundantemente entre meados do século XV e meados do século XVI, estava já esquecida nos meados do século XVII, não sendo sequer reconhecida por um erudito como o padre Manuel Severim de Faria.

*“No largo dos Loios, á esquina da rua de Traz, e pouco acima da albergaria de Rocamador, existiu a primeira Casa da Moeda que houve em Portugal, depois mudada para as proximidades da Ribeira.”*²²²

Apesar de equivocado, não deixa de ser curiosos que Firmino Pereira localize esta presumível casa da moeda no local onde, durante o cerco de 1832-33, D. Pedro IV cunhara moeda em nome da rainha e do movimento liberal. Talvez essa memória das moedas dos Loios, cunhadas durante a Guerra Civil, tenha interferido na percepção popular de inícios do século XX sobre a tradição da moeda do Porto.

Não obstante, a historiografia e a numismática modernas, a partir de Aragão²²³, não corroboram a hipótese de ter existido casa da moeda no Porto anterior ao reinado de D. Fernando²²⁴.

Com efeito, já Damião Peres apontava como data inicial de laboração da casa da moeda portuense, o início da Primeira Guerra Fernandina, em 1369²²⁵, e Maria José Pimenta Ferro aponta somente o reinado de D. Fernando, como período de abertura da Moeda do Porto²²⁶. O próprio Ferraro Vaz²²⁷ não localiza nenhuma casa da moeda no Porto, reconhecendo, embora, que as emissões de dinheiros dos séculos XIII e XIV, anteriores a D. Fernando, terão sido itinerantes, acompanhando a fixação das cortes em diferentes cidades, mas dando predomínio a Coimbra e Lisboa.

Mais recentemente, Ferraz, aponta logo para o início do reinado de D. Fernando, em 1367, o início da preparação da Casa da Moeda do Porto²²⁸.

Com efeito, é a partir do reinado de D. Fernando em que, não só a documentação oficial é explícita em relação à laboração monetária no Porto, como também se começam a usar as letras monetárias distintivas que assinalam a cidade emissora, no caso do Porto, o uso da letra P é indubitável²²⁹.

Para melhor compreender a fixação de uma casa da moeda na cidade do Porto, é necessário compreender o contexto político e económico do final da década de 1360.

²²² Pereira, Firmino – *O Porto D’Outros Tempos – Notas Historicar, Memorias, Recordações*. Porto: Livraria Chardron, 1914, p. 176.

²²³ Aragão, C. A. Teixeira de – *Ob. cit.*, pp. 53-55.

²²⁴ De referir, contudo, que Batalha Reis não refuta totalmente essa hipótese, embora reconheça que, dada a ausência de fontes documentais, também não a poderia confirmar.

²²⁵ Peres, Damião – *O Século XV, Uma República Urbana*, in *História da Cidade do Porto*, Vol. 2, dir. Damião Peres e António Cruz. Porto: Livraria Civilização, 1963, p. 130.

²²⁶ Ferro, Maria José Pimenta – *Estudos de História Monetária Portuguesa (1383-1438)*. Lisboa, pp. 102.

²²⁷ Vaz, J. Ferraro – *Ob. cit.*, pp. 88-89.

²²⁸ Ferraz, Francisco Manuel Teixeira – *Ob. cit.*, pp. 56-57.

²²⁹ Marques, Mário Gomes – *Moedas de D. Fernando*, p. 29.

D. Fernando sucedera a seu pai, D. Pedro I, num contexto pujança financeira²³⁰ e de paz. Herdara o reluzente tesouro da coroa portuguesa, aparentemente avaliado em 800 000 peças de ouro e 400 000 marcos de prata²³¹.

Contudo, Portugal fora dizimado pela Peste Negra e estava rodeado pela guerra, não só a Guerra dos Cem Anos, mas sobretudo pela instabilidade política que opunha os sucessores de Afonso XI de Castela (1312-1350), Pedro I, o *Cruel* (1350-1366 e 1367-1369) e o seu meio-irmão, Henrique de Trastâmara (1366-1367 e 1369-1379).

Se, por um lado, D. Pedro I de Portugal conseguira manter uma política de neutralidade que o afastou dos instáveis fraticidas de Leão e Castela²³², a situação política logo no início de 1367, quando D. Fernando subiu ao trono (concretamente em 18 de janeiro de 1367), afigurava-se bem mais grave do que nos anos anteriores. As tensões entre Pedro I de Castela e Henrique de Trastâmara haviam subido de tom em novembro de 1366 com as insurreições em Burgos e em La Rioja que aclamaram o regresso de Pedro I, em detrimento do recém conquistador Henrique²³³, que se afirmara rei há pouco mais de meio ano. Impulsionado pelas insurreições e apoiado por Eduardo III de Inglaterra, o Príncipe Negro, Pedro começara, logo em janeiro de 1367, a reunir um exército para afrontar o meio-irmão usurpador. E é precisamente nessa altura, ainda em janeiro, que D. Fernando, em Portugal, ordena o recenseamento da população masculina para o serviço militar, a reparação de castelos e cercas, e a provisão de armas²³⁴. Sem dúvida que estas medidas do recentemente rei refletem uma observação cuidada da situação instável logo ali à vista da fronteira. De notar que a presença de Eduardo III²³⁵ redimensionava a guerra castelhana, integrando-a num contexto europeu ainda mais delicado. Como tal, a consciência política e o desenho estratégico de D. Fernando poderão estar na origem da formação de uma casa da moeda no Porto. A diversificação da produção monetária no reino, nomeadamente no Porto, seria um princípio inteligente para assegurar o fluxo monetário em Portugal, no caso de uma invasão estrangeira, ou mesmo poderia ser até pensada como forma de aumentar a produção de moeda para preparar não só a defesa, mas também um eventual ataque.

Deste modo, afigura-nos razoável sugerir que a abertura da Casa da Moeda do Porto poderá ter sido pensada por D. Fernando ainda em 1367, integrada num contexto de preparação para a guerra iminente que se poderia já adivinhar no horizonte. No entanto, esta hipótese não

²³⁰ Entenda-se como pujança financeira mais uma boa saúde do tesouro real do que propriamente um tecido económico produtivo saudável, visto que a carência de mão de obra e a desertificação dos campos, resultado da peste e confirmado pela Lei das Sesmarias (1375), iam minando o desenvolvimento do reino.

²³¹ Soares, L. Ribeiro – *A moeda em Portugal, Breve História*. Lisboa: Ed. Banco de Portugal, 1971, p. 16, ou Marques, A. H. de – *Ob. cit.*, pp. 210-211.

²³² Pidal, Menéndez – *Historia de España*, dir. de Zamora, José María Jover, tomo XV. Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1993. ISBN 84-239-4800-5, p. 106.

²³³ Henrique de Trastâmara havia sido aclamado em março desse mesmo ano, forçando o irmão Pedro ao exílio em Portugal, primeiro, e na Galiza, depois.

²³⁴ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 11.

²³⁵ Pidal, Menéndez – *Ob. cit.*, p. 112.

significa que as primeiras emissões portuenses tenham sido produzidas antes do início das hostilidades, em abril de 1369, nem tampouco que a cidade do Porto estivesse já equipada com uma oficina monetária, pelo que assinalamos como razoável a indicação cronológica de início da laboração efetiva no segundo trimestre de 1369, simultaneamente com a abertura de casas da moeda de guerra além fronteiras, em Tui e Corunha²³⁶. Em todo o caso, o local escolhido para a instalação das oficinas monetárias portuenses parece ter sido, desde o início, as instalações do complexo régio da Alfândega Velha, de D. Afonso IV, na Ribeira.

As primeiras moedas cunhadas no Porto, por D. Fernando (anexos, pp. 124-129), distinguem-se pela apresentação da marca monetária característica que viria a ser usada posteriormente, até ao início do século XVIII, referimo-nos, evidentemente, à aposição da letra P na maioria dos espécimes portuenses. É interessante analisar que as primeiras moedas fernandinas com a letra P (na verdade, as primeiras moedas de sempre com esta letra) são os gentis (Av) e as barbudas e os graves (em bolhão)²³⁷, o que corresponde, de acordo com Mário Gomes Marques²³⁸, a moedas de uma segunda emissão de D. Fernando, precisamente de 1369 a meados de 1371, enquanto as moedas da primeira emissão, as dobras (Av), os reais de prata e os fortes (Ag)²³⁹, identificados quase na sua totalidade com a letra L (de Lisboa), são datados de janeiro de 1367, a março de 1370 (julho de 1372 apenas para os reais de letra F coroada)²⁴⁰. Esta interpretação cronológica da primeira e segunda emissão monetária de D. Fernando permite, de algum modo, confirmar a ausência de laboração da Moeda do Porto antes de 1369.

Em todo o caso, nem sempre a letra monetária foi utilizada para identificar a cidade emissora. Normalmente, os espécimes de menores dimensões, ou de produção mais rápida e descuidada (referimo-nos sobretudo aos dinheiros fernandinos e aos ceitis dos séculos XV e XVI), não são facilmente atribuídos, pelo que as análises estilísticas dos exemplares costumam ser a base argumentativa para uma tentativa de localização do centro emissor dos exemplares.

No caso ainda das moedas de D. Fernando, os dinheiros (anexos, figs. 9 e 10), pela sua pequena dimensão, não apresentam letras monetárias, o que não tem permitido fazer uma atribuição geográfica conclusiva a essas moedas. No entanto, há pequenas variantes estilísticas, bem como a apresentação de sinais ocultos nas moedas, que têm vindo a ser referidas como características da Casa da Moeda do Porto. Essas características, apontadas por Mário Gomes Marques, são a abertura da legenda do reverso e a ausência de anelete sobre

²³⁶ De referir que Gambetta, Agostinho Ferreira - *História da Moeda, Vol. I*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1978, pp. 437-438, sugere que as moedas fernandinas atribuídas a Tui (letra T) e à Corunha (C; C-V ou CR-V) possam, na verdade, terem sido batidas no Porto.

²³⁷ O gentil, em ouro, valia 810 dinheiros; a barbuda, de 250 ‰ de prata, corria por 250 dinheiros e o grave, também de 250 ‰, corria por 14 dinheiros.

²³⁸ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, pp. 215, 222-23.

²³⁹ As dobras, em ouro de 900 ‰, corriam por 120 soldos ou 1080 dinheiros; o real de prata (tipo F coroado), de cerca de 870 ‰, corria por 120 dinheiros, enquanto que o forte, também em boa prata de cerca de 900 ‰, também corria por 120 dinheiros.

²⁴⁰ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, pp. 211 e 216.

a quina central²⁴¹. Como veremos mais adiante, no que concerne à análise que fizemos do espólio numismático colhido nas escavações da Casa do Infante, essa hipótese de Mário Gomes Marques parece ter sido confirmada, bem como acrescentaremos uma nova característica tipológica das rosetas do anverso que poderá ser definidora da Casa da Moeda do Porto (anexos, pp. 128-129).

Com a Paz de Alcoutim, em 1371 (31 de março), as casas da moeda que D. Fernando abriu em Leão e Castela (Corunha, Tui, Zamora e Valência de Alcântara)²⁴², foram encerradas. No entanto, a Casa da Moeda do Porto, bem como a oficina portuguesa excecional de Miranda do Douro²⁴³, continuaram em laboração.

Com efeito, os momentos seguintes da década de 1370 foram de grande iniciativa político-legislativa e de dinamização económica. Logo em 1372, D. Fernando firma um tratado comercial com João de Gante²⁴⁴, o Duque de Lencastre, e no ano seguinte é afirmado o Tratado de Westminster, com o próprio rei Eduardo III. Os primeiros contactos com a Liga Hanseática, o primeiro regimento para os mercadores estrangeiros em Portugal²⁴⁵, em 1375 e a Lei das Sesmarias, no mesmo ano. Todas estas medidas implicariam, com certeza, uma política de monetização da economia, com o lançamento de grandes quantidades de numerário no mercado. Um dos espécimes que nos afigura central nesta nova política é, sem dúvida, o pilarte, ou coroadado (anexos, p.128), lançado no mercado provavelmente logo após Alcoutim²⁴⁶, com um valor de sete dinheiros (583,3 ‰).

Não sendo uma moeda forte (continha apenas uma talha de prata de 148 em marco²⁴⁷, cerca de 166 ‰, correspondente a um quarto da barbuda), o pilarte, ou coroadado, terá sido uma moeda não só de saneamento económico, mas também de injeção comercial, um pouco à maneira keynesiana, diríamos hoje. As grandes quantidades de emissão destas moedas implicariam um trabalho aceso nas oficinas monetárias a laborar em Portugal, na altura, apenas

²⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 169.

²⁴² Idem, *ibidem*, pp. 36-37

²⁴³ A oficina de Miranda do Douro, identificada nos espécimes numismáticos com a letra M, continua a ser de localização questionável, ver Marques (*Ob. cit.*, pp. 33-35). Em dois traços, a polémica resume-se nos seguintes termos: Fernão Lopes, na *Crónica de D. Fernando*, enumera as casas da moeda abertas por este monarca e refere Miranda. Aragão, seguindo o cronista do século XV, atribuiu a letra monetária M a Miranda; Leite de Vasconcellos, contudo, conjectura que o M seria de Milmanda, na Província de Ourense, Galiza, aquém, portanto, das marcas de Alcanizes. Batalha Reis e Ferraro Vaz seguiram a sugestão de Leite de Vasconcellos, indicando o M como demonstração de uma oficina monetária fernandina de guerra. No entanto, continuando a fiar em Fernão Lopes, e considerando que alguns espécimes monetários com a letra M, nomeadamente os pilartes, cuja cronologia é apontada como sendo posterior à Paz de Alcoutim (1371), por outro lado, a escassez dos graves com letra M (cunhados em 1369) podem ser justificados com a ocupação de Miranda do Douro por Henrique II, entre o final de 1369 e o final da guerra.

²⁴⁴ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 16 (de referir, a título de curiosidade, que o representante do Duque de Lencastre em Tagilde, Vizela, foi o célebre Conde Andeiro).

²⁴⁵ Ferraz, Francisco Manuel, - *Ob. cit.*, pp.62-63.

²⁴⁶ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 224.

²⁴⁷ Idem, - *História da Moeda Medieval Portuguesa*. Sintra, Instituto de Sintra, 1996. ISBN 972-9056-07-2, p. 106

Miranda do Douro (que terá reaberto pouco depois da Paz de Alcoutim e encerrado antes de 1372), Porto e Lisboa²⁴⁸.

Neste sentido, verificamos que dos nove exemplares de espécimes fernandinos colhidos nas escavações da Casa do Infante, os pilartes surgem em maior quantidade, num número de quatro unidades²⁴⁹ (uma barbuda, um grave, dois dinheiros e um conto para contar inédito – ver anexos, fig. 76).

Até ao final do reinado de D. Fernando (1383), a Moeda do Porto terá continuado a laborar regularmente, tanto durante os períodos de guerra, como nos de paz. Ao contrário de uma visão mais *orçamentista*²⁵⁰, veiculada, por exemplo, na leitura de Oliveira Marques:

*“A péssima administração financeira que deve ter orientado o governo fernandino, [...], levaram a uma desvalorização progressiva do valor da moeda.”*²⁵¹

Consideramos que estas medidas de introdução de numerário circulante na economia, apoiadas, evidentemente, num conjunto de medidas intencionais, como a tabelação de preços, pondo *“almoçatoria em todallas cousas”*²⁵², e numa laboração intensiva das casas da moeda, terá sido fundamental para relançar a economia portuguesa, num período que correspondia ao final das grandes crises do século XIV, criando um espaço favorável para o desenvolvimento da economia mercantil, das manufaturas e do próprio mercado interno.

O momento seguinte à morte de D. Fernando e consequente crise política e social em que o reino ficou atolado, corresponde, porém, a um momento também de grande interesse histórico para a Casa da Moeda do Porto.

No decurso da Crise de 1383/85 e na sequência do apoio da cidade ao Mestre de Avis, a Moeda do Porto terá produzido alguns exemplares de novo numerário (anexos, p. 129), nomeadamente o real de dez soldos, de 666,6 ‰ de prata²⁵³, batido por D. João enquanto *Regedor e Defensor do Reino*, entre dezembro 1383 e o primeiro trimestre de 1384²⁵⁴. Destes espécimes, apenas se conhece um batido no Porto²⁵⁵, e alguns muito raros cunhados em Lisboa, bem como um meio-real de dez soldos da mesma série. A propósito destes exemplares, cunhados num momento anterior às Cortes de Coimbra, quando D. João não podia, portanto,

²⁴⁸ Marques refere nas *Moedas de D. Fernando*, p. 162, um pilarte de atribuição duvidosa, com supostamente a letra T no anverso, mas não considera tratar-se de Tui, o que remeteria o pilarte para uma emissão de conquista, anterior à guerra, portanto, mas sim uma aberração da Letra L, feita por algum abridor menos experiente.

²⁴⁹ Correspondendo aos seguintes objetos: Torre Sul UE226-11 e UE226-12; Salão Sul UE1546-10 e Torre Norte UE6264-10.

²⁵⁰ Utilizamos o termo livremente, num sentido de política de contenção do défice, pela limitação das emissões, oposta, portanto, a uma política de desvalorização da moeda e injeção de numerário baixo no tecido económico.

²⁵¹ Marques, A. H. de Oliveira – *Ob. cit.*, p. 211.

²⁵² Macchi, Giuliano – *Crónica de D. Fernando de Fernão Lopes*. Edição crítica da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2ª. Ed., maio de 2004. ISBN 972-27-1252-7, p. 193.

²⁵³ Gomes, Alberto: *Moedas Portuguesas e do Território que Hoje é Portugal*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal, 5.ª edição, 2007, p. 103.

²⁵⁴ Marques, Mário Gomes – *História da Moeda Medieval Portuguesa*, p. 108.

²⁵⁵ Vaz, Ferraro e Salgado, Javier – *Livro das Moedas de Portugal*. Braga: Barbosa e Xavier, Lda., MXMLXXXVII, p. 96.

utilizar a titulação e a iconografia régia, Mário Gomes Marques refere o seguinte sobre a curiosa solução apresentada pelos moedeiros do Mestre de Avis:

*“De um ponto de vista tipológico, os reais de dez soldos do Interregno são cópias dos últimos reais de prata de D. Fernando, em que a sigla IHNS (por IOHANES) substituiu a sigla FR e em que se recorreu a um curioso artifício para simular a coroa, que o Mestre não podia legalmente usar. Tal artifício consistiu em inscrever acima da sigla dois pequenos traços horizontais com as extremidades viradas para cima e, a meio, a cruz da Ordem que D. João chefiava, a imitar, de um modo relativamente satisfatório, o florão central da insígnia da realeza.”*²⁵⁶

Estes curiosos reais do Mestre de Avis, particularmente o exemplar único conhecido cunhado no Porto, revelam que a Moeda do Porto não só laborou durante o Interregno, como também tomou partido político, assumindo o apoio a D. João e, deste modo, participando no esforço de financiamento da guerra.

Após a coroação, instalada a nova dinastia, D. João I assumiria as rédeas do reino. A política monetária do novo monarca não foi, contudo, muito diferente da de seu irmão. A deflação, a emissão de grandes quantidades de novo numerário de baixo valor (D. João I não cunhou ouro, apenas alguns escassos espécimes de prata e sobretudo bolhão baixo e cobre – anexos, pp. 130-134) serviram de ferramentas para custear as muitas despesas do rei, ora, numa primeira fase, a guerra ainda com Castela, ora o arranque da expansão ultramarina, construção e reconstrução do património edificado, bem como o pagamento de rendas à nova nobreza emergente de Aljubarrota.

Para tal, as casas da moeda, nomeadamente a Casa da Moeda do Porto, terão sido a base dos projetos joaninos. A carta de confirmação dos privilégios dos moedeiros do Porto é logo de 1385²⁵⁷, de 5 de maio. Se tivermos em conta que as Cortes de Coimbra são de 6 de abril, a confirmação dos privilégios dos moedeiros do Porto será uma das primeiras iniciativas reais de D. João, confirmando não só a importância que o rei atribuiu aos seus moedeiros, como estrutura basilar da sua política de financiamento, mas também, entendemos, como uma forma de afirmar o poder real no Porto, restituindo os privilégios que D. Leonor²⁵⁸ suspendera. Ao mesmo tempo, é também uma afirmação do rei face ao poder episcopal ainda em exercício:

“Dom Joham, pela graça de Deus, rey de Portugal e do Algarve, e quantos esta carta virem, fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee ao nosso alcaide e moedeiros e officiaaes da nossa moeda da mui nobre cidade do Porto por muito serviço que nos fazem em a dicta nossa moeda lhe outorgamos por privilegio e franqueza assy a elles que ora som como aos outros alcaides e moedeiros e officiaaes que depois delles vierem per a guisa que se

²⁵⁶ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 106.

²⁵⁷ Lopes, Isabel Alexandra, Menéndez, Jorge Argüello, Dordio, Paulo e Teixeira, Ricardo, p. 58.

²⁵⁸ Ferraz, Francisco Manuel Teixeira – *Ob. cit.*, p. 146.

*adiante segue. O qual privilegio lhes outorgamos consirando o dicto serviço que nos fazem e faram daqui en diante /e/ para elles averem mayor vontade /fazerem/ todo o que nos comprir.*²⁵⁹

Alicerçando desde cedo o seu poder e o seu braço sobre a Moeda do Porto, D. João I, iniciaria o seu reinado com a emissão dos reais de dez soldos em prata de 500 %²⁶⁰ (anexos, fig. 12), logo em 1385²⁶¹, exclusivamente no Porto. Estes bons reais portuenses distinguem-se tipologicamente da série seguinte pela linha única de legenda no anverso.

No ano seguinte, contudo (1386), a real desvaloriza para um bolhão mais pobre, de lei de três dinheiros. Estes reais também foram cunhados no Porto, mas desta feita acompanhados pelas emissões de Lisboa e da nova Casa da Moeda de Évora (letra E ou E-V), encetada assim por D. João I e que, nesta primeira fase, terá laborado até 1397.

O ano de 1386 é, no entanto, um ano particularmente interessante para a Moeda do Porto. Em maio desse ano, concretamente no dia 9, D. João I assina o Tratado de Windsor com a Inglaterra²⁶², e, na sequência dessa renovação da amizade Luso-Inglesa (seria precoce utilizar o termo *Luso-Britânico*, visto não haver ainda a união entre os reinos da Grã-Bretanha), assina o contrato de matrimónio com D. Filipa de Lencastre, filha de João de Gante (*John of Gant*), o célebre duque temerário, filho de Eduardo III.

O Duque de Lencastre, por casamento com D. Constança de Castela, filha de Pedro I, assumiu pessoalmente o título de rei Castela e Leão logo após o assassinato do sogro pelo irmão Henrique II²⁶³, em 1372. Ainda que durante anos tenha sido apenas um título nominativo, em 1386, depois de firmado o pacto com D. João I, João de Gante decide reclamar o trono castelhano pela conquista militar. Assim, em julho de 1386, saindo de Plymouth, a armada do Lencastre navega para a Corunha²⁶⁴, para se reunir com as naus portuguesas que, entretanto, D. João I havia mandado sair de Lisboa para o Porto, e daí para a Galiza. Num balanço efémero, João de Gante e a armada portuguesa conseguiram conquistar e pilhar a Corunha, deixando a restante peonagem inglesa descer por terra, para tomar Compostela²⁶⁵.

Este episódio isolado da velha contenda entre Inglaterra e Castela não teria importância para este trabalho, ou para outro trabalho sobre a Casa da Moeda do Porto, não fosse esta interessante informação dada por Fernão Lopes, a propósito do regresso das naus da Corunha para o Porto:

²⁵⁹ ANTT, *Chancelaria de D. João I*, liv. I fl. 103v-104, leitura de Ferro, Maria José Pimenta - *Estudos de História Monetária Portuguesa (1383-1438)*. Lisboa, p. 141.

²⁶⁰ Seguindo a lei de talha de 72 peças por marco de prata, i.e., cada real de dez soldos pesaria c. de 3,20 g, com seis dinheiros de prata cada um.

²⁶¹ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 109.

²⁶² Fernández, Luis Suárez e Campistol, Juan Reglá - *Historia de España*, dir. de Zamora, José María Jover, tomo XIV. Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1991. ISBN 84-239-4816, p. 265.

²⁶³ Idem, *ibidem*, p. 129.

²⁶⁴ Beltrán, Pio – *Las monedas Castellanas de Juan de Gante, Duque de Lancaster*, in NVMMVS, VI-1/2 (20-21), Porto, 1960, p. 109.

²⁶⁵ Fernández, Luis Suárez e Campistol, Juan Reglá – *Ob. cit.*, p.264.

“E em hũa (nau) vinha todo o thesouro do Duque, o quoall trazia pera fazer moeda de que fizese pagamento aos seus, asy como o fez depois em Galiza e naquella çidade do Porto, qua lavrou reais de prata de sete dinheiros e de seis e outra moeda semelhante a de dez soldos que em Portugal corria, e tinha no cunho armas de Castella, com outras mesturas, de moeda mais pequena fazia outra pera cambar.”²⁶⁶

Estamos, portanto, perante a indicação que as moedas que João de Gante terá batido com as armas e a titulação castelhana poderão ter sido cunhadas na Moeda do Porto. A sugestão é, por conseguinte, bastante intrigante.

A notícia setecentista de Ducarel²⁶⁷, que cita o catálogo do padre Venuti, de 1754, faz referência a uma pequena moeda de prata, um *penny* (um dinheiro) que, supostamente, teria as iniciais B e S, e havia sido cunhado em Baiona pelo Duque de Lencastre, com as armas castelhanas²⁶⁸. Em 1904, 150 anos depois desta notícia, Sydney Armitage-Smith retomou esta questão, citando o mesmo Ducarel, mas fazendo uma leitura diferente das letras monetárias, desta vez P-S, como sendo de Pelegrin de Ser²⁶⁹, mestre moedeiro do duque, que o terá acompanhado nas suas expedições. A verdade, contudo, é que nenhum dos autores, apesar de citarem a possibilidade de ter havido moedas castelhanas de João de Gante cunhadas no Porto, aponta o espécime referido como podendo ser do Porto.

Em 1960, contudo, Pio Beltrán²⁷⁰ descarta a hipótese da moeda apresentada por Ducarel ser uma moeda de João de Gante, referindo (como aliás nos pareceu desde o início) ser apenas um comum *cornado* de João I de Castela (*Juan I*), e a titulação latina *Ioann-Rex / Castelle et Legionis* da moeda ter induzido em erro os autores, desde o proprietário, o padre Venuti, até Armitage-Smith²⁷¹. No entanto, Beltrán anuncia dados curiosos que poderão ajudar a identificar as moedas cunhadas no Porto em nome de João de Gante²⁷².

Béltran terá localizado no Museu de Navarra, em 1955, um meio-real com as iniciais IL coroadas, e com a letra P no reverso (anexo, p. 157)²⁷³, contudo, a leitura que o autor faz, é que se trata, com efeito, de uma moeda do Duque de Lencastre, mas com a marca do moedeiro Pelegrin de Ser. Béltran descarta a hipótese de ser uma emissão portuense, citando a passagem de Fernão Lopes, onde o cronista refere a semelhança entre as moedas cunhadas no Porto para o Duque de Lencastre e os reais de dez soldos (e frações) cunhados por D. João I. Tendo por base essa aproximação tipológica, Béltran conclui que as moedas de D. João I (os

²⁶⁶ Almeida, M. Lopes e Basto, A. de Magalhães – *Crónica de D. João I, de Fernão Lopes*. Vol. II. Barcelos: Livraria Civilização, 1990. ISBN 972-26-0265, Cap. LXXXIX, p. 214.

²⁶⁷ Ducarel, Andrew Coltee – *A Series of AboveTwo Hundred Anglo-Gallic or Norman and Aquitaine Coins of the Ancient Kings of England*. London: MDCCCLVII, pp.51-52.

²⁶⁸ Armitage-Smith, Sydney – *John of Gaunt, King of Castile and Leon, Duke of Aquitaine and Lancaster, Earl of Derby Lincoln and Leicester, Seneschal of England*. New York: Barnes & Noble Inc., 1964, Apêndice VI, pp.452-453.

²⁶⁹ Idem, *ibidem*.

²⁷⁰ Beltrán, Pio – *Ob. cit.*, pp. 91-115.

²⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 100.

²⁷² Idem, *ibidem*.

²⁷³ Idem, *ibidem*, p. 102.

reais de dez soldos) “*nos se parecen ás las conocidas de Juan de Gante*”²⁷⁴. Esta observação, contudo, poderá ser relativizada. Fernão Lopes não indica se as moedas de dez soldos que refere são de D. João I, ou de D. Fernando. Na verdade, o real de prata de D. Fernando, mais especificamente o das letras FR coroadas, valia dez soldos²⁷⁵, e é uma moeda que se aproxima, em termos tipológicos, dos reais IL coroados de João de Gante. Em termos metrológicos, a descrição de Béltran para a moeda de real IL coroado (27 mm de módulo e um peso de 3,27 g²⁷⁶), coincide também com os valores do real fernandino de tipo II (FR coroado): módulo de 27 mm, com pesos variáveis entre 3,42 g e 3,66 g, com um desvio de 0,055 g (1,1 grãos)²⁷⁷, pelo que entendemos que, aceitando as ligeiras oscilações de peso típicas deste tipo de amoedação, os reais do Museu de Navarra são muito próximos dos reais de D. Fernando. Simultaneamente, o próprio Mário Gomes Marques faz esta curiosa leitura interpretativa da tipologia (com fim a afinamentos cronológicos) dos reais brancos FR de D. Fernando que vale a pena citar:

*“Por sua vez, a estreita semelhança tipológica entre os reais com a sigla FR e os emitidos pelo Mestre de Avis durante o Interregno é um dado muito favorável à hipótese de que tenham sido batidos na última fase do reinado de D. Fernando.”*²⁷⁸

Isto é, a interpretação do tipo monetário por Mário Gomes Marques dos reais FR e dos reais de D. João (ainda enquanto Defensor e Regedor, batidos, como vimos, entre dezembro de 1383 e março do ano seguinte) é no sentido de os considerar moedas semelhantes. A proximidade cronológica entre os primeiros reais de D. João I e os reais emitidos para o seu sogro, o Duque de Lencastre, no Porto, em 1386, sugere de igual modo que a hipótese do meio real depositado no Museu de Navarra (anexos, p. 157) seja, efetivamente, uma fração da série que João de Gante terá cunhado na cidade do Porto²⁷⁹, ainda que Béltran Pio sugira que a haver moedas portuenses de João de Gante, terá sido cunhadas não em 1386, mas em 1387, aquando da invasão de Leão, pelo duque²⁸⁰. De referir ainda que o exemplar que conseguimos estudar pesa 1,2 g e mede 20 mm.

Os meios reais de prata cunhados por D. João, Defensor e Regedor do Reino, durante o interregno de 1383-1385, têm o mesmo módulo e o peso médio de 1,2 g²⁸¹. Por seu turno, os

²⁷⁴ Idem, *Ibidem*, p. 112.

²⁷⁵ Vaz, Ferraro e Salgado, Javier – *Ob. cit.*, p. 83.

²⁷⁶ Beltrán, Pio – *Ob. cit.*, p. 97.

²⁷⁷ Marques, Mário Gomes – *Moedas de D. Fernando*, pp. 67-68.

²⁷⁸ Marques, Mário Gomes – *História da Moeda Medieval Portuguesa*, p. 90.

²⁷⁹ Por amabilidade, a doutora Mercedes Jover Hernando, diretora do Museu de Navarra, enviou-nos fotografias das duas faces da moeda de meio real desta série. Trata-se do exemplar 4753 da coleção do museu, e publicado por Sarriás, Maria Inés Tabar – *La colección numismática del Museo de Navarra*, in *La Moneda en Navarra*. Pamplona, Gobierno de Navarra, 2001, p. 17.

²⁸⁰ Beltrán, Pio – *Ob. cit.*, p. 112.

²⁸¹ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 103.

meios reais de tipo FR, de D. Fernando²⁸² parecem ser um pouco mais pesados, com pesos médios de 1,7 g²⁸³, dentro de módulos semelhantes.

Como indicamos, a ligação entre D. João I e a Moeda do Porto (na verdade, a ligação do rei com a cidade em geral²⁸⁴) foi afirmada logo em 1385. Em 1391, esta relação foi reforçada com a promulgação do *Regimento da Casa da Moeda do Porto*²⁸⁵, de 29 de dezembro, um documento que, como veremos, é fundamental para a compreensão do funcionamento hierárquico, técnico e até espacial da Casa da Moeda do Porto.

Ainda durante o reinado do rei de *Boa Memória*, a guerra continuou a manifestar-se como uma forma deliberada de governação. A preparação da armada de Ceuta, no Porto, é desde logo uma manifestação da estratégia política e económica da dinastia de Avis. Desta forma, pareceu-nos interessante procurar indicações sobre o financiamento da armada de 1415 que nos poderiam levar para a Moeda do Porto. Com efeito, não foi necessário muito para encontrarmos em Zurara a seguinte descrição da laboração da oficina monetária do Porto durante este período:

*“... de dia e de noute, nunca seus martellos (dos moedeiros do Porto) estavam quedos, per tal guisa que, ainda que hũu homem braadamdo dissesse algũum cousa amtre aquellas fornaças, escassamente podia seer emtemdido.”*²⁸⁶

Para além da vivacidade do quadro descritivo pintado por Zurara, de onde se subentende a importância que a Moeda teve no financiamento da expedição do Infante D. Henrique, bem como nos permite ficar de aviso face às condições de trabalho nas oficinas, há um detalhe na descrição, alusiva à organização do espaço, ao qual regressaremos em breve. Trata-se da definição do termo *fornaça*.

A política monetária eduardina que, como vimos anteriormente, parece representar uma primeira tentativa de arranque de medidas de saneamento financeiro, face às grandes desvalorizações do reinado anteriores, não teve, porém, grande expressão na Moeda do Porto. Na verdade, apenas um exemplar é conhecido, cunhado no Porto, de um leal de prata de D. Duarte, de lei de 11 dinheiros²⁸⁷ (916,6 ‰, portanto). Trata-se de um belo exemplar com a letra E coroada no anverso, tendo no campo, à esquerda, a letra P da oficina monetária portuense. Este exemplar único (os cunhados em Lisboa, de tipologia semelhante, mas com letra L, são

²⁸² Marques, Mário Gomes – *Moedas de D. Fernando*, pp. 67-68.

²⁸³ Idem, *ibidem*, p. 68.

²⁸⁴ Não cabe aqui desenvolver o tema da proximidade entre D. João I e o Porto e a sua política de alicerçar nesta cidade uma afirmação do poder central, em detrimento dos poderes episcopais, primeiro, e municipais, depois. Poder central este que teria como epicentro as infraestruturas régias da Alfândega e da Moeda.

²⁸⁵ Lopes, Isabel Alexandra, Menéndez, Jorge Argüello, Dordio, Paulo e Teixeira, Ricardo, *Ob. cit.*, p. 58.

²⁸⁶ Zurara, Gomes Eanes de – *Crónica da Tomada de Ceuta*, (cap. XX), citado por Barros, Amândio – *A preparação das armadas no Portugal de finais da Idade Média*, in Revista da Faculdade de Letras – História, II Série, Vol. VII. Coord. de José Marques. Porto, 1990, p. 107.

²⁸⁷ Marques, Mário Gomes – *História da Moeda Medieval Portuguesa*, p. 124.

também muito raros) encontra-se na coleção do Museu Numismático Português²⁸⁸. Infelizmente, o museu não se encontra aberto ao público há décadas, pelo que o seu espólio não pode ser visitado.

Ao mesmo tempo, são cunhados no Porto (simultaneamente com a Moeda de Lisboa) os novos reais brancos de D. Duarte, no fundo, a nova unidade monetária portuguesa.

Durante o período seguinte, correspondente aos reinados de D. Afonso V e D. João II, a moeda do Porto iria conhecer o seu período de maior desenvolvimento e de “*notável esplendor artístico*”²⁸⁹. O desenvolvimento da Moeda do Porto a partir do início da década de 1440 relaciona-se, naturalmente, com toda a conjuntura nacional que o reino viveu nas décadas de ouro do século XV.

Logo em 1441 há a notícia de um grande carregamento de cobre da Flandres que entra na Casa da Moeda do Porto²⁹⁰, ainda durante a regência de D. Pedro. Será esse cobre, certamente, utilizado na amoedação dos últimos reais pretos (agora em módulo menor – anexos, fig. 35) do sistema monetário português. Porventura, terão sido esses pequenos cobres ainda de cariz medieval, o alvo dos protestos de uma petição do Concelho Municipal do Porto, respondida pelo rei em julho de 1449²⁹¹, na qual o povo se queixava da fraca moeda preta, herdeira ainda das quebras constantes de D. João I. Simultaneamente com estes últimos cobres medievais, e também possivelmente ainda durante a regência de D. Pedro, terá sido cunhado na Moeda do Porto o magnífico escudo de ouro, à semelhança do que a Moeda de Lisboa já fazia, pelo menos, desde 1441²⁹².

Sensivelmente após Alfarozeira (20 de maio de 1448), começariam a ser cunhados no Porto e em Lisboa as primeiras moedas portuguesas de feição moderna²⁹³, o ceitil (anexo, pp. 139-140), pequena moeda icónica de cobre, que começou a ser cunhada por volta de 1448 ou 1449²⁹⁴, e continuaria a ser produzida até meados do século XVI. Os ceitis portuenses do reinado de D. Afonso V, caracterizados pelas famosas torres de elementos quadrados, são das moedas mais abundantes encontradas na Casa do Infante.

O cruzado de ouro de D. Afonso V (anexo, fig. 28), cunhado a partir de 1457, alegada ou romanticamente caracterizado como tendo sido uma forma de financiar a cruzada contra o turco, do Papa Calisto III²⁹⁵, também foi batido na Moeda do Porto, juntamente com os espadins (anexo, fig. 32) em bolhão, uma outra das peças emblemáticas, cunhadas no Porto e Lisboa,

²⁸⁸ Amaral, C.M. Almeida do – *Catálogo descritivo das moedas Portuguesas – Museu Numismático Português*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, tomo I, p. 322.

²⁸⁹ Reis, Pedro Batalha – *Cartilha da Numismática Portuguesa*. Lisboa, 1952, p. 213.

²⁹⁰ Ferraz, Francisco Manuel Teixeira – *Ob. cit.*, p. 134.

²⁹¹ Documento das *Vereações*, liv. 2, f. 245 v., referido em Magro, Francisco A. Costa – *Ceitis*. Sintra: Instituto de Sintra, 1986, p. 13.

²⁹² Ferro, Maria José Pimenta – *Política Monetária do Regente D. Pedro*, p. 18.

²⁹³ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 144.

²⁹⁴ Magro, Francisco A. Costa – *Ob. cit.*, p. 11.

²⁹⁵ Amaral, C.M. Almeida do – *Ob. cit.*, p. 363.

que terão sido concessionadas a particulares²⁹⁶. De referir que a concessão, ou arrendamento dos direitos de cunhagem de espécimes de menor valor liberatório (como os espadins, cotrins e ceitis) poderá explicar, segundo Marques²⁹⁷, a grande variação de toque de prata na amostragem dos 88 espadins estudados por Adriano Trigo, Bragança Gil, Filomena Guerra e Telo da Gama²⁹⁸, cuja análise por método de fluorescência de raios x sobre a superfície dos espécimes, permitiu verificar variações de 1% a > 30% de concentração de prata. Ao mesmo tempo, os autores também empreenderam uma análise tipológica dos espécimes, procurando adjetivar as legendas destas moedas produzidas no Porto:

*“As diferenças tipológicas que se notaram entre as moedas estudadas são, fundamentalmente, as que resultaram de uma produção em dois centros, Lisboa e Porto, que, embora obedecendo a um modelo comum, o tratam com estilos próprios, tanto no que diz respeito aos motivos principais como no que respeita às legendas. A este propósito, não deixa de ser interessante notar a relativa uniformidade das legendas nas produções da casa da moeda de Lisboa, em contraste com as formas muito variadas, frequentemente aberrantes que se encontram nas produções do Porto.”*²⁹⁹

As incursões castelhanas de D. Afonso V, entre 1475 e 1479 também tiveram impacto na Moeda do Porto. A polémica recolha das pratas das igrejas, que D. Afonso decretou, para financiar as suas campanhas de pretensão ao trono de Castela³⁰⁰, teve como finalidade a fundição dessa prata para amoedação nas casas da moeda do reino. É neste contexto que surgem os reais de D. Afonso V com as armas de Portugal numa das faces, e as armas de Leão e Castela, na outra face (anexos, fig. 72).

Batalha Reis, que estudou a fundo essas emissões de guerra³⁰¹, vulgarmente designadas por *moedas de Toro*, considerou que todas essas moedas, independentemente das letras monetárias que exibem, foram cunhadas na cidade de Toro, em Espanha, entre junho de 1475 e junho do ano seguinte³⁰². Contudo, os espécimes conhecidos e estudados apresentam diferentes letras monetárias, nomeadamente C, L e P e pelo menos uma marca monetária em forma de cabeça de touro em algumas outras. Reis³⁰³ considera que as letras não indicam o local de cunhagem, mas apenas uma afirmação dos reinos que D. Afonso V se presumia

²⁹⁶ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 134.

²⁹⁷ Idem, *ibidem*.

²⁹⁸ Trigo, F. T. Adriano, Gil, Fernando Bragança, Guerra, Maria Filomena e Gama, Maria do Rosário Telo da – *Contribuição para o estudo dos espadins de dom Afonso V*, in Atas do III Congresso Nacional de Numismática, Sintra. Lisboa: Clube Numismático de Portugal, 1985, pp. 25-51

²⁹⁹ Trigo, F. T. Adriano, Gil, Fernando Bragança, Guerra, Maria Filomena e Gama, Maria do Rosário Telo da – *Ob. cit.*, p. 34.

³⁰⁰ Marques, José – *Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal, no século XV*, in Revista da Faculdade de Letras – História, II Série, Vol. XI. Coord. de José Marques. Porto, 1994, pp. 161-162.

³⁰¹ Reis, Pedro Batalha - *Moedas de Toro, estudo das moedas d’El-Rei D. Afonso V que têm as armas de Portugal, Castela e Leão*. Lisboa, 1933, pp. 68-69.

³⁰² Idem, *ibidem*, pp. 36-37.

³⁰³ Idem, *ibidem*, pp. 68-69.

assumir, assim, C seria de Castela, L de Leão e P de Portugal. A marca monetária do touro indicaria, essa sim, o local de cunhagem, Toro³⁰⁴.

Esta leitura, que se tornou clássica, foi desde sempre questionada. Mário Gomes Marques³⁰⁵ apresentou outra interpretação, tendo por base as diferenças estilísticas dos vários exemplares de Toro:

*“A produção (dos reais com as armas de Portugal e de Leão e Castela) foi certamente multicêntrica e teve provavelmente lugar em Lisboa, no Porto, em Toro, em Tui e em uma oficina itinerante que terá acompanhado o exército do monarca português na sua campanha em terras de Castela.”*³⁰⁶

(a letra C é considerada como uma emissão destinada a Samora (Çamora) e a marca do touro como sendo, efetivamente, de uma emissão produzida em Toro)³⁰⁷.

Estamos, portanto, na possibilidade de algumas das séries das moedas de guerra de D. Afonso V terem sido cunhadas no Porto, recorrendo, possivelmente, à prata confiscada às igrejas.

Ainda antes do final do século, a Moeda do Porto teria ainda o privilégio de alinhar nas cunhagens do justos de ouro, em nome de D. João II³⁰⁸, porém, mesmo que globalmente a amoedação dos justos tenha sido efémera, no caso do Porto terá sido praticamente simbólica, pois não se conhece, atualmente, nenhum justo do Porto, exceto uma fotografia apresentada em por Ferraro Vaz³⁰⁹. Na verdade, durante o reinado de D. João II, a Moeda do Porto limitou-se quase exclusivamente à produção de pequenos vinténs de prata (anexos, fig. 37) e alguns, pouco comuns, ceitis de cobre.

No início do século XVI a situação também não terá sido muito mais favorável aos moedeiros do Porto. A centralização do poder no Paço da Ribeira, e concentração do ouro ultramarino nas suas caves da Casa da Índia também não terão permitido que a Casa da Moeda do Porto voltasse a amoedar muito ouro. Os espécimes manuelinos do Porto são, portanto, uns escassos cruzados de 300 reais, e, sobretudo, as pratas: tostões, vinténs e cinquinhos e, no cobre, os belos, mas efémeros reais e meios reais, que deveriam correr pelo valor de seis e três ceitis (anexos, pp. 142-144), respetivamente. Sendo os reais mais leves do que seis ceitis, acabaram por ter sido muito mal aceites pela população, pelo que são bastante escassos atualmente:

³⁰⁴ Reis, Pedro Batalha – *Ob. cit.*, pp. 68-70.

³⁰⁵ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, pp. 131-132.

³⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 132.

³⁰⁷ Idem, *ibidem*.

³⁰⁸ Ferro, Maria José Pimenta – *Subsídios para o estudo da história monetária do século XV*, in NVMMVS, 2ª. Série, IV/V/VI, Porto, SPN, 1981-1983, p. 26.

³⁰⁹ Vaz, J. Ferraro e Salgado, Javier – *Ob. cit.*, p. 159.

*“Fez (D. Manuel I) reaes de cobre de seis çeptis cada real, que de hũa banda tinham um R. debaixo de hũa coroa, e da outra ho scudo das armas do Regno, e ho letreiro damblas bandas diz Emanuel Rex Portugalliae, et A. Dñs guinae, &c. dos quaes reaes de cobre correram pouquos, por ho preço das cousas que valiam hum çeptil, ou pouquo mais, se aleuantar logo num de hum real [...]”*³¹⁰

De certa forma, a confirmar a amoedação efémera, ou menor da série dos reais de cobre, estão os discos encontrados na Cave Sul, UE3066-3 e 3062-5 (anexos, p. 169), cujos pesos e módulos correspondem, respetivamente, ao real e ao meio real manuelino.

Situação um pouco diferente terá ocorrido nos primeiros anos do reinado de D. João III, quando, por carta régia de 20 de maio de 1537, o rei contacta Diogo Leite, tesoureiro da Moeda do Porto, para que reinicie a cunhagem de cruzados de ouro³¹¹ (anexos, fig. 45).

As razões do regresso da cunhagem de ouro ao Porto são expressas na referida carta, e prendem-se com a chegada de ouro americano, comprado por mercadores d'Entre-Douro-e-Minho a mercadores castelhanos que regressavam da América do Sul, subentende-se que da conquista do Império Inca, fazendo escala nos Açores:

*“Dioguo leite eu elRey vos envio muito saudar vy a carta que me escrevestes em que dizeis que a esa cidade do porto vem ter muyto ouro que trazem os mercadores desa comarqua damtre douro e minho, que comptram nas ilhas aos castelhanos que vem de peru e o traziam a moeda desa cidade pera lho laurarem em cruzados e que por lho asy nam laurarem em cruzados o tornavam a levar e vendiam a mercadores, que o levavam a castella o que elles compravam por guanharem nelle mais levando-o em barras, que amoedado, o que nam era meu serviço nem bem do meu Reino [...]”*³¹²

Esses cruzados de ouro de lei ainda do tempo de D. Manuel, de valor de 300 reais e 989,6‰ são, atualmente, muito escassos.

Tendo em conta as referências que nos são indicadas pela carta de D. João III ao tesoureiro da Moeda do Porto, não podemos deixar de imaginar se esse ouro vindo do Peru não seria parte do fruto do resgate de Atahualpa, em 1533.

Além dos cruzados de ouro, foram também cunhados no Porto, no reinado de D. João III, os São Vicentes e, na prata, as novas moedas de tostão e vintém, da reforma de 20 de novembro de 1539, que visava ajustar os valores da prata e do ouro³¹³ (anexos, pp. 145-149).

³¹⁰ Crónica de D. Manuel de Damião de Góis, part. IV, cap. LXXXVI, citado por Aragão, A.C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 256.

³¹¹ Aragão, A.C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 267.

³¹² Carta régia de 20 de maio de 1537, leitura de Aragão, A.C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 397.

³¹³ Peres, Damião – *História Monetária de D. João III*. Lisboa: Academia da História, 1967, pp. 30-31.

Os ceitis de cobre, sempre constantes nas amoedações nacionais desde o tempo de D. Afonso V, também foram cunhados em grande quantidade no Porto, no reinado de D. João III. Contudo, a quantidade de chapas quadrangulares rudimentares encontradas, sobretudo na Viela da Casa do Infante, com pesos e dimensões equiparadas aos ceitis joaninos, leva-nos a pensar que a cunhagem deste numerário terá sido interrompida de um momento para o outro (anexos, fig. 102).

Ao mesmo tempo, a cerca de uma dezena de ceitis dos grupos 2 e 5 (castelo com muralha bipartida e castelo com muralha baixa, com ou sem porta e torre central afastada da muralha/ circunferência nas duas faces e escudos com castelos/mar de ondas soltas/escudo do 5.º tipo³¹⁴ - anexos, fig. 53), exemplares considerados raros (de 31 a 60 exemplares conhecidos³¹⁵), encontrados no Armazém Sul da Casa do Infante, todos em unidades estratigráficas muito próximas, permite-nos sugerir algumas hipóteses interligadas:

- a) as chapas identificadas no parágrafo anterior estariam destinadas a ceitis dos grupos 2 e 5, com escudos do 5.º tipo e mar de ondas soltas;
- b) os ceitis dos grupos referidos, encontrados no Armazém Sul estariam em contexto de cunhagem;
- c) os grupos 2 e 5 poderão, com o escudo do 5.º tipo no reverso e mar de ondas soltas, poderão ser atribuídos à Casa da Moeda do Porto;
- d) este grupo, do reinado de D. João III, será a última emissão de ceitis do Porto.

Considerando que as cunhagens de numerário baixo eram normalmente feitas pela coroa, mas também por arrendamento³¹⁶ e sabendo que em meados da década de 1540 o custo do cobre era já superior ao valor do ceitel, fazendo com que a moeda saísse do reino para ser vendida a peso no exterior³¹⁷, e que para pôr um fim a essa situação D. João III suspendeu, por alvará régio de 8 de janeiro de 1551, as autorizações anteriormente dadas para fazer ceitis na Casa da Moeda de Lisboa³¹⁸, parece-nos razoável sugerir que também no Porto, os ceitis poderão ter sido suspensos nos inícios de 1551. Talvez aqueles encontrados no Armazém Sul, mais as chapas quadrangulares, encontradas em grandes quantidades na Viela Norte, serão o material inacabado de uma fornaça que terá sido bruscamente suspensa por decisão da coroa:

³¹⁴ Magro, Francisco A. Costa – *Ceitis*, pp. 19, 214, 227 e 230.

³¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 8.

³¹⁶ Ferro, Maria José Pimenta – *Estudos de História Monetária Portuguesa*, pp. 93-98 e Marques, Mário Gomes – *História da Moeda Medieval Portuguesa*, pp. 157-158.

³¹⁷ Peres, Damião – *Ob. cit.*, pp. 34-35.

³¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 35.

*“Eu el-Rei mando a vós, Tesoureiro e oficiaes da Moeda da cidade de Lixboa, que sendovos apresentadas algumas provisões por que tenha dado licença a algumas pessoas pera poderem lavrar ceitis as nam cumpraes nem por ellas façaes nem consintaes fazer obra alguma”*³¹⁹

Ainda que a suspensão da cunhagem dos ceitis não represente, *per se*, um abrandamento dos trabalhos da Moeda do Porto, não deixa de ser curioso que aquela moeda que terá sido a mais abundante de todas as emissões portuenses, chegaria agora, em meados do século XVI, ao seu fim, como que adiantando um pouco o que estaria para chegar.

Os espécimes sebastianinos cunhados no Porto (anexos, pp. 150-151) são praticamente todos exclusivos da Lei de 10 de Junho de 1555³²⁰, que mantinha os São Vicente em ouro. Na prata, a lei correspondia às séries dos tostões e vinténs de com a cruz de Avis no reverso, segundo a lei de 11 dinheiros e de 26 peças no marco (c. de 8,82 g)³²¹. Significa isto que nos primeiros anos do reinado de D. Sebastião, ainda durante a regência de D. Catarina, as moedas mantiveram o tipo e o toque da lei de D. João III. Porém, logo em 1558, pela lei de 27 de junho (também ainda do tempo da regência da rainha avó), as séries dos tostões de prata foram alteradas, para uma nova redução de lei, entrando agora 24 moedas no marco (c. de 9,56 g)³²², também na lei de 11 dinheiros. Aos novos tostões correspondia também uma nova tipologia, com a cruz de Cristo no reverso, no lugar da Cruz da Avis. Curiosamente, a Moeda do Porto só terá recebido a nova lei em 3 de novembro de 1558, pelo que durante mais de quatro anos, terá continuado a cunhar os tostões com cruz de Avis³²³ (anexos, fig. 56).

Sabemos também que o Porto chegou a cunhar os novos tostões, da Lei de 1558, com a cruz de Cristo (anexos, fig. 57), mas são bastante escassos atualmente, pelo que se depreende que poucos hão-de ter saído das fornaças portuenses³²⁴.

Por carta de 6 de novembro de 1559, assinada em nome do rei pela regente³²⁵, sabemos ainda que a coroa ordenava ao tesoureiro da Moeda do Porto, ainda Diogo Leite, que as novas emissões da moeda de ouro se distinguissem pela aposição de um par de setas no tema do anverso³²⁶. No entanto, pelo que se depreende da escassez dessas séries portuenses, podemos considerar, também, que a cunhagem terá sido por um muito breve espaço de tempo (anexos, fig. 54).

³¹⁹ Alvará real de 8 de janeiro de 1551, Arquivo da Casa da Moeda, *Registo antigo*, fol. 84, leitura de Peres, Damião – *Ob. cit.*, pp. 92-93.

³²⁰ Aragão, A.C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 269.

³²¹ Idem, *ibidem*, p. 401.

³²² Idem, *ibidem*, p. 283.

³²³ Idem, *ibidem*.

³²⁴ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 218.

³²⁵ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, p. 408.

³²⁶ De referir que existe um exemplar único em prata, de tostão, cunhado no Porto, com as referidas setas, Gomes, Alberto – *ibidem*.

A ausência praticamente total de emissões portuenses posteriores à Lei de 1558 e à carta de 1559, leva-nos a sugerir que a casa da moeda portuense terá suspenso a atividade ainda em meados do século XVI, possivelmente ainda nos finais da década de 1560. De referir, contudo, que a carta real de 1570³²⁷, com instruções para a cunhagem dos novos espécimes de tostões, é dirigida a *todas* as casas da moeda do reino (seriam só Porto e Lisboa), mas a verdade é que não conhecemos exemplar algum desses novos tostões (com o escudo estreito) cunhado no Porto, levando-nos a desconfiar que as cunhagens portuenses terão cessado antes de 1570, independentemente dos moedeiros continuarem ao serviço da Moeda, mantendo privilégios e disponibilidade.

Deste modo, não conhecemos moedas portuenses cunhadas entre a década de 1560 até à Restauração de 1640. As referências à laboração da Moeda do Porto em 1587³²⁸, em pleno reinado de Filipe II (I de Portugal), não poderão pois, dizer respeito à produção de moeda, mas talvez a outras atividades metalúrgicas, talvez relacionadas com afinações de metal precioso, mas nunca de cunhagem. A ausência de laboração durante praticamente toda a segunda metade do século XVI poderá justificar as palavras de Filipe III (II de Portugal) aquando do encerramento da Casa da Moeda, em 1607:

*“... e porque sou informado que há muitos annos se não bate moeda na dita cidade do Porto e que os officiaes e moedeiros da dita casa auia não exercitão nem usão nella de seus officios ey por bem e me praz de extinguir todos os officios que para a dita casa da moeda do Porto se criarão nella auia.”*³²⁹

Ainda que a amoedação portuense já não existisse há pelo menos 50 anos, teríamos que aguardar por decreto real já dos Habsburgos espanhóis, em 1607, para que os primeiros 240 anos de laboração da Moeda do Porto chegassem a um termo.

A segunda fase de laboração da Casa da Moeda do Porto prende-se com as alterações políticas resultantes da restauração da independência nacional, a 1 de dezembro de 1640.

Com efeito, logo nos primeiros tempos da Guerra da Restauração, o novo governo de D. João IV necessitou de financiar as várias despesas da guerra que determinaria o sucesso, ou não, da separação ibérica. Assim, nos inícios de fevereiro de 1642, um regimento real ordenou a abertura de várias casas de cunho em todo o reino (para contramarcagem de moedas em metal

³²⁷ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, p. 413.

³²⁸ Real, Manuel Luís – *Moedas Portuguesas Cunhadas no Porto*, p. 13, nota 27 e Barreira, Paula, Dordio, Paulo e Teixeira, Ricardo, pp. 149-150.

³²⁹ Leitura de Reis, Pedro Batalha – *Cartilha da Numismática Portuguesa*, p. 213. Referenciado, mas não lido em Lopes, Isabel Alexandra, Menéndez, Jorge Argüello, Dordio, Paulo e Teixeira, Ricardo – *Excavaciones arqueológicas en la Casa de la Moneda de Oporto (sgs. XIV-XVI)* in *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, Atas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, Coord. Mário Barroca, Antonio Malpica Cuello, Manuel Real, Vol. VII. Porto: ADECAP, 2000. ISBN 972-98807-0-0, p. 59.

precioso, com fim a revalorizá-las). É neste contexto, que ressurge a Casa da Moeda do Porto³³⁰.

Na verdade, a nova Moeda do Porto não foi instalada na Alfândega, no espaço que, tradicionalmente, era o de cunhagem da cidade. A nova Moeda foi instalada, por questões de segurança, nos pisos baixos da torre do Paço da Relação, junto à Sé, no edifício que abrigava os Paços do Concelho e a cadeia municipal, com porta para a Rua de São Sebastião³³¹.

Nestes primeiros momentos da segunda fase de laboração da Moeda do Porto, a partir de março de 1642, não houve cunhagem propriamente dita, mas sim marcação de moeda, nomeadamente a prata. Os ferros de contramarcação, com os punções com os novos valores, não foram produzidos no Porto, mas sim em Lisboa, de onde vieram, cerrados num caixão de três chaves³³². O fluxo de prata das velhas moedas cerceadas, do século XVI e do tempo dos Filipes foi muito intenso, pelo que as contramarcasções se prolongaram, no Porto, até, pelo menos, o final do verão de 1643.

Em junho daquele ano³³³, dada a necessidade de cunhar mais moeda propriamente dita, em vez de continuar apenas as contramarcasções do numerário antigo, D. João IV autoriza a abertura de duas novas casas da moeda, para complementarem o trabalho feito em Lisboa, a do Porto e a de Évora. Esta segunda Casa da Moeda do Porto como local de cunhagem propriamente dito, e não local de contramarcação apenas não nos parece ser facilmente localizável. Ribeiro da Silva³³⁴ considera que a partir dos finais de 1643, ou dos inícios de 1644, recomeçara a cunhagem de moeda no Porto, nas instalações da Antiga Alfândega, onde sempre se instalara a casa da moeda medieval. Contudo, atribui essa localização a uma interpretação um pouco forçada à expressão de um termo usado num despacho da fazenda, de setembro de 1643, que refere que se deveriam fazer “*somente as cazas da fornaça que parecem necessárias*”, para a cunhagem da moeda no Porto. Ribeiro da Silva acha improvável que se fizesse no rés do chão da torre dos Paços do Concelho, que também servia de armaria, uma fornalha³³⁵. Na verdade, contudo, a *fornaça* da Moeda não é, de todo, a *fornalha*. Como aliás vemos adiante, a *fornaça* é tão somente o espaço de laminação, corte e cunhagem, portanto, um local amplo, de trabalho exclusivamente feito a frio. Em todo o caso, a descoberta, em 1984³³⁶ de um malogrado forno em tijolo nos próprios Paços do Concelho, poderá demonstrar que as moedas de D. João IV, do Porto, terão sido todas batidas naquela torre.

Deste modo, podemos adiantar, como sugestão, que as emissões do Porto de D. João IV, das séries dos cruzados, tostões e meios-tostões em prata, com quatro PP no

³³⁰ Silva, Francisco Ribeiro da – *A Casa da Moeda do Porto Durante a Restauração*, in *O Tripeiro*. Série Nova, Ano IX, N.º 3, Porto, 1990, p. 68.

³³¹ Idem, *ibidem*.

³³² Idem, *ibidem*, p. 69.

³³³ Idem, *ibidem*, p. 72.

³³⁴ Idem, *ibidem*.

³³⁵ Idem, *ibidem*.

³³⁶ Real, Manuel Luís – *Ob. cit.*, p. 13, nota 27.

reverso, terão sido cunhados ainda nos Paços do Concelho, a partir de 1644 até finais da década, tal como, aliás, as moedas das mesmas séries correspondentes a Lisboa (no caso datadas) e as de Évora (com os EE). Outro facto é que, em relação à produção monetária, não conhecemos mais nenhuma moeda do reinado seguinte (de D. Afonso VI, portanto) cunhadas no Porto, apenas se conhecem uns raríssimos meios-cruzados com letra E, de Évora³³⁷. Durante a regência de D. Pedro, também não encontramos moeda portuense, nem tampouco eborense, pelo que depreenderá que toda a amoedação desse período estivesse centralizada em Lisboa, funcionando apenas as casas de contramarcação espalhadas um pouco por todo o reino.

Tornou-se então necessário esperar pela renovação das estruturas régias da Alfândega, em 1677, e pela aquisição de um balancé mecânico em 1688, para assistirmos à reabertura total da nova Casa da Moeda do Porto, na Alfândega³³⁸.

Uma das principais razões para a abertura de uma casa da moeda com instrumentos de cunhagem mecânica, foi o combate ao problema do cerceio da moeda. Com efeito, D. Pedro II ordenara que as moedas bastante desfalcadas pelo cerceio fossem encordadas com um novo método, que consistia, basicamente, na aposição mecânica de uma nova orla nas velhas moedas. A Lei de 9 de junho de 1688 é clara quanto a esse aspeto:

*“Porquanto precisamente se haõ de fazer muitas despezas na redução da moeda de prata nacional, cerceada, como também em se emcordar e cunhar moeda com nova orla todas as moedas de prata de fabricas antigas, que não forem cerceadas, nececitando-se de novos engenhos e instromentos necessarios para a fabrica da caza da moeda, como tambem para asentar a que mando abrir na cidade do Porto [...]”*³³⁹

Para além da aposição das novas orlas, a Casa da Moeda do Porto reaberta cunhou, naturalmente, os novos espécimes de produção mecânica para o reino. Referimo-nos às novas pratas, das séries dos cruzados³⁴⁰, tostões e vinténs (anexos, figs. 58-64). De uma maneira geral, todas estas moedas são já datadas. D. Pedro II não cunhou ouro no Porto, nem cobre para uso metropolitano, no entanto, a curiosa e procurada série dos XX, X e V réis de cobre produzida para o Brasil, entre 1693 e 1699, são emissões portuenses (anexos, figs. 73-75).

Na segunda década do século XVIII, D. João V mandaria ainda cunhar uma breve série de vinténs de prata (anexos, fig. 68) no Porto, bem como, entre 1712 e 1714, a última série de ouro do Porto, a moeda, meia-moeda e o quartinho (4.000, 2.000 e 1.000 réis, respetivamente – anexos, figs. 65-67).

³³⁷ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 273.

³³⁸ Em artigo de *O Tripeiro*, 2.º ano, de 10 de maio de 1910, intitulado *Casa da Moeda do Porto*, p. 507, Teixeira de Aragão cita o Alvará de 9 de junho de 1688 para a criação da Casa da Moeda do Porto.

³³⁹ Leitura de Aragão, A.C. Teixeira de – *Descrição Geral e Histórica das Moedas...*, tomo II, p. 191.

³⁴⁰ Em 1688, 4 de agosto, por decreto, o rei mandou subir os cruzados de 400 réis para 480 réis, estas moedas, cunhadas exatamente com os mesmos cunhos e tipos, foram chamados de *cruzados novos*, e ainda assim era conhecidos em meados do século XIX. Este levantamento do valor nominal afetou todas as moedas de ouro e prata, pelo que daí em diante, aos valores faciais cunhados devem ser acrescentados 20%.

A centralização do poder, a extinção dos privilégios dos moedeiros e a abertura da nova Casa da Moeda de Lisboa, no início da década de 1720, determinou o encerramento da Moeda do Porto, por Decreto de 12 de setembro de 1721:

*“[Fechou-se] a porta da dita Casa de pedra e cal por ordem do Senhor Rey D. João o 5.º da glorioza memoria e em 8 de março de 1733 se tornou a abrir, e nella se recolheu todo o dinheiro que estava em poder do Superintendente da mesma Moeda Pedro da Costa Lima, que tinha vindo de Lisboa encarregado para se entregar as partes pello que Sua Magestade tinha mandado recolher; hoje não existe mais que o portico e o pateo com algumas cazas, inda que poucas porque as mais se unirão por ordem de Sua Magestade aos Armazens da Alfandega com que partia para maior comodidade, alojamento das fazendas, que por falta de haver onde se recolhessem padecião muitas avarias [...]”*³⁴¹

A reabertura de 1733 referida na passagem supracitada terá sido, tal como indicado, apenas para se proceder à recolha de materiais que tivessem ficado ainda em depósito. É provável que o balancé adquirido por volta de 1688 tenha sido desmantelado nessa altura, pois não encontramos vestígios de tão afirmativa máquina. Em 1750, o mesmo *Dicionário Geográfico* recolhe a informação que a velha entrada da Moeda do Porto, a Norte, pela Rua Nova reduzia-se apenas ao pátio, ao pátio e a algumas casas. Terá sido nesse momento que o processo de demolição do que restava a este da Casa do Infante, ainda associado à Moeda seiscentista, para as obras de expansão a este da Alfândega, em meados do século XVIII³⁴².

Daqui em diante, não haveria mais moeda portuense cunhada no complexo régio da Alfândega. Apenas e esporadicamente na primeira metade do século XIX, no contexto das guerras civis pré-Regeneração, mais concretamente durante o Cerco de 1833 e a Patuleia, em 47, se cunharam alguns bronzes no Porto, no Convento dos Loios e no Convento de Monchique, respetivamente. Mas essas séries de bronze já não se relacionam com a história longa e fecunda da velha Moeda da cidade do Porto.

Localização e proposta de análise espacial

Como temos vindo a referir, a Casa da Moeda do Porto, durante as suas diferentes fases de laboração, parece ter estado sempre instalada no complexo administrativo real da Ribeira, mais conhecido como Alfândega Velha, Armazéns do Rei ou, mais recentemente, Casa do Infante.

O complexo da coroa foi gizado ainda por D. Afonso IV, nos inícios do reinado, logo em 1325. Os serviços alfandegários dos desembarques no Douro eram, ainda no reinado anterior, efetuados em Vila Nova. Decidido a contrariar essa realidade algo confrangedora

³⁴¹ Padre Luiz Cardoso, *Dicionário Geográfico do Reino de Portugal*, Tomo XXX (notícia da freguesia de São Nicolau) fls. 1737 e seguintes. *Apud*: Ferreira, J. A. Pinto – *Algumas moedas cunhadas no Porto no reinado de D. João I* in NVMMVS, IX-1/2, Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1968, p. 78.

³⁴² Lopes, Isabel Alexandra, Menéndez, Jorge Argüello, Dordio, Paulo e Teixeira, Ricardo – *Ob. cit.*, p. 60.

para o poder do rei, D. Afonso IV empreende a compra de uma data de hortas e pardieiros na margem direito do Rio de Vila, para aí construir os armazéns reais e outros serviços da coroa no Porto³⁴³, está, pois, relacionada com uma nova atitude real face ao bispo do Porto.

Ainda que os conflitos entre a coroa e a diocese portuense viessem de trás, D. Afonso IV terá reacendido (com a sua política centralizadora e, de certo modo, antagónica com a política de agraciações de seu pai), um pouco por todo o país, a chama da discórdia entre o Estado e os poderes territoriais da nobreza e do clero. Assim, a afirmação de um complexo estatal, um *centro de serviços da Coroa*³⁴⁴ em plena coutada dos bispos, revelou-se, desde o início, um problema.

Logo em outubro de 1325, no dia 10, uma comitiva do bispo desceu até aos estaleiros de construção do edifício para fazerem suspender as obras³⁴⁵, invocando não só direitos territoriais, mas também direitos de arrendamento nas casas adquiridas pela coroa para erguer os armazéns.

Não tendo efeito a pressão eclesiástica, as obras terão prosseguido com firmeza e determinação, pelo que cerca de 20 anos depois, já os edifícios estariam completos, nomeadamente as torres Norte e Sul, e o pátio central murado, com a mesma orientação. O mestre responsável pela obra seria João Eanes Melacho³⁴⁶.

Independentemente das polémicas com o bispo e, posteriormente, com o próprio município da cidade, o *almazem d'El Rey* começou logo a funcionar, cobrando os impostos sobre as mercadorias e o trigo.

De referir que, ainda na primeira metade do século XIV, a área envolvente do novo edifício, a Rua da Fonte Taurina, a sul, e, possivelmente, o pátio, ou acesso, à velha capela de Santo Eloi³⁴⁷ que, antes da atual igreja de São Nicolau, no lado Poente da Alfândega, isto é, do lado da entrada. Seria aqui, na capela de Santo Eloi, o centro nevrálgico da Confraria dos Ourives da Prata (Santo Eloi é o padroeiro dos ourives), onde as suas oficinas laborariam. Ao mesmo tempo, segundo sugestão de Manuel Real, a Rua da Fonte Taurina poderá ter ido buscar o seu nome por corruptela, a alguma referência antiga a uma *fonte aurina*, ou seja, relacionada com o ofício dos ourives do ouro, que não haveriam de estar muito distantes da Confraria de Santo Eloi. São ainda de referir as alusões à ferraria de São Nicolau, na mesma área.

Por seu turno, a rua da cidade, ainda entre-muros, que descia de Belomonte (do Padrão de Belomonte, sensivelmente onde está hoje o Tribunal de São João Novo) até ao

³⁴³ Sousa, Alexandra Lage Dixo de – *Casa do Infante/Intervenções*, Dissertação de Mestrado em História de Arte. Porto: FLUP, edição policopiada, 2004, p. 2.

³⁴⁴ Real, Manuel Luís – *O «Centro de Serviços da Coroa», na cidade do Porto*, in Henrique, o Navegador, *Exposição Comemorativa do 6.º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique*, Dir. Téc. Manuel Luís Real. Porto: CMP, 1994. ISBN 972-605-035-9, p. 137.

³⁴⁵ Idem, *ibidem*, pp. 137-138.

³⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 138.

³⁴⁷ Basto, Artur de Magalhães - *Estudos Portuenses*, Vol. II. Porto: CMP, 1963, p. 205.

rio, era a Rua da Ferraria³⁴⁸ (atual Rua do Comércio do Porto), terminando a escassos metros da capela de Santo Eloi.

Esta proximidade geográfica da Casa da Alfândega com as ruas dos oficiais da prata e do ouro, bem como dos ferreiros, poderá estar relacionada, de algum modo, com a escolha, já fernandina, em cerca de 1367-69, de abertura de uma casa da moeda no Porto, instalada precisamente na Alfândega, não só pela proximidade com aqueles que seriam os mais experientes mestres das várias artes metalúrgicas do tempo, mas também pela proximidade com os locais de desembarque das matérias-primas e dos combustíveis para a produção de moeda.

A organização do espaço da primeira etapa da Moeda do Porto, durante o reinado de D. Fernando, não é bastante clara. Contudo, os materiais e as estruturas escavadas têm permitido interpretar as áreas das oficinas da Moeda como sendo um bairro e pátio murado a norte, sul e este, e enquadrado a oeste pelas estruturas das torres e porta da Alfândega³⁴⁹. No pátio e estruturas adjacentes funcionariam as várias atividades industriais ligadas à produção de moeda, mas localizar-se-iam também as áreas de residência dos moedeiros e famílias, depreendendo-se que as habitações estariam nos pisos superiores, pelo menos até a um primeiro andar, separado por sobrados das oficinas térreas³⁵⁰. Pelo que depreendemos do estudo de alguns materiais de uso doméstico, nomeadamente dedais, alfinetes, algumas peças de adorno pessoal (um anel e uma pulseira³⁵¹ - anexos, figs. 155-156), algumas cerâmicas domésticas do séc. XVI, nomeadamente a frequência de louça Malegueira branca nos depósitos da secção sul (anexos, figs. 152-153), mais concretamente os depósitos D2 e D3³⁵², parecem indicar uma presença de atividades domésticas quotidianas um pouco por toda a ala alta a sul do edifício (Armazém Sul e Pátio Sul), o que nos pode sugerir a localização, nos pisos altos, de habitações ligadas usadas pelas famílias residentes no Bairro da Moeda.

Voltando à distribuição das secções de trabalho, numa primeira fase, no último quartel do século XIV, as zonas Pt1 (anexos, fig. 138), junto ao flanco noroeste do edifício foram encontradas várias copelas (33 no total) e um crisol ou cadinho, em conjunto com chapas e cisalhas, junto a paredes vitrificadas de fornos, carvão vegetal e ossos³⁵³, o que, segundo os autores citados, poderá indicar a presença de atividades de ensaio, copelação e fundição de metais. Podendo identificar tipologias diferentes para os crisóis, poderíamos

³⁴⁸ A partir do século XVI designada por *Ferraria de Baixo*, para distinguir da *Ferraria de Cima*, no prolongamento antigo da Rua do Souto até à Rua dos Caldeireiros, passando pela atual Rua Mouzinho da Silveira e Rua das Flores.

³⁴⁹ Barreira, Paula, Dordio, Paulo e Teixeira, Ricardo – *200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XIV a meados do séc. XVII*, in *Atas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval, métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela, 22 a 25 de março de 1995. Coor. Diogo, João Manuel e Abraços, Helder Chilra. Tondela: CMT, 1998, p. 145.

³⁵⁰ Lopes, Isabel Alexandra, Menéndez, Jorge Argüello, Dordio, Paulo e Teixeira, Ricardo – *Ob. cit.*, p. 62.

³⁵¹ Salão Sul UE1661-2 e UE1664-3.

³⁵² Barreira, Paula, Dordio, Paulo e Teixeira, Ricardo – *Ob. cit.*, pp. 149-152.

³⁵³ Lopes, Isabel Alexandra, Menéndez, Jorge Argüello, Dordio, Paulo e Teixeira, Ricardo – *Ob. cit.*, p. 68.

traçar linhas cronológicas distintas. Infelizmente, por não o termos conseguido localizar, não conhecemos a tipologia do crisol exumado na zona Pt1 (anexos, fig. 138), no entanto, podemos adiantar a seguinte sugestão: - os crisóis (ou cadinhos) de fundo globular hemisférico estão associados a um período cronológico anterior ao século XVI (séculos XIV e XV), em que os metais afinados entrariam na Moeda ainda sob a forma de matéria-prima, neste caso minério. O cadinho seria então depositado diretamente sob as brasas do forno e semicoberto por cinzas, com fim a obter o efeito de forno redutor (com menos oxigénio, portanto). Este tipo de cadinho, assente diretamente sob o material ígneo, é de fundo globular ou hemisférico. Por seu turno, os cadinhos de fundo plano, dos séculos XVI e XVII, eram utilizados para afinar ou fundir metais já processados em barra ou lingote, pelo que eram pousados em cima de uma base que assentava sobre os carvões (tradicionalmente uma grelha metálica), para evitar uma atmosfera demasiado redutora do forno³⁵⁴. No final da copelação dos metais, o afinador utilizava uma pequena colher (que poderia ser em ferro)³⁵⁵, para raspar os restos de impurezas e de combustível que ficavam no fundo do crisol ou cadinho³⁵⁶.

Em todo o caso, interpretando os dados publicados, e sobretudo pela profusão de copelas encontradas na zona Pt1, concordamos que aí poderá ter funcionado o laboratório de ensaio e afinação de metais, da primeira fase de laboração da moeda, ainda durante o período fernandino, mais do que a área de fundição de arriéis propriamente dita, o que implicaria a utilização de fornos e cadinhos maiores.

No que concerne à cunhagem, os espécimes fernandinos³⁵⁷ estudados, nomeadamente dois dinheiros (um deles mal batido)³⁵⁸, um pilarte com letra P³⁵⁹ (anexos, fig. 8) e um espécime inédito (poderá ser um ensaio), batido em nome de D. Fernando (anexos, fig. 76), e de tipologia aproximada com os torneses³⁶⁰ (anexos, fig. 2), estavam todos localizados nas alas a sul do complexo, concretamente no Salão e na Cave Sul, o que poderá indicar a presença da fornaça de cunhagem nesse espaço desde a primeira fase.

³⁵⁴ AA.VV. – *L'atelier monétaire royal de La Rochelle, La place de Verdun, archéologie d'un espace urbain, Documents Archéologiques 4*, Dir. Pierre Mille e Florian Téreygeol. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011. ISBN 978-2-7535-1361-7, pp. 95-96.

³⁵⁵ Murray Fantom, Murray Fantom, Glenn Stephen, Reiner, José María Izaga e Valencica, Jorge Miguel Soler – *Ob. cit.*, p. 116.

³⁵⁶ Idem, *ibidem*.

³⁵⁷ Apesar de não haver documentação escrita que certifique a localização original da Moeda do Porto nos edifícios régios da Alfândega (Ferraz, Francisco Manuel Teixeira – *Ob. cit.*, p. 70), a existência de moedas batidas em nome de D. Fernando, bem como discos não cunhados de espécimes fernandinos, encontrados em contexto de produção, no edifício da Alfândega, confirmam a presença da Moeda naquele espaço, logo no primeiro momento.

³⁵⁸ Salão Sul UE1579-22 e UE1595-5.

³⁵⁹ Salão Sul UE1546-10.

³⁶⁰ Cave Sul UE3018-1.

Por seu turno, os fornos da zona B1, identificados ainda nos anos de 1980³⁶¹ (anexos, fig. 137), no extremo Oriental do edifício, associados a fossas escavadas no chão (cuja finalidade era, depois de enchidas com água, recolher os salpicos de metal que escorressem para fora dos moldes dos arriéis), em conjunto com materiais que estavam sob o pavimento quinhentista, poderão indicar a localização dos fornos de fundição (distintos dos de afinação e ensaio), para produção das barras ou arriéis, ainda na transição do século XIV para o seguinte.

Ao mesmo tempo, as zonas Pt7 e A4 (anexos, fig. 138), corresponderá ao uma fase posterior a 1433³⁶² até à última fase de produção da Moeda no século XVI³⁶³ (no nosso entender a atividade da Moeda terá cessado ainda durante a década de 1560) é associada a um novo laboratório de afinação, desta feita, em alguns dos crisóis (anexos, figs. 78) aí encontrados, de formato cónico (com fundo plano, portanto), depois de analisados por fotoespectrometria, na Universidade do Minho³⁶⁴, revelaram vestígios de ouro. Seria interessante verificar a origem desses resquícios áureos, pois a verificar-se uma proveniência americana do metal, poderíamos confirmar que as zonas Pt7 e A4 (anexos, fig. 138) terão sido, com efeito, o laboratório de afinação do século XVI, onde se terá apurado o metal comprado aos conquistadores espanhóis que vinham do Peru, e que depois fora usado para a cunhagem dos cruzados e dos São Vicente (anexos, fig. 46) joaninos.

Ao mesmo tempo, os fornos grandes da zona B1 (anexos, fig.138) poderão ter continuado a laborar durante a transição do século XV para o XVI. Tanto que, de acordo com os regimentos de organização laboral do século XVI, as oficinas de fundição e a oficina do ensaiador deveriam ficar uma ao lado da outra³⁶⁵ e, ainda mais revelador, a oficina do ensaiador deveria ser até secreta³⁶⁶, o que nos parece consentâneo com a localização da zona A4 (anexos, figs. 138 e 139) num dos cantos mais extremos do complexo, não só em relação à portaria principal, a norte, pelo desnível da Rua Nova, mas também em relação à entrada da Alfândega, a oeste, entre as torres norte e sul. Cabe aqui ainda referir que, em termos globais, sugerimos, baseados na interpretação arqueológica de Manuel Real, a existência de quatro portas de acesso à Moeda do Porto:

- I. a porta principal, a norte, pela Rua Nova (anexos, fig.);
- II. uma pequena porta de serviço, a noroeste, indicada como P4 (anexos, fig. 139);

³⁶¹ Real, Manuel Luís - *Inéditos de arqueologia portuense*, in *Arqueologia* 10. Porto, pp. 30-43.

³⁶² Posterior às obras concluídas em 1433. C.f. Real, Manuel Luís – *O «Centro de Serviços da Coroa», na cidade do Porto*, in Henrique, o Navegador, *Exposição Comemorativa do 6.º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique*, p. 140.

³⁶³ Lopes, Isabel Alexandra, Menéndez, Jorge Argüello, Dordio, Paulo e Teixeira, Ricardo – *Ob. cit.*, p. 68-69.

³⁶⁴ Idem, *ibidem*.

³⁶⁵ Gambetta, Agostinho Ferreira – *História da Moeda, Vol. I*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1978, p. 150.

³⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 158.

- III. portas extraordinárias de serviço (simultâneas com as portas da Alfândega), a oeste (P1), (anexos, fig. 139);
- IV. pequena porta de serviços, a oriente, P3 (anexos, fig. 139), utilizada para despejos de resíduos da Casa da Moeda.

No que concerne às zonas da fornaça (as salas de laminação, corte e cunho³⁶⁷), todos os indícios apontam para que tenha sido, desde sempre, localizada nas alas a sul do edifício, sofrendo, no entanto, um alargamento algures durante o século XV. Isto é, os materiais encontrados, nomeadamente chapas e discos não cunhados, bem como alguma cisalha proveniente do processo de corte, distribuem-se, sobretudo, pelas áreas do Pátio Central, Armazém Sul e Cave Sul, o que poderão ser um bom indicador do espaço de laboração da fornaça.

Por outro lado, os espaços dedicados ao processo de branqueamento (anexos, pág. 184), fundamental para limpar o carbono das chapas cortadas diretamente das lâminas, mas também para melhorar potenciar o aspeto argênteo dos bolhões, não nos parecem ainda identificados. Ao mesmo tempo, o estudo de identificação das atividades da Moeda relacionada com a documentação arqueológica³⁶⁸ não faz tampouco menção a esta etapa dos processos de amoeção.

Tendo em conta a natureza do processo, que consistia essencialmente no recozimento dos discos (depositados em recipientes cerâmicos próprios, de feição chata e semiplanos, como pratos), primeiro, e depois das moedas já cunhadas, numa solução alcalina, à base de sal, soda, vinagre, soluções mercuriais e, em fases mais tardias, em soluções destiladas de álcool³⁶⁹, somos tentados a imaginar que os pratos de branqueamento eram colocados nas estruturas dos próprios fornos de fundição, num momento em que a produção de arriéis, ou lingotes, estivesse já concluída. Assim, sugerimos que o branqueamento fosse feito também na zona Pt7 (anexos, fig. 138), de acordo com os tempos específicos determinados para cada etapa da organização do trabalho. Neste caso, o branqueamento seria feito apenas depois da fase de fundição dos metais, quando o forno estivesse, por assim dizer, livre.

Por fim, há um outro espaço fundamental em todo o processo relacionado com a produção e emissão da moeda que não se nos afigura ainda localizado. Trata-se da Casa da Balança. Antes de avançarmos com uma sugestão para a localização da Casa da Balança da Moeda do Porto, é importante tentar definir exatamente o que era a Casa da Balança, e quem lá laborava.

³⁶⁷ Idem, *ibidem*, pp. 149-150.

³⁶⁸ Lopes, Isabel Alexandra, Menéndez, Jorge Argüello, Dordio, Paulo e Teixeira, Ricardo – *Ob. cit.*, p. 67-69.

³⁶⁹ Gambetta, Agostinho Ferreira – *Ob. cit.*, p. 178.

A Casa da Balança é, antes de mais, e ao contrário do que por vezes se imagina, um espaço ligado diretamente à administração³⁷⁰, e não à produção. A associação tradicional das funções da Balança em relação à pesagem de arriéis já fundidos, de cisalhas ou de reaproveitamento e pesagem de materiais para refundição é motivada, a nosso ver, pela relação que por vezes se faz entre a Casa da Balança e o laboratório do ensaiador (zona A4, no caso do Porto - anexos, fig. 138). As pesagens de materiais dentro do processo (depois da aferição da matéria-prima que entrava na Moeda, entenda-se) de produção era uma competência do ensaiador (anexos, pp. 172-174), era ele quem aferia as ligas e quem controlava o trabalho do fundidor (anexos, pp. 175-178). Na verdade, quando dizemos *ensaiador* estamos a ser simplificadores, pois a norma disposta no regimento de 23 de março de 1498³⁷¹ (de notar que o regimento poderá ser uma adaptação de um outro modelo mais antigo³⁷²) é a de haver até três ensaiadores na Moeda (no caso na de Lisboa, mas deduzimos que o modelo seria de aplicação similar no Porto, visto que todo o restante processo seguia o mesmo padrão), para que o ensaio de verificação seja verificado duas vezes e determinado (no caso de haver opiniões diferentes) pela terceira opinião do contraensaiador³⁷³.

Deste modo, a presença de balanças e a descrição de atos de pesagem na Moeda, não implicam que estes fossem executados obrigatoriamente na Casa da Balança. Aliás, Murray³⁷⁴ indica-nos que na Casa da Moeda de Segóvia existiam balanças em quatro departamentos distintos:

- a) na Casa da Balança;
- b) na Oficina de Ensaio;
- c) na Fundição;
- d) na Sala de Corte.

Isto é, as várias operações de pesagem, decorrentes de fases diferentes do processo de amoedação, ocorreriam em espaços distintos, pelo que o local de trabalho dos Mestres da Balança não se esgotaria na Casa da Balança.

Assim, a Casa da Balança não teria que estar integrada no *corpus* oficial da Moeda. Pelo contrário, o regimento de 1498 indica que a Casa da Balança deveria ser *apartada*³⁷⁵

³⁷⁰ Marques, Mário Gomes – *Moedas de D. Fernando*, p. 39.

³⁷¹ Gambetta, Agostinho Ferreira – *Ob. cit.*, p. 64.

³⁷² Idem, *ibidem*, p. 115. Gambetta notou que a referência a bolhões, por exemplo, que é uma liga que deixou de ser usada em meados do século XV, no documento de 1498, poderá ser um dos indícios que o documento base, copiado para o novo regimento, seja, com efeito, mais antigo.

³⁷³ Idem, *ibidem*, p. 157.

³⁷⁴ Murray Fantom, Glenn Stephen, Reiner, José María Izaga e Valencica, Jorge Miguel Soler – *El Real Ingenio de la Moneda de Segovia, Maravilla tecnológica del siglo XVI*. Segovia: Ediciones del Umbral/Fundación Juanelo Turriano, 2006. ISBN 10:84-920755-3-8, pp. 83-84.

³⁷⁵ Apud: Gambetta, Agostinho Ferreira – *Ob. cit.*, pp. 112-113.

das restantes atividades, e, especificamente, do próprio laboratório do ensaiador³⁷⁶. A razão para tal determinação prende-se com as funções da Balança.

Com efeito, era na Casa da Balança que os metais entravam na Moeda, fosse ele o metal do rei, fosse ele o metal que os particulares levassem para amoedar. Era aí também que os mesmos particulares levantavam as suas moedas depois de cunhadas³⁷⁷, (chamaríamos a este processo, atualmente, a *emissão* da moeda³⁷⁸) era na Balança que o próprio tesoureiro, apoiado pelos mestres da balança³⁷⁹, exercia a contabilidade (é curioso notar que, no regimento de 1498, D. Manuel I indica que o tesoureiro deveria ter na Casa da Balança um pano de *bristol*, uma espécie de feltro, que seria, seguramente, para cobrir a mesa de despacho das moedas, e de 50 contos de contar, para as operações de contabilidade³⁸⁰), era igualmente na Balança que, pelo menos depois das Ordenações Manuelinas³⁸¹, os pesos eram aferidos pelos profissionais privados que necessitassem de regularizar os seus pesos. Era na Balança, com a sua porta de três chaves³⁸² que se guardavam as arcas com as moedas e os metais preciosos, sendo, portanto, também uma espécie de caixa-forte do complexo.

À semelhança do que se conhece para outras casas da moeda europeias³⁸³, as reuniões entre os oficiais da Moeda, para tratarem dos temas relacionados com a gestão do trabalho e a divulgação dos decretos e ordenações que fossem chegando de Lisboa também seriam realizadas na Casa da Balança.

Resta-nos, pois, definir quem é que realmente atuava na Casa da Balança. A documentação sugere que o mestre da balança (na verdade, os dois mestres da balança) e o tesoureiro eram os responsáveis por essa partição (de notar que no regimento manuelino, nas disposições sobre o mobiliário da Balança, é ao tesoureiro que são atribuídos os objetos, como o *bristol* e os contos). Portanto, seriam estes os oficiais que teriam as chaves da dita casa.

Tendo estes fatores em atenção, nomeadamente a verificação que a Balança deveria estar *apartada*, que o gabinete do tesoureiro da Moeda era na Balança, que as aferições dos pesos era também aí efetuada, tal como a aceitação e entrega da moeda ao público, somos levados a sugerir que, enquanto pequeno complexo onde se realizavam as

³⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 115.

³⁷⁷ Murray Fantom, Glenn Stephen, Reiner, José María Izaga e Valencica, Jorge Miguel Soler – *Ob. cit.*, pp. 83 e 87.

³⁷⁸ Importa esclarecer que a partir do século XIX, as casas da moeda limitaram-se a *produzir* as moedas, sendo as *emissões*, isto é, a sua distribuição no tecido económico, feita pelos bancos centrais. Anteriormente, eram as próprias casas da moeda que colocavam o dinheiro em circulação, quase sempre através de pagamentos, ou através da cunhagem dos metais dos privados.

³⁷⁹ Gambetta, Agostinho Ferreira – *Ob. cit.*, p. 114, refere a existência de dois mestres da balança.

³⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 108.

³⁸¹ Barros, Henrique de Gama: *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, dirigida por Torcato de Sousa Soares, Tomo X. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, p. 96.

³⁸² Gambetta, Agostinho Ferreira – *Ob. cit.*, pp. 112-113 e Murray Fantom, Glenn Stephen, Reiner, José María Izaga e Valencica, Jorge Miguel Soler – *Ob. cit.*, p. 89

³⁸³ Murray Fantom, Glenn Stephen, Reiner, José María Izaga e Valencica, Jorge Miguel Soler – *Ob. cit.*, p. 89.

operações de pesagem, contagem câmbio, depósito de metais, emissão das moedas e aferição de pesos, a Balança teria que estar integrada num espaço protegido, é evidente, mas também com algum tipo de gabinete aberto ao público³⁸⁴. E isso leva-nos a sugerir que a Casa da Balança do Porto estaria localizada num espaço exterior às oficinas, apartado não só da Alfândega, mas também da Moeda, embora com um corredor de acesso para esta. Neste sentido, faria sentido que a Balança se localizasse no edifício da Rua Nova³⁸⁵ (anexos, figs. 142-144), nomeadamente num agora extinto entrepiso, entre a loja e o atual primeiro andar, sobre a porta principal da Casa da Moeda, cujo arco é atualmente fechado pelas armas de D. Pedro II, já posteriores à sua coroação³⁸⁶. De referir que esta entrada, bem como todo o edifício envolvente, encontra analogias com outras casas da moeda ibéricas, nomeadamente as de Barcelona, ou Toledo³⁸⁷.

Entendermos a Balança como uma instituição de permeio entre as oficinas, a contabilidade e o *centro de serviços*. A hipótese de uma localização específica e apartada da fábrica, poderá, de algum modo, justificar-se, sendo que o edifício da Rua Nova, com a sua entrada barroca monumental³⁸⁸, e com o seu acesso de serventia à Moeda parece-nos o local mais consentâneo com as características necessárias para ter abrigado a Casa da Balança, pelo menos a partir do século XV³⁸⁹, e depois recuperado no século XVII, aquando da reabertura.

A mais recente identificação da Casa dos Contos da Alfândega num espaço exterior ao complexo, uns metros a NO da Torre Norte, junto à casa do Tesoureiro da Moeda³⁹⁰ (anexos, fig. 137, parece não confirmar a hipótese adiantada anteriormente que localizava a mesma Casa dos Contos no primeiro piso da Torre Sul³⁹¹, referida num documento de 1449, no qual o município pediu ao rei para que o *peso da cidade* fosse aí instalado³⁹².

³⁸⁴ Aliás, em Segóvia, a *Sala de Libranza* está no pátio exterior, com porta aberta para a receção dos mercadores e do público em geral que levasse os seus metais ao engenho, tendo como anexo, esse sim com apenas porta interior, através da sala da balança, o cofre da instituição.

³⁸⁵ Parcelas 181 e 182 (números de código do antigo CRUARB), do relatório inédito do inventário coordenado por Manuel Real.

³⁸⁶ O escudo de D. Pedro, no do arco do portal da casa da Rua Nova será do tempo da reabertura da Moeda, em 1688, enquanto que as armas de D. Pedro, sobre o arco da entrada da Alfândega, ainda sem coroa real, mas com coroa de príncipe, apenas, são datadas de 1677, do tempo da sua regência, anteriores portanto, à reabertura da Casa da Moeda (anexos, figs. 140 e 142).

³⁸⁷ AA.VV. – *Guía de las cecas españolas – 18 Casas de Moneda + socios Euromint*. Segovia, Proyecto EUROMint. Ayuntamiento de Segovia, 2003, pp. 25 e 28.

³⁸⁸ Tavares, Rui – *Do almazém régio à Alfândega Nova: evolução de um tipo de arquitectura portuária*, in *A Alfândega do Porto e o despacho aduaneiro*, Porto: AHMP/Casa do Infante, 1990, p. 49.

³⁸⁹ Idem, *ibidem*.

³⁹⁰ Dordio, Paulo – *Medieval and early modern portuguese mints: locations and buildings*, in *I Luoghi Della Moneta, Le Sedi Delle Zecche Dall'Antichità All'Età Moderna*, Atti Del Convegno Internazionale – 22-23 Ottobre, 1999, Milano: Comune Di Milano Settore Cultura Musei e Mostre Civiche Raccolte Archeologiche, 2001, p. 128.

³⁹¹ Real, Manuel Luís – Real, Manuel Luís – *O «Centro de Serviços da Coroa», na cidade do Porto*, in Henrique, o Navegador, *Exposição Comemorativa do 6.º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique*, Dir. Téc. Manuel Luís Real. Porto: CMP, 1994. ISBN 972-605-035-9, p. 146.

³⁹² Idem, *ibidem*.

A reabertura da Moeda em 1688 foi feita sobre um conjunto de grandes obras de reestruturação que D. Pedro, ainda regente, concluíra em 1677. Dessas obras, o que realmente se destaca é a demolição determinada dos pisos elevados das torres, fazendo com que perdessem a sua feição ainda medieval, a repavimentação completa do interior dos armazéns e, possivelmente, a preparação do terreno para a instalação do balancé, o engenho de cunhagem mecânica que substituiu a cunhagem manual. Não conseguimos, porém, detetar o local de instalação do balancé. Avaliando pelo espaço deixado por um equipamento semelhante em La Rochelle, na Bretanha, o aparelho estaria disposto numa fossa pavimentada com cerca de 2,5 m de diâmetro³⁹³, no fundo da fossa existiria uma base metálica sólida, em ferro (no caso de La Rochelle, a base apareceu, seria um hexágono de ferro, com cerca de 80 cm de lado e 10 cm de espessura).

Nesse sentido, tornou-se muito difícil encontrar os elementos que poderiam contribuir com uma imagem mais esclarecedora da fase barroca da Moeda. Curiosamente, entre o espólio numismático da Casa do Infante respeitante a este período (1688-1721), existe apenas uma pequena moeda de prata, um tostão de D. Pedro II³⁹⁴, com os PP, de 1702 encontrado na Viela Norte, e um cobre, também de D. Pedro II, encontrado sem contexto, mas de produção lisboeta.

Poderemos adiantar que, no que diz respeito ao processo de fabrico, a moeda do final do século XVII era já bastante mecanizada, desde o corte, o serrilhado e a própria cunhagem, pelo que os grandes volumes de produção dessas moedas que conhecemos atualmente (maioritariamente prata, exceto as séries de cobre para o Brasil) terá sido feita com recurso a pouca, mas eficiente maquinaria, num ambiente bem distinto da fornaça dos séculos XV e XVI onde dezenas de moedeiros laminavam, cortavam, aparavam e batiam moeda em simultâneo.

Reconstituição do funcionamento e corpo laboral

Uma casa da moeda é, no fundo, uma fábrica de produção em série, onde cada elemento sabe exatamente qual é a sua função que tem no processo, e o momento preciso para a exercer. A organização do trabalho e a organização do corpo laboral é, mesmo estando a falar de um momento bastante anterior à Revolução Industrial, bastante rigorosa e direcionada, poderíamos dizer, com algum humor, que é uma organização de tipo de gestão *taylorista* e de método de produção, *fordista*.

³⁹³ *L'atelier monétaire royal de La Rochelle, La place de Verdun, archéologie d'un espace urbain, Documents Archéologiques 4*, Dir. Pierre Mille e Florian Téreygeol. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011. ISBN 978-2-7535-1361-7, pp. 74-75.

³⁹⁴ Apesar de inventariada, não conseguimos localizar este objeto, pelo que não sabemos se é material de contexto de produção, ou uma moeda circulada que terá reingressado no edifício. A referência do objeto é Viela Norte, UE5017-2 (21 mm e 3,9 g).

Anacronismos à parte, conhecer a casa da moeda obriga-nos também a conhecer a forma como o trabalho estava organizado. Desta feita, podemos dividir o corpo profissional dos moedeiros em dois primeiros grandes grupos:

- I. corpo administrativo, a que corresponderia a gestão, controlo e vigilância;
- II. corpo operacional, ou técnico, a que corresponderia a produção.

Segundo Gambetta³⁹⁵, poderíamos falar de magistrados (para o grupo I e oficiais, para o grupo II), em conjunto, e citando Ferraz³⁹⁶, teríamos uma *superestrutura industrial régia*.

Com efeito, os magistrados fariam parte do setor organizacional, assim, teríamos à cabeça o alcaide da Moeda, a autoridade máxima dentro da organização, era ele que articulava os serviços com a coroa (e mesmo com o município), geria as questões judiciais e de segurança da Moeda³⁹⁷, era ele também que armava os moedeiros³⁹⁸.

Em seguida, teríamos o vedor, que inspecionava os diferentes setores e o resultado do trabalho. Também velava pelo cumprimento dos privilégios dos moedeiros.

Por sua vez, o tesoureiro, cuja ordem hierárquica, ainda que de topo, é um pouco discutível³⁹⁹, a quem competia a administração e gestão da Moeda, bem como a supervisão e contagem dos metais que davam entrada e das moedas que saíam.

O corpo operacional, ou técnico, era composto por diferentes oficiais, começando pelo mestre da balança, superior hierárquico⁴⁰⁰ dos restantes oficiais. Deveria ser um indivíduo com grande formação técnica e teórica, dominando não só as ciências de cálculo, como também outros conhecimentos. Alguns dos célebres mestres da balança nas Casas da Moeda de Porto e Lisboa foram, respetivamente, Pêro Vaz de Caminha e Gil Vicente⁴⁰¹. As suas funções eram sobretudo as de controlo técnico e aferição dos pesos dos metais entrados e das moedas cunhadas. Gambetta dá-nos uma descrição alargada de quem poderiam ser estes homens:

“Podia (o mestre da balança) ser artista ou comerciante estabelecido, ser poeta ou escritor, bem como Feitor do Estado, a bordo ou em qualquer fortaleza de África ou da Ásia.

³⁹⁵ Gambetta, Agostinho Ferreira – *Ob. cit.*, p. 131.

³⁹⁶ Ferraz, Francisco Manuel Teixeira – *Ob. cit.*, p. 77.

³⁹⁷ Duarte, Luís Miguel – *O moedeiro “enfermo dos peitos (uma doença profissional no Porto, em meados do séc. XV)*, in Estudos de homenagem a Luís António de Oliveira Ramos. Porto: FLUP, 2004, p. 515 e Ferraz, Francisco Manuel Teixeira – *Ob. cit.*, pp.78-79.

³⁹⁸ Gambetta, Agostinho Ferreira – *Ob. cit.*, p. 58.

³⁹⁹ Gambetta – *Ob. cit.*, p. 132 coloca-o numa posição inferior ao Alcaide, mas, citando os regulamentos, era ele quem o substituíam em caso de ausência do primeiro.

⁴⁰⁰ Gambetta, Agostinho Ferreira – *Ob. cit.*, p. 146 e Marques, Mário Gomes – *Moedas de D. Fernando*, p. 39.

⁴⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 147-148, ou Idem, *Gil Vicente, Moedeiro*, in NVMMVS, VII-1 (23), Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1962, pp. 3-36.

[...] (em caso de ausência) os seus rendimentos continuavam a ser recebidos e o seu lugar cativo.”⁴⁰².

Esta descrição, curiosamente, parece invocar diretamente a memória de Pêro Vaz de Caminha, o mestre da balança do Porto, filho de Vasco Fernandes de Caminha⁴⁰³, talvez o funcionário mais célebre da Casa da Moeda do Porto.

Depois do mestre da balança, ainda que auferindo um vencimento maior⁴⁰⁴, vinha o Escrivão, cuja principal responsabilidade era testemunhar e assentar nos livros as contagens da Balança e as que o tesoureiro efetuava, bem como registar e copiar a legislação publicada.

O fundidor e o ensaiador eram outros oficiais da moeda.

Competia ao fundidor (anexos, pp. 175-178) a afinação da liga dos metais e a produção dos lingotes, usando para isso os fornos grandes, onde colocava os cadinhos (anexos, figs. 77 e 78), para depois, com a ajuda de auxiliares, vaziar o metal líquido para os moldes, que normalmente eram dispostos sobre tinas ou fossas com água, para que os salpicos solidificassem de imediato, podendo ser facilmente recuperados⁴⁰⁵. Entre as técnicas de ligação dos metais, bastante secretas e mal conhecidas, havia a técnica de *machucar* o ouro, que basicamente consistia em martelar cobre, o mais das vezes eram ceitis, nos lingotes de ouro, e depois fundir tudo lentamente, durante 24 horas⁴⁰⁶. O fundidor recebia pela obra feita, mas também ficava, por regulamento, com o proveito da afinação dos metais⁴⁰⁷. As mulheres dos fundidores tinham os mesmos privilégios dos moedeiros. Tal como o dos guardas, o horário do fundidor podia ser noturno⁴⁰⁸, o que ajuda a compreender ainda mais a exigência do seu ofício. João de Refojos, fundidor da Moeda do Porto em meados da década de 1440, é o protagonista de um dos mais interessantes casos de aposentação por doença laboral reconhecida (no caso problemas respiratórios e pulmonares)⁴⁰⁹.

Por sua vez, o ensaiador (anexos, pp. 172-174) era o responsável pela afinação e ensaio dos lingotes (arriéis) que vinham da fundição, era ele quem controlava o trabalho do fundidor, trabalhando em paredes contíguas com este. Competia também ao ensaiador a afinação dos metais que entravam na moeda, através do método de copelação, mais moroso e delicado, ou através do toque.

⁴⁰² Idem, *História da Moeda*, p. 148.

⁴⁰³ Ferraz, Francisco Manuel Teixeira – *Ob. cit.*, pp. 287-288.

⁴⁰⁴ Gambetta, Agostinho Ferreira – *Ob. cit.*, p. 146, referir que, ainda que hierarquicamente superior ao Escrivão, o Mestre da Balança auferia, em 1517, 20.000 reais por ano, o Escrivão recebia 30000.

⁴⁰⁵ Murray Fantom, Glenn Stephen, Reiner, José María Izaga e Valencica, Jorge Miguel Soler – *Ob. cit.*, pp. 114-115.

⁴⁰⁶ Gambetta, Agostinho Ferreira – *Ob. cit.*, p. 154.

⁴⁰⁷ Gambetta, Agostinho Ferreira – *Ob. cit.*, p. 148.

⁴⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 122.

⁴⁰⁹ Duarte, Luís Miguel – *Ob. cit.*, p. 517.

A copelação consistia, basicamente, em colocar uma amostra do metal precioso na copela (anexos, figs. 79 e 80), um pequeno vaso moldado numa pasta de cinzas e ossos, na ordem de, no caso do ouro, 24 quilates, adicionando-lhe um pouco de chumbo. A copela era em seguida levada ao forno de afinação. Ao aquecer acima dos 1000° C, o chumbo transforma-se em óxido de chumbo, ou litargírio, e é absorvido pelas paredes da copela, arrastando consigo todas as impurezas do ouro. O resultado é um disco de ouro, no fundo da copela, sem qualquer tipo de impureza⁴¹⁰, fazendo uma subtração simples entre o metal entrado e o ouro que restava na copela, o ensaiador calculava a pureza da amostra. Estando dentro do toque determinado pela lei, puncionava os arriéis e certificava-os. Depois de impregnadas com chumbo e outros metais do ensaio, as copelas não podiam ser reutilizadas⁴¹¹.

O processo de afinação por toque era mais simples e rápido, consistia apenas na utilização de uma pedra de toque (anexos, fig. 107), um quartzo negro (jaspe), que era riscada com a amostra de ouro, em seguida o risco era pincelado com água-régia (mistura de ácido nítrico e clorídrico), que removia todas as impurezas, deixando apenas os vestígios de ouro do risco. Socorrendo-se de um conjunto de varetas de ouro de vários toques, o ensaiador comparava a cor do risco na pedra com cor da vareta cuja cor fosse correspondente, determinando assim a qualidade da liga.

Era ainda o ensaiador, normalmente o mais velho, quem abria os cunhos, seguindo os desenhos e modelos determinados pela coroa⁴¹². O trabalho de abertura de cunhos era um trabalho de natureza técnica, mas também artística. O abridor gravava no ferro, a quente, os temas principais da moeda. A legenda e alguns outros elementos repetidos (coroas, as quinas etc.) eram abertos com punções de ferro temperado, algumas das vezes, os punções eram feitos a partir de reaproveitamento de velhos cravos, ou pregos (anexos, figs. 135-136)⁴¹³. Entre os vários sinais que o abridor gravava no cunho, estavam as marcas monetárias, sinais ocultos ou diferentes, pequenos símbolos discretos, bastante variados, que, à partida, poderiam servir como marcas de controlo de qualidade, para distinguir diferentes fornaças e lavramentos.

É curioso refletir que este processo de abertura dos cunhos antecede difusão da tecnologia dos caracteres móveis de imprensa de Gutenberg.

Depois de fundidos, verificados e puncionados (no caso de serem de ouro ou prata), os arriéis seguiam para a fornaça, na fornaça laboravam o corpo geral dos chamados

⁴¹⁰ Gambetta, Agostinho Ferreira – *História da Moeda*, p. 230.

⁴¹¹ *L'atelier monétaire royal de La Rochelle, La place de Verdun, archéologie d'un espace urbain, Documents Archéologiques 4*, Dir. Pierre Mille e Florian Téreygeol. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011. ISBN 978-2-7535-1361-7, p. 97.

⁴¹² Gambetta, Agostinho Ferreira – *Ob. cit.*, p. 157.

⁴¹³ Idem, *ibidem*, p. 220.

moedeiros, eram eles os fornaceiros, os salvadores, os aperfeiçoadores, os branqueadores e os cunhadores.

Os fornaceiros (anexos, p. 179) eram os homens responsáveis pela laminação dos arriéis, martelando-os até se transformarem em finos lingotes. A etapa seguinte pertencia aos salvadores⁴¹⁴ (anexos, pp. 180-181) que recortavam os discos para a cunhagem (no inglês *flan*). Os aperfeiçoadores (anexos, pp. 182-183) colocavam os discos cortados entre as tenazes de um pequeno torquês e faziam pressão, para que os discos ficassem o mais lisos e uniformes possível⁴¹⁵, para que não resvasassem durante a cunhagem. A fase seguinte trata-se do primeiro branqueamento (anexos, pp. 180-181). Basicamente, os discos recortados e alisados eram cozinhados numa solução salina, de cloro, vinagre, mercúrio, entre outros ingredientes, muito lentamente, para removerem qualquer resquício de carbono e potenciar o seu aspeto prateado, no caso dos bolhões. Regularmente o branqueador remexia os discos com um instrumento de madeira ou cobre (o ferro mancharia os discos⁴¹⁶).

Finalmente, após o primeiro branqueamento estar terminado, os discos eram entregues aos tesoureiros, que os devolviam aos cunhadores (anexos, pp. 184-185) que exerciam a sua função: - assentavam os discos sobre uma pilha com o cunho do anverso gravado, muniam-se de um cunho móvel com o reverso, chamado troquel, numa das mãos e o martelo na outra, e batiam a moeda.

Depois da jorna de cunhagem, os cunhadores entregavam as moedas ao vedor, que as contava e dispensava para um novo branqueamento e polimento, com farelo⁴¹⁷. Por fim, estando as moedas finalmente prontas, eram novamente contadas pelo tesoureiro, assentadas nos livros pelo escrivão, verificadas pelo mestre da balança e guardadas numa arca com várias chaves.

O processo completava-se com a emissão da moeda, efetuada a partir da Casa do Conto, ou da Balança. No fundo, a emissão é a colocação da moeda em circulação.

O porteiro da moeda e o meirinho tinham também o estatuto de moedeiros, competiam-se-lhes as funções de vigilância e policiamento da Casa da Moeda. É possível até que tivesse existido um calabouço dentro do complexo⁴¹⁸

⁴¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 166, sugere que o nome advenha do ato de *salvar* as chapas, arredondando-as sob a forma de moeda o mais circular possível, como equivalente aos *sacabocados* das oficinas monetárias espanholas. Contudo sugere que o termo possa também estar relacionado com o recipiente onde eram depositados os discos, as *salvas*.

⁴¹⁵ A propósito deste processo, é curioso ver os ensaios de arqueologia experimental efetuados em La Rochelle e publicados na *ob.cit.*, anteriormente, p. 122. O alisamento dos discos permitiu uma compressão de cerca de metade do volume inicial.

⁴¹⁶ Autor anónimo, *Un artesano – Secretos Raros de Artes y Oficios, Tomo II, Diversos secretos pertenecientes a los metales, grabados, barnices, tocadores...* Madrid: En la Imprenta de Sancha, 1805, ed. fac-similada de 2011, p. 39.

⁴¹⁷ Gambetta, Agostinho Ferreira – *Ob. cit.*, p. 99.

⁴¹⁸ Ferraz, Francisco Manuel Teixeira – *Ob. cit.*, p. 86 e 96.

Outros operários, igualmente especializados, mas sem pertencerem ao regimento dos moedeiros, eram, por exemplo, o carpinteiro (no caso do Porto, tinha lugar permanente pelo menos desde 1430⁴¹⁹), os pedreiros e os ferreiros auxiliares.

O corpo de moedeiros, composto, de forma simplificada, pelos magistrados e os oficiais, foi, desde o reinado de D. Dinis, em 1325, agraciado com cartas de privilégios que os fazia distinguir dos restantes administradores e artífices da coroa. O regimento de D. Dinis abre caminho para o tratamento de proteção muito especial desta classe: “*nem lhes êntredes em casa*”⁴²⁰.

Como vimos, no caso da cidade do Porto, o mais antigo regimento com os privilégios dos moedeiros é logo do reinado de D. Fernando, sendo reafirmado pouco depois por D. João I, já como rei da nova dinastia.

Com efeito, com mais ou menos conflitos com os poderes municipais da cidade (numa fase inicial, com os próprios poderes episcopais) e mesmo, em casos pontuais, com os próprios monarcas (de notar que D. Afonso V chegou a suspender por duas vezes, em 1450 e em 1473, o direito de foro privado dos moedeiros, deixando-os sob a alçada da justiça geral⁴²¹), os moedeiros zelaram sempre pela manutenção de privilégios que, aos olhos dos seus contemporâneos, pareciam excessivos e despropositados.

Em termos simplificados, os privilégios eram os seguintes:

- a) isenção fiscal (inclusive de portagem);
- b) isenções de carácter militar;
- c) direito de preferência de residência (normalmente na própria Moeda, ou arredores);
- d) garantia de preservação de benesses;
- e) decisões judiciais de classe (o juiz era o alcaide);
- f) direito de posse de arma e cavalo.

De notar que os direitos da alínea f) só constaram a partir do regimento de 1487, mas tornaram-se, pouco depois, obrigatórios⁴²². É interessante constatar também que o juramento dos moedeiros, de acordo com o regimento de 1498, era feito pelo alcaide dentro da fornaça, onde os moedeiros se sentavam nos seus mochos, com capacete e armas⁴²³, mimetizando um pouco a tradição cavaleiresca.

⁴¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 83.

⁴²⁰ Apud: Cordeiro, Valdemar – *O universo privilegiado dos moedeiros*, in Atas do II Congresso Nacional de Numismática, Porto, 2,3, e 4 de julho de 1982, NVMMVS, 2.ª Série, IV/V/VI, Porto, 1981-1983, p. 352.

⁴²¹ Ferraz, Francisco Manuel Teixeira, *ibidem*, pp. 95-96.

⁴²² Gambetta, Agostinho Ferreira – *Gil Vicente, Moedeiro*, p. 7.

⁴²³ Idem, *História da Moeda*, pp. 108-109.

Todos estes privilégios, bem como o ritual em torno do juramento, tornavam a profissão bastante desejada. Além dos artífices tradicionalmente qualificados, como os ourives e ferreiros, que eram recrutados para a moeda (cristãos e judeus, tradicionalmente) ou os grandes mercadores, ou aristocratas, que eram integrados nos corpos administrativos, notamos que muitos dos homens que eram nomeados para trabalhar na Moeda, eram filhos de criados da nobreza, que iam para o Porto com recomendação do amo, para a Moeda.

A ocupação mesmo sendo protegida⁴²⁴, era bastante sazonal e não era particularmente bem remunerada, implicava, como vimos vários problemas de saúde, mas era sobretudo um veículo de ascensão social. Tinha o atrativo dos privilégios, da especialidade, do luxo⁴²⁵, nas palavras de Valdemar Cordeiro, eram uma espécie de *artistas-fidalgos*⁴²⁶.

No caso portuense, mesmo depois do primeiro encerramento, em 1607, os moedeiros, ainda que inativos há décadas, continuavam e continuaram a preservar os seus privilégios. Em 1619, aquando da visita de Filipe III (II de Portugal), os moedeiros do Porto incorporaram, com um carro alegórico, o cortejo de receção ao rei⁴²⁷. Mesmo depois da reabertura da moeda, em 1642 (nos Paços do Concelho) e em 1688 (no edifício da Alfândega), os moedeiros continuaram a preservar os seus regimentos e privilégios medievais, ainda que já anacrónicos, no contexto centralizador de Antigo Regime.

Com efeito, os privilégios dos velhos moedeiros só acabariam definitivamente um século depois da Moeda do Porto ter sido encerrado. Foi necessário a Revolução de 1820, para que os ventos aburguesadores do liberalismo pusessem termo à velha classe dos nobres operários:

“Lentas, mas inexoravelmente, os moedeiros transformam-se numa mera classe artesanal. Proibidos do uso de «roupagens sumptuárias e de armas», compelidos à prestação de serviço militar e de trabalhos públicos, os abridores de moeda vão acompanhar na queda a de outro grupo de artífices – os construtores de catedrais.

E a Constituição de 1822 fecha implacavelmente quase cinco séculos de história gloriosa e privilegiada de um grupo artesanal. Rude, cruel, definitivamente, um diploma de 3 de agosto desse ano dirá:

«São perfeitamente inúteis os denominados moedeiros – e como tal se derogam e suprimem todos os referidos privilégios.»

⁴²⁴ Ferraz, Francisco Manuel Teixeira – *Ob. cit.*, p. 163.

⁴²⁵ O vestuário dos moedeiros era normalmente rico e adornado.

⁴²⁶ Cordeiro, Valdemar – *Ob. cit.*, p. 354.

⁴²⁷ Silva, Francisco Ribeiro da – *Ob. cit.*, p. 56.

*E assim, o abridor do século XIV – de roupagens debruadas de veludo, enristando o seu espadim, respeitado da justiça e do Poder, vai tornar-se no operário de fato de trabalho modesto, a quem só restam como privilégios a sua arte e o fruto do seu trabalho.*⁴²⁸

Espólio

As recentes escavações arqueológicas levadas a cabo na Casa do Infante, a cargo de Manuel Real, com Paulo Dordio e Ricardo Teixeira, permitiram fazer a recolha e o tratamento de centenas de peças que poderemos relacionar, direta e indiretamente, com a produção de moeda.

Os primeiros destes materiais, porventura os menos contestados, serão seguramente os crisóis (anexos, figs. 77 e 78)), ou pequenos cadinhos, de cerâmica, e as copelas (anexos, fig. 79) de ensaio de metais. No total, foram recolhidos 179 peças desta natureza, 107 copelas e 21 crisóis triangulares e 13 crisóis cónicos, juntamente com 38 fragmentos sem forma determinada⁴²⁹.

A prevalência de copelas prende-se, a nosso ver, com a natureza descartável desses objetos, isto é, cada copela só podia ser usada uma vez. Assim que ficasse impregnada de chumbo, ficaria inutilizada⁴³⁰, pelo que consideramos que o desgaste estudado nestes materiais⁴³¹, não deverá ser interpretado como indicador de maior ou menor uso, mas sim como resultado das condições de conservação, ou mesmo indicadores dos seus métodos de produção.

Os cadinhos, ou crisóis, por seu turno, em material cerâmico, poderiam já ser utilizados várias vezes, já que a sua função não era filtrar as impurezas do metal, mas simplesmente fundi-lo.

Ainda relacionado com o processo de fundição, faz parte do espólio da Casa do Infante um bico de fole⁴³², de grandes dimensões, relacionado, possivelmente, com os fornos de fundição.

As balanças, ferramentas fundamentais para a aferição da qualidade e peso das moedas e metais, são elementos compostos, bastante frágeis e perecíveis, pelo que não foi possível localizar nenhuma unidade intacta, ou mesmo algum fragmento previamente identificado. Não obstante, alguns fragmentos recolhidos na Torre Sul⁴³³, poderão ser pontas de extremidades perfuradas de pequenas balanças de pratos, bem como na Cave Sul, um

⁴²⁸ Cordeiro, Valdemar – *Ob. cit.*, p. 354.

⁴²⁹ Lopes, Isabel Alexandra, Menéndez, Jorge Argüello, Dordio, Paulo e Teixeira, Ricardo – *Ob. cit.*, p. 64.

⁴³⁰ AA.VV. – *L'atelier monétaire royal de La Rochelle, La place de Verdun, archéologie d'un espace urbain, Documents Archéologiques 4*, Dir. Pierre Mille e Florian Téreygeol. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011. ISBN 978-2-7535-1361-7, p. 97.

⁴³¹ Lopes, Isabel Alexandra, Menéndez, Jorge Argüello, Dordio, Paulo e Teixeira, Ricardo – *Ob. cit.*, p. 65.

⁴³² Não nos foi possível localizar a referência de unidade estratigráfica deste material, pelo que, neste momento, afigura-se como sem contexto.

⁴³³ UE014-10; UE071-3; UE078-23; UE225-9; UE226-14 e UE371-3.

pequeno fragmento de haste, com ponta curvada⁴³⁴, também poderá pertencer a uma pequena balança de ensaio.

Contudo, há poucas referências gráficas, em termos bibliográficos, para permitir uma melhor identificação de fragmentos de balança, pelo que remeteremos as imagens do material, bem como os pontos de comparação, para os anexos do trabalho (anexos, figs. 81-83).

Dentro do espólio também associados à produção da moeda, destacamos um pequeno conjunto de elementos que identificamos como sendo pesos lamelares⁴³⁵ (para a pesagem de metais preciosos). Com efeito, trata-se de um grupo de três pequenas placas quadriláteras, em liga de cobre, com dimensões variáveis entre os 8x9 mm e os 9x9 mm, e com os seguintes pesos: 0,374 g, 0,755 g e 1,762 g, (anexos, fig. 94).

Nenhum dos exemplares apresenta qualquer marca ou punção identificável, pelo que estarão fora do âmbito dos chamados *pesos monetários*. Entendemos sim que se tratam de pesos de calibração normais, usados para efetuar pesagens de metal não cunhado, ou para certificar pesos exteriores. Este material estava depositado na Torre Sul⁴³⁶, sob o lajeado associado às obras de pavimentação de meados do século XV, na mesma unidade estratigráfica onde apareceram dois pilares de D. Fernando⁴³⁷. Os pesos foram encontrados, praticamente em conjunto, no mesmo contexto também de alguns fragmentos que identificamos como partes de pequenas balanças de aferição⁴³⁸ (anexos, figs. 84-90), também faziam parte das unidades escavadas na Torre Sul. Naturalmente que, *per se*, estes materiais poderão não se relacionar com a Moeda, mas apenas com a aferição pública dos pesos. No entanto, tendo em conta a ausência de materiais semelhantes no contexto oficial, bem como o facto dos pesos não estarem contramarcados (segundo Gambetta⁴³⁹, mesmo em caso de discordância entre os pesos da Moeda e a pesagem que os particulares haveriam feito, não se recorria a pesos oficiais, os pesos do tesoureiro serviriam para tirar todas as dúvidas), poderá indicar que seriam pesos para utilização interna, sem necessidade de ostentarem a necessária certificação para uso particular.

⁴³⁴ UE3062-45.

⁴³⁵ Garault, Bernard – *Le Pesage Monétaire, Boîtes et Poids de France du XVIIe au XIXe siècle*. Paris: Éditions Les Cheval-Légers, 2009. ISBN 978-2-916996-47-9, p. 29.

⁴³⁶ UE226-7; UE226-23 e UE226-04.

⁴³⁷ UE226-11 e UE226-12.

⁴³⁸ Torre Sul, UE14-10; UE71-3; UE225-9; UE226-14; UE371-3 e UE383-79.

⁴³⁹ Gambetta, Agostinho Ferreira – *Ob. cit.*, p. 147.

O facto dos pesos serem em cobre (ou liga de cobre) parece afastá-los da reforma de 14 de outubro de 1488, quando D. João II manda que os pesos sejam todos refeitos em ferro⁴⁴⁰. Ao mesmo tempo, a sua localização e distribuição parece indicar que tenham sido misturados como material de aterro, para o assentamento do lajeado das obras da Torre Sul, durante as obras de remodelação geral de 1432-33⁴⁴¹ (anexos, fig. 140), (de notar que, enquanto material de aterro, os pesos e os fragmentos de balança poderão ter vindo das alas norte do edifício, local da primeira oficina monetária, mandada abrir por D. Fernando). Assim, entendemos que a datação deste pequeno conjunto de pesos poderá ser ainda do primeiro quartel do século XV, ou mesmo dos finais do século XIV.

A degradação e corrosão do metal, tal como o facto de estarmos a falar em frações centesimais do grama, impedem uma correspondência exata das pequenas lamelas com os pesos teóricos conhecidos, ainda assim, há uma aproximação correspondente que nos parece pertinente:

- A primeira lamela, com 0,374 g corresponderá, a nosso ver, a um peso original de 8 grãos (ou 2 quilates), que em termos teóricos, seguindo a tabela em vigor no reinado de D. Afonso V⁴⁴², seria de 0,3984 g, o que corresponde a uma perda de 6,2% face ao peso teórico original.
- A segunda lamela é, na verdade, um conjunto de duas placas sobrepostas, com o peso de 0,755 g, ou 16 grãos (4 quilates); o peso teórico para os 16 grãos, no século XV, é de 0,78 g). Neste caso, com uma perda em relação ao peso teórico de 3,3%.
- Por fim, a terceira lamela, composta por três placas sobrepostas, pesa 1,762 g, aproximando-se dos 36 grãos (9 quilates) ou 1 adarme, cujo peso teórico é de 1,792 g, dando-nos uma margem de perda face ao peso original de 1,7%.

Entendemos, portanto, que não só há uma aproximação muito significativa entre os pesos apresentados e os pesos teóricos conhecidos para o século XV, como o próprio desvio de perda de todos os três exemplares também parece ser regular, perdendo acentuação à medida que os pesos aumentam. As razões do desvio poderão estar relacionadas, como referimos, com perda de material, resultante da corrosão das peças, mas também poderão significar que os pesos teóricos calculados para o grão, de cerca de 0,04975 g, poderão ter variado um pouco, em momentos anteriores às reformas de Afonso V, das Ordenações de meados de 1446⁴⁴³, podendo o grão, pelo menos a nível

⁴⁴⁰ Barros, Henrique de Gama – *Ob. cit.*, p. 102.

⁴⁴¹ Real, Manuel Luís – *O «Centro de Serviços da Coroa», na cidade do Porto*, in Henrique, o Navegador, *Exposição Comemorativa do 6.º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique*, Dir. Téc. Manuel Luís Real. Porto: CMP, 1994. ISBN 972-605-035-9, p. 140-142.

⁴⁴² Reconstruímos a tabela a partir de Rei, António – *Ob. cit.*, p. 9, que atribui o valor da oitava do marco em 3,582 g. Na tabela manuelina, a oitava é de 3,58593 g.

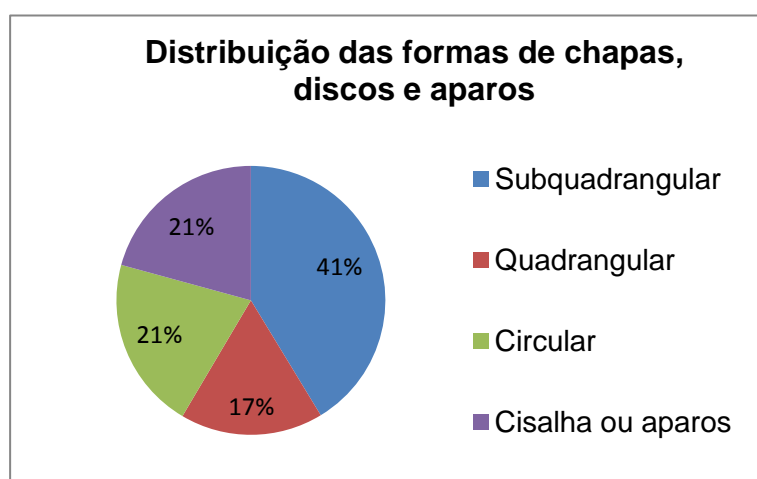
⁴⁴³ Barros, Henrique de Gama – *Ob. cit.*, p. 94.

local, estar mais próximo dos 0,049 g, e o marco pesar pouco mais de 225 g (anexos, p. 167).

A par destes pesos lamelares, identificamos um outro objeto (anexos, fig. 95), proveniente da Viela Norte⁴⁴⁴, de formato octogonal, com largura máxima de c. de 8 mm e com as iniciais T e M, em relevo, na face interna, e pesando 0,523 g, isto é, com cerca de menos 12,4% face ao tomim (12 grãos ou 3 quilates). Neste caso, dada a escassez de bibliografia específica sobre tipologias de pesos e outros ponderais, não conseguimos identificar muitas referências para tipologias octogonais, contudo, enquadrar-se-ão no mesmo contexto das tipologias hexagonais, mais comuns na Europa a partir de meados do século XVI⁴⁴⁵.

Outros elementos de que também não restam dúvidas quanto à sua associação direta à produção de moeda, são as chapas e discos não cunhados, bem como as suas respetivas cisalhas, ou aparos de corte (anexos, fig. 96).

No total, as escavações revelaram 610 chapas não cunhadas⁴⁴⁶. Destas, 209 têm a forma subquadrangular, 87 são quadrangulares, 209 circulares e 105 são aparos.



Por seu turno, o espólio numismático da Casa do Infante é bastante amplo e complexo. Estando o edifício erguido numa área de grande movimentação e circulação, muito anterior à sua construção, e sendo a própria Alfândega também um local com muito movimento de pessoas e, naturalmente, dinheiro, a amplitude cronológica dos achados é muito larga. Registamos, a título de exemplo, o exemplar mais antigo encontrado, um asse de Turiaso (atual Saragoça, Aragão, Espanha), batido na segunda década do século I, e o mais recente, uns modestos 20 centavos de 1924. De assinalar também os dois exemplares bracarenses de silíquas suevas, e três moedas estrangeiras, duas *blancas* de Henrique III de Leão e Castela e um *tournois* de Luís XIII, de França, de 1642.

⁴⁴⁴ UE0547-045

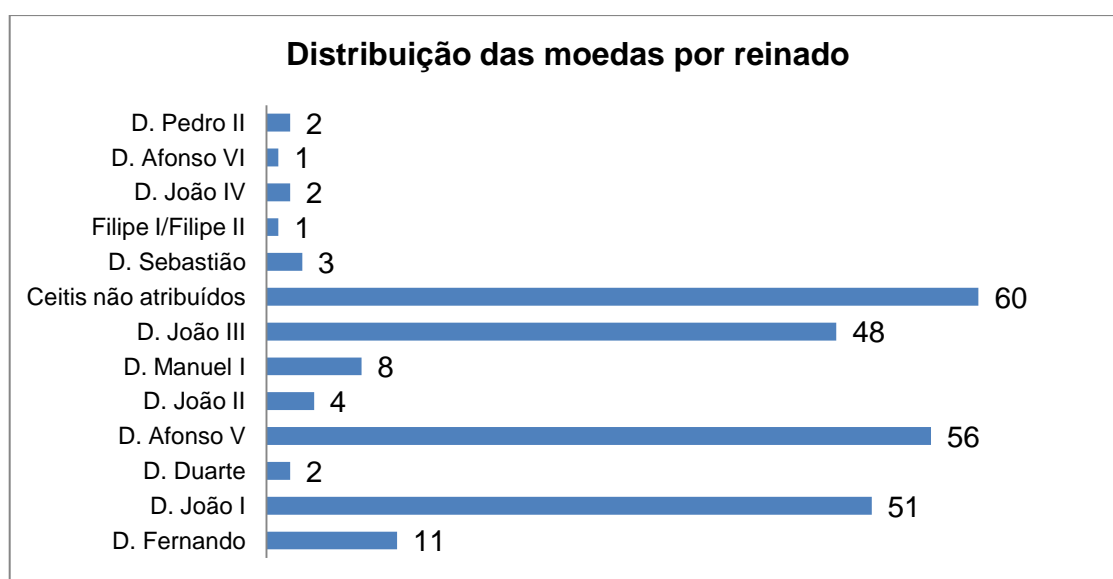
⁴⁴⁵ Dieudonné, A. – *Manuel de Poids Monétaires*. Paris: 1925, edição fac-similada de 2009, p. 151.

⁴⁴⁶ Idem, *ibidem*.

Assinalando, como curiosidade, estas balizas cronológicas e a amplitude da origem geográfica dos espécimes observados, não fizemos mais nenhum tipo de contabilização das moedas que estivessem fora do âmbito cronológico do nosso trabalho, que se circunscreve aos períodos de laboração da Casa da Moeda do Porto, entre os reinados de D. Fernando e de D. João V. Os valores apresentados por Isabel Lopes, Jorge Argüello e Paulo Dordio, de 382 moedas⁴⁴⁷ incluirão, certamente, as moedas da monarquia portuguesa batidas antes do reinado de D. Fernando, bem como as posteriores a 1721, data de encerramento definitivo da oficina.

Assim, a contabilização das moedas portuguesas cunhadas entre c. de 1370 e 1607 (primeiro período de atividade teórica da Moeda⁴⁴⁸) deu-nos o valor de cerca de 244 exemplares. As moedas correspondentes ao segundo período de atividade, considerando também a Casa da Moeda dos Paços do Concelho, foi de 5 exemplares, destes, os correspondentes ao período de 1688 a 1721 (reabertura da Moeda no complexo da Alfândega), são apenas dois exemplares.

Do ponto de vista da distribuição por reinado, as moedas apresentam a seguinte distribuição:



Deste gráfico distributivo, depreende-se, logo à primeira vista, que os materiais concentram-se esmagadoramente nos séculos XV e primeira metade do século XVI, sendo a prevalência de espécimes posteriores a 1557 muito residual. Os exemplares de ceitis não atribuídos, um largo conjunto de cunhagem deficiente, em chapas subquadrangulares, serão todos, em nosso entender, do final do reinado de D. Manuel, e dos inícios do reinado de D. João III. Aliás, comparando a tipologia com outros que foram atribuídos, a esmagadora maioria será de D. João III.

⁴⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 66.

⁴⁴⁸ Em termos práticos, como já referimos, verificamos que a atividade de amoedação não se terá prolongado para além da década de 1560.

Esta concentração cronológica deve-se, no nosso entender, à duração do reinado. Quanto mais longo, como os reinados de D. João I e D. Afonso V, mais amoedação terá havido, nomeadamente de espécimes de baixo valor de curso.

A concentração destes espécimes, associada à concentração de chapas subquadrangulares não cunhadas (anexos, fig.102), mas que deveriam ter sido utilizadas para bater mais ceitis com as mesmas características (anexos, fig.103), podem indicar-nos um cenário de suspensão repentina da cunhagem daquela moeda no Porto, semelhante à suspensão de 1555, em Lisboa. Contudo, se em Lisboa, poucos anos depois, já no reinado de D. Sebastião, a cunhagem de ceitis, ainda que efémera, foi retomada, o mesmo não parece ter ocorrido no Porto.

Depois desta primeira triagem cronológica de 249 exemplares, seguiu-se a triagem mais importante, que é a separação das moedas cunhadas no Porto.

Como ponto de partida, foram registadas, em primeiro lugar, todas as moedas que, inequivocamente, tivessem a letra P, o que contabilizamos 19 exemplares, sendo um deles, XXXX réis de D. João IV, com contramarca S0 (50 réis)⁴⁴⁹, batido nos Paços do Concelho.

Contudo, a ausência da letra P não significa que a moeda não possa ter sido cunhada no Porto. Na verdade, os dinheiros medievais (no caso do Porto, apenas os fernandinos) e a esmagadora maioria dos ceitis, mesmo os de cunhagem de Lisboa ou Beja, não apresentam qualquer letra monetária.

Como tal, a atribuição a uma casa monetária a este tipo de moedas, tem sido definida através do agrupamento das moedas por estilos de abertura dos cunhos.

Assim, é importante referir que os dinheiros de D. Fernando de atribuição portuense começaram por ser definidos por Mário Gomes Marques⁴⁵⁰, que sugeriu que os dinheiros fernandinos sem anelete sobre a quina central do reverso e com o início da legenda (na mesma face) no segundo quadrante: II / AL / GA / RB, seriam portuenses. Ao mesmo tempo, os dois únicos exemplares de dinheiros fernandinos encontrados (anexos, figs. 9 e 10) parecem-nos fazer parte de um contexto de amoedação e não de circulação. Isto é, ambos foram recolhidos em cotas muito próximas, no Salão Sul⁴⁵¹, sendo que um deles é material de refugo, com uma dupla cunhagem sobre disco defeituoso, dobrado. Ainda assim, foi possível constatar a ausência do anelete sobre a quina central no exemplar completo. Ao mesmo tempo, os anversos recorrem ao mesmo tipo de punções e de distribuição de legenda, levando-nos até a sugerir que possam ser exemplares do mesmo cunho. Outros elementos identificativos, nomeadamente as rosetas de sete pétalas, comuns aos dois exemplares, poderão indicar uma proveniência comum, neste caso, a oficina portuense. As legendas do reverso, contudo, começam, em ambos os casos, no quadrante correto, isto é,

⁴⁴⁹ Pátio UE6547-5.

⁴⁵⁰ Marques, Mário Gomes – *Moedas de D. Fernando*, p. 169.

⁴⁵¹ UE 1579-22 e UE 1591-5.

no primeiro: AL / GA / RB / II, o que poderá sugerir um novo critério para uma atribuição portuense a estas moedas.

As restantes moedas sem letra monetária, e que poderão ser atribuídas à Moeda do Porto, são os ceitis. Com efeito, os poucos ceitis que foram produzidos com letras monetárias [P (Porto); L (Lisboa) e C (Ceuta⁴⁵²)] são exclusivos do reinado de D. Afonso V. Os ceitis dos reinados seguintes, até D. Sebastião, requerem uma análise tipológica para a sua atribuição geográfica.

Assim, para D. Afonso V, os ceitis com o castelo cujas torres sejam compostas por elementos quadrangulares (com ou sem ameias), são todos atribuídos ao Porto, e correspondem aos grupos 3, 4 e 6⁴⁵³. Do espólio analisado, encontramos (além de um único exemplar com letra P⁴⁵⁴) 19 exemplares, sem letra monetária, mas atribuíveis ao Porto (os restantes são de Lisboa e dois com letra monetária C).

O único ceitel de D. João II detetado⁴⁵⁵ será também de origem portuense.

Dos ceitis de D. Manuel I, cuja atribuição portuense corresponderá apenas ao grupo 2⁴⁵⁶ (castelo com muralha alta) detetamos apenas um exemplar⁴⁵⁷. Os ceitis de D. Manuel I correspondentes ao grupo 2 (castelo com muralha bipartida), e com o mar de ondas soltas, são bastante escassos⁴⁵⁸, a presença de dois exemplares desse tipo na Moeda do Porto, poderá indicar uma tipologia própria da cidade, mas tradicionalmente atribuída a Lisboa⁴⁵⁹

Em relação aos ceitis de D. João III, que constituem, sem dúvida, o acervo mais numeroso deste tipo de moeda, a sua totalidade é composta igualmente por moedas dos grupos 2 (castelo com muralha bipartida) e grupo 5 (castelo com muralha baixa e torre central afastada da muralha), todos eles com mar de ondas soltas (igualmente muito escassos, como no reinado anterior), escudo do 5.º tipo (praticamente o único tipo de escudo nos ceitis de D. João III⁴⁶⁰) no reverso e ambas as faces com circunferências, cunhados sobre chapas subquadrangulares muito toscas, iguais às do mesmo tipo, mas por cunhar, que foram encontradas (anexos, fig. 103).

Todos os exemplares com estas características (mesmo os que têm atribuição indefinida entre D. Manuel I e D. João III) serão, a nosso ver, de D. João III, e de cunhagem local. Isto é, os grupos 2 e 5 de D. João III serão atribuíveis ao Porto. Assim, poderemos

⁴⁵² Magro, Francisco A. Costa – *Ceitis*, p. 43 sugere que parte da produção dos ceitis com letra C tenha sido feita, na verdade, em Lisboa.

⁴⁵³ Idem, *ibidem*, p. 19.

⁴⁵⁴ Salão Sul, UE1563-13.

⁴⁵⁵ Salão Norte, UE1079-2

⁴⁵⁶ Magro, Francisco A. Costa – *Ob. cit.*, p. 19.

⁴⁵⁷ Torre Sul, UE366-7.

⁴⁵⁸ Magro, Francisco A. Costa – *Ob. cit.*, pp. 189-190.

⁴⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 19.

⁴⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 212.

acrescentar às moedas portuenses sem letra monetária, todos os ceitis correspondentes aos grupos referidos, o que corresponde a cerca de mais 108 exemplares.

Do reinado de D. Sebastião não foram detetados ceitis, nem nenhuma outra moeda de cunhagem portuense.

Das moedas posteriores ao reinado de D. Sebastião e até à Restauração, identificamos apenas o registo de um tostão filipino (Pátio Central UE6502-3) que, ainda que não o tenhamos conseguido localizar, será uma emissão de Lisboa, tal como todos os outros.

As moedas cunhadas já sob os Braganças e anteriores a 1721 são também muito residuais (apenas cinco exemplares), sendo a única com atribuição à Moeda do Porto, na Casa do Infante, um espécime já de cunhagem mecânica, de D. Pedro II, um tostão de 1702⁴⁶¹, que também não foi localizado. Os restantes quatro exemplares são um cruzado de D. João IV, XXXX réis também do mesmo monarca, cunhado nos Paços do Concelho, meio-vintém de D. Afonso VI (oficina indeterminada) e V réis de 1699, de Lisboa⁴⁶².

Portanto, no total, de espécimes portuenses, teremos a seguinte distribuição:

- 19 exemplares com letra P
- 2 dinheiros fernandinos
- 19 ceitis de D. Afonso V (sem letra)
- 1 ceitel de D. João II
- 3 ceitis de D. Manuel I
- 108 ceitis de D. João III
- 1 tostão de D. Pedro II

No seu conjunto correspondendo a 153 moedas.

O único elemento relacionado com os cunhos, propriamente ditos, identificado na Casa do Infante, foi um batente, ou troquel, em ferro⁴⁶³ (anexos, fig. 129), correspondendo apenas ao espaço da pega, visto que os cunhos eram, por norma, quebrados após a morte do monarca⁴⁶⁴. Ainda que publicado⁴⁶⁵, não nos foi possível localizá-lo.

⁴⁶¹ Viela Norte, UE5017-2

⁴⁶² Respetivamente: Salão Sul, UE1668-2 (não localizado); Pátio UE6547-5; Torre Norte 8513-8 e Torre Norte s/c.

⁴⁶³ Dordio, Paulo, Teixeira, Ricardo Jorge e Lopes, Alexandra - *Exchange and trade in Medieval Europe, papers of the "Medieval Europe Brugge 1997" conference*. Vol. 3. Zellik, I.A.P. rapporten 3, 1997, p. 181.

⁴⁶⁴ Lemos, Paulo de – *A quebra de escudos e de cunhos e as moedas híbridas*, in NVMMVS, Vol. IX-1/1. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1968, pp. 97-98.

⁴⁶⁵ Dordio, Paulo, Teixeira, Ricardo Jorge e Lopes, Alexandra - *Exchange and trade in Medieval Europe, papers of the "Medieval Europe Brugge 1997" conference*. Vol. 3. Zellik, I.A.P. rapporten 3, 1997, p. 181.

5. A Casa da Moeda e as moedas enquanto atrações para o público

A moeda depois de ser dinheiro: uma fonte informativa e um recurso turístico

Após cumprirem a sua função económica, as moedas, enquanto objeto material, passam a um estatuto de obsolescência. A sua retirada de circulação é normalmente feita institucionalmente, por decreto legislativo, sendo posteriormente substituídas por novo numerário. Contudo, também podem ser removidas da massa circulante, no caso das moedas em metal precioso (em exemplos mais remotos, é evidente), por entesouramento, quando o numerário de menor valor intrínseco faz depreciação da boa moeda. Este fenómeno, verificado ao longo dos séculos, foi definido por Gresham, no século XVI⁴⁶⁶, “*a má moeda expulsa a boa moeda*”.

O destino das moedas retiradas de circulação pode ser de natureza vária, o entesouramento e a sua reciclagem (refundição), no caso do ouro e da prata, a sua recolha pelos bancos centrais e posterior destruição, nos casos contemporâneos, o seu abandono ou perda, no caso dos espécimes comuns, ou a sua preservação em coleções particulares ou museológicas.

Assim, as moedas obsoletas que, de algum modo, sobreviveram até aos nossos dias, transformam-se num outro tipo de objeto, adquirem novas funções diferentes da sua função primordial, adquirem, numa primeira análise, um estatuto simbólico de veículos de comunicação com o passado, tornam-se semióforos⁴⁶⁷, isto é, os desperdícios, ou refugio material, do passado ganha nova dimensão, novo interesse.

Numa primeira fase, esse novo estatuto é de natureza quase totémica, de contemplação e sacralização do objeto que atravessou os tempos até ao presente. Contudo, rapidamente essa primeira abordagem começa a ganhar outra dimensão, a dimensão informativa: o que nos poderão dizer as moedas velhas?

*“[...] como ellas (as moedas) sejam mensageiras, que vem, de longe, e não tragaõ noticia de muitas, que não sabemos”*⁴⁶⁸

Esta segunda abordagem à moeda obsoleta, o reconhecimento do potencial informativo do objeto, é, de algum modo, uma primeira tentativa de análise científica da moeda enquanto documento, caminho aberto para a construção epistemológica de um novo campo de estudo, no nosso caso, a numismática. De facto, esta ciência começou por se afirmar como uma área do conhecimento que procurava fixar o seu saber numa abordagem sobretudo descritiva da moeda. Contudo, a numismática começou a alargar um pouco o seu campo de estudo a algumas outras áreas que viriam, no entanto, a ganhar terreno próprio

⁴⁶⁶ Rivoire, Jean – *Ob. cit.*, p. 14.

⁴⁶⁷ Pomian, Krzysztof – *Coleção*, in *Memória-História*, Enciclopédia Einaudi, Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 76.

⁴⁶⁸ Estação, Gaspar - *Varias Antiguidades de Portugal*. Cap. LXIX-17. Lisboa, 1754, p. 289

como ciências especializadas, nomeadamente a história económica⁴⁶⁹, ou a história monetária⁴⁷⁰, no que resultaria, a nosso ver, num certo isolamento posterior da numismática, face às restantes ciências e o seu regresso à metodologia praticamente só descritiva. É curioso que, em relação a esta questão, Hans Gebhart, ainda na década de 1950, dizia que a numismática deveria ter estendido o seu campo de estudo à análise das determinações históricas do dinheiro e dos modos de circulação⁴⁷¹, não o tendo feito, especializou-se na vertente descritiva e metrológica da moeda.

Entendemos que, de um ponto de vista mais generalista, com fim a responder a um certo interesse dos públicos nas questões relacionadas com a moeda, seria necessário fazer um elo de aproximação entre as diferentes ciências que estudam a história e o dinheiro, isto é, seria interessante fazer um ponto de contextualização mais geral das moedas em relação ao tempo em que foram cunhadas, mas também em relação ao nosso tempo. Esse trabalho de contextualização poderá ser feito, a nosso ver, seguindo de perto os exemplos de reconhecimento do potencial turístico da moeda que têm vindo a ser desenvolvidos, um pouco por toda a Europa, nos últimos anos.

Como exemplos desse aproveitamento turístico (e pedagógico, porque não) do recurso que é a moeda, temos a *Money Gallery*, na sala 68 Museu Britânico, um espaço inaugurado em 1997⁴⁷² inteiramente dedicado à história e evolução do dinheiro. A missão da *Money Gallery* é levar os visitantes não especializados em numismática, ou em história monetária, a perceberem, de forma sinóptica e cronológica, as origens, a evolução e os diferentes significados que esse objeto do quotidiano que é a moeda foi tendo ao longo de os séculos, e em diferentes lugares do globo.

A *Money Gallery* tornou-se, desde então, uma das exposições mais populares do Museu Britânico, recebendo centenas de milhar de visitantes todos os anos. Ao mesmo tempo, reconhecendo o tremendo potencial turístico que as moedas e a história do dinheiro exercem sobre os visitantes, esta exposição permanente é a que concentra os patrocínios mais fortes. Originalmente financiada pelo grupo HSBC Holdings – *The Hong-Kong and Shanghai Banking Corporation*, atualmente a galeria é financiada por um dos outros gigantes financeiros globais, o Citigroup, que, aproveitando as celebrações do seu bicentenário, em 2012, apoio, promovendo-se, a *Money Gallery*.

Por outro lado, outras infraestruturas relacionadas com a produção de moeda também têm sido, nos últimos tempos, dinamizadas em termos turísticos. Referimo-nos, por exemplo, à Casa da Moeda de Segóvia, *Lo Real Ingenio de La Moneda de Segovia*, um

⁴⁶⁹ Cipolla, M. Carlo – *Introdução ao estudo da História Económica*. Lisboa: Edições 70, 1993. ISBN 972-44-0908-2, p. 16.

⁴⁷⁰ Ferro, Maria José Pimenta – *História monetária, um novo campo da pesquisa numismática*, in NVMMVS, Vol.X-3/4 (34-35). Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1976, pp. 27-36.

⁴⁷¹ Parise, Nicola – *Ob. cit.*, p. 9.

⁴⁷² Eagleton, Catherine e Williams, Jonathan – *Ob. cit.*, p. 7.

complexo industrial dos finais do século XVI e inícios do século XVII (na verdade, foi considerado em 2004, pelo TICCIH-Espanha como o mais antigo elemento de arquitetura industrial de Espanha⁴⁷³), totalmente recuperado entre 2007 e 2011 (abriu as portas ao público no verão de 2012), entendido pela comunidade de Segóvia como sendo não só uma das suas estruturas patrimoniais de maior peso e significado histórico, como também uma das suas mais-valias do ponto de vista turístico.

O complexo da Moeda de Segóvia está equipado com salas de conferências, uma biblioteca e demais instalações para receber congressos universitários, mas, ao mesmo tempo, as obras de recuperação da antiga maquinaria de cunhagem (o engenho de Segóvia cunhava, desde 1586, a partir de um sistema mecânico de rodízio, alimentado por azenhas hidráulicas⁴⁷⁴) e a organização do espaço com painéis e maquetas interpretativos, permitiram criar um ponto de atração turística para o público em geral, desde os mais interessados nas questões em torno da moeda, mas também os restantes visitantes turísticos da cidade.

No mesmo sentido, a velha oficina monetária o Palácio Real de Kutná Hora, na República Checa, também tem sido alvo de políticas de investimento, com fim a aproveitar não só o potencial de conhecimento que as oficinas monetárias podem revelar, no que à compreensão das técnicas de amoeção dos séculos XIV a XVII diz respeito, mas também para promover a sua imagem enquanto destino turístico. Com efeito, logo depois da cidade de Praga, Kutná Hora tornou-se numa grande atração turística da República Checa

Dinamização turística

Tal como vimos em relação aos exemplos de Segóvia e de Kutná Hora, as oficinas monetárias antigas, enquanto estruturas patrimoniais, podem ser interpretadas como sendo recursos turísticos preciosos, nomeadamente como núcleos museológicos *in situ*⁴⁷⁵, pois oferecem uma oportunidade única para a interpretação dos processos, materiais e produtos relacionados com a acunhação, mas também como núcleos museológicos narrativos⁴⁷⁶, onde o visitante poderá acompanhar, a partir de um percurso pré-definido, as diferentes etapas de produção da moeda, a sua evolução tecnológica, mas também a evolução da própria moeda, enquanto ferramenta económica quotidiana, ou seja, enquanto elemento de cultura financeira.

Neste sentido, a Casa da Moeda do Porto, na Casa do Infante, tem todo o potencial para acolher um subnúcleo museológico específico, dedicado à história da moeda e do dinheiro em geral. Podendo assim proporcionar ao visitante uma experiência multidisciplinar e didática,

⁴⁷³ Murray Fantom, Glenn Stephen, Reiner, José María Izaga e Valencica, Jorge Miguel Soler – *Ob. cit.*, p. 13.

⁴⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 107.

⁴⁷⁵ Hernández, Francisca Hernández – *Los museos arqueológicos y su museografía*. Ediciones Trea, S. L., 2010. ISBN 978-84-9704-532-2, p. 27.

⁴⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 32.

mediante o recurso a materiais interpretativos, que o levará a conhecer mais sobre os processos tecnológicos relacionados com a cunhagem e emissão de dinheiro, mas que também lhe permitirá entrar em contacto com o contexto histórico, económico e sociocultural por trás de cada moeda, desde a compreensão das razões que envolvem cada emissão, o significado e a relevância artística dos seus cunhos, a interpretação das próprias legendas e o poder de compra, convertido em bens de consumo constante (como os alimentos ou transportes), de cada moeda no seu tempo.

Este tipo de informação polivalente poderá ser disponibilizada aos visitantes através de recursos interpretativos dinâmicos, próprios das museologias emergentes, com recurso a materiais didáticos e tecnológicos⁴⁷⁷. Como exemplos práticos destes recursos, propomos a elaboração de painéis ilustrados com recriações originais das etapas do processo de cunhagem (ver anexos, figuras 108, 116, 120, 124, 127, 132 e 134), que possam ser apresentados nos próprios espaços onde cada um dos processos teve lugar. A exposição de materiais, dispostos por sequências das várias fases de produção, também poderá acompanhar o percurso dos visitantes.

Ao mesmo tempo, sugerimos também a reserva de um pequeno espaço, equipado com projetor, tela e um pequeno auditório, onde possa ser projetada uma pequena apresentação digital que sintetize, de forma simples e ilustrada, a informação relacionada com a produção de moeda.

Como forma de enriquecer a experiência do visitante, e tomando como exemplo o que já sucede na *Money Gallery* do Museu Britânico, propomos a inclusão de uma bancada onde, sob supervisão de um funcionário com formação específica, os visitantes possam manusear algumas moedas antigas⁴⁷⁸ e, em função das informações que possam ter recolhido durante a visita, propor uma classificação das moedas, e em seguida verificarem, de forma lúdica, qual a classificação exata.

Pensando especificamente nas visitas de alunos, nomeadamente os mais jovens, sugerimos que possa ser desenvolvida, dentro do espaço da Casa da Moeda, uma pequena oficina de simulação de cunhagem. Ou seja, uma ala munida de equipamento simples, como cunhos em madeira, ou plástico, e bancadas, onde as crianças possam, elas próprias, experimentar o processo de cunhagem sobre outros materiais inócuos, como a plasticina, ou mesmo cartolina. Seria interessante que estes cunhos de brincar fossem invocativos das moedas portuenses e da própria cidade do Porto, podendo as matrizes ser escolhidas através de um concurso realizado entre trabalhos feitos nas escolas da cidade, pelos alunos e respetivos professores de Educação Visual e Tecnológica (EVT) e de História.

⁴⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 36.

⁴⁷⁸ Na sala 68 do Museu Britânico, a célebre *Money Gallery*, um funcionário disponibiliza, sobre um simples mesa revestida de feltro, um conjunto de moedas antigas comuns (desde romanas a moedas inglesas da Idade Moderna) que o visitante pode manusear e observar com lupas. Testemunhamos que este recurso simples era um dos mais concorridos, por públicos de várias idades.

Como adição à proposta anterior, sugerimos que, em simultâneo, possa ser também produzido um par de cunhos reais, em aço, com as matrizes escolhidas no concurso escolar. Esses cunhos poderão servir para cunhagens públicas esporádicas de algumas medalhas de cobre⁴⁷⁹ que poderão ser disponibilizadas, posteriormente, na loja do museu.

Entendemos também que um produto de natureza turística só poderá ser potenciado se for entendido como uma peça dentro de uma rede maior. Essa rede é composta por toda a malha social envolvente⁴⁸⁰, assim, o núcleo da Casa da Moeda deverá estar articulado com outros organismos (públicos e privados) da cidade exteriores à Casa do Infante. Poderia ser uma mais-valia articular o núcleo com o Gabinete de Numismática da Câmara Municipal do Porto, sem dúvida, dado o seu precioso espólio, a entidade municipal mais apropriada para interagir com a Casa da Moeda. A proposta de interação é, a nosso ver, bastante simples e exequível e passa praticamente apenas pela produção de materiais de divulgação e recursos interpretativos elaborados em conjunto, para que os visitantes de cada um destes núcleos possam complementar as suas visitas, organizando uma rota entre os dois espaços.

A rota poderá ser traçada para uma visita pedonal, através da cidade, para que o visitante se desloque, de moto próprio, mas com um elenco de referências patrimoniais, turísticas e culturais assinalas ao longo do percurso. Naturalmente, essas referências serão extemporâneas ao tema da moeda e do dinheiro, mas, num contexto de turismo cultural e urbano, cremos que poderão ser enriquecedoras para quem visite o Porto.

Ao mesmo tempo, tendo em vista que a articulação das linhas 1 e 18 dos elétricos da STCP fazem a ligação entre a Praça do Infante (junto à Casa do Infante) e o Carmo (junto ao Gabinete de Numismática), propomos a negociação de uma parceria com a STCP, para a criação de um bilhete de elétrico específico (adquirido no contexto da visita à Casa da Moeda e ao Gabinete de Numismática) para fazer a ligação entre as duas entidades. A título de exemplo, invocamos a iniciativa que o Museu do Carro Elétrico, em Massarelos, levava a cabo ainda há uns meses, que era a conversão do bilhete de ingresso no museu, num bilhete para qualquer linha de elétrico.

Entre outros organismos da cidade, neste caso diretamente relacionados com um programa de visita em torno do dinheiro e da moeda, destacamos a Fundação Engenheiro António de Almeida e a Fundação Cupertino de Miranda. Esta primeira instituição abriga uma das maiores coleções de moedas de ouro abertas ao público, pelo que seria pertinente poder concertar atividades em rede, nomeadamente visitas guiadas, produção de materiais de divulgação conjuntos, protocolos de intercâmbio de espólios e mesmo patrocínios. No caso da Fundação Cupertino de Miranda, onde está instalado o Museu do Papel Moeda, o programa de

⁴⁷⁹ Sugerimos o cobre por ser um metal invocativo das moedas antigas, mas também por ser relativamente dútil e, portanto, fácil de trabalhar manualmente.

⁴⁸⁰ Ferreira, Luís Augusto Bastos Durães, Gomes, José Luís Tavares de Matos e Castro, José Diéz – *Planeamento em Turismo e Sustentabilidade*, comunicação do Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo, Universidade Fernando Pessoa e Universidade de Santiago de Compostela, pp. 2-3.

atividades conjuntas seria semelhante⁴⁸¹, isto é, produzir materiais de divulgação comuns e organizar protocolos, também comuns, para a realização de eventos, visitas e exposições.

A Sociedade Portuguesa de Numismática (SPN), importante órgão de divulgação cultural da numismática portuguesa, desde a década de 1950, e sediada na cidade do Porto, poderá ser outro importante parceiro de articulação com a Casa da Moeda do Porto, nomeadamente através do intercâmbio de interesses comuns, como a apresentação de congressos, seminários e publicações relacionadas com o estudo das moedas e da sua produção. A promoção da Casa da Moeda junto dos associados da SPN, através das suas publicações periódicas, por exemplo, é outro ponto importante que poderia ser posto em prática com uma associação com esta instituição. Considerando que parte dos associados da SPN são colecionadores de moedas, seria interessante reunir com eles algumas ferramentas e sensibilidades que permitissem criar um núcleo temático, na Casa da Moeda do Porto, dedicado às coleções.

Do ponto de vista da articulação internacional do núcleo museológico da moeda, seria interessante dar continuidade, numa abordagem contemporizada, a protocolos de interação com os membros do antigo programa *Euromint*, nomeadamente a Real Moneda de Segóvia, sem dúvida o recurso turístico ligado à amoedação mais importante na Península Ibérica, mas também procurar contactos institucionais com o atelier monetário de La Rochelle, na Bretanha, visto que esta oficina monetária, ainda em processo de estudo, visto que as primeiras sondagens foram relativamente recentes, em 1989⁴⁸², aproxima-se sobremaneira da oficina portuense no âmbito cronológico, pois laborou entre os séculos XIV e o início do século XVIII.

Por outro lado, ainda em relação às parcerias internacionais, não pode deixar de ser sugerida uma maior aproximação ao outro lado do Atlântico, onde só no Brasil, as seis casas da moeda abertas pelos portugueses⁴⁸³, ainda que nem sempre identificadas, podem servir de base para um intercâmbio mais continuado.

Em termos comerciais, e aproveitando os recursos preexistentes, como o posto de venda da Casa do Infante, seria interessante delinear uma linha de produtos turísticos relacionados com a Casa da Moeda. Referimos anteriormente a produção, por cunhagem manual, de pequenas medalhas invocativas da moeda portuense, que poderia ser distribuída através da loja, pelo que poderíamos acrescentar também a produção e venda de pequenos livros didáticos e de divulgação relacionados com a moeda e a sua contextualização.

Seguindo este princípio, seria também de propor a produção e venda de outros materiais, como postais atualizados, uma linha de selos postais, produzidos através dos CTT, com o tema

⁴⁸¹ Durante o ano de 2012, a Câmara Municipal do Porto desenhou uma *Rota dos Museus*, com quatro percursos específicos, sendo que um deles, a Rota 1, *Rota da Educação Financeira*, englobava o Museu do Papel Moeda e o Gabinete de Numismática.

⁴⁸² AA.VV. – *L'atelier monétaire royal de La Rochelle, La place de Verdun, archéologie d'un espace urbain, Documents Archéologiques 4*, Dir. Pierre Mille e Florian Téreygeol. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011. ISBN 978-2-7535-1361-7, p. 17.

⁴⁸³ Vaz, J. Ferraro – *A moeda de Portugal no mundo*, p. 38 (são as duas casas do Rio de Janeiro e da Baía, mais a de Minas Gerais e a de Pernambuco).

da moeda, algum vestuário estampado com invocações das moedas do Porto, e outros pequenos acessórios e brindes, que poderão ser patrocinados por operadores turísticos de relevo, ou mesmo por instituições bancárias.

A criação gráfica dessa linha de produtos de consumo poderia ser realizada também através de concurso, apelando à participação voluntária dos concorrentes. Para tal, sugerimos uma interação com as escolas artísticas e de design, pois acreditamos que tanto os institutos superiores, como algumas escolas de formação profissional da cidade, têm, entre alunos e professores, potencial para gerarem uma imagem apelativa e contemporânea para os produtos invocativos das velhas moedas portuenses.

Por fim, e sendo o Porto uma marca muito abrangente, sugerimos a criação de uma série de rótulos de Vinho do Porto inspirados nas moedas portuenses. Para tal, o projeto passaria por um protocolo com o Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, para que, em conjunto, fosse encontrado um produtor que desenvolvesse uma linha de três vinhos subordinados ao tema *ouro, prata e cobre*. Cada um desses rótulos nomearia uma das moedas portuenses cunhada em cada um desses metais, utilizando como marca não só o nome da moeda escolhida, como alguns dos seus elementos gráficos mais impressionantes.

6. Conclusão

Como referimos logo no início, um trabalho deste tipo é, por natureza, poliédrico, apresenta várias faces, com as quais tivemos que lidar separadamente, para depois as poder interligar, como um só sólido.

Numa primeira abordagem ao tema da moeda e da cunhagem, deparamo-nos com a questão reflexiva sobre o que é a moeda em si, enquanto objeto material, mas também enquanto criação simbólica e cultural da humanidade. Para tal, procuramos explorar os diferentes significados que a moeda (e a noção da existência de um produto intermediário para as trocas) representa no nosso consciente e subconsciente. A noção de valor de dinheiro, de propriedade e de intercâmbio, são alguns dos conceitos que a moeda veio representar, mas também outros conceitos, como o de afirmação política, de soberania e até de veículo de propaganda de ideologias. Contudo, percebemos também que a moeda, ou as referências à moeda e ao dinheiro, foi, por vezes, objeto de uma apropriação mais delicada, mais próxima de uma natureza totémica ou mágica, como se fosse um objeto que contivesse mais do que funções económicas e políticas, para ser usada em rituais funerários, de superstição, de cura e até de iniciação.

Procuramos tentar definir as diferentes dimensões que um objeto como a moeda pode encerrar em si. Para tal, sentimos necessidade de fazer um percurso rápido pelas origens da moeda, neste caso, das proto-moedas e da sua dimensão mais antropológica, do que arqueológica propriamente dita. Antropológica porque implicou, em primeira mão, tentar

perceber os códigos e os valores que estão por trás da criação dos objetos representativos do valor, sejam eles as pedras gigantes da Micronésia, das Ilhas Uap e Yap, ou as bolas (ou grandes ponderais) de prata que os povos proto-históricos escondiam nos seus castros. Uma das interpretações com que nos deparamos e ajudaram a perceber essa dimensão antropológica, foi que, de certa forma, a raiz da noção de moeda e de valor passa mais por uma afirmação simbólica de riqueza, manifesta num objeto que poderá, ou não, estar presente, do que propriamente por uma solução prática para lidar com as transações económicas do dia a dia. Tanto que, como vimos, em algumas sociedades, a noção de moeda parece até anteceder a generalização do comércio de longo alcance.

Não obstante, percebemos também que da moeda para o comércio há efetivamente uma relação implícita, mas para poder ter sido estabelecida, foi necessário o desenvolvimento dos sistemas de pesagem e de contagem, para que fossem criados realmente os primeiros sistemas monetários, sistemas esses que, como fomos vendo, acabaram por subsistir, direta, ou indiretamente em alguns aspetos do nosso quotidiano, demonstrando, de algum modo, que a nossa relação com os antigos sistemas monetários pode estar mais presente do que imaginamos, referimo-nos, por exemplo, às reminiscências relativamente atávicas do sistema duodecimal na nossa organização diária (veja-se a divisão dos dias e das horas, ou do próprio calendário).

Aproximando-nos de uma organização mais definida dos sistemas monetários complexos (já distantes das proto-moedas, praticamente semióticas), a nossa abordagem tentou ser, em seguida, mais historiográfica e arqueológica, pelo que procuramos traçar, em linhas rápidas, o processo de difusão dos sistemas monetários e das suas peças dentro do mundo ocidental, para posteriormente, sintetizar, numa sinopse também breve e, sobretudo, cronológica, a história da moeda em Portugal, procurando estabelecer relações simples entre determinadas conjunturas socioeconómicas e políticas e a evolução da moeda e das políticas monetárias em Portugal.

Compreendendo um pouco melhor o percurso da moeda portuguesa, centramo-nos, em seguida na sua produção, nomeadamente, na sua produção na Casa da Moeda do Porto, o epicentro deste trabalho.

A Casa da Moeda do Porto só pode ser compreendida dentro de um contexto histórico mais alargado, nomeadamente a nível das políticas nacionais e europeias, pelo que procuramos estabelecer desde logo uma relação entre a determinação fernandina de abrir uma oficina monetária na cidade do Porto, e o contexto internacional da Guerra dos Cem Anos, mais concretamente nos conflitos entre Inglaterra e Castela, e dos próprios conflitos peninsulares, e da política portuguesa face a esses acontecimentos. Percebemos também que o desenvolvimento e a continuidade da Casa da Moeda nos períodos posteriores esteve sempre relacionado com as políticas nacionais, nomeadamente a política de expansão marítima. Ao mesmo tempo, foi também visível que à medida que o absolutismo se foi instituindo, e com ele o centralismo, a Moeda do Porto foi perdendo relevância. Entendemos que essa perda se

começara a notar ainda no decurso do reinado de Sebastião, para se extinguir completamente durante a União Ibérica, quando o poder se afastou ainda mais do Porto, e foi de Lisboa para Madrid.

Da mesma forma, já depois da Restauração, também compreendemos que a reabertura da Casa da Moeda do Porto esteve relacionada com um programa de reorganização e relançamento económico do reino, tendo contudo subsistido relativamente pouco tempo, pois assim que a coroa se fortaleceu, e com ela o absolutismo, a Moeda do Porto foi encerrada definitivamente.

Após tentarmos compreender e definir os principais cenários históricos onde a Casa da Moeda do Porto se movimentou, coube-nos encetar uma nova face, um novo lado, do trabalho: a compreensão do espaço e das atividades ligadas à produção da moeda. O acesso às estruturas e ao próprio espólio, permitiu-nos reconstituir um pouco do que foi a atividade dos moedeiros no Porto, as suas tarefas, as suas ferramentas, a sua produção. Nesse trabalho, que foi sobretudo de síntese e de reorganização de muitas informações e estudos prévios, pensamos que poderemos ter contribuído um pouco para, de forma generalista, podermos compreender um algo mais do funcionamento da Casa da Moeda do Porto durante as suas fases de laboração.

Dos resultados desse estudo, de natureza mais arqueológica, pensamos que serão de destacar a reinterpretação de materiais ligados à pesagem dos metais, nomeadamente alguns fragmentos de balança que pudemos identificar (anexos, figs. 84 a 90) que, no nosso entender, nos parecem tipologicamente próximos das balanças medievais e do início da Idade Moderna. O pequeno conjunto de pesos lamelares em grãos (anexos, fig. 94), cuja datação atribuímos aos finais do século XIV, inícios do século XV, poderá ser também um contributo interessante deste trabalho, dada a dificuldade em encontrar este tipo de material. Enquadramos também aqui, embora seja um pouco mais tardio, o pequeno tomim (anexos, fig. 95).

Os restantes fragmentos relacionados com a amoedação, tais como as chapas de cunhagem de ceitis, bem como um pequeno fragmento de refugo também de ceitel (anexos, fig. 104), permitiram-nos estabelecer uma relação entre os vários ceitis completos (ainda que grosseiros) do século XVI e a sua produção na Moeda do Porto, o que poderá ter contribuído para definir uma nova atribuição de ceitis portuenses por definição tipológica.

No que diz respeito à reorganização do espaço das oficinas, não obstante a dificuldade que encontramos em compreender a localização das atividades da fase final (1688-1721), cremos ter contribuído um pouco mais para a localização e interpretação de alguns espaços das oficinas dos séculos XV e XVI, nomeadamente a localização do laboratório de ensaio e a proposta de localização da Casa da Balança, na frente para a Rua Nova. Dados que, em suma, poderão ajudar a complementar algumas das informações já disponíveis e permitir, enquanto contributo base, a realização de novos estudos.

Do mesmo modo, também consideramos que podemos ter ajudado a identificar mais um elemento para a classificação e atribuição dos dinheiros fernandinos cunhados no Porto, a partir da distinção das rosetas de sete pétalas nos cantões da cruz do anverso. Ao mesmo tempo, a nossa proposta de atribuição do meio real (anexos, fig. 71) de João de Gante à oficina monetária do Porto, poderá ser mais um elemento para a compreensão de uma emissão ainda hoje muito mal conhecida. A identificação de uma forma monetária inédita (ensaio ou conto de contar), do reinado de D. Fernando e cunhado no Porto, também nos parece ter algum relevo (anexos, fig. 76).

Em suma, um maior conhecimento arqueológico e histórico do espaço e do espólio da Casa da Moeda, poderá ajudar à sua promoção e reavaliação, não só num âmbito académico e da investigação científica, mas também num sentido mais abrangente, ajudando à recuperação da sua memória e da sua importância na cidade, junto dos poderes locais, mas também junto dos portuenses e de todos os visitantes do Porto, que poderão, em conjunto, reencontrar essa instituição paralela à alfândega, de importância política e económica fulcrais para o desenvolvimento do país, não só no passado, mas, acreditamos, também para o futuro. Enquanto recurso turístico, enquanto memória patrimonial e histórica, a Casa da Moeda do Porto tem um grande potencial de crescimento, que poderá, no nosso no nosso ponto de vista, ser apoiado pelo plano de propostas de dinamização que tentamos traçar, procurando transformar este recurso impressionante, num produto turístico absolutamente único no nosso país.

7. Bibliografia

- AA.VV. – *A Alfândega do Porto e o despacho aduaneiro*. Porto: AHMP/Casa do Infante, 1990
- AA.VV. – *Actas do II Congresso Nacional de Numismática*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1983
- AA.VV. – *Actas do III Congresso Nacional de Numismática, Sintra*. Lisboa: Clube de Numismática de Portugal, 1985
- AA.VV. – *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval, métodos e resultados para o seu estudo, Tondela, 22 a 25 de março de 1995*. Coord. Diogo, João Manuel e Abraços, Helder Chilra. Tondela: CMT, 1998
- AA.VV. – *Catálogo da 1.ª Exposição Nacional de Numismática, Casa do Infante, 26 de junho a 4 de julho*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1982
- AA.VV. – *Exchange and trade in Medieval Europe, papers of the “Medieval Europe Brugge 1997” conference*. Vol. 3. Zellik, I.A.P. rapporten 3, 1997
- AA.VV. – *Guía de las cecas españolas – 18 Casas de Moneda + socios Euromint*. Segovia, Proyecto EUROMINT. Ayuntamiento de Segovia, 2003
- AA.VV. – *Henrique, O Navegador, Exposição Comemorativa do 6.º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique*, Dir. Téc. Manuel Luís Real. Porto: CMP, 1994. ISBN 972-605-035-9
- AA.VV. – *L'Arent au Moyen Âge*, XXVIIIe Congrès de la SHMES. Paris: Publications de la Sorbonne, 1998. ISBN 2-85944-350-9
- AA.VV. – *L'atelier monétaire royal de La Rochelle, La place de Verdun, archéologie d'un espace urbain, Documents Archéologiques 4*, Dir. Pierre Mille e Florian Téreygeol. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011. ISBN 978-2-7535-1361-7
- AA.VV. – *Medieval and early modern Portuguese mints: locations and buildings*, in *I Luoghi Della Moneta, Le Sedi Delle Zecche Dall'Antichità All'Età Moderna*, Atti Del Convegno Internazionale – 22-23 Ottobre, 1999, Milano: Comune Di Milano Settore Cultura Musei e Mostre Civiche Raccolte Archeologiche, 2001
- AA.VV. – *Molinum, Boletín Informativo y Divulgativo de ACEM* (Asociación para la Conservación y Estudio de los Molinos,
- AA.VV. – *NVMMVS*, séries 1 e 2. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática (1952-2007)
- AA.VV. – *O Archeologo Português*, Vol. II, I Série (1896)
- ALMEIDA, M. Lopes e BASTO, A. de Magalhães – *Crónica de D. João I, de Fernão Lopes*. Barcelos: Livraria Civilização, 1990. ISBN 972-26-0265-9
- AMARAL, C.M. Almeida do – *Catálogo descritivo das moedas Portuguesas – Museu Numismático Português*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977
- ARAGÃO, António Carlos Teixeira de: *Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*. Porto: Livraria Fernando Machado, 2.ª edição, 1964

- ARMITAGE-SMITH, Sydney – *John of Gaunt, King of Castile and Leon, Duke of Aquitaine and Lancaster, Earl of Derby Lincoln and Leicester, Seneschal of England*. New York: Barnes & Noble Inc., 1964
- BARBOSA, M. Benedita C. da S. De Guinea – *Tesouros monetários em Portugal: da República ao reinado de Augustus*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 2002. ISBN 972-9087-11-3
- BARROS, Alexandre Ferreira - *Manual de Numismática*. Porto: Livraria Fernando Machado, 1961
- BARROS, Henrique de Gama: *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, dirigida por Torcato de Sousa Soares, Tomo X. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora
- BASTO, Artur de Magalhães – *Estudos Portuenses*. Porto: CMP, 1962-63
- BAYET, Jean – *Tite-Live, Histoire Romaine* Tomes V e VII, Livres V e VII. Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1968 (trad. BLOCH, Raymond)
- BISINGEROVÁ, Marie, HRABÁNKOVÁ, Světlana, NAČERADSKÁ, Petra e PETRÁŇ, Zdeněk – *Italian Court*. Kutná Hora: LeporStudio, 2001.
- CABRAL, J. M. Peixoto e METCALF, D. M. – *A Moeda Sueva*. Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática, 1997. ISBN 972-9087-07-05
- CENTENO, Rui M. S. — *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*. Porto: Publicação da Sociedade Portuguesa de Numismática, 1987. ISBN 972 9087 00 8
- COSTA, Ney Chrysostomo da – *Dicionário de Numismática*. Porto Alegre: Edições Sulina, 1969
- COELHO, Maria Helena da Cruz - *D. João I, o que re-colheu* Boa Memória, dir. de CARNEIRO, Roberto. Lisboa, Círculo de Leitores, 2005. ISBN 972-42-3488-6
- DUARTE, Luís Miguel – *O moedeiro "enfermo dos peitos (uma doença profissional no Porto, em meados do séc. XV)*, in Estudos de homenagem a Luís António de Oliveira Ramos. Porto: FLUP, 2004, pp. 511-519.
- DUCAREL, Andrew Coltee – *A Series of AboveTtwo Hundred Anglo-Gallic or Norman and Aquitaine Coins of the Ancient Kings of England*. London: MDCCLVII
- EAGLETON, Catherine e WILLIAMS, Jonathan: *Money: A History*. London, The British Museum Press, 2.^a edição, 2007. ISBN 978-0-7141-1814-7
- ESPAÑA, León – *Sistemas Monetarios Peninsulares: La Acuñación de Moneda Cristiana Tras La Invasión de Los Musulmanes Hasta El Siglo XV*. Madrid: Fundación León de España, 2002
- ESTAÇO, Gaspar - *Varias Antiguidades de Portugal*. Lisboa: 1754
- FARIA, A. Marques – *Moedas da época romana cunhadas no actual território português*, in História de Portugal, Vol. II – Portugal na Pré-História (II) e O mundo luso-romano (I), dir. João Medina. Amadora: SAPE, 2004. ISBN 972-719-268-8
- FERNÁNDEZ, Luis Suárez e CAMPISTOL, Juan Reglá - *Historia de España*, dir. de Zamora, José María Jover, tomo XIV. Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1991. ISBN 84-239-4816
- FERNÁNDEZ, Luis Alonso – *Museología y museografía*. Barcelona, Ediciones del Serbal, 1999.

ISBN 978-84-7628-276-2

FERRAZ, Francisco Manuel Teixeira – *A Casa da Moeda do Porto nos Finais da Idade Média*. Porto: dissertação de mestrado em História Medieval, FLUP, 2008

FERREIRA, Luís Augusto Bastos Durães, GOMES, José Luís Tavares de Matos e CASTRO, José Diéz – *Planeamento em Turismo e Sustentabilidade*, comunicação do Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo, Universidade Fernando Pessoa e Universidade de Santiago de Compostela

FERRO, Maria José Pimenta – *Estudos de História Monetária Portuguesa*. Lisboa: 1977

FOLGOSA, J. M. – *Dicionário de Numismática*. Porto: Livraria Fernando Machado, S/D (1969)

FONTOURA, M. de Quiroga Carneiro – *Instruções de Numismática*. 2.^a Edição. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1961

FRIEDMAN, Milton – *O poder do dinheiro, episódios da história monetária*. Lisboa: Europa-América, S/D (1993)

GALLÉAZZI, Michel – *Dictionnaire Latin-Français appliqué aux inscriptions monétaires romaines*. Revigny-sur-Ornain, SEPS, 1994.

GAMBETTA, Agostinho Ferreira – *História da Moeda, Vol. I*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1978

GARAULT, Bernard – *Le Pesage Monétaire, Boîtes et Poids de France du XVIIe au XIXe siècle*. Paris: Éditions Les Cheval-Légers, 2009. ISBN 978-2-916996-47-9

GOMES, Alberto e TRIGUEIROS, António Miguel – *Moedas Portuguesas na Época dos Descobrimentos (1385-1580)*. Lisboa: Edição de Autor, 1992. ISBN 972-95774-0-4

GOMES, Alberto – *Moedas Portuguesas e do Território que Hoje é Portugal*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal, 5.^a edição, 2007

GONZÁLEZ, Fernando Ramos – *Instrumentos para el peso y el cambio de moneda, catálogo de Balanzas, Cajas de Cambista y Ponderales*. Medina del Campo: Fundación de Las Ferias, 2003. ISBN 84-96165-05-1

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández – *Los museos arqueológicos y su museografía*. Ediciones Trea, S. L., 2010. ISBN 978-84-9704-532-2.

LEGRAND, E. – *Hérodote, Histoires Livre I*, 5eme tirage. Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1970

LHOTKA, John F. e ANDERSON, P. K. – *Survey of Medieval Iberian Coinages*: New York: Sandford J. Durst e American Numismatic Association, Long Island, 1989

LOPES, Isabel Alexandra, MENÉNDEZ, Jorge Argüello, DORDIO, Paulo e TEIXEIRA, Ricardo – *Excavaciones arqueológicas en la Casa de la Moneda de Oporto (sgs. XIV-XVI)* in *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, Coord. Mário Barroca, Antonio Malpica Cuello, Manuel Real, Vol. VII. Porto: ADECAP, 2000. ISBN 972-98807-0-0, pp. 57-72

MACCHI, Giuliano – *Crónica de D. Fernando de Fernão Lopes*. Edição crítica da Imprensa

Nacional-Casa da Moeda, 2ª. Ed., maio de 2004. ISBN 972-27-1252-7

MAGRO, Francisco A. Costa – *Ceitis*. Sintra: Instituto de Sintra, 1986

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Ensaio da História Medieval Portuguesa. Ensaio da História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Vega, março de 1980

MARQUES, Mário Gomes – *Moedas de D. Fernando*. Lisboa: edição de autor, 1978

MARQUES, Mário Gomes – *Introdução à Numismática*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1982

MARQUES, Mário Gomes – *História da Moeda Medieval Portuguesa*. Instituto de Sintra, 1996. ISBN 972-9056-07-2

MARQUES, Mário Gomes, CABRAL, J. M. Peixoto e MARINHO, J. Rodrigues – *Ensaio Sobre História Monetária Visigoda*. Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática, 1995. ISBN 972-9087-05-9

MAUSS, Marcel – *Les Origines de la notion de monnaie* (1914), in *Oeuvre*, vol. 2, *Représentations collectives et diversité des civilisations*, coord. de Viktor Karady. Paris: Editions de Minute, 1974. ISBN 2-7073-0392-5

MATYSZAK, Philip – *Ancient Rome on Five Denarii a Day*. London; Thames & Hudson, 2007. ISBN 978-0-500-05147-4

MENÉNDEZ, Pedal – *Historia de España*, Vol. XIV, dir. FERNÁNDEZ, Luis Suárez y CAMPISTOL, Juan Reglá. Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1991. ISBN 84-239-4816

MENGER, Carl, *Principles of Economics*, [on-line]. Disponível em: <http://mises.org/Books/Mengerprinciples.pdf>. p. 260 (28 junho de 2013)

MONTANELLI, Indro – *História de Roma, da fundação à queda do Império*. Lisboa: Edições 70, 1997. ISBN 972-44-1126-5

MORGAN, Victor – *Breve História do Dinheiro*. Lisboa: Ulisseia.

MORAIS, Rui - *Bracara Augusta*. Braga. Edição da Câmara Municipal de Braga, 2010

MOSSÉ, Claude e SCHNAPP-GOURBEILLON, Annie – *Síntese de História Grega*. Porto: Edições Asa, 1994.

MURRAY FANTOM, Glenn Stephen, REINER, José María IZAGA e VALENCIA, Jorge Miguel Soler – *El Real Ingenio de la Moneda de Segovia, Maravilla tecnológica del siglo XVI*. Segovia: Ediciones del Umbral/Fundación Juanelo Turriano, 2006. ISBN 10:84-920755-3-8

OLIVEIRA, Aurélio — *A Viagem do Gama nas Crônicas do Reino*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. ISBN 972-9350-25-6

PARISE, Nicola – *El origen de la moneda, Signos premonetarios y formas arcaicas del intercambio*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2003. ISBN 84-7290-221-8

PEREIRA, Isabel Sousa e REAL, Manuel Luís – *Moedas Portuguesas Cunhadas no Porto, na Coleção do Gabinete de Numismática*. Porto: Casa Tait, Divisão de Museus da Câmara Municipal do Porto, S/D [1989]

PEREIRA, Isabel de Sousa e TEIXEIRA, Filipe – *Catálogo de Moedas da Monarquia Portuguesa (1185 a 1640)*. Porto: Gabinete de Numismática, Departamento de Museus e Património Cultural, Câmara Municipal do Porto, dezembro de 2002

PERES, Damião – *História Monetária de D. João III*. Lisboa: Academia da História, 1967

PIDAL, Menéndez – *Historia de España*, dir. de Zamora, José María Jover, tomo XIV. Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1993. ISBN 84-239-4800-5

REIS, Pedro Batalha – *Moedas de Toro, estudo das moedas d'El-Rei D. Afonso V que têm as armas de Portugal, Castela e Leão*. Lisboa, 1933

REI, António – *Pesos e medidas de origem islâmica em Portugal, notas para o seu estudo*. Évora: Câmara Municipal de Évora, N/D (1998). ISBN 972-8509-04-9

REIS, Pedro Batalha – *Numária de El-Rei D. António, Décimo oitavo rei de Portugal, o ídolo do povo*. Lisboa: Vol. XI dos Anais do Ciclo da Restauração, Academia Portuguesa da História, 1947

REIS, Pedro Batalha – *Cartilha da Numismática Portuguesa*. Lisboa, 1952

RIVOIRE, Jean – *História da Moeda*. Lisboa, Editorial Teorema, 1991

SAINT DENIS, E. de. – Pline L'Ancient, Histoire Naturelle, Livre X. Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1961

SALGADO, Javier Sáez – *Da História da Moeda em Portugal*. Lisboa: ACJ, 2002. ISBN 972-611-802-6

SANTOS, Francisco e LEMOS, Artur – *A Propósito de Ceitis Cunhados em Beja*, in *Boletim da Associação Cultural Amigos do Porto*, S.3.^a, n.º 24. Porto, 2006

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos – *A Moeda, evolução do conceito de moeda*. Cadernos FAOJ, Série A, N.º 8 N/D (1978)

SILVA, Francisco Ribeiro da – *A Casa da Moeda do Porto Durante a Restauração*, in *O Tripeiro*. Série Nova, Ano IX, N.º 3, pp. 66-72, Porto, 1990

SOARES, L. Ribeiro – *A moeda em Portugal, Breve História*. Lisboa: Ed. Banco de Portugal, 1971

SOUSA, Alexandra Lage Dixo de – *Casa do Infante/Intervenções*, Dissertação de Mestrado em História de Arte. Porto: FLUP, edição policopiada, 2004

SOUSA, D. António Caetano – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo IV. Edição facsimiliada da Academia Portuguesa da História, a partir da edição revista de 1947. ISBN 978-989-554-300-7

TORRES, Joaquim – *Tesouro Monetário do Castro de Alvarelhos*. Santo Tirso, Separata do Boletim Cultural, Vol. I, N.os 2 e 3, 1979

TOURNEUR, Victor – *Initiation à la numismatique*. Bruxelles, Anc. Établiss, J. Lebège & Cie., Éditeurs, 1945

TRIGUEIROS, António Miguel – *Moedas dos Descobrimentos, Prestígio de Portugal no Mundo*. Lisboa, Edição de Autor, 1983

TRIGUEIROS, António Miguel – *Moedas Portuguesas de Figuração Renascentista*, in Revista MOEDA, Vol. IX, nº. 6, Dez. 1984

TRIGUEIROS, António Miguel – *Numismática e Medalhística*, in *XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura*, Separata do Catálogo. Lisboa: 1986.

TRIGUEIROS, António Miguel – *A Grande História do Escudo Português*. Lisboa: Edições Col. Philae, 2003. ISBN 972-99013-0-9

VASCONCELOS, José Leite de – *Nomenclatura Numismática*. Lisboa, Ulmeiro, 1994 (*fac simile* do original de 1938, editado in *O Archeologo Português*, Vol.XXX, pp. 126 a 149). ISBN 972-706-231-8

VAZ, J. Ferraro – *Numária Medieval Portuguesa, 1128-1383*, Tomos I e II. Lisboa, ed. de autor, 1960.

VAZ, J. Ferraro – *A Moeda de Portugal no Mundo*. Braga: ed. de autor, 1986

VAZ, J. Ferraro e SALGADO, Javier – *Livro das Moedas de Portugal*. Braga: ed. de autor, 1987

WILLIAMS, R. Deryck. – *Virgil, Aeneid VII-XII*. London, Bristol Classical Press, 1996. ISBN 1-85399-500-2

Anexos

1. Glossário

A

Adarme – peso antigo, de origem árabe (ad-dirham)⁴⁸⁴, correspondia a 16 avos da onça, ou 36 grãos.

Amoedar – cunhar; transformar um material, normalmente metálico, em moeda⁴⁸⁵.

Anelete – pequeno círculo aberto disposto no cunho da moeda; pode ser um simples elemento decorativo, um elemento heráldico ou uma marca de controlo.

Anepígrafa – moeda, ou face da moeda, sem qualquer tipo de legenda.

Anverso – face da moeda onde se encontram as suas características principais. Normalmente o nome/designação da entidade emissora, seja o Estado em si, ou o nome/identificação do seu chefe⁴⁸⁶.

Arrendamento da amoedação – concessão do direito de emissão de moeda (jus monetæ⁴⁸⁷) por parte das autoridades emissoras, normalmente o soberano. A referência mais antiga de uma concessão de cunhagem em Portugal data do reinado de D. Fernando, quando este monarca terá concessionado o direito de amoedação à sua rainha, D. Leonor⁴⁸⁸. Os direitos de arrendamento de cunhagem assumem, tradicionalmente, segundo Mário Marques Gomes, cinco formas jurídicas distintas⁴⁸⁹:

- I. Concessio expressa, personalis sive hereditaria – concessão a particulares;
- II. Ususfructus – extensão do direito de cunhagem a parentes do soberano;
- III. Contractus – venda do direito de cunhagem e respetivos dividendos a indivíduos ou sociedades, por tempo limitado;
- IV. Precarium sive concessio revocabilis ad nutum – concessão específica a organizações, públicas ou privadas, de cunhagem de numerário de baixo valor, para financiar objetivos pontuais bem definidos. Por norma, a concessão cessava assim que os objetivos fossem realizados.
- V. Protectio sive tutela – direito de amoedação por parte dos tutores do Estado, no caso de interregno ou de incapacidade dos soberanos (menoridade, doença física ou mental, detenção etc.).

Arriel – lingote de metal precioso. No processo de produção monetária, o arriel era fundido na fundição e posteriormente laminado para a produção dos discos de cunhagem, ou *flans*⁴⁹⁰.

Arruela – o mesmo que anelete.

⁴⁸⁴ Rei, António – *Pesos e medidas de origem islâmica em Portugal*. Évora, Edição da CME, 1998. ISBN 972-8509-04-9, p. 8.

⁴⁸⁵ Vaconcelos, José Leite de – *Nomenclatura numismática*. Lisboa, Ulmeiro, 1994 (*fac simile* do original de 1938, editado in *O Archeologo Português*, Vol. XXX, pp. 126 a 149). ISBN 972-706-231-8, p. 8.

⁴⁸⁶ Idem, *ibidem*, p.9.

⁴⁸⁷ Marques, Mário Gomes – *História da Moeda Medieval Portuguesa*, p. 157.

⁴⁸⁸ Ferro, Maria José Pimenta – *Estudos de História Monetária*, p. 93.

⁴⁸⁹ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 157.

⁴⁹⁰ Gambetta, Agostinho Ferreira – *História da Moeda*, pp. 150 e 230.

B

Bimetalismo – sistema monetário assente nos dois principais metais preciosos, o ouro e a prata. A relação entre cada um dos metais varia consoante a cotação independente de cada um deles⁴⁹¹.

Bolhão ou bilhão – liga pobre de prata e cobre; normalmente designa-se por bolhão toda a prata com menos de 500 milésimas de pureza⁴⁹². O bolhão foi usado na amoedação portuguesa desde o início da nacionalidade, até finais do século XV.

Bordo – parte correspondente à espessura da moeda. Pode ser liso, denteado, serrilhado, bem como ostentar legendas⁴⁹³.

Bracteada (anteriormente bracteata) – moeda de disco muito fino, cunhada apenas numa das faces, ficando a outra face incusa, ou com o negativo do cunho. São moedas toscas, com temas muito simples e estilizados, comuns no final da Alta Idade Média em alguns países do Norte da Europa⁴⁹⁴.

Bronze – Liga metálica composta sobretudo por cobre, estanho e um pouco de zinco⁴⁹⁵.

Busto – representação em efígie, nas moedas, da cabeça de uma personalidade ou divindade. Os bustos podem ser de perfil, voltados à direita, ou à esquerda, frontais ou semifrontais, ou em três quartos. Algumas moedas apresentam vários bustos na mesma face, podendo estar frente a frente, ou afrontados, sobrepostos, ou invertidos⁴⁹⁶.

C

Campo – área principal da superfície de cada uma das faces da moeda. É sobre o campo que assentam os elementos descritivos da moeda⁴⁹⁷.

Cantonada – termo descritivo da numismática e da heráldica usado para referir os elementos que possam ser apresentados em cada um dos quatro cantos de uma cruz, ou escudo. Ex. cruz pátea cantonada por arruelas⁴⁹⁸.

Carimbo ou contramarca – elemento gravado ou estampado numa moeda que já tenha sido lançada em circulação. Os carimbos podem ter várias funções, mas normalmente foram utilizados para redefinir o valor facial de uma moeda, ou para legitimar numerário importado de outros países⁴⁹⁹.

Cercadura – elemento decorativo que cerca a legenda ou o tema da moeda. Pode ser composta por uma linha contínua, intermitente ou por pequenos pontos ou grânulos⁵⁰⁰.

Cerceio – ato ilícito de remover metal precioso de uma moeda. Pode ser feito por raspagem, normalmente dos bordos, ou por pequenos cortes. O cerceio reduz o peso e desvaloriza a

⁴⁹¹ Marques, Mário Gomes – *Introdução à Numismática*, pp. 45-46.

⁴⁹² Folgosa, J. M. – *Dicionário de Numismática*. Porto: Livraria Fernando Machado, S/D (1969), p. 44.

⁴⁹³ Vasconcelos, José Leite de – *Ob. cit.*, p. 11.

⁴⁹⁴ Idem, *ibidem*.

⁴⁹⁵ Folgosa, - *Ob. cit.*, p. 48.

⁴⁹⁶ Vasconcelos, José Leite – *Ob. cit.*, p. 12.

⁴⁹⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁹⁸ Idem, *ibidem*.

⁴⁹⁹ Idem, *ibidem*.

⁵⁰⁰ Idem, *ibidem*.

moeda de metal precioso. O degredo e as punições corporais são apresentados como penas, nas Ordenações Afonsinas, para o cerceio⁵⁰¹.

Chapa – disco metálico onde é cunhada a moeda. Por vezes alguns numismatas recorrem ao termo anglo-saxónico *flan*, para se referirem às chapas. Noutra aceção, chapa é uma moeda demasiado gasta para poder ser identificada⁵⁰².

Conto de contar – por vezes designado por **dinheiro de conto**⁵⁰³ objeto monetiforme normalmente referido como auxiliar de contagem. São comuns na Europa antes da introdução e divulgação generalizada do sistema árabe de numeração⁵⁰⁴.

Cunho – do ponto de vista descritivo, o cunho é o conjunto dos elementos e figuras representados numa moeda. Em termos genéricos, o cunho é o objeto usado para a produção das moedas, a sua cunhagem⁵⁰⁵.

E

Eletro – do grego *electron*, é uma liga natural de ouro e prata.

Epígrafe – é o texto da moeda, a sua legenda, ou letreiro⁵⁰⁶.

Era – indicação do ano de cunhagem de uma moeda.

Exergo – área do campo da moeda localizada sob o tema principal. Normalmente o exergo é separado do resto do tema por um traço horizontal. A maior parte das moedas do Baixo Império Romano tinham as marcas identificativas da casa de cunhagem no exergo⁵⁰⁷.

Extrínseco, valor – valor fiduciário de uma moeda, definido por lei e normalmente superior ao seu valor intrínseco⁵⁰⁸.

F

Fiduciário – moeda que circula com um valor superior ao seu valor intrínseco. As moedas subsidiárias, em cobre, bronze ou outros metais pobres, o papel-moeda, são, ao contrário da prata e do ouro, moedas fiduciárias⁵⁰⁹.

Flan – ver *chapa*.

Florão – elemento decorativo em forma de flor. Usado frequentemente para abrir, ou separar os elementos da legenda⁵¹⁰.

G

Grão – antigo peso divisionário do marco⁵¹¹. A documentação refere-nos dois tipos de grão:

⁵⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 14-15.

⁵⁰² Idem, *ibidem*, p. 15.

⁵⁰³ Lemos, Paulo Augusto Ferreira de – *Contos para contar ou moedas para correr?* in NVMMVS, I (2), Porto, 1953, p. 97..

⁵⁰⁴ Folgosa, J. M. – *Ob. cit.*, p. 76.

⁵⁰⁵ Vasconcelos, José Leite – *Ob. cit.*, pp. 18-19.

⁵⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 20.

⁵⁰⁷ Idem, *ibidem*

⁵⁰⁸ Marques, Mário Gomes – *História da Moeda Medieval Portuguesa*, p. 13.

⁵⁰⁹ Idem, *ibidem*, p. 21.

⁵¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 22.

- I. Grão de onça – mais comum na pesagem de metais preciosos em Portugal. O marco dividia-se em 4608 grãos de onça⁵¹².
- II. Grão de dobra⁵¹³ - comum em Colónia e em Castela⁵¹⁴. 4800 grãos de dobra perfaziam um marco.

Grinalda – figura decorativa usada em algumas moedas, normalmente representa elementos vegetais, como ramos e folhas, interlaçados. É comum confundir-se algumas grinaldas com coroas, como as coroas de louros nos bustos de algumas figuras imperiais⁵¹⁵.

H

Hermenêutica – método interpretativo dos textos ou palavras; na numismática é a leitura e interpretação das legendas⁵¹⁶.

Híbrida – moeda com um tipo numismático diferente em cada uma das faces⁵¹⁷.

I

Incusa – Moeda cunhada apenas numa das faces, deixando na face não cunhada a marca, em negativo, do cunho. Normalmente é um produto involuntário, provocado por erro de cunhagem, embora existam moedas incusas rudimentares cunhadas assim de raiz (ver *bracteada*)⁵¹⁸.

Inscrição – letreiro localizado no centro da moeda, sendo parte integrante do tipo⁵¹⁹, no caso de representar o valor facial da moeda, designa-se marquilha.

Intrínseco, valor – valor do metal em que a moeda em cunhada⁵²⁰.

L

Legenda – letreiro cuja inscrição (palavras, números e/ou datas) circula a orla da moeda. A posição da legenda pode ser retrógrada, quando lida da direita para a esquerda; alternada, quando lida em duas sequências (da esquerda para a direita e retrógrada) ou sobreposta em várias linhas⁵²¹.

Lei – grau de pureza do metal precioso da moeda⁵²².

Letra monetária – Inicial, monograma ou acrónimo que normalmente identifica o local de cunhagem da moeda⁵²³

⁵¹¹ Folgosa, J. M. – *Ob. cit.*, p. 156.

⁵¹² Marques, Mário Gomes – *História da Moeda Medieval Portuguesa*, pp. 17-19.

⁵¹³ Idem, *ibidem*.

⁵¹⁴ España, León (León Hernández Canut) – *Sistemas monetarios peninsulares: la acuñación de moneda cristiana tras la invasión de los musulmanes hasta el siglo XV*. Madrid: Fundación León de España, 2002. ISBN 84-607-4799-9, p. 190.

⁵¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 22.

⁵¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 23.

⁵¹⁷ Idem, *ibidem*, pp. 23-24.

⁵¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 24.

⁵¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 24.

⁵²⁰ Marques, Mário Gomes – *História da Moeda Medieval Portuguesa*, pp. 13-14.

⁵²¹ Idem, *ibidem*.

⁵²² España, León (León Hernández Canut) – *Sistemas monetarios peninsulares: la acuñación de moneda cristiana tras la invasión de los musulmanes hasta el siglo XV*. Madrid: Fundación León de España, 2002. ISBN 84-607-4799-9, p. 8

Libra – antiga unidade ponderal, primeiro romana, depois carolíngia⁵²⁴. No sistema monetário romano, a libra correspondia a cerca de 326 2/5 g⁵²⁵ e dividia-se em doze onças (a libra comercial romana, por outro lado, corresponderia a 340 g⁵²⁶). A libra carolíngia, ainda que de peso incerto, tem sido marcada em cerca de 408 g⁵²⁷. Nos finais da Idade Média, a libra deixou de ser usada enquanto unidade ponderal, para passar a ser unidade de conta, uma libra correspondia a 20 soldos, o que, por sua vez, correspondiam, a partir do século XIII, a 12 dinheiros cada⁵²⁸.

M

Marco – medida de peso utilizada para os metais preciosos a partir da Baixa Idade Média⁵²⁹. Em Portugal substituiu a libra carolíngia em meados do século XIII⁵³⁰. O marco não estava padronizado por toda a Europa, pelo que o seu valor variava bastante, gerando por vezes dificuldades de interpretação do seu valor em alguma documentação. O marco de colónia, adotado em Portugal por D. Afonso III⁵³¹ pesava cerca de 233,8 g⁵³², enquanto o marco manuelino português, por exemplo, correspondia a 229,5 g⁵³³.

Marquilha – inscrição que representa o valor facial de uma moeda⁵³⁴.

Medalheiro – conjunto, coleção ou depósito de moedas e medalhas⁵³⁵.

Módulo – dimensões de uma moeda, o seu diâmetro. O módulo mede-se em milímetros⁵³⁶.

Monograma – letras entrelaçadas entre si, formando um só tema⁵³⁷.

Monometalismo – sistema monetário baseado no valor de um só metal precioso. Pode ser baseado no ouro (como o sistema dos visigodos, ou na prata, como o sistema carolíngio)⁵³⁸.

N

Numerário – conjunto de moedas em circulação; massa monetária em curso⁵³⁹.

Numismática – ciência que estuda, descreve e interpreta as moedas⁵⁴⁰.

⁵²³ Folgosa, J. M. – *Ob. cit.*, p. 196.

⁵²⁴ Idem, *ibidem*, p. 185.

⁵²⁵ Bru, Josep Pellicer i – *Interrogantes que plantean los pesos medievales (los marcos y las libras)*, in *Homenagem a Mário Gomes Marques*, Coord. de Hipólito, M. Castro, Metcalf, D. M., Cabral, J. M. Peixoto e Sabater, M. Crusafont i. Sintra, Instituto de Sintra, 2000. ISBN 972-9056-16-1, pp. 153.

⁵²⁶ Idem, *ibidem*.

⁵²⁷ España, Léon – *Ob. cit.*, p. 185.

⁵²⁸ Marques, A. H. de Oliveira – *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, p. 205.

⁵²⁹ Folgosa, J. M. – *Ob. cit.*, p. 213.

⁵³⁰ Marques, A. H. de Oliveira – *Ob. cit.*, pp. 203-205.

⁵³¹ Ver nota anterior e Barros, Henrique de Gama - Barros, Henrique de Gama: *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, dirigida por Torcato de Sousa Soares, Tomo X. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, p. 17.

⁵³² Folgosa, J. M. – *Ob. cit.*, p. 213.

⁵³³ Bru, Josep Pellicer i – *Ob. cit.*, pp. 150-152.

⁵³⁴ Vasconcelos, José Leite de – *Ob. cit.*, p. 26.

⁵³⁵ Idem, *ibidem*, pp. 27 e 31.

⁵³⁶ Idem, *ibidem*, p. 27.

⁵³⁷ Idem, *ibidem*, p. 30.

⁵³⁸ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, pp. 45-46.

⁵³⁹ Vasconcelos, José Leite de – *Ob. cit.*, p. 31.

Numofilácio – medalheiro exclusivamente composto por moedas⁵⁴¹.

O

Obsidional – moeda provisória ou de emergência, fabricada em ligas pobres, ou materiais baratos (couro, cerâmica, papel, etc.). De obsidio, ou cerco, em latim⁵⁴².

Oitava – oitava parte da onça de marco⁵⁴³

Onça – duodécima parte da libra; posteriormente oitava parte do marco⁵⁴⁴.

Orla – contorno da moeda, equivalente ao perímetro de um círculo⁵⁴⁵.

P

Página – o mesmo que as faces, ou cada um dos lados de uma moeda⁵⁴⁶.

Peso lamelar – tipo de peso em forma de lamela, normalmente calibrado em grãos. Os primeiros lamelares seriam em cobre, conquanto que os exemplares mais tardios, dos séculos XVII e XVIII surgem já em latão⁵⁴⁷.

Peso monetário – tipo de peso usado pelos cambistas. Os pesos monetários destinam-se a pesar exclusivamente moedas, representando para tal os pesos exatos das moedas em causa, sem recurso a qualquer outro tipo de fração ponderal⁵⁴⁸.

Pilha – componente fixo do cunho de uma moeda. Base assente sobre uma bigorna onde o moedeiro batia, com o contracunho ou troquel, os discos. Também designado por dormente⁵⁴⁹. A pilha corresponde normalmente ao anverso da moeda⁵⁵⁰. Estima-se que, no processo de cunhagem manual, o cunho da pilha permitia cunhar cerca de 20 000 moedas⁵⁵¹.

Q

Quebra da moeda – o mesmo que levantar moeda, ou minguar moeda; significa a cunhagem de moeda com o mesmo valor facial e o mesmo cunho, mas em liga mais reduzida, isto é, com menor valor intrínseco⁵⁵².

⁵⁴⁰ Folgosa, J. M. – *Ob. cit.*, p. 248.

⁵⁴¹ Vasconcelos, José Leite de – *Ob. cit.*, p. 31.

⁵⁴² Idem, *ibidem*.

⁵⁴³ González, Fernando Ramos – *Instrumentos para el peso y el cambio de moneda, catálogo de Balanzas, Cajas de Cambista y Ponderales*. Medina del Campo: Fundación de Las Ferias, 2003. ISBN 84-96165-05-1, p. 91.

⁵⁴⁴ Folgosa, J. M. – *Ob. cit.*, p. 262.

⁵⁴⁵ Vasconcelos, José Leite de – *Ob. cit.*, pp. 31-32.

⁵⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 32.

⁵⁴⁷ Garault, Bernard – *Le pesage monétaire, boîtes, poids, balances et pèse-monnaies en France*. Paris, Éditions les Cheval-Légers, 2009, p. 29. ISBN 978-2-916996-47-9

⁵⁴⁸ Dieudonné, A. – *Manuel des poids monétaires*. Paris, J. Florange, 1925, p. V. Edição facsimiliada de Éditions les Cheval-Légers, Paris, 2009. ISBN 978-2-916996-47-9.

⁵⁴⁹ Marques, Mário Gomes, Cabral, J. M. Peixoto e Marinho, J. Rodrigues – *Ensaio sobre história monetária da monarquia visigoda*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1995. ISBN 972-9087-05-9, Apêndice 2, p. 282.

⁵⁵⁰ Gambetta, Agostinho Ferreira – *História da Moeda História da Moeda, Vol. I*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMLXXVII, pp. 185-190.

⁵⁵¹ Marques, Mário Gomes, Cabral, J. M. Peixoto, Marques, Maria Teresa Gomes e Araújo, Fátima D. – *Tipologia dos reais brancos de Dom João I*, in NVMMVS, 2.ª Série, III. Porto, 1980, p. 21.

⁵⁵² Vasconcelos, José Leite de – *Ob. cit.*, p. 32.

Quilate – ou **carat**⁵⁵³, transitou para o árabe como qirât (significa semente de alfarroba)⁵⁵⁴. É uma antiga unidade de peso que tinha como padrão a semente de alfarroba (*Ceratonia siliqua*⁵⁵⁵), sensivelmente 1/1728 da libra romana. O quilate árabe pesaria 0,89 g⁵⁵⁶, mas quando indexado ao marco, o seu valor é tradicionalmente indicado como sendo cerca de 0,199 g⁵⁵⁷. O sólido romano, com o peso de 24 quilates de ouro puro, tornou-se o padrão para a aferição da pureza deste metal, deste modo, a aferição do toque, ou lei, do ouro, passou a ter como referência os 24 quilates, correspondendo às modernas mil milésimas do sistema decimal⁵⁵⁸.

R

Rebordo – saliência do bordo da moeda em relação ao campo⁵⁵⁹.

Recunhagem – moeda que recebeu novo cunho, por engano ou para a sua reutilização⁵⁶⁰.

Restituída – moeda que reproduz o cunho, total ou parcialmente, de um tipo monetário anterior⁵⁶¹. Alguns imperadores romanos restituíram, como homenagem, alguns tipos monetários de predecessores seus já defuntos (diretos ou remotos). Nesses casos, acrescentavam o título de DIVO (divino) antes do nome da personalidade representada⁵⁶².

Reverso – face secundária da moeda, oposta ao anverso⁵⁶³.

S

Serrilha – bordo denteado. A serrilha terá sido utilizada para evitar o cerceio⁵⁶⁴.

Sinal oculto – pequeno sinal extemporâneo ao tipo da moeda que serviria para identificar o moedeiro, como medida de controlo de produção⁵⁶⁵. Também designados por **sinais diferenciais** ou **diferentes**⁵⁶⁶

Sistema monetário – conjunto das moedas em curso, relacionadas entre si em graus de multiplicação e de divisão. A moeda central de um sistema monetário é a unidade monetária⁵⁶⁷.

⁵⁵³ Marques, Mário Gomes, Cabral, J. M. Peixoto e Marinho, J. Rodrigues – *Ensaio sobre história monetária da monarquia visigoda*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1995. ISBN 972-9087-05-9, Apêndice 2, p. 283.

⁵⁵⁴ Rei, António, *Ob. cit.*, p. 10.

⁵⁵⁵ Marques, Mário Gomes, Cabral, J. M. Peixoto e Marinho, J. Rodrigues – *Ob. cit.*, p. 283.

⁵⁵⁶ Reis, António, *Ob. cit.*, p. 10.

⁵⁵⁷ González, Fernando Ramos – *Ob. cit.*, p. 91.

⁵⁵⁸ Marques, Mário Gomes, Cabral, J. M. Peixoto e Marinho, J. Rodrigues – *Ob. cit.*, p. 283.

⁵⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 33.

⁵⁶⁰ Idem, *ibidem*.

⁵⁶¹ Idem, *ibidem*, pp. 33-34.

⁵⁶² Galléazzi, Michel – *Dictionnaire Latin-Français appliqué aux inscriptions monétaires romaines*. Revigny-sur-Ornain, SEPS, 1994, p. 34.

⁵⁶³ Vasconcelos, José Leite de – *Ob. cit.*, pp. 9 e 34.

⁵⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 35.

⁵⁶⁵ Idem, *ibidem*.

⁵⁶⁶ Marques, Mário Gomes – *História da moeda medieval portuguesa*, p. 220.

⁵⁶⁷ Vasconcelos, José Leite de – *Ob. cit.*, p. 35.

T

Tipo monetário – é o conjunto dos elementos representados numa moeda, desde as legendas aos temas, motivos ou retratos. De um modo geral, utiliza-se o termo cunho como sinónimo de tipo⁵⁶⁸.

Tomim – do castelhano *tomín*. Antigo peso de origem espanhola, correspondente 12 grãos ou a 1/3 do adarme. 230 tomíns perfaziam 1 marco⁵⁶⁹

Troquel – elemento móvel do par de cunhos. O moedeiro segurava o troquel com uma das mãos e um martelo na outra, para bater o troquel contra a pilha⁵⁷⁰. O mesmo que contracunho, ou mordente; correspondia à gravação do reverso da moeda⁵⁷¹.

⁵⁶⁸ Idem, *ibidem*, pp. 35-36.

⁵⁶⁹ España, Léon – *Ob. cit.*, p. 189.

⁵⁷⁰ Gambetta, Agostinho Ferreira – *Ob. cit.*, p. 188.

⁵⁷¹ Marques, Mário Gomes, Cabral, J. M. Peixoto e Marinho, J. Rodrigues – *Ensaio sobre história monetária da monarquia visigoda*, p. 282.

2. Tipos monetários cunhados no Porto⁵⁷²

Moedas para circulação no reino cunhadas nas oficinas da Alfândega – I Fase – cunhagem manual (c. de 1370 – c. de 1570)

D. Fernando I (1367-1383)

Gentil – Moeda de ouro, com cerca de 27 mm de módulo e peso instável, resultado de sucessivas desvalorizações ao longo do reinado. Os primeiros gentis pesariam cerca de 4,15 g, enquanto os da 4.^a e última emissão estariam já reduzidos a cerca de 3,00 g⁵⁷³. As primeiras emissões serão do final da I Guerra Fernandina, depois do Tratado de Alcoutim (1371)⁵⁷⁴. Tipologicamente, os gentis apresentam no anverso o rei, em pé, com armadura e cabeça coroada. Segura no braço direito uma espada, e apoia o braço esquerdo num escudo com as quinas. Atrás dele está um trono gótico. O reverso é composto por oito castelos dentro de uma bordadura circular e as cinco quinas, em cruz, no centro.

O único exemplar conhecido do Porto faz parte da primeira emissão, o que corresponderia a quatro libras e meia⁵⁷⁵ (90 soldos ou 1080 dinheiros). Tem a letra P, no reverso, no segundo cantão da cruz de quinas.



Fig. 1 Gentil com letra P⁵⁷⁶

Tornês de cruz – De inspiração nos *gros tournois* de Luís IX de França⁵⁷⁷, os torneses de cruz são moedas em bolhão, com um módulo médio de 26 mm e cerca de 2,94 g médios de peso⁵⁷⁸. No anverso apresenta o escudo nacional com as quinas, dispostas em cruz, emoldurado por epicicloide ou círculo simples⁵⁷⁹. No reverso, uma cruz equilátera, em campo limitado por duas linhas de legenda circular. Os exemplares do Porto têm a letra P sobre o escudo e O e R à direita do escudo e T O à esquerda. Terão corrido por seis soldos ou 72 dinheiros⁵⁸⁰.

⁵⁷² As moedas estão representadas com uma ampliação de cerca de duas vezes, com a exceção do meio real de João de Gante (fig. 71), cuja ampliação é de 2,5 vezes.

⁵⁷³ Marques, Mário Gomes – *Moedas de D. Fernando*, p. 56.

⁵⁷⁴ Idem – *História da moeda medieval portuguesa*, p. 45.

⁵⁷⁵ Marques, Mário Gomes – *Moedas de D. Fernando*, p. 55.

⁵⁷⁶ Gomes, Alberto – *Moedas Portuguesas e do território que hoje é Portugal*, p. 99.

⁵⁷⁷ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 81.

⁵⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 95.

⁵⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 82.

⁵⁸⁰ Idem, *História da moeda medieval portuguesa*, p. 83.



Fig. 2 Tornês de cruz, emissão do Porto⁵⁸¹

Tornês de busto – Com um módulo ligeiramente superior aos torneses de cruz, normalmente entre os 27 e os 30 mm⁵⁸², os torneses de busto são moedas atípicas na numária medieval portuguesa. O anverso com a efígie coroada do rei apresenta afinidades estilísticas com os *groats* e *halfgroats* da Escócia, de David II⁵⁸³. O reverso é composto pelas cinco quinas em cruz, rodeadas pela legenda. As emissões portuenses têm as letras P ou P-O no anverso, no campo, à esquerda e à direita do busto real. O valor dos torneses terá variado bastante ao longo do reinado, mas estima-se que terão entrado em circulação no início do reinado com o valor de oito soldos, ou 96 dinheiros⁵⁸⁴.



Fig. 3 Tornês de busto do Porto (P-O)⁵⁸⁵

Meio tornês de busto – Tipologicamente semelhantes ao tornês de busto, estes meios torneses pesam em média 1,79 g, os espécimes portuenses têm módulos médios de 23 mm⁵⁸⁶. Valeriam metade dos torneses.

Barbuda – moeda em bolhão cuja designação é invocativa dos elmos, ou bacinetes medievais com viseira pendente articulada⁵⁸⁷. Efetivamente, no anverso surge a efígie do rei envergando o

⁵⁸¹ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 94.

⁵⁸² Marques, Mário Gomes – *Moedas de D. Fernando*, p. 105.

⁵⁸³ Idem, *ibidem*, p. 97.

⁵⁸⁴ Marques, Mário Gomes – *História da moeda medieval portuguesa*, p. 97.

⁵⁸⁵ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 93.

⁵⁸⁶ Marques, Mário Gomes – *Moedas de D. Fernando*, p. 105.

⁵⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 115.

elmo fechado, com o escudo das quinas por baixo. O reverso é semelhante ao do gentil. Têm em média 27 mm e pesam cerca de 3,92 g⁵⁸⁸. Os exemplares do Porto têm no anverso as letras P, à direita do elmo, ou P O R T, ao redor do mesmo⁵⁸⁹. As primeiras barbudas terão sido lançadas no início da I Guerra Fernandina (1369)⁵⁹⁰, com o valor de uma libra (20 soldos, ou 240 dinheiros), depois da Paz de Alcoutim (1371) estava já reduzida a dois soldos e quatro dinheiros, ou 28 dinheiros⁵⁹¹.



Fig. 4 Barbuda, letra P à direita da efígie real⁵⁹²

Meia barbuda – fração tipologicamente semelhante à sua cabeça de série, mas com um módulo médio de 22 mm e 1,95 g⁵⁹³.



Fig. 5 Meia barbuda, com a letra P à direita da efígie real⁵⁹⁴

Quarto ou quinto de barbuda⁵⁹⁵ - fração de barbuda que parece ser exclusiva da Moeda do Porto⁵⁹⁶. O seu peso, muito reduzido, varia entre os 0,75 g e os 0,80 g⁵⁹⁷. Tipologicamente, seguem o padrão da moeda base, com letra P no anverso e letras Q A R T a cantonarem a cruz

⁵⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 141.

⁵⁸⁹ Idem, *ibidem*, pp. 121-122.

⁵⁹⁰ Marques, Mário Gomes – *História da moeda medieval portuguesa*, p. 98.

⁵⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 101.

⁵⁹² Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 88.

⁵⁹³ Marques, Mário Gomes – *Moedas de D. Fernando*, p. 142.

⁵⁹⁴ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 84.

⁵⁹⁵ Esta fração de barbuda é tradicionalmente considerada como a quarta parte da unidade (Vaz, J. Ferraro – *Moedas de D. Fernando*, in NVMMVS, Vol. I-6, 1952, p. 52, ou Idem - *Numária Medieval Portuguesa*, tomo II, p. 439), contudo, Mário Gomes Marques, baseado em estudos metrológicos posteriores, defende a tese que esta fração corresponderia à quinta parte da barbuda (Marques, Mário Gomes – *Moedas de D. Fernando*, p. 142).

⁵⁹⁶ Marques, Mário Gomes – *História da moeda medieval portuguesa*, p. 100.

⁵⁹⁷ Marques, Mário Gomes – *Moedas de D. Fernando*, p. 142.

do reverso. Estas iniciais, e o ligeiro desvio de peso que por vezes se aproxima de 1 g, sustentam a tese tradicional de que a moeda correria como a quarta parte da barbuda⁵⁹⁸.



Fig. 6 Quarto ou quinto de barbuda de D. Fernando. Letra P à direita da efígie real⁵⁹⁹

Grave – espécime em bolhão, com cerca de 22 mm e peso médio de 1,91 g⁶⁰⁰. Terá sido lançado com o valor de 15 soldos, ou 180 dinheiros⁶⁰¹, no final da I Guerra Fernandina⁶⁰² (c. de 1370/71). No anverso apresenta a inicial F dentro de um escudo coroadado, atravessado por uma lança, ou grave⁶⁰³, normalmente ladeado por duas cruzes de cristo. No reverso apresenta o escudo das quinas, ladeado por quatro castelos. Os exemplares do Porto têm a letra monetária P à direita, ou sob o escudo do anverso.



Fig. 7 Grave do Porto, com letra P no anverso, à direita⁶⁰⁴

⁵⁹⁸ Vaz, J. Ferraro – *Moedas de D. Fernando*, in NVMMVS, Vol. I-6, Porto, 1952, pp. 49-53.

⁵⁹⁹ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 84.

⁶⁰⁰ Marques, Mário Gomes – *História da moeda medieval portuguesa*, p. 103.

⁶⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 104.

⁶⁰² Idem, *ibidem*, p. 101.

⁶⁰³ Idem, *ibidem*.

⁶⁰⁴ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 82.

Pilarte ou coroado – cunhado em bolhão, o pilarte terá sido lançado depois de 1 de abril de 1371 e julho de 1372⁶⁰⁵, com o valor de cinco soldos, ou 60 dinheiros⁶⁰⁶. Apresenta um peso médio de 1,50 g, num módulo que varia entre 19 a 20 mm⁶⁰⁷. Tipologicamente apresenta no anverso uma grande coroa (de onde deriva uma das suas designações populares) cercada pela legenda. Nos exemplares do Porto, a letra P surge sob a coroa. O reverso é composto pelas quinas, com besantes, dispostas em cruz. A legenda é entrecortada pelas quinas.



Fig. 8 Pilarte do Porto, Torre Sul, UE226-12

Dinheiro (sem letra P) – pequena moeda de bolhão, os últimos dinheiros cunhados em Portugal são precisamente do reinado de D. Fernando. Tipologicamente, caracterizam-se pela cruz equilateral, rodeada pela legenda e cantonada por crescentes e estrelas ou rosetas⁶⁰⁸, no reverso tem as quinas dispostas em cruz, com besantes no interior. A legenda é cortada pelas quinas.

A sua pequena dimensão (c. de 15 mm)⁶⁰⁹ não permite a inclusão de letras monetárias, pelo que os exemplares atribuídos ao Porto são distinguidos por indicadores tipológicos. Tradicionalmente, a ausência de arruela sobre a quina central do reverso tem sido apontado como indicador da Moeda do Porto⁶¹⁰, bem como a disposição da legenda da mesma face iniciadas no segundo quadrante (II / AL / GA / RB). Nos exemplares da Casa do Infante que analisamos, confirmamos como características portuenses a ausência do anelete, mas também sugerimos a inclusão das rosetas de sete pétalas como elementos identificadores da oficina do Porto, independentemente da abertura da legenda do reverso no primeiro, ou segundo quadrante.



Fig. 9 Dinheiro, cunhagem portuense, Salão Sul, UE1579-22

⁶⁰⁵ Marques, Mário Gomes e Cabral, João M. Peixoto – *Cronologia da numária de Dom Fernando*, in NVMMVS, 2.ª Série, III, Porto, 1980, p. 105.

⁶⁰⁶ Marques, Mário Gomes – *História da moeda medieval portuguesa*, p. 106.

⁶⁰⁷ Idem – *Moedas de D. Fernando*, p. 164.

⁶⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 168.

⁶⁰⁹ Idem, *ibidem*, pp. 167-169.

⁶¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 169.



Fig. 10 Fragmento de cunhagem de dinheiro fernandino, Salão Sul, UE1581-5. O disco de cunhagem está dobrado em duas partes e o reverso mal batido, sugerindo que o acidente tenha ocorrido ainda a quente, durante a própria cunhagem. De notar que os cunhos (ou pelo menos os punções de abertura das letras e diferentes) de ambas as moedas são idênticos. As rosetas de sete pétalas distinguem-se das rosetas de seis pétalas, comuns nos dinheiros com arruela central no reverso, atribuídos à Casa da Moeda de Lisboa⁶¹¹

D. João, Defensor e Regedor do Reino (1383 – 1385)

Real de dez soldos – conhece-se apenas um exemplar cunhado no Porto pelo Mestre de Avis⁶¹². É uma moeda atípica, batida em nome de uma autoridade que não era régia⁶¹³. Os dez soldos correspondiam a 120 dinheiros, possivelmente seguindo o padrão das anteriores moedas de real com a sigla FR de D. Fernando⁶¹⁴. A moeda apresenta a sigla IHNS sobre a letra P e com dois traços horizontais sobrepostos, a ladearem a cruz da Ordem de Avis. Esta composição simula o formato de coroa, sem, contudo, o ser. No reverso, apresenta as quinas dentro de moldura gótica de quatro arcos duplos, abrindo o modelo para o que viriam os reais de dez soldos de D. João já enquanto rei.



Fig. 11 Real de dez soldos de D. João, do Porto, enquanto Defensor e Regedor do Reino⁶¹⁵

⁶¹¹ Marques, Mário Gomes – *Moedas de D. Fernando*, est. 54.

⁶¹² O exemplar atribuído ao Porto, no Museu Numismático Português (c.f. Amaral, C.M. Almeida do – *Catálogo descritivo das moedas Portuguesas – Museu Numismático Português*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, pp. 208-210), é na verdade um real de dez soldos já cunhado depois das Cortes de Coimbra. D. João usa o título de REX, bem como já faz representar nessa moeda a coroa real.

⁶¹³ Marques, Mário Gomes – *História da moeda medieval portuguesa*, p. 106.

⁶¹⁴ Idem, *ibidem*.

⁶¹⁵ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 103.

D. João I (1385 – 1433)

Real de dez soldos – cunhado logo no início do reinado, em prata de seis dinheiros (semelhante ao que sucedera com as moedas batidas enquanto Regedor), a moeda foi logo reduzida, ainda em 1385, para a lei de três dinheiros⁶¹⁶. Os últimos reais de dez soldos foram cunhados em 1397, apenas com meio dinheiro de prata⁶¹⁷.



Fig. 12 Real de dez soldos de D. João I, do Porto⁶¹⁸

Meio real de dez soldos – fração tipologicamente semelhante à unidade, mas com metade do valor. Seguiu o mesmo processo de degradação em relação ao metal precioso.



Fig. 13 Meio real de dez soldos, letra P sob a sigla real⁶¹⁹

Quarto de real de dez soldos – pequena fração da série, com cerca de 15 mm de módulo. Os exemplares com a letra P são extremamente raros. O seu peso médio é muito reduzido, cerca de 0,5 a 0,8 g⁶²⁰, pelo que poderá ser, de acordo com Mário Gomes Marques⁶²¹, não um quarto de real, mas sim um quinto, isto é, um *real de dois soldos*, designação, aliás, usada em alguns documentos⁶²².

⁶¹⁶ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 109.

⁶¹⁷ Idem, *ibidem*, pp. 109-110.

⁶¹⁸ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 112.

⁶¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 107.

⁶²⁰ Idem, *ibidem*, p. 107.

⁶²¹ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 110.

⁶²² Idem, *ibidem*, pp. 110 e 251.



Fig. 14 Quarto de real de dez soldos, emissão portuense⁶²³

Real de três libras e meia – moeda em bolhão com cerca de 25 a 26 mm. Correspondia a 70 soldos (uma libra igual a 20 soldos) e foi cunhado entre 1398 e 1407⁶²⁴. Apresenta no anverso as iniciais coroadas do rei (IHNS) emolduradas por epíclioide de oito arcos, e no reverso as quinas cantonadas por castelos. A letra P surge sob as iniciais régias.



Fig. 15 Real de três libras e meia, do Porto, Salão Sul, UE1546-10

Meio real de três libras e meia – fração reduzida, tipologicamente similar, da moeda anterior.



Fig. 16 Meio real de três libras e meia, emissão do Porto⁶²⁵

Meio real cruzado – também designado por *cruzado de trinta e cinco soldos*. Moeda em bolhão cunhada entre 1407 e 1414⁶²⁶. Apresenta no anverso as iniciais IHNS coroadas, e no reverso o escudo nacional assente sobre a cruz da Ordem de Avis.

⁶²³ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 107.

⁶²⁴ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 111.

⁶²⁵ Idem, *ibidem*, p. 111.

⁶²⁶ Idem, *ibidem*, p. 114.



Fig. 17 Meio real cruzado, emissão do Porto⁶²⁷

Quarto de real cruzado – pequena fração do meio real cruzado. Tipologicamente, o anverso é uma reprodução, em miniatura, da unidade de 35 soldos, enquanto o reverso apresenta uma cruz equilateral, um pouco invocativa dos dinheiros da primeira dinastia. Os espécimes do Porto têm as letras P, ou P-O, no campo, no anverso⁶²⁸.



Fig. 18 Quarto de real cruzado, letras P-O, no reverso, a cantonarem a cruz no terceiro e segundo cantão, respetivamente⁶²⁹

Real branco – também designado por *real de dez reais*, ou *real de trinta e cinco libras*⁶³⁰ (700 soldos) começou a ser cunhado em 1415, aparentemente para financiar a expedição a Ceuta. Apresenta no anverso um Y coroadado, a inicial do rei, dentro de dois círculos de legenda. No reverso apresenta as quinas dentro de moldura gótica. Os exemplares do Porto têm a letra P no anverso, no campo, normalmente à esquerda do Y real.



Fig. 19 Real branco, do Porto. Torre Norte, UE600-1

Meio real branco – fração da moeda anterior, com tipologia simplificada: Y coroadado dentro de uma só linha de legenda, no anverso, e no reverso as quinas dentro de círculo simples. Os exemplares do Porto têm as letras P-O a ladearem o Y.

⁶²⁷ Idem, *ibidem*, p. 110.

⁶²⁸ Idem, *ibidem*, p. 119.

⁶²⁹ Idem, *ibidem*, p. 107.

⁶³⁰ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 111.



Fig. 20 Meio real branco, letras P-O. Pátio Sul, UE819-4

Real preto – de tipologia idêntica ao real de três libras e meia (e com o seu valor de curso de 70 soldos), mas de produção e acabamento mais grosseiros, o real preto é a primeira moeda portuguesa inteiramente de cobre⁶³¹. Foi cunhado depois de 1415⁶³² e até ao final do reinado.



Fig. 21 Real preto, emissão do Porto⁶³³

Fração atípica – trata-se de um grupo de bronzes leves, com pesos variáveis entre os 0,5 e os 1,2 g⁶³⁴ e com tipologias igualmente díspares. Algumas destas frações, com escudo ovalado⁶³⁵ apresentam letras monetárias, nomeadamente o E, ou E-V, indicando a oficina eborense. Contudo, outros, espécimes, sem letra monetária e de tipologia específica (anverso com quinas em cruz e reverso com cruz equilateral a atravessar a legenda) surgem atualmente referenciados em catálogo como sendo emissões portuenses⁶³⁶, ainda que Ferraro Vaz⁶³⁷ lhes tenha atribuído uma origem lisboeta. Além da atribuição, a sua designação e posição no sistema monetário joanino é igualmente problemática: Aragão classifica estas frações como reais de dez soldos (classificando os grandes reais de três gramas como simplesmente reais)⁶³⁸, Vaz, por seu turno, considera-os *meios reais de dez soldos*⁶³⁹, tal como Gomes⁶⁴⁰. Mário Gomes Marques⁶⁴¹, contudo, sem especular em torno das tipologias e locais de cunhagem⁶⁴², baseado apenas em dados metrológicos, sugere que estas frações possam ser também (ver *quarto de real de dez soldos*) reais de dois soldos.

⁶³¹ Idem, *ibidem*, p. 137.

⁶³² Idem, *ibidem*, p. 139.

⁶³³ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 107.

⁶³⁴ Idem, *ibidem*, p. 109.

⁶³⁵ Idem, *ibidem*.

⁶³⁶ Idem, *ibidem*.

⁶³⁷ Vaz, Ferraro e Salgado, Javier – *Ob. cit.*, p. 100.

⁶³⁸ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 203 (exemplar com o número 30).

⁶³⁹ Vaz, Ferraro e Salgado, Javier – *Ob. cit.*, p. 100.

⁶⁴⁰ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 107.

⁶⁴¹ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 110.

⁶⁴² Idem, *ibidem*.



Fig. 22 Fração atípica, sem letra monetária⁶⁴³

D. Duarte (1433 – 1438)

Leal – também chamado de *real de dez reais brancos*⁶⁴⁴, visto ser esse o valor pelo qual corria, é uma moeda em prata de onze dinheiros⁶⁴⁵, com cerca de 26 mm. É uma moeda de excelente acabamento, com a inicial real E coroada no anverso, e o escudo nacional, também coroado, no reverso. Apenas se conhece um exemplar com a letra P.



Fig. 23 Leal de D. Duarte com letra P⁶⁴⁶

Real branco – segue a mesma tipologia e metrologia do real branco de D. João I, contudo, apenas mudando o nome do rei e a sua inicial, E (*Eduardus*).



Fig. 24 Real branco de D. Duarte, letra P⁶⁴⁷

⁶⁴³ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 107.

⁶⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 124.

⁶⁴⁵ Idem, *ibidem*.

⁶⁴⁶ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 121.

Real preto – segue o padrão e a lei anterior, com E-D coroados no anverso.



Fig. 25 Real preto de D. Duarte, emissão portuense⁶⁴⁸

Real preto pequeno – por vezes identificado também como *meio real preto*, como se fosse uma fração da moeda anterior⁶⁴⁹, há interpretações que apontam para que este pequeno cobre seja, na realidade, uma emissão um pouco leve e desvalorizada do real preto⁶⁵⁰. Com efeito, o real preto pequeno, ou *pequeno preto* de D. Duarte reproduz numa escala mais pequena o real preto anterior, diferindo apenas a queda da letra D das iniciais do rei, para apenas o E coroado. A ser uma emissão tardia, não será anterior a 1434⁶⁵¹. Ainda que Marques⁶⁵² refira que os reais pretos pequenos de D. Duarte tenham sido exclusivamente cunhados em Lisboa, existem exemplares portuenses, com a letra P, à esquerda do E real⁶⁵³.



Fig. 26 Real preto pequeno, com letra P no anverso, à direita do E coroad⁶⁵⁴

D. Afonso V

Escudo – em termos documentais⁶⁵⁵, o escudo em ouro (moeda de grande módulo, lavrada em lei de 18 quilates) teria sido batido ainda durante o reinado de D. Duarte. Contudo, não são conhecidos nenhuns exemplares cunhados sob a égide deste monarca. Por outro lado, ainda que escassos, os escudos cunhados em nome de D. Afonso V são bastante conhecidos. Trata-se de uma moeda de módulo médio de 31 mm, com a sigla real (ALFQ – *Alfonsus Quintus*) coroada no anverso, dentro de moldadura gótica polilobada⁶⁵⁶. No reverso apresenta as armas nacionais coroadas, com a cruz de Avis na bordadura do escudo⁶⁵⁷. O escudo de ouro terá

⁶⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 121.

⁶⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 120.

⁶⁴⁹ Vaz, J. Ferraro e Salgado, Javier – *Livro das Moedas de Portugal*. Braga: ed. de autor, 1987, p. 123.

⁶⁵⁰ Marques, Mário Gomes e Sampaio, João Lopes – *Moedas de cobre de Dom Duarte, Atas do II Congresso Nacional de Numismática*, Porto, 2, 3 e 4 de julho de 1982, in NVMMVS, 2.ª Série, IV/V/VI, Porto, SPN, 1981-1983, pp. 219-251.

⁶⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 221.

⁶⁵² Marques, Mário Gomes – *História da moeda medieval portuguesa*, p. 143.

⁶⁵³ C.f. espécime número 199 de Pereira, Isabel de Sousa e Teixeira, Filipe – *Catálogo de Moedas da Monarquia Portuguesa (1185 a 1640)*. Porto: Gabinete de Numismática, Departamento de Museus e Património Cultural, Câmara Municipal do Porto, dezembro de 2002, p. 147.

⁶⁵⁴ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 119.

circulado pelo valor de 140 reais brancos, o que parece ser confirmado pela lei de dezembro de 1451⁶⁵⁸. Os exemplares do Porto, como o que está depositado no Gabinete de Numismática da Câmara Municipal do Porto⁶⁵⁹, ostentam a letra P no anverso, sob a sigla real.



Fig. 27 Escudo de D. Afonso V, letra P⁶⁶⁰

Cruzado – moeda em ouro de 23,75 quilates⁶⁶¹. Terá sido cunhada pela primeira vez em 1457, para financiar a intensão de cruzada de D. Afonso V, contra os turcos que tomavam Constantinopla⁶⁶². Originalmente o cruzado correria por 253 reais brancos, mas em 1472 o seu valor de curso era já de 324 reais brancos⁶⁶³. Em termos tipológicos, o cruzado apresenta no anverso as armas reais dentro de moldura gótica polilobada. No reverso, uma cruz equilateral, também dentro de moldura gótica⁶⁶⁴. Os escassos exemplares do Porto conhecidos apresentam a letra P no reverso, sob a cruz.

⁶⁵⁵ Ferro, Maria José – *A Política Monetária do Regente D. Pedro (1439-1448)*, in NVMMVS, 2ª. Série, Vol. II. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1979, p. 17 e Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 48.

⁶⁵⁶ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 49.

⁶⁵⁷ Idem, *ibidem*.

⁶⁵⁸ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 230.

⁶⁵⁹ Isabel de Sousa e Teixeira, Filipe – *Catálogo de Moedas da Monarquia Portuguesa (1185 a 1640)* – *Ob. cit.*, p. 158, ver exemplar 275.

⁶⁶⁰ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 135.

⁶⁶¹ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 52.

⁶⁶² Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 230.

⁶⁶³ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 52.

⁶⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 51.



Fig. 28 Cruzado de D. Afonso V, com letra P sob a cruz, no reverso⁶⁶⁵

Real grosso – numisma de boa talha, em prata. O seu nome advém do seu peso de cerca de 63 grãos⁶⁶⁶ (c. de 3,02 g) e da sua espessura, num módulo de cerca de 27 mm⁶⁶⁷. Aragão aponta o primeiro ano de lavramento do real grosso como sendo 1457 (tal como o cruzado de ouro)⁶⁶⁸, contudo, estudos contemporâneos⁶⁶⁹, sugerem que a nova moeda de prata referida no alvará de 15 de dezembro de 1462 seria na verdade o real grosso, fazendo avançar a data do primeiro lavramento desta moeda para 1462. O real grosso terá corrido originalmente por 24 reais⁶⁷⁰. A sua circulação foi suspensa no dia 24 de junho de 1485, por aviso D. João II, de 18 de fevereiro desse ano⁶⁷¹.

Tipologicamente apresenta no anverso a sigla real coroada, dentro de moldura gótica; no reverso, as quinas, dispostas em cruz, dentro de quadrilóbo⁶⁷². Os exemplares do Porto têm a letra P no anverso, sob a sigla do monarca.



Fig. 29 Real grosso de D. Afonso V, emissão do Porto⁶⁷³

Chinfrão – criado pelo diploma de 16 de setembro de 1472⁶⁷⁴, o chinfrão é outra moeda de boa prata, que correspondia a meio real grosso. Tem um módulo médio de 20 mm e peso de 1,45 g⁶⁷⁵, e o seu valor inicial seria de 12 reais brancos (em 1485, já sob D. João II, seria

⁶⁶⁵ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 137.

⁶⁶⁶ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 126.

⁶⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 127.

⁶⁶⁸ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, p. 232.

⁶⁶⁹ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 126-127.

⁶⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 127.

⁶⁷¹ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 393.

⁶⁷² Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, pp. 127-128.

⁶⁷³ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 134.

⁶⁷⁴ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, pp. 386-389.

⁶⁷⁵ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 136.

desmonetizado para 14 reais⁶⁷⁶). No anverso um A coroado dentro de círculo simples e no reverso as quinas, em cruz, também dentro de círculo⁶⁷⁷. Os exemplares do Porto têm a letra P no anverso, sob o A de Afonso. A sua circulação foi suspensa ao mesmo tempo que a dos *reais grossos*.



Fig. 30 Chinfrão, letra P sob o A⁶⁷⁸

Real branco – aparentemente cunhado ainda segundo a lei de D. João I e D. Duarte, em bolhão pobre⁶⁷⁹, o real branco batido em nome de D. Afonso V terá sido batido apenas durante a regência de D. Pedro, tendo sido retirado de circulação muito cedo⁶⁸⁰. Para todos os efeitos, os reais brancos de D. Afonso V foram os últimos a serem emitidos, sobreviveria como moeda de conta⁶⁸¹, e viria a renascer como real (em cobre), no reinado de D. Manuel I⁶⁸², seria este real a unidade do sistema monetário português até à criação do escudo, em 1911⁶⁸³. Tipologicamente seguem o dos seus antecessores de D. João I e D. Duarte, embora no anverso a inicial coroada tenha passado a ser o A (anteriormente fora o Y e o E). Os exemplares do Porto apresentam o P à direita, ou à esquerda do A, no anverso.



Fig. 31 Real branco de Afonso V, letra P à direita do A coroado⁶⁸⁴

Espadim – o espadim (em bolhão) terá sido cunhado para suprimir o espaço deixado em branco pelo desaparecimento do real branco⁶⁸⁵. A referência documental mais antiga ao espadim é de

⁶⁷⁶ Idem, *ibidem*.

⁶⁷⁷ Idem, *ibidem*.

⁶⁷⁸ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 132.

⁶⁷⁹ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, pp. 122-123.

⁶⁸⁰ Ferro, Maria José Pimenta – *Ob. cit.*, p. 22.

⁶⁸¹ Idem, *ibidem*.

⁶⁸² Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 244, nota 4.

⁶⁸³ Trigueiros, António Miguel – *A Grande História do Escudo Português*, p. 44.

⁶⁸⁴ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 129.

⁶⁸⁵ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 132.

1460, e o seu valor de curso, então, seria de quatro reais brancos⁶⁸⁶. Tipologicamente, o espadim é uma moeda curiosa: apresenta no anverso uma espada (donde deriva o seu nome) empunhada pela lâmina, no campo, à esquerda da espada, surge comumente a letra A, sem coroa. O tema é todo envolto em quatro arcos góticos⁶⁸⁷. No reverso surge o escudo nacional, sem coroa também. Os espécimes portuenses apresentam a letra P, no campo do anverso.



Fig. 32 Espadim com letra P. Pátio, UE800-1

Cotrim – pequena moeda de bolhão cunhada exclusivamente no reinado de D. Afonso V. O seu nome poderá derivar de uma corruptela de *quattrino* (quatro dinheiros italianos)⁶⁸⁸. O cotrim terá corrido inicialmente com o valor de quatro ceitis (0,8 reais brancos), neste sentido, o espadim valeria cinco cotrins (quatro reais brancos)⁶⁸⁹. Em 1482, porém, o cotrim correria já pelo valor de cinco ceitis (um real branco, a unidade monetária de conta)⁶⁹⁰. Em termos tipológicos, o cotrim apresenta um A coroadado no anverso, dentro de um círculo, e as quinas dispostas em cruz no reverso, dentro de moldura gótica. Os exemplares do Porto exibem a letra P sob o A simétrico, ou assimétrico, do anverso.



Fig. 33 Cotrim de D. Afonso V, com letra P sob A simétrico coroadado⁶⁹¹

Ceítal – pequena moeda de cobre lançada originalmente por D. Afonso V, possivelmente em 1448 ou 1449⁶⁹², data de uma carta de perdão publicada por Baquero Moreno⁶⁹³, relativa a um assalto cometido na Judiaria de Lisboa. O seu nome poderá derivar de Ceuta, visto que, tipologicamente, o ceítal invoca o brasão daquela praça portuguesa do Norte de África⁶⁹⁴, isto é,

⁶⁸⁶ Idem, *ibidem*.

⁶⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 133.

⁶⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 134.

⁶⁸⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁹⁰ Idem, *ibidem*, pp. 134-135.

⁶⁹¹ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 129.

⁶⁹² Magro, Francisco A. Costa – *Ceitis*. Sintra: Instituto de Sintra, 1986, pp. 11-13.

⁶⁹³ Idem, *ibidem*, p. 11.

⁶⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 13.

apresenta no anverso três torres muradas, banhadas pelo mar⁶⁹⁵, e na outra face as armas nacionais sobre a cruz da Ordem de Avis. Originalmente o ceitel terá corrido com o valor de 1/5 do real branco⁶⁹⁶ e, posteriormente a 1485, terá passado para um sexto daquela unidade monetária⁶⁹⁷. O ceitel foi batido até meados do século XVI, em 1568, durante o reinado de D. Sebastião⁶⁹⁸. Os exemplares do Porto, do reinado de D. Afonso V, apresentam normalmente a letra P, no anverso, mas nem sempre têm letra monetária.



Fig. 34 Ceitel de D. Afonso V cunhado no Porto. Letra P, à direita das torres, no campo. Salão Sul, UE 1563-13

Real preto pequeno – moeda com características semelhantes aos *pequenos pretos* do reinado anterior, diferem apenas pela inicial régia do anverso, que é um A coroadado. Os exemplares do Porto apresentam a letra P no anverso, no campo, à direita da inicial régia. A sua produção terá cessado ainda meados do século XV⁶⁹⁹.



Fig. 35 Real preto pequeno, letra P à direita do A coroadado⁷⁰⁰

⁶⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 11.

⁶⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 14.

⁶⁹⁷ Idem, *ibidem*.

⁶⁹⁸ Idem, *ibidem*, p. 15.

⁶⁹⁹ Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, p. 143.

⁷⁰⁰ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 122.

D. João II (1481 – 1495)

Justo – moeda de ouro de 22 quilates⁷⁰¹ lançada em 1485⁷⁰², com o valor inicial de 600 reais⁷⁰³. O justo apresenta no anverso o rei coroadado, sentado no trono, com armadura e manto e espada na mão direita; no reverso, as armas de Portugal coroadas⁷⁰⁴. Nem sempre os justos apresentam letras monetárias, mas há espécimes com a letra P, no anverso, à direita da base do trono do rei.



Fig. 36 Justo da Casa do Infante, sem letra monetária

Real de prata – criados em 1485⁷⁰⁵, os reais de prata entraram em circulação como nova moeda de boa prata. Em 25 de dezembro de 1489⁷⁰⁶, o seu valor foi fixado em 20 reais brancos, pelo que posteriormente viriam a ser conhecidos como *vinténs*⁷⁰⁷. Tipologicamente, os reais de prata apresentam a inicial Y coroadada no anverso, no reverso armas reais coroadas dentro de dois círculos⁷⁰⁸. Os exemplares do Porto têm, no anverso, à direita do Y, a letra P.



Fig. 37 Fragmento de real de prata de D. João II, possivelmente material de refugo de cunhagem. Vê-se, no anverso, a letra P e parte da legenda GVIN (de GVINNE). Salão Sul, UE1547-19

Ceítal – pequena moeda de cobre que segue a tipologia geral dos ceitis do reinado anterior, embora com alguma redução de peso⁷⁰⁹. Durante um período muito pontual, entre 10 de agosto de 1482 e setembro de 1485⁷¹⁰, os ceitis de D. João II terão corrido por 1/7 do real branco⁷¹¹.

⁷⁰¹ Folgosa, J. M. – *Ob. cit.*, p. 186.

⁷⁰² Ferro, Maria José Pimenta – *Subsídios para o estudo da história monetária do século XV*, in NVMMVS, 2ª. Série, IV/V/VI, Porto, SPN, 1981-1983, p. 26.

⁷⁰³ Idem, *ibidem*.

⁷⁰⁴ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 241.

⁷⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 244.

⁷⁰⁶ Idem, *ibidem*.

⁷⁰⁷ Idem, *ibidem*.

⁷⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 241.

⁷⁰⁹ Idem, *ibidem*, p. 245.



Fig. 38 Ceitil de D. João II, tipologia portuense (torres de elementos quadrados)⁷¹²

D. Manuel I (1495 – 1521)

Tostão – moeda de prata, com o valor de cinco vinténs, ou 100 reais. Os tostões de D. Manuel têm um peso médio de 9,75 g⁷¹³, e cerca de 28 mm. Terão sido cunhados ainda antes de 1509⁷¹⁴. Etimologicamente, poderão ter origem nos *testons* franceses de Luís XII⁷¹⁵, com a efígie desse monarca, contudo, em Portugal, os tostões nunca tiveram a efígie real. No anverso apresentam as armas reais coroadas e no reverso a cruz de Cristo, envolta pela legenda **IN HOC SIGNO VINCES**, estreando assim uma das legendas mais comuns na numária portuguesa até a meados do século XIX. Os exemplares do Porto têm a letra P, no anverso, à direita, ou à esquerda do escudo. Alguns tostões manuelinos ostentam ainda a letra monetária V, que poderá simplesmente ser o cinco latino, indicando o valor da moeda (cinco vinténs)⁷¹⁶.



Fig. 39 Tostão de D. Manuel I, do Porto⁷¹⁷

Vintém – seguindo a lei dos reais de prata do monarca anterior, os vinténs manuelinos são as moedas de vinte reais. Apresentam no anverso a inicial M (gótica ou latina) coroadada, e no reverso as armas do reino. Os exemplares do Porto têm a letra P, no anverso, sob o M coroadado.

⁷¹⁰ Magro, Francisco A. Costa – *Ob. cit.*, p. 15.

⁷¹¹ Idem, *ibidem*.

⁷¹² Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 141.

⁷¹³ Folgosa, J. M. – *Ob. cit.*, p. 374.

⁷¹⁴ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 253.

⁷¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 253, nota 1.

⁷¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 254.

⁷¹⁷ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 160.



Fig. 40 Vintém de D. Manuel I, do Porto⁷¹⁸

Meio vintém – pequena fração de prata que corria por dez reais. Não se conhecem referências documentais quanto à sua entrada em circulação, embora Aragão depreenda que tivessem sido criados pela mesma lei de D. João II que criou os vinténs⁷¹⁹. Apresentam no anverso as cinco quinas em cruz, e no reverso a cruz de Avis. Não têm letras monetárias, a sua atribuição é, portanto, incerta⁷²⁰.

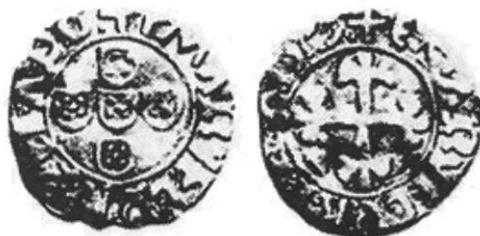


Fig. 41 Meio vintém de D. Manuel I, atribuído ao Porto⁷²¹

⁷¹⁸ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 157.

⁷¹⁹ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 254.

⁷²⁰ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 154.

⁷²¹ Idem, *ibidem*.

Real – unidade base do sistema monetário manuelino, o real de cobre é o herdeiro do real branco. Valia seis ceitis⁷²². Desconhece-se quando terão sido cunhados os primeiros reais de cobre, mas, dada a sua escassez atual, depreende-se que a sua produção tenha sido muito efêmera⁷²³. O real apresenta no anverso um R coroadado, e no reverso as quinas dispostas em cruz. Os exemplares do Porto têm o P, no anverso.



Fig. 42 Real de D. Manuel I, emissão do Porto⁷²⁴

Meio real – fração do real. Valia três ceitis e distingue-se do anterior pelo seu módulo menor, e por apresentar no anverso, no lugar do R coroadado, a inicial do rei M, também coroadada.



Fig. 43 Meio real de D. Manuel I, emissão do Porto⁷²⁵

Ceítal – os ceitis manuelinos seguem a lei anterior. Valiam 1/6 do real.

⁷²² Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 256.

⁷²³ Idem, *ibidem*. pp. 256-257.

⁷²⁴ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 153.

⁷²⁵ Idem, *ibidem*.

D. João III (1521 – 1557)

Português – moeda de ouro cunhada inicialmente por D. Manuel I⁷²⁶, exclusivamente em Lisboa e depois continuada nos primeiros anos do reinado de D. João III, possivelmente até 1538⁷²⁷. Tinham cerca de 35,50 g de ouro de 989,6 milésimas⁷²⁸, corriam por dez cruzados de 400 reais cada⁷²⁹. Em 18 de outubro de 1543⁷³⁰, D. João III mandou abrir novos cunhos para a cunhagem de 100 novos portugueses, com a mesma metrologia, mas tipologia específica, com legenda num só círculo, no anverso, e escudo real coroado no centro; no reverso, a cruz de Cristo rodeada pela legenda **IN HOC SIGNO VINCES**. A ladear o escudo do anverso aparecem tradicionalmente as letras R-L⁷³¹, indicando a oficina de Lisboa. No entanto, alguns muito raros exemplares com a letra R à esquerda do escudo e uma arruela incompleta à sua direita, foram atribuídos por Vaz⁷³² e Gomes⁷³³ à Casa da Moeda do Porto.



Fig. 44 Português de ouro de D. João III atribuído à Casa da Moeda do Porto⁷³⁴

Cruzado – os cruzados de ouro portugueses seguem a lei anterior, de D. Manuel I⁷³⁵ e terão sido batidos por um período de tempo muito específico, em 1537⁷³⁶, correndo pelo valor de 400 reais. No anverso apresentam o escudo nacional coroado⁷³⁷ e no reverso a cruz de São Jorge⁷³⁸. Os espécimes do Porto têm as letras P-R, no anverso, a ladearem o escudo central.

⁷²⁶ Gomes, Alberto e Trigueiros, António Miguel – *Moedas Portuguesas na Época dos Descobrimentos (1385-1580)*. Lisboa: Edição de Autor, 1992. ISBN 972-95774-0-4, p. 85.

⁷²⁷ Trigueiros, António Miguel - *Moedas dos Descobrimentos, Prestígio de Portugal no Mundo*. Lisboa, Edição de Autor, 1983, p. 14.

⁷²⁸ Vaz, Ferraro e Salgado, Javier – *Ob. cit.*, p. 234.

⁷²⁹ Idem, *ibidem*.

⁷³⁰ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 268.

⁷³¹ Aragão, in *Ob. cit.*, p. 255, sugere que o R possa ser a inicial do gravador Belchior Rodrigues.

⁷³² Vaz, Ferraro e Salgado, Javier – *Ob. cit.*, p. 186.

⁷³³ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 205.

⁷³⁴ Idem, *ibidem*, p. 205.

⁷³⁵ Aragão, A.C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 267.

⁷³⁶ Idem, *ibidem*.

⁷³⁷ Idem, *ibidem*, p. 261.

⁷³⁸ Idem, *ibidem*.



Fig. 45 Cruzado de D. João III, emissão portuguesa⁷³⁹

São Vicente – moeda de ouro mandada lavar pela ordenança de 10 de Junho de 1555⁷⁴⁰, em Lisboa e no Porto. Corriam com o valor de 1000 reais. A gravação original seria de Francisco de Holanda⁷⁴¹. No anverso apresentam as armas do reino coroadas, e no reverso uma efígie de São Vicente, à direita, segurando na mão direita uma palma, e na esquerda uma nau⁷⁴². Os exemplares do Porto têm as iniciais P-O a ladearem o escudo, no anverso.



Fig. 46 São Vicente do Porto⁷⁴³

Meio São Vicente – fração da moeda anterior. Tem as mesmas características, mas num módulo menor. Corria com o valor de 500 reais.

⁷³⁹ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 200.

⁷⁴⁰ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 268.

⁷⁴¹ Trigueiros, António Miguel - *Numismática e Medalhística*, in *XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura*, Separata do Catálogo. Lisboa: 1986, p. 14.

⁷⁴² Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, p. 262.

⁷⁴³ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, 204.



Fig. 47 Meio São Vicente, letras P-O, no anverso⁷⁴⁴

Tostão (primeiro tipo) – os primeiros tostões joaninos seguem a lei e a tipologia dos tostões de D. Manuel I⁷⁴⁵. Os espécimes portuenses têm a letra P no anverso, a ladear o escudo.



Fig. 48 Tostão de D. João III, 1.º tipo, Porto⁷⁴⁶

Tostão (segundo tipo) – não se sabendo exatamente quando, mas num momento anterior à lei de 1538, que suspendeu a cunhagem dos tostões⁷⁴⁷, D. João III alterou o cunho dos seus tostões, não mudando, contudo, nem a liga, nem o peso, nem o valor de curso (100 reais)⁷⁴⁸. Estes novos tostões distinguem-se pela tipologia da coroa do anverso, mais larga e mais floreada, semelhante à dos portugueses de ouro. No reverso, a cruz de Cristo é menor. Os exemplares do Porto mantêm a letra P, no anverso, a ladear a coroa.

⁷⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 203.

⁷⁴⁵ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 269.

⁷⁴⁶ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 188.

⁷⁴⁷ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 269.

⁷⁴⁸ Idem, *ibidem*.



Fig. 49 Tostão de D. João III, 2.º tipo, Porto⁷⁴⁹

Tostão (terceiro tipo) – a nova cunhagem de tostões foi autorizada pela ordenação de 10 de Junho de 1555⁷⁵⁰. Este novo tipo manteve o valor de curso, de 100 reais, contudo, a sua tipologia distingue-se por ter um escudo mais largo no anverso, com coroa simples e no reverso a cruz de Avis. Os exemplares do Porto têm as letras P-O a ladearem o escudo.



Fig. 50 Tostão de D. João III, 3.º tipo, Porto⁷⁵¹

Vintém – aparentemente também desenhados por Francisco de Holanda⁷⁵², os vinténs de prata de D. João III seguem as leis anteriores. Apresentam no anverso o Y coroadado, e no reverso as armas do reino. As letras P-O no anverso, a ladearem o Y, ou R-P, são indicadores da oficina portuense (os vinténs do segundo tipo, da lei de 1555, com o numeral XX no anverso, não terão sido cunhados no Porto).



Fig. 51 Vintém de D. João III, letras P-O⁷⁵³

⁷⁴⁹ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 193.

⁷⁵⁰ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 269.

⁷⁵¹ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 194.

⁷⁵² Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 270.

⁷⁵³ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 174.

Real português - moeda de prata criada pelo mesmo decreto que suspendeu os tostões (25 de novembro de 1538⁷⁵⁴). Apresenta no anverso as iniciais e o numeral coroados do rei (IOIII), sobre o valor XXXX (o real português valia 40 reais). No reverso uma cruz simples, cantonada por florões ou arruelas. Os exemplares do Porto, com letras monetárias, têm P-O nas extremidades da coroa do anverso.



Fig. 52 Real português, com as letras P-O, a ladearem a coroa⁷⁵⁵

Ceitis – mantêm a tipologia tradicional, e o valor de 1/6 do real, contudo os ceitis deste reinado são já bastante rudimentares. cremos que os últimos ceitis cunhados no Porto serão deste reinado, e pertencerão aos grupos 2 e 5 propostos por Magro⁷⁵⁶.



Fig. 53 Ceitel de João III, do grupo 5, mar de ondas soltas e escudo do 5.º tipo⁷⁵⁷. Armazém Sul, UE2076-2

⁷⁵⁴ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 269.

⁷⁵⁵ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 180.

⁷⁵⁶ Magro, Francisco A. Costa – *Ob. cit.*, pp. 19, 214, 227 e 230

⁷⁵⁷ Magro, Francisco A. Costa – *Ob. cit.*, pp. 230.

D. Sebastião (1557 – 1578)

São Vicente – segue a tipologia e lei do reinado anterior. Depois de da lei de 6 de novembro de 1559, o escudo nacional passou a ser ladeado por duas setas verticais⁷⁵⁸.



Fig. 54 São Vicente de D. Sebastião, letras P-O e setas a ladearem o escudo⁷⁵⁹

500 reais – o problema de cerceio e de falsificação do ouro português⁷⁶⁰, levou a que fossem criadas novas moedas para substituir os meios são vicentes (inclusivamente que se destruíssem os cunhos antigos⁷⁶¹). Assim, a lei de 2 de janeiro de 1550 ordenou a cunhagem de novas moedas de 500 reais⁷⁶², com as armas nacionais coroadas no anverso, e com a cruz de Cristo no reverso, circulada pela legenda **IN HOC SIGNO VINCES**. Os espécimes cunhados no Porto apresentam as letras P-O a ladearem o escudo do anverso.



Fig. 55 500 reais de D. Sebastião, Porto⁷⁶³

⁷⁵⁸ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 280.

⁷⁵⁹ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 221.

⁷⁶⁰ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, pp. 280-281.

⁷⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 281.

⁷⁶² *Idem, ibidem*.

⁷⁶³ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 219.

Tostão (primeiro tipo) – os primeiros tostões sebastianinos foram mandados lavar ainda pela rainha regente D. Catarina⁷⁶⁴ (avó de D. Sebastião), segundo a lei anterior do marido, com a cruz de Avis no reverso⁷⁶⁵.



Fig. 56 Tostão de D. Sebastião do Porto, 1.º tipo⁷⁶⁶

Tostão (segundo tipo) – o segundo tipo de tostão deste reinado começou a ser lavrado no Porto depois de 3 de novembro de 1558⁷⁶⁷ (em Lisboa o lavramento começara em julho daquele ano⁷⁶⁸). Tipologicamente distinguem-se sobretudo pela substituição da cruz de Avis do reverso pela cruz de Cristo. Os exemplares do Porto continuaram a apresentar as letras P-O a ladearem o escudo. Em 1570, uma nova lei, de 22 de abril⁷⁶⁹ manda reduzir a talha de prata dos tostões, alterando-lhe também o cunho: mantem-se a cruz de Cristo no reverso, mas o escudo do anverso torna-se mais estreito. Não se conhecem moedas desta variante com a letra P, pelo que se depreende que já não terão sido cunhadas no Porto.



Fig. 57 Tostão de D. Sebastião, do Porto, 2.º tipo⁷⁷⁰

⁷⁶⁴ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 283.

⁷⁶⁵ Idem, *ibidem*.

⁷⁶⁶ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 215.

⁷⁶⁷ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 283.

⁷⁶⁸ Idem, *ibidem*.

⁷⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 284.

⁷⁷⁰ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 218.

Moedas para circulação no reino cunhadas nas oficinas da Alfândega – II Fase – cunhagem mecânica (1688 – 1714)

D. Pedro II (1669 – 1706)

Cruzado Novo – ainda que os primeiros exemplares de cruzados em prata, cunhados ainda manualmente, por ordem de D. António⁷⁷¹, corressem pelo valor de 400 réis⁷⁷² (de um marco de 4.800 réis faziam-se 12 cruzados⁷⁷³), o cruzado novo, já cunhado mecanicamente, tanto em Lisboa, como no Porto, viu o seu valor levantado em 20 por cento, pela lei de 4 de agosto de 1688⁷⁷⁴, para 480 réis (dez por marco de 4800 réis). Os cruzados novos apresentam no anverso as armas reais, ladeadas pelo valor 400, na vertical, à esquerda, e a era à direita, também na vertical. No reverso, os cruzados têm a cruz de Cristo cantonada por quatro PP.



Fig. 58 Cruzado novo de 1688, cunhado no Porto⁷⁷⁵

Doze vinténs – seguem a tipologia e lei dos cruzados novos, corriam por 240 réis.



Fig. 59 Doze vinténs de 1688, cunhado no Porto⁷⁷⁶

Seis vinténs – da mesma série das anteriores, mas de módulo menor. Corriam por 120 réis.

⁷⁷¹ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo I, p. 303.

⁷⁷² Idem, *ibidem*.

⁷⁷³ Idem, *ibidem*.

⁷⁷⁴ Idem, *ibidem*, tomo II, p. 57.

⁷⁷⁵ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 301.

⁷⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 298.



Fig. 60 Seis vinténs de 1689, cunhado no Porto⁷⁷⁷

Três vinténs – o exemplar mais pequeno da série, também não datados. Corriam por 60 réis.



Fig. 61 Três vinténs de D. Pedro II, cunhado no Porto⁷⁷⁸

Tostão – os tostões de D. Pedro II mantêm a tipologia anterior ao levantamento de 4 de agosto de 1688, com a coroa no anverso sobre o numeral LXXX (80), contudo, depois daquela lei, passaram a valer 100 réis⁷⁷⁹. São tipos datados.



Fig. 62 Tostão de 1690, cunhagem do Porto⁷⁸⁰

⁷⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 296.

⁷⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 294.

⁷⁷⁹ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo II, p. 57.

⁷⁸⁰ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 295.

Meio tostão – seguem a tipologia anterior, com a coroa no anverso sobre o valor XXXX (40), mas depois de 1688 corriam por 50 réis⁷⁸¹. Não são datados.



Fig. 63 Meio tostão de D. Pedro II, cunhagem do Porto⁷⁸²

Vintém – é a fração mais pequena das amoedações de prata deste reinado. São moedas anepígrafas⁷⁸³, de difícil classificação. No anverso apresentam uma esfera armilar, e no reverso a cruz de Cristo cantonada por quatro PP.



Fig. 64 Vintém de D. Pedro II, cunhagem do Porto⁷⁸⁴

⁷⁸¹ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo II, p. 57.

⁷⁸² Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 293.

⁷⁸³ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 292.

⁷⁸⁴ *Idem, ibidem*, p. 292.

D. João V (1706 – 1750)

Moeda – compõe a última série de moedas de ouro cunhadas no Porto, e a primeira desde o reinado de D. Sebastião. Foi autorizada pela concessão de 15 de junho de 1712⁷⁸⁵, com um toque de 916,6 milésimas. Corria pelo valor de 4800 réis. No anverso apresenta as armas nacionais coroadas, ladeadas, à esquerda, na vertical pelo valor 4000, e à direita por quatro florões sobrepostos. No reverso apresenta a data e a cruz de Cristo cantonada por quatro PP. Foram cunhadas até 1714⁷⁸⁶.



Fig. 65 Moeda de 1714, cunhagem do Porto⁷⁸⁷

Meia moeda – fração de 2400 réis da série da *moeda* de ouro. Segue a mesma tipologia, mas em módulo menor, valor 2000 no anverso.



Fig. 66 Meia moeda de 1714, cunhagem do Porto⁷⁸⁸

⁷⁸⁵ Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo II, p. 81.

⁷⁸⁶ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 321.

⁷⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 321.

⁷⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 320.

Quartinho – fração menor da série de ouro. Corria por 1200 réis. Segue a mesma tipologia, mas em módulo de apenas 18 mm⁷⁸⁹. Apresenta o valor 1000, no anverso.



Fig. 67 Quartinho de 1713, cunhagem do Porto⁷⁹⁰

Três vinténs – exemplar de 60 réis, em prata. Segue o tipo anterior, de D. Pedro II, mudando apenas o nome do monarca.



Fig. 68 Três vinténs de D. João V, cunhagem do Porto⁷⁹¹

Tostão – tal como os tostões de D. Pedro II, mantem a coroa sobre o valor LXXX (80), embora correndo por 100 réis, seguindo a lei de 1688⁷⁹².



Fig. 69 Tostão de 1707, cunhagem do Porto⁷⁹³

Meio tostão – tal como o tostão, segue o mesmo cunho e lei anterior. Corria por 50 réis.



Fig. 70 Meio tostão de D. João V, cunhagem do Porto⁷⁹⁴

⁷⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 319.

⁷⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 320.

⁷⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 316.

⁷⁹² Aragão, A. C. Teixeira de – *Ob. cit.*, tomo II, p. 88.

⁷⁹³ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 317.

⁷⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 315.

Moedas para circulação exterior ao reino cunhadas nas oficinas da Alfândega – moedas para Leão e Castela

a. Emissões de João de Gante, duque de Lencastre, cunhadas entre 1386-1387⁷⁹⁵

Real – não se conhecem exemplares, nem a tipologia dos reais de João de Gante⁷⁹⁶ cunhados no Porto, contudo, obedecendo aos padrões tipológicos conhecidos para a época⁷⁹⁷, é de supor que os reais possam seguir a mesma tipologia dos meios-reais, mas com um módulo e pesos maiores.

Meio Real – pequena peça de prata, com cerca de 20 mm e 1,2 g⁷⁹⁸. Apresenta no anverso as iniciais IL (*Ioannis Lancastriae*)⁷⁹⁹ coroadas, dentro de um círculo, com as legendas: +DEUS:IUDICIUM:TUUM⁸⁰⁰; no reverso, castelo com três torres sobre a letra P, emoldurados por um quadrilobo e legendas: +IUSTICIAM:TUAM:FIL⁸⁰¹.



Fig. 71 Meio real de prata cunhado por João de Gante como pretendente ao trono de Leão e Castela, em 1386, com a letra P, no reverso⁸⁰²

⁷⁹⁵ Beltrán, Pio – *Las monedas Castellanas de Juan de Gante, Duque de Lancaster*, in NVMMVS, VI-1/2 (20-21), Porto, 1960, p. 112.

⁷⁹⁶ Idem, *ibidem*, pp. 109-113.

⁷⁹⁷ Marques, Mário Gomes – *Moedas de D. Fernando*, pp. 59-69.

⁷⁹⁸ Sarrías, Maria Inés Tabar – *La colección numismática del Museo de Navarra*, in La Moneda en Navarra. Pamplona, Gobierno de Navarra, 2001, p. 17.

⁷⁹⁹ Beltrán, Pio – *Ob. cit.*, p. 97.

⁸⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 102.

⁸⁰¹ Idem, *ibidem*.

⁸⁰² Fotografias enviadas cortezmente por Maria Mercedes Hernando, diretora do Museu de Navarra, onde se encontra este exemplar.

b. Emissões de D. Afonso V, rei de Portugal, cunhadas entre 1475-1476⁸⁰³

Real grosso castelhano e português – pesada moeda de prata, metrologicamente igual aos reais grossos portugueses⁸⁰⁴ e com um valor de curso igual, isto é, 24 reais. Apresenta as armas portuguesas (sem coroa) numa das faces, encimadas pela letra monetária P, enquanto no reverso apresenta o escudo de armas de Leão e Castela, também encimado pela letra P. Existem várias variantes destas moedas, com diferentes letras e marcas monetárias, indicando locais de cunhagem distintos⁸⁰⁵. Ainda que variando também, a fórmula da legenda (idêntica em ambas as faces) é +ALFONSVS DEI GRACIA REX CASTELE ET LEONEES⁸⁰⁶.



Fig. 72 Real grosso cunhado para Portugal, Leão e Castela, com letras P, no anverso e reverso⁸⁰⁷

⁸⁰³ Reis, Pedro Batalha - *Moedas de Toro, estudo das moedas d'El-Rei D. Afonso V que têm as armas de Portugal, Castela e Leão*. Lisboa, 1933, pp. 36-37.

⁸⁰⁴ Marques, Mário Gomes – *História da Moeda Medieval Portuguesa*, p. 129.

⁸⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 132.

⁸⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 130.

⁸⁰⁷ Gomes, Alberto – *Ob. cit.*, p. 139.

Moedas para circulação exterior ao reino cunhadas nas oficinas da Alfândega – moedas para o Estado do Brasil

XX Réis – moeda em cobre, com cerca de 36 mm. Foi cunhada para circular originalmente em Angola⁸⁰⁸, mas por carta régia de 10 de fevereiro de 1704⁸⁰⁹, a emissão foi destinada ao Brasil. Apresenta no anverso as armas reais coroadas. No reverso, o valor facial XX, cantonado por quatro PP, dentro de quadrilobo barroco. Foram cunhadas com várias datas, entre 1693 e 1699⁸¹⁰.



Fig. 73 XX réis em cobre, emissão do Porto para o Brasil⁸¹¹

X Réis – seguem o mesmo padrão da série, mas em módulo menor, de 31 mm. No reverso ostentam a marquinha com o valor X, cantonada por quatro PP.



Fig. 74 X réis de cobre, emissão do Porto para o Brasil⁸¹²

⁸⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 480.

⁸⁰⁹ Idem, *ibidem*.

⁸¹⁰ Idem, *ibidem*.

⁸¹¹ Idem, *ibidem*.

⁸¹² Idem, *ibidem*.

V Réis – é a fração mais pequena da série, com apenas 25 mm. No reverso tem a marquilha V, cantonada por quatro PP.



Fig. 75 V réis de cobre, emissão do Porto para o Brasil⁸¹³

Tipos de cunhagem não monetária

Conto de contar ou ensaio monetário inédito de D. Fernando



Fig. 76 Conto de contar ou ensaio monetário de D. Fernando, Cave Sul, UE3018-1

Espécime não classificado de um conto de contar, ou ensaio monetário, de D. Fernando, cunhado na Casa da Moeda do Porto.

Anverso: moldura de arco polilobado, no interior um escudo coroadado, sem bordadura e com as quinas em cruz, letra monetária P sob o escudo.

Legenda incompleta, ou de difícil leitura: +FERD[...]

Reverso: cruz equilateral dentro de moldura de arco polilobado, com diferente, ou sinal oculto no segundo cantão.

Legenda incompleta ou de difícil leitura: +FERDINANDVS [D G REX PORT]VGAL(?)

⁸¹³ Idem, *ibidem*.

3. Crisóis e copelas



Fig. 77 Crisóis ou cadinhos de boca triangular



Fig. 78 Crisóis ou cadinhos cónicos



Fig. 79 Fundos de copelas



Fig. 80 Processo de moldagem de copela, segundo Juan de Arfe, 1572⁸¹⁴

⁸¹⁴ Murray Fantom, Glenn Stephen, Reiner, José María Izaga e Valencica, Jorge Miguel Soler – *El Real Ingenio de la Moneda de Segovia*, p.95.

4. Tipologias de balanças medievais e modernas



Fig. 81 Exemplar de balança do século XV, com cerca de 41 mm e 5 g (catálogo on-line de Time Line Auctions (<http://www.timelineauctions.com/lot/medieval-miniature-coin-balance/1359/> junho de 2013)



Fig. 82 Ponta de um braço articulado de balança, atribuída aos séculos XIII a XV. 43,7 mm x 6,2 mm; 3,49 g (inventário on-line de <http://finds.org.uk/>, número de inventário da peça SWYOR 295A65, em junho de 2013)



Fig. 83 Secção central de balança articulada, atribuída aos séculos XIII a XIV. 60 mm x 28 mm (inventário on-line de <http://finds.org.uk/>, número de inventário da peça LIN 075AE3, em junho de 2013)



Fig. 84 Fragmento UE383-79, Torre Sul



Fig. 85 Fragmento UE14-10, Torre Sul



Fig. 86 Fragmento UE71-3, Torre Sul



Fig. 87 Fragmento UE225-9, Torre Sul



Fig. 88 Fragmento UE371-3, Torre Sul



Fig. 89 Fragmento UE3062-42, Cave Sul



Fig. 90 Fragmento UE650-3, Torre Norte

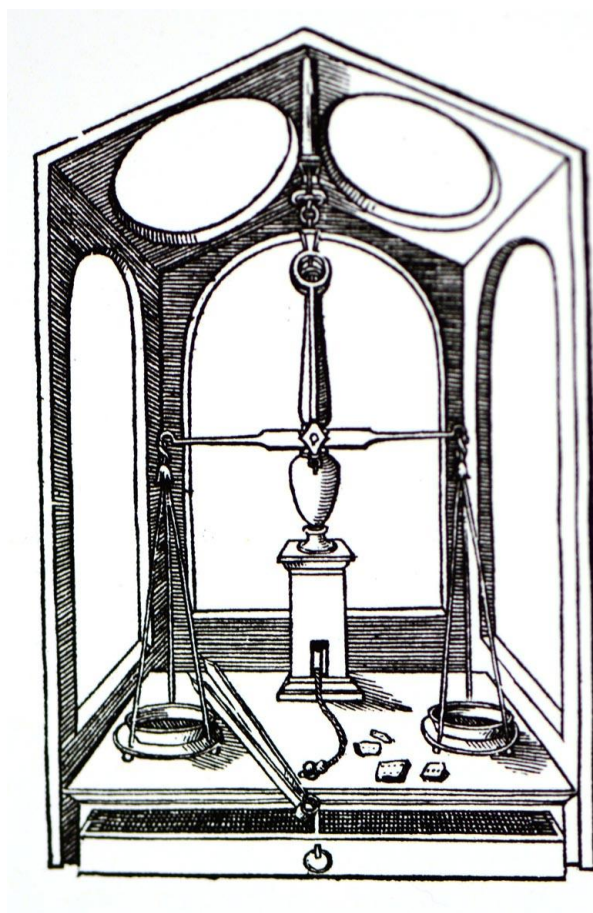


Fig. 91 Balança de precisão, segundo João de Arfe (1572)⁸¹⁵, com alguns pesos lamelares dispersos pela base, juntamente com uma pinça



Fig. 92 Diferentes tipos de extremidade de braços de balança: dupla perfuração em cotovelo; pescoço de cisne; dupla perfuração achatada, respetivamente⁸¹⁶

⁸¹⁵ Murray Fantom, Glenn Stephen, Reiner, José María Izaga e Valencica, Jorge Miguel Soler – *El Real Ingenio de la Moneda de Segovia, Maravilla tecnológica del siglo XVI*. Segovia: Ediciones del Umbral/Fundación Juanelo Turriano, 2006. ISBN 10:84-920755-3-8, p. 96.

⁸¹⁶ Garault, Bernard – *Ob. cit.*, p. 26.

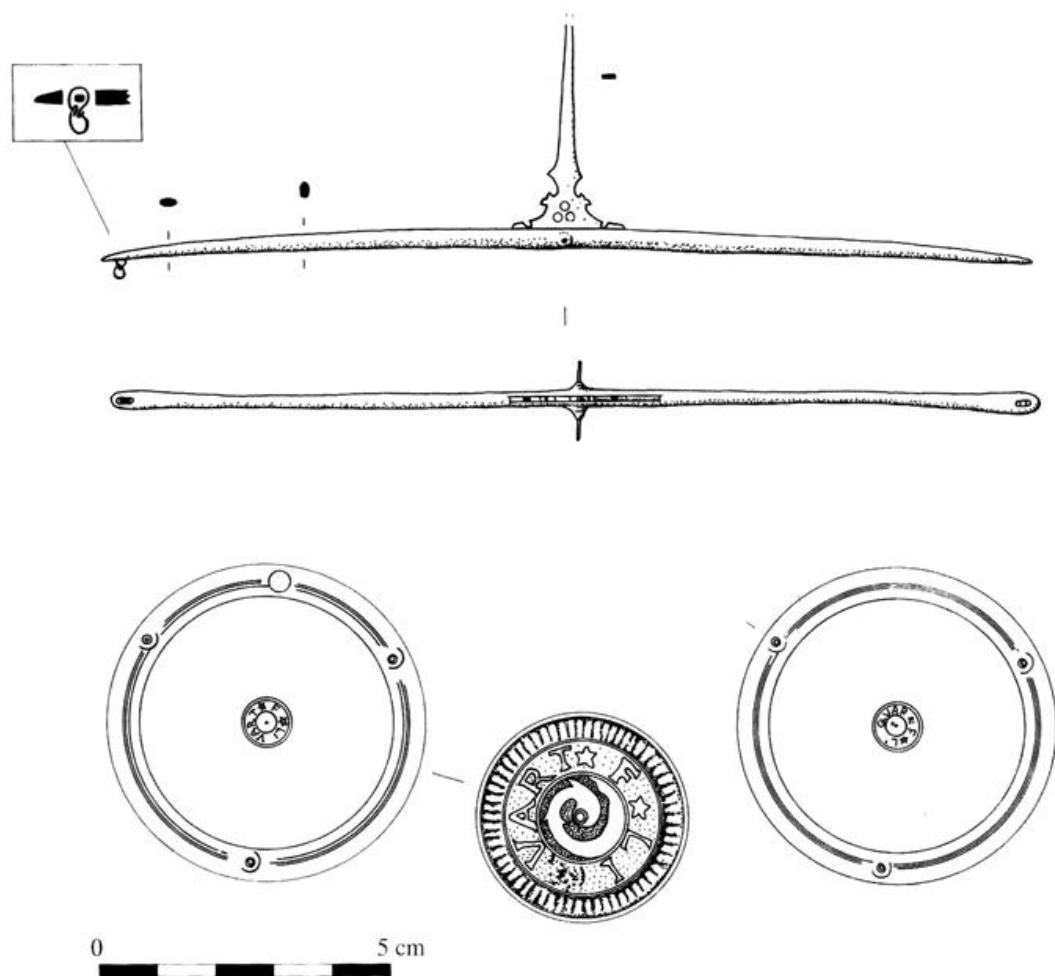


Fig. 93 Balança do início do século XVII, da Moeda de La Rochelle, Bretanha, França⁸¹⁷

⁸¹⁷ AA.VV. – *L'atelier monétaire royal de La Rochelle, La place de Verdun, archéologie d'un espace urbain, Documents Archéologiques 4*, Dir. Pierre Mille e Florian Téreygeol. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011. ISBN 978-2-7535-1361-7, pp. 140-141.

5. Pesos e sistemas de pesagem

Quadros com medidas de pesos para metais preciosos

	marco	onça	oitava	adarme	tomim	quilate	grão	grama
marco	1	8	64	128	384	1152	4608	229,5
onça		1	8	16	48	144	576	28,6875
oitava			1	2	6	18	72	3,58593
adarme				1	3	9	36	1,79296
tomim					1	3	12	0,59765
quilate						1	4	0,19921
grão							1	0,0498

Medidas de pesos para metais preciosos

Padrão: marco manuelino de Lisboa, de 229,5 g (divide-se em grãos de onça)⁸¹⁸.

	marco	onça	oitava	adarme	tomim	quilate	grão	grama
marco	1	8	64	128	384	1152	4608	229,248
onça		1	8	16	48	144	576	28,656
oitava			1	2	6	18	72	3,582
adarme				1	3	9	36	1,791
tomim					1	3	12	0,597
quilate						1	4	0,199
grão							1	0,04975

Medidas de pesos para metais preciosos

Padrão: marco de 229,248 apontado como o existente em Portugal em meados do séc. XV⁸¹⁹.

	marco	onça	oitava	adarme	tomim	quilate	grão	grama
marco	1	8	64	128	400	1200	4800	233,856
onça		1	8	16	50	150	600	29,232
oitava			1	2	6,25	18,75	75	3,654
adarme				1	3,125	9,375	37,5	1,827
tomim					1	3	12	0,58464
quilate						1	4	0,19488
grão							1	0,04872

Medidas de pesos para metais preciosos

Padrão: marco de Colónia de 233,856 g (divide-se em grãos de dobra)⁸²⁰.

⁸¹⁸ Tabela construída a partir de Marques, Mário Gomes – *História da Moeda Medieval Portuguesa*, p. 22 e Bru, Josep Pellicer i – *Interrogantes que plantean los pesos medievales (los marcos y las libras)*, in *Homenagem a Mário Gomes Marques*, Coord. de Hipólito, M. Castro, Metcalf, D. M., Cabral, J. M. Peixoto e Sabater, M. Crusafont i. Sintra, Instituto de Sintra, 2000. ISBN 972-9056-16-1, pp. 150-152.

⁸¹⁹ Tabela construída a partir de Rei, António – *Pesos e medidas de origem islâmica em Portugal*, p. 9.

⁸²⁰ Tabela construída a partir de Marques, Mário Gomes – *Ob. cit.*, pp. 17-19.



Fig. 94 Conjunto de pesos lamelares: UE 226-024; UE226-017 e UE226-023, Torre Sul

Os pesos medem cerca de 9x10 mm e pesam, respetivamente: 0,374 g; 0,755 g e 0,1762 g (sensivelmente 8, 16 e 36 grãos).



Fig. 95 Peso octogonal com 0,523 g e iniciais T – M, no interior (o tomim tem um peso teórico de 0,597 g)

6. Cisão, chapas e discos não cunhados



Fig. 96 Fragmentos de cisalha e aparos de corte



Fig. 97 Disco em cobre, com cerca de 5,4 g e 24 mm (Cave Sul UE3062-5)



Fig. 98 Meio real do Porto em cobre, de D. Manuel I, com cerca de 6 g e 24 mm⁸²¹



Fig. 99 Disco em cobre, com cerca de 11,7 g e 32 mm (Cave Sul UE3066-3)



Fig. 100 Real do Porto em cobre, de D. Manuel, com cerca de 11,5 g e 32 mm⁸²²



Fig. 101 Disco em bolhão pobre, com cerca de 3,3 g e 27 mm (Cave Sul, UE3091-3)

Os reais brancos de D. João I, D. Duarte e de D. Afonso V, com disco fino, ainda de feição medieval, pesam cerca de 3,2 g e 26/27 mm, parecem corresponder ao disco da figura acima. É provável que este disco faça parte de um contexto do século XV, da última série de reais brancos, do tempo de D. Afonso V.

⁸²¹ Idem, *ibidem*

⁸²² Gomes, Alberto – *Moedas Portuguesas e do território que hoje é Portugal*, p. 153.

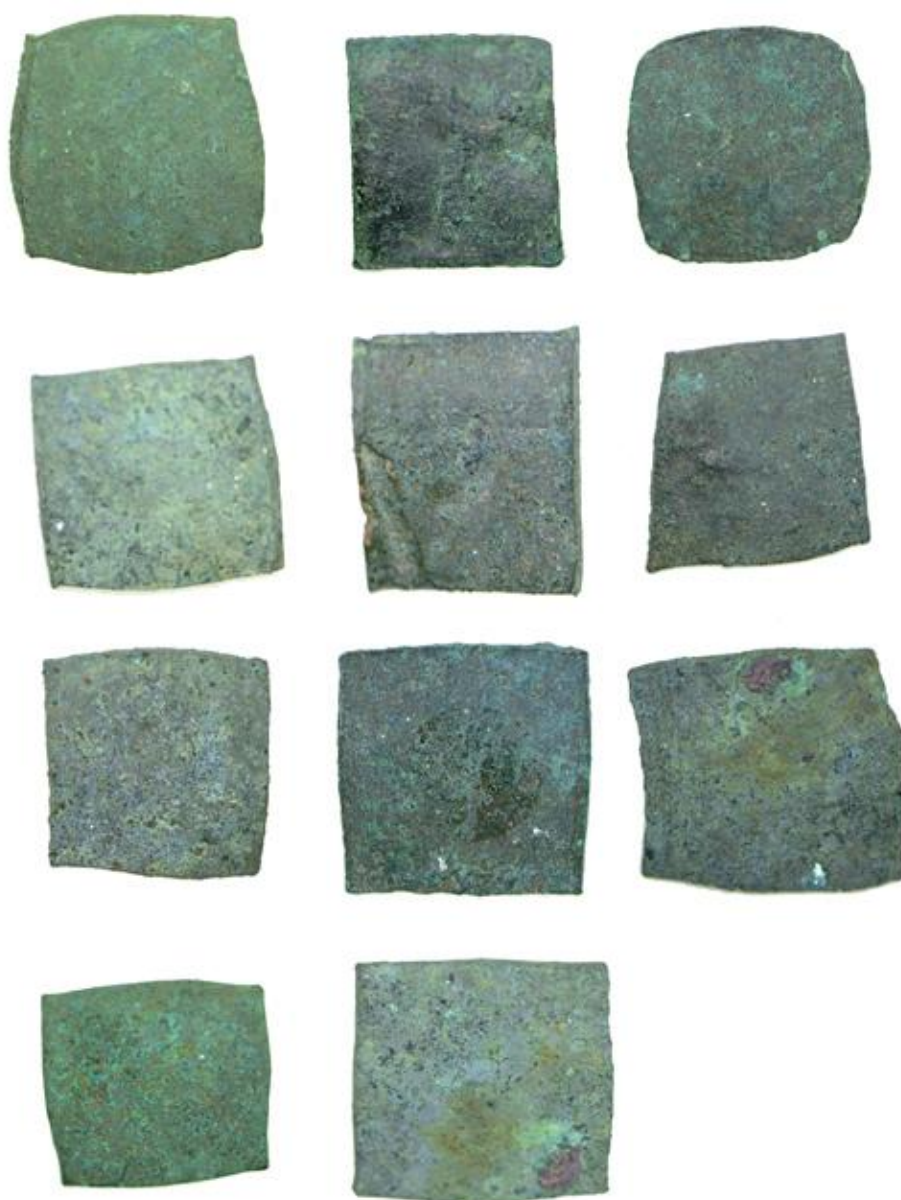


Fig. 102 Conjunto de chapas subquadrangulares da concentração da Viela Norte, UE5023-1, 2, 5, 11, 13, 14, 15, 16, 19, 23 e 24

Juntamente com este conjunto, surgem mais dezenas deste tipo de chapas aparadas toscamente. Têm todas pesos muito aproximados, que variam entre os 1,8 e os 2,1 g, com tamanhos pouco variáveis, também, em torno dos 19 a 20, 21 mm.



Fig. 103 Seleção de oito ceitis do conjunto do Armazém Sul

Todos os ceitis do conjunto acima pertencem ao grupo 5 do reinado de D. João III - *castelo com muralha baixa com ou sem porta e torre central afastada da muralha*⁸²³.

Os ceitis deste conjunto apresentam pesos médios entre os 1,6 e os 2,3 g, em formas irregulares, quadrangulares ou subquadrangulares, tanto do ponto de vista metrológico, como em relação ao corte, são espécimes em tudo semelhantes ao conjunto de chapas encontrados na Viela Norte, pelo que aparentam fazer parte da mesma cadeia de produção.



Fig. 104 Fragmento de refugo de cunhagem de ceitis. Trata-se de um pedaço incuso, cunhado apenas com o troquel. O escudo visível é do 5.º tipo⁸²⁴ Salão Norte, UE1097-16

⁸²³ Magro, Francisco A. Costa – *Ob. cit.*, p. 227.

⁸²⁴ *Idem, ibidem*, p. 212.

7. Etapas de produção da moeda

a. Ensaio



Fig. 105 Ensaaiador no seu laboratório, segundo João de Arfe (1572)⁸²⁵. Na gravura vê-se o pequeno forno articulado de ensaio, onde eram introduzidas as copelas e, à esquerda, a balança de precisão

⁸²⁵ Murray Fantom, Glenn Stephen, Reiner, José María Izaga e Valencica, Jorge Miguel Soler – *Ob. cit.*, p. 99.



Fig. 106 Detalhe do vitral de Konstanz, Alemanha (1624), exposto no Museu Rosgarten⁸²⁶. O ensaiador retira, com a ajuda de uma pinça, o botão de metal precioso do fundo da copela para aferir o seu peso



Fig. 107 Pedra de toque, para aferição da pureza dos metais. Achado da Casa da Moeda de La Rochelle⁸²⁷

⁸²⁶ Idem, *ibidem*, p. 100.

⁸²⁷ AA.VV. – *L'atelier monétaire royal de La Rochelle, La place de Verdun, archéologie d'un espace urbain, Documents Archéologiques*, p. 136.

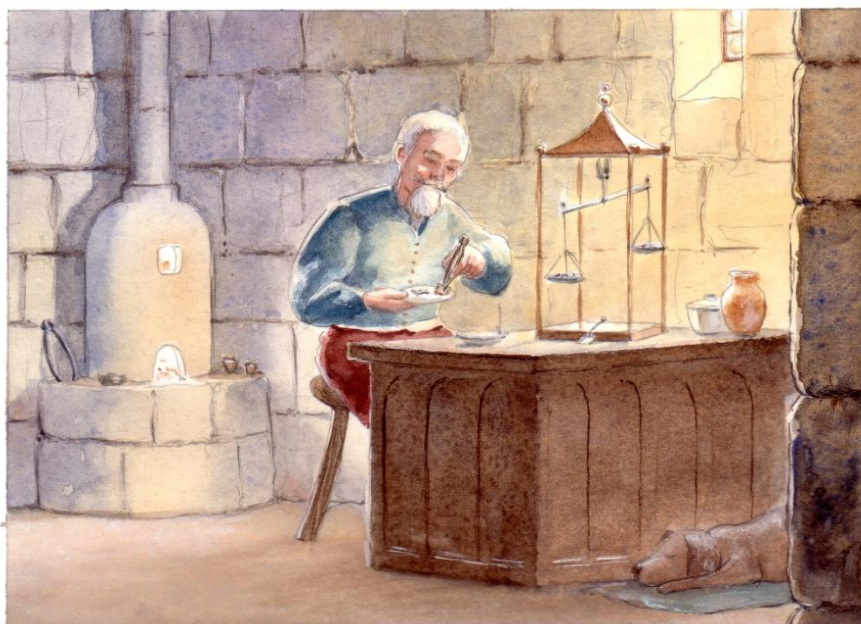


Fig. 108 Ilustração interpretativa da oficina de ensaio da Moeda do Porto. O ensaiador recolhe, com uma pinça, fragmentos metálicos para a copelação. Junto ao forno veem-se dois cadinhos de ensaio e uma copela. Sobre a base da balança, está pousada uma pequena colher para limpar as impurezas dos cadinhos



Fig. 109 Pequena colher metálica, com cerca de 80 mm, Armazém Sul, UE3032-7



Fig. 110 Pinça em cobre, com cerca de 86 mm, Viela Norte, UE5007-2

b. Fundição



Fig. 111 Operador de foles na forja de uma fundição, aduela da igreja de Santiago (séc. XIII), em Carrión de los Condes, em Palência, Espanha. Fotografia do autor



Fig. 112 Detalhe do vitral de Konstanz, Alemanha (1624), exposto no Museu Rosgarten⁸²⁸. O mestre da fundição verte o metal para o molde dos arriéis, ou lingotes. De notar que o molde, manuseado por um auxiliar, está colocado sobre uma tina de água, para que todos os salpicos de metal que possam verter, não se percam



Fig. 113 Fornos da parede posterior da área B1, na Moeda do Porto, com indicação da localização da tina de água no solo, sob o forno

⁸²⁸ Idem, *ibidem*, p. 104.



Fig. 114 Parede com fornos da Moeda do Rio de Janeiro (século XVIII), no solo escavado veem-se o mesmo tipo de tinas de água para recolha dos salpicos de metal precioso (fotografia de Manuel Real)

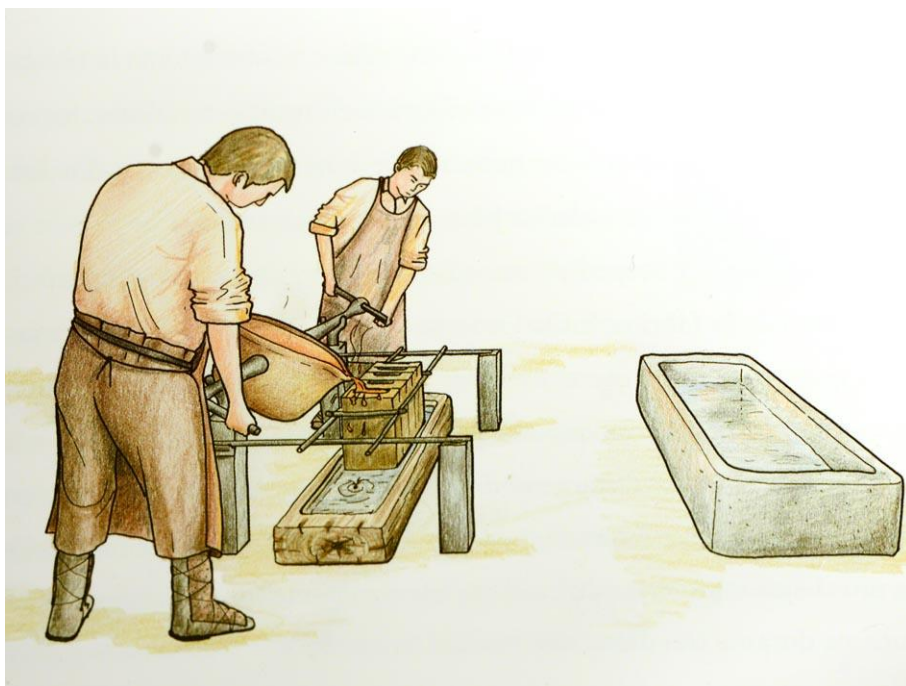


Fig. 115 Ilustração interpretativa do processo de vertimento do metal nos moldes dos arriéis, segundo Jorge Soler⁸²⁹. Neste caso, utilizado como exemplo para a Moeda de Segóvia, a tina de recolha de salpicos é móvel, construída em madeira

⁸²⁹ Idem, *ibidem*, p. 117.



Fig. 116 Ilustração interpretativa do vertimento de metal pelo mestre de fundição da Moeda do Porto. À esquerda, junto à parede, encontra-se um servidor em cerâmica vermelha, do século XVI, inspirado nos achados dos depósitos D1, D2, D3 e D4⁸³⁰

⁸³⁰ Barreira, Paula, Dordio, Paulo e Teixeira, Ricardo – *200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XIV a meados do séc. XVII*, in *Atas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval, métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela, 22 a 25 de março de 1995. Coor. Diogo, João Manuel e Abraços, Helder Chilra. Tondela: CMT, 1998, p. 149-152.

c. Laminagem e corte



Fig. 117 Fornaceiro a laminar metal sobre um pequeno tás ou bigorna. Aduela da igreja de Santiago (séc. XIII), em Carrión de los Condes, em Palência, Espanha. Fotografia do autor



Fig. 118 Salvador a cortar os discos para a cunhagem. Aduela da igreja de Santiago (séc. XIII), em Carrión de los Condes, em Palência, Espanha. Fotografia do autor



Fig. 119 Corte das chapas e laminagem. Vitral de Wernhart Zentgraf (1563), Zurique, no Schweizerisches Landesmuseum⁸³¹



Fig. 120 Ilustração interpretativa do processo de laminagem e corte na Moeda do Porto

⁸³¹ Murray Fantom, Glenn Stephen, Reiner, José María Izaga e Valencica, Jorge Miguel Soler – *Ob. cit.*, p. 64.

d. Alisamento



Fig. 121 Um aperfeiçoador alisa (ou aperfeiçoa) os discos para a cunhagem. Aduela da igreja de Santiago (séc. XIII), em Carrión de los Condes, em Palência, Espanha. Fotografia do autor



Fig. 122 Três etapas de experiência de alisamento de discos, em La Rochelle⁸³²

⁸³² AA.VV. – *L'atelier monétaire royal de La Rochelle, La place de Verdun, archéologie d'un espace urbain, Documents Archéologiques*, p. 122.



Fig. 123 Aperfeiçoador em atividade. Vitral de Wernhart Zentgraf (1563), Zurique, no Schweizerisches⁸³³ Landesmuseum



Fig. 124 Ilustração interpretativa do processo de alisamento dos discos

⁸³³ Murray Fantom, Glenn Stephen, Reiner, José María Izaga e Valencica, Jorge Miguel Soler – *Ob. cit.*, p. 130.

e. Branqueamento



Fig. 125 Branqueador em laboração. Aduela da igreja de Santiago (séc. XIII), em Carrión de los Condes, em Palência, Espanha. Fotografia do autor



Fig. 126 Branqueamento, segundo vitral de Konstanz, Alemanha (1624), exposto no Museu Rosgarten⁸³⁴

⁸³⁴ Murray Fantom, Glenn Stephen, Reiner, José María Izaga e Valencica, Jorge Miguel Soler – *Ob. cit.*, p. 184.
184



Fig. 127 Ilustração interpretativa do processo de branqueamento na Moeda do Porto

f. Cunhagem



Fig. 128 Moedeiro insere o disco, ou chapa, entre a pilha e o troquel. Sob o braço direito, encontra-se o maço de cunhagem. Aduela da igreja de Santiago (séc. XIII), em Carrión de los Condes, em Palência, Espanha.
Fotografia do autor

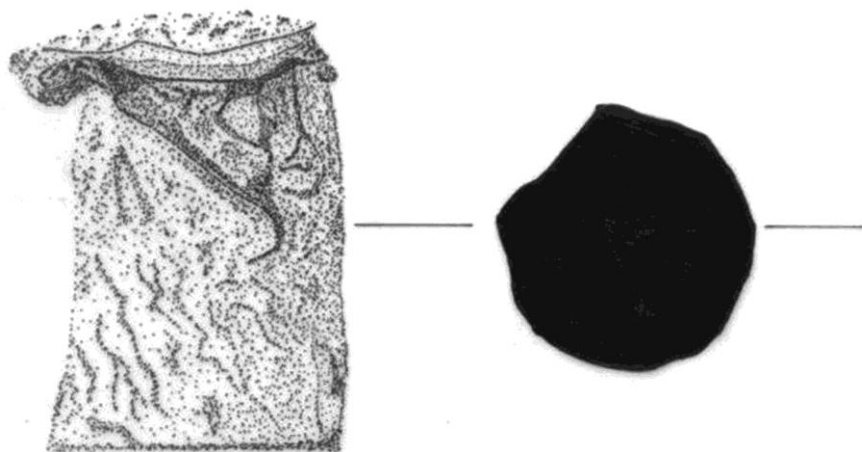


Fig. 129 Troquel ou batente de cunho da Casa do Infante, com cerca de 55 mm X 36 mm, diâmetro do cunho de c. de 30 mm⁸³⁵



Fig. 130 Moedeiro em processo de cunhagem. Vitral de Wernhart Zentgraf (1563), Zurique, no Schweizerisches Landesmuseum⁸³⁶

⁸³⁵ Dordio, Paulo, Teixeira, Ricardo Jorge e Lopes, Alexandra - *Exchange and trade in Medieval Europe, papers of the "Medieval Europe Brugge 1997" conference*. Vol. 3. Zellik, I.A.P. rapporten 3, 1997, p. 181.

⁸³⁶ Murray Fantom, Glenn Stephen, Reiner, José María Izaga e Valencica, Jorge Miguel Soler – *Ob. cit.*, p. 68.



Fig. 131 Gravura oitocentista ilustrando uma fornaça de cunhagem manual, com o cunhador em primeiro plano. Arquivos da Biblioteca Nacional de França⁸³⁷



Fig. 132 Ilustração interpretativa do processo de cunhagem na Moeda do Porto

⁸³⁷ Idem, *ibidem*, p. 67.

a. Vistas de conjunto da laboração das oficinas monetárias



Fig. 133 Oficina do século XVI da oficina de Hall, no Tirol, Áustria (século XVI), Arquivo da Biblioteca Nacional de França⁸³⁸

⁸³⁸ Idem, *ibidem*, p. 65.



Fig. 134 Vista de conjunto simplificada das várias fases de produção da moeda no Porto

8. Ferramentas de cunhagem

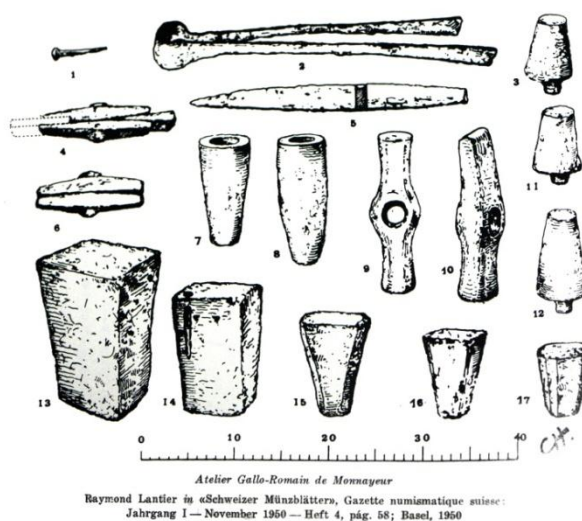


Fig. 135 Conjunto de ferramentas de um atelier galo-romano, do século IV, publicado originalmente por Raymond Lantier, em 1950 e colhido por Agostinho Gambetta⁸³⁹

Legenda das ferramentas:

- 1 – prego de cabeça redonda
- 2 – pinça para brasas (será para pegar nos cadinhos)
- 3, 11 e 12 – mandris (peças de torno que encaixavam nas peças cónicas 7 e 8)
- 4 e 6 – tornos de mão
- 5 – lima (já sem talhos)
- 7 e 8 – peças cónicas para receber o cunho monetário
- 9 e 10 – cabeças de martelo
- 13 a 17 – tás (bigornas)



Fig. 136 Cravo de cabeça redonda com ponta quebrada. Salão Sul, UE1973-5

⁸³⁹ Gambetta, Agostinho Ferreira – *História da Moeda*. Lisboa. Lâmina entre pp. 190 e 191.
190

9. Plantas e fotografias

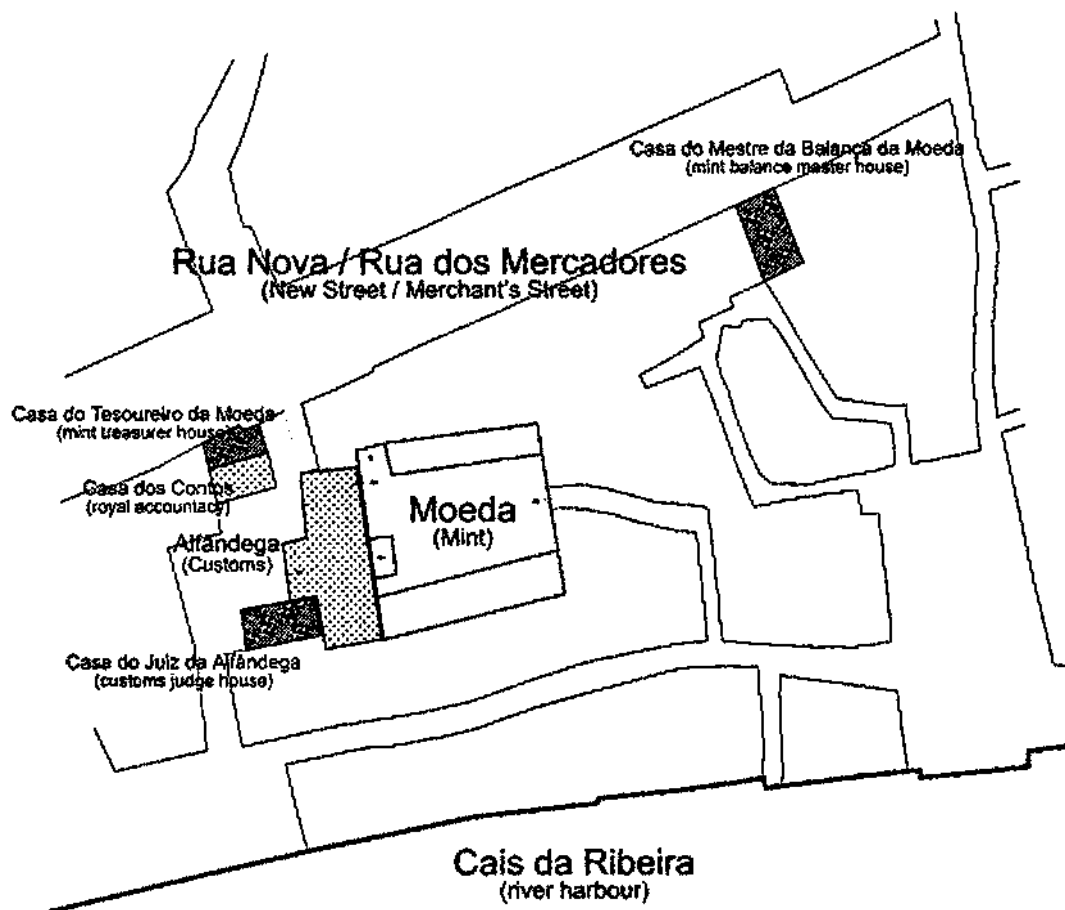


Fig. 137 Planta da Ribeira do Porto com a localização da Casa da Moeda e edifícios adjacentes (1370-1720)⁸⁴⁰

⁸⁴⁰ Dordio, Paulo – *Medieval and early modern portuguese mints: locations and buildings*, in *I Luoghi Della Moneta, Le Sedi Delle Zecche Dall'Antichità All'Età Moderna*, Atti Del Convegno Internazionale – 22-23 Ottobre, 1999, Milano: Comune Di Milano Settore Cultura Musei e Mostre Civiche Raccolte Archeologiche, 2001, p. 128.

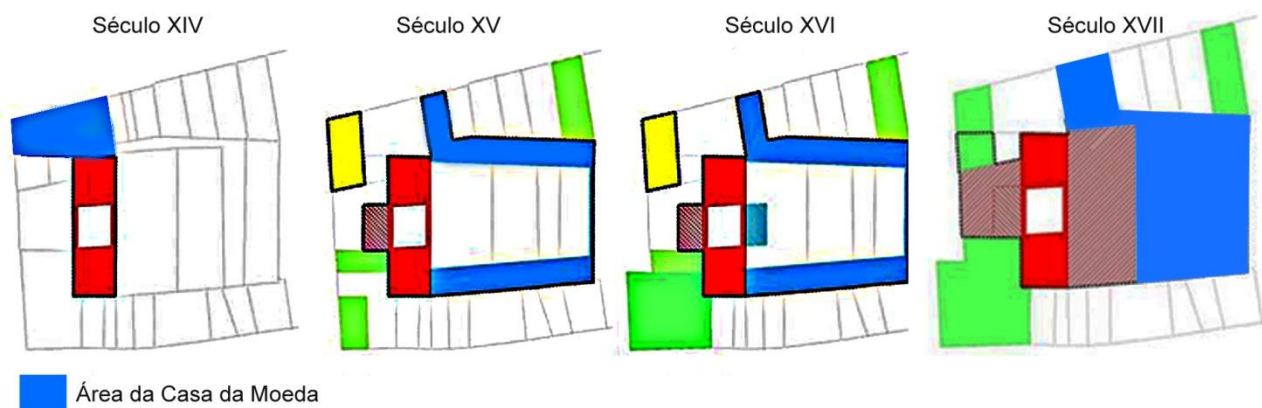


Fig. 140 Esquema evolutivo das áreas ocupadas pela Casa da Moeda, entre os séculos XIV e XVII. Podemos verificar o desenvolvimento da Moeda para as alas orientais, a partir do século XV⁸⁴³

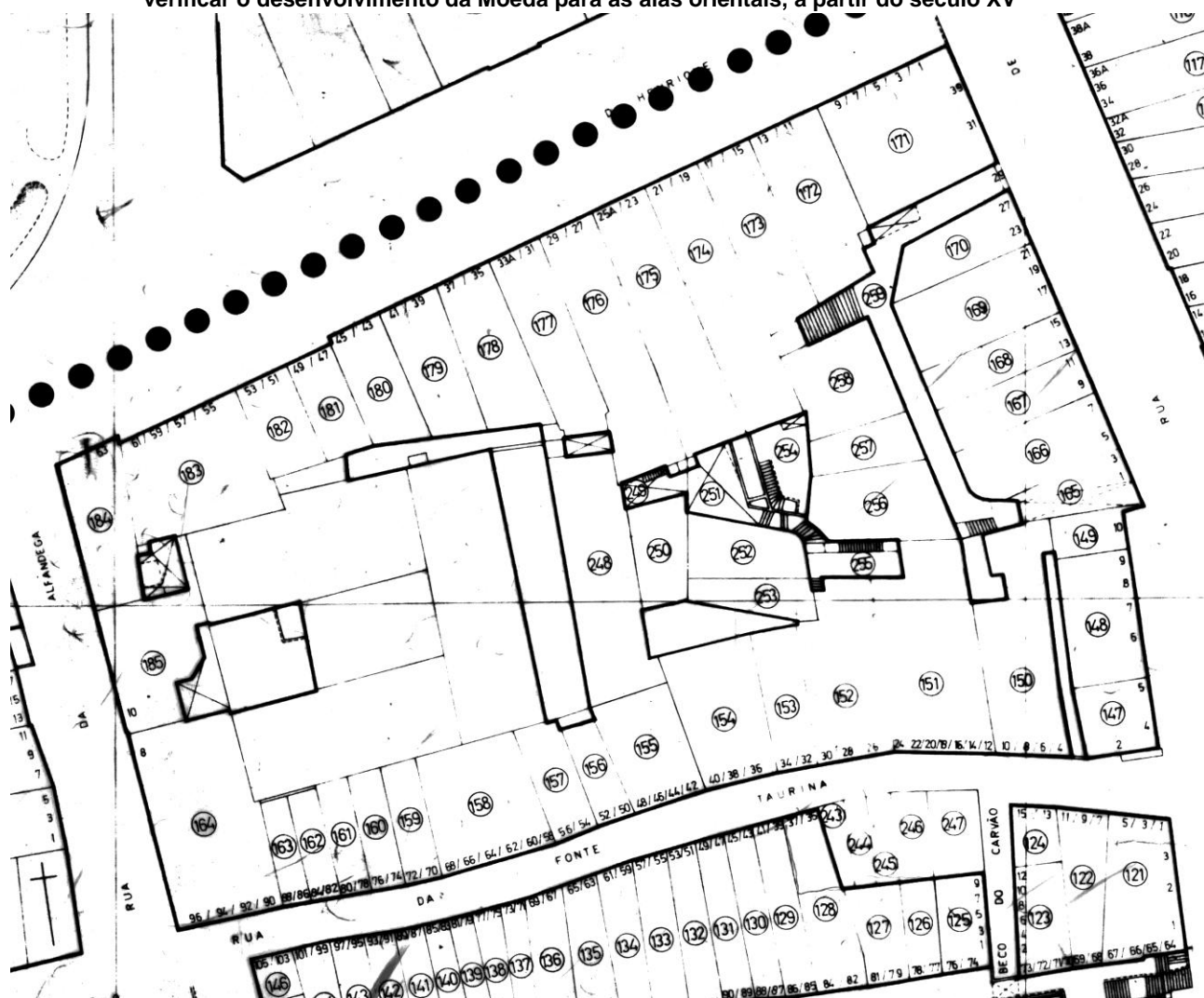


Fig. 141 Loteamento do quarteirão em torno da área envolvente da Casa da Moeda. O número 182 corresponde à parcela de acesso principal à Moeda e provável e Casa da Balança

⁸⁴³ Possivelmente depois das obras de 1432-33, c.f. Real, Manuel Luís – *O «Centro de Serviços da Coroa», na cidade do Porto*, in Henrique, o Navegador, *Exposição Comemorativa do 6.º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique*, Dir. Téc. Manuel Luís Real. Porto: CMP, 1994. ISBN 972-605-035-9, p. 140-142.



Fig. 142 Vista atual da fachada da Moeda, na Rua Nova. O fecho do arco da entrada da Moeda é rematado pelas armas reais de D. Pedro II (parcela 181⁸⁴⁴). No primeiro andar funcionaria a Casa da Balança

⁸⁴⁴ Número de código do antigo CRUARB, do relatório inédito do inventário coordenado por Manuel Real.

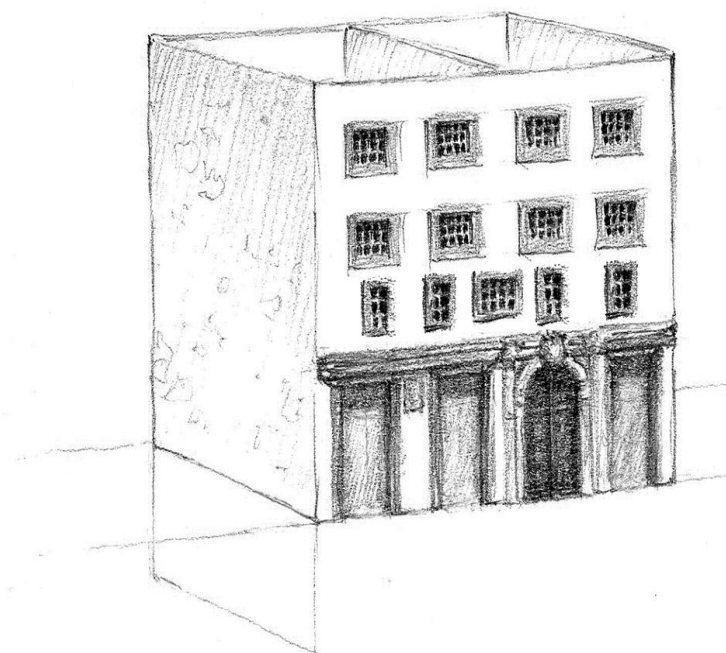


Fig. 143 Fachada do edifício da Rua Nova no século XVII, propriedade dos senhores de Fervedo, de acordo com esquema de reconstituição de Emílio Almeida a partir de uma descrição de 1634⁸⁴⁵

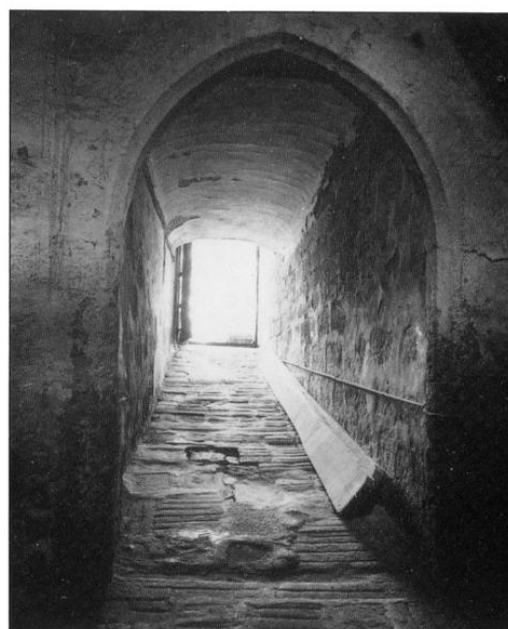


Fig. 144 Detalhe da porta de 1688, de acesso à Moeda pela Rua Nova e túnel gótico de serventia à Moeda, através da mesma rua⁸⁴⁶

⁸⁴⁵ Civitas, ano 2, 1947, p. 149.

⁸⁴⁶ Tavares, Rui - Do almazém régio à Alfândega Nova: evolução de um tipo de arquitectura portuária, in A Alfândega do Porto e o despacho aduaneiro, Porto: AHMP/Casa do Infante, 1990, p. 172.

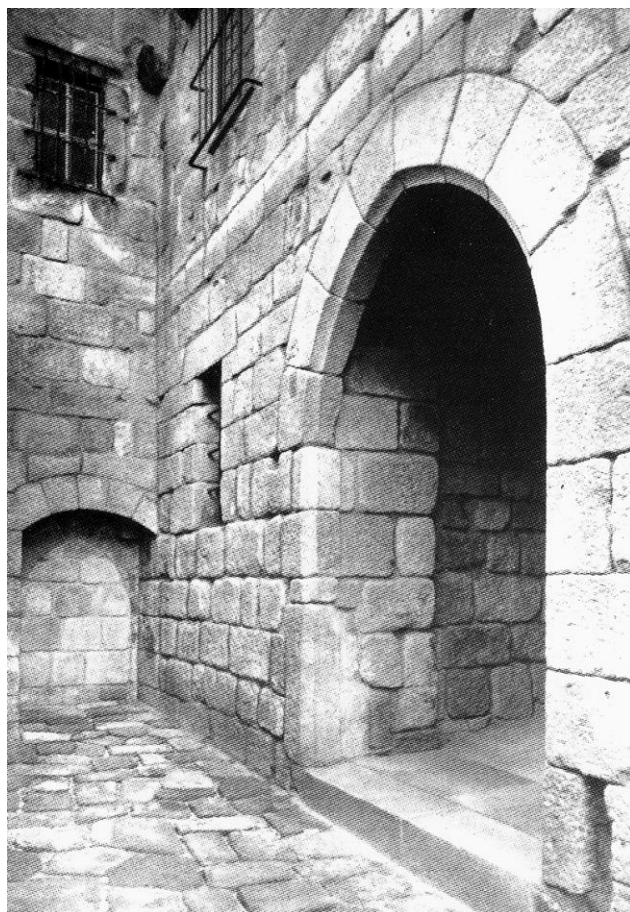


Fig. 145 Arco gótico de acesso à Moeda, pela Rua Nova⁸⁴⁷



Fig. 146 Armas de D. Pedro, ainda com título e coroa de príncipe, de 1677, colocadas sobre a porta da Alfândega, no frontão oeste do edifício⁸⁴⁸

⁸⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 157.

⁸⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 168.



Fig. 147 Portada da Casa da Moeda de Barcelona⁸⁴⁹



Fig. 148 Portada da Casa da Moeda de Toledo⁸⁵⁰

⁸⁴⁹ AA.VV. – *Guía de las cecas españolas – 18 Casas de Moneda + socios Euromint*. Segovia, Proyecto EUROMint. Ayuntamiento de Segovia, 2003, p. 25.



Fig. 149 Portada da Casa da Moeda da Corunha⁸⁵¹



Fig. 150 Portada da Casa da Moeda de Pamplona⁸⁵²

⁸⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 28.

⁸⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 33.

⁸⁵² Idem, *ibidem*, p. 33.

10. Materiais do quotidiano – cerâmicas e objetos pessoais

a. Cerâmicas

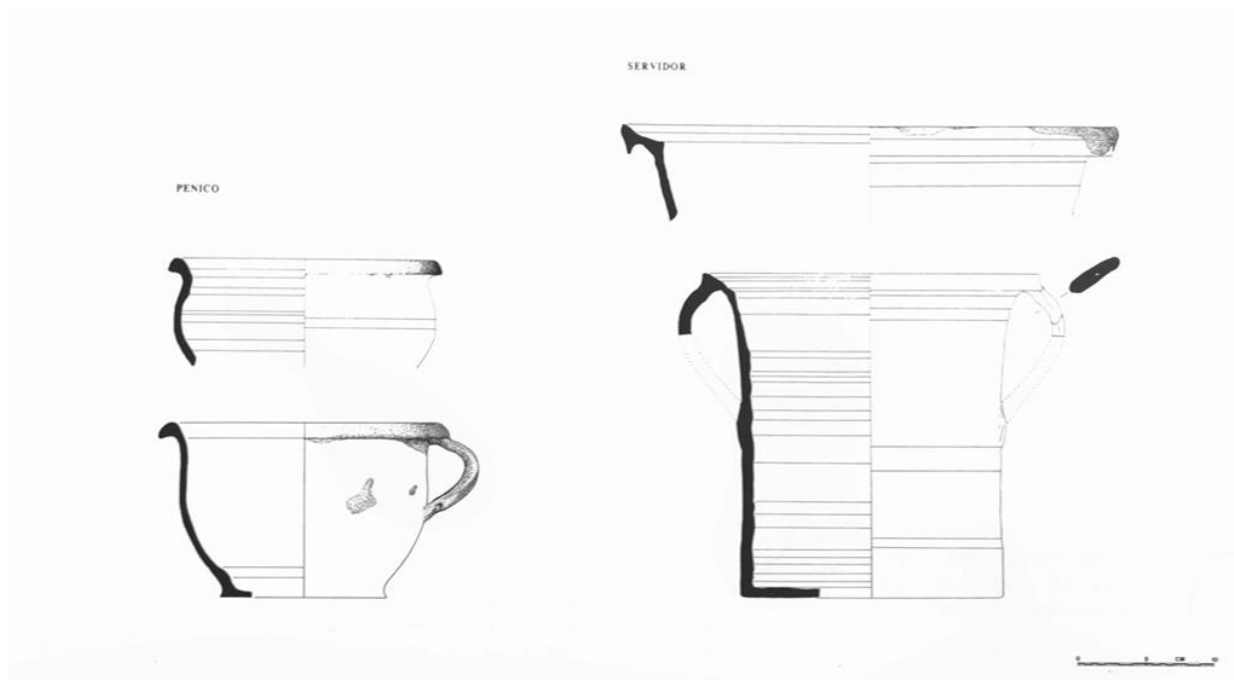


Fig. 151 Vidrados de chumbo, formas comuns (sécs. XVI a XVIII)⁸⁵³

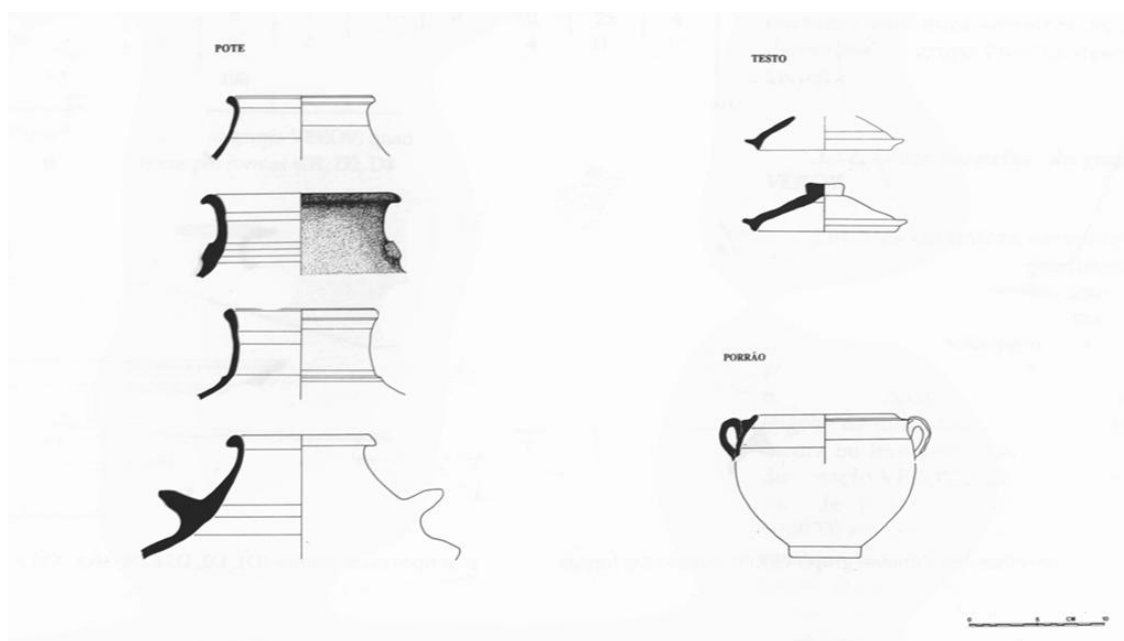


Fig. 152 Vidrados de chumbo: formas comuns (pote, testo e porrão). Datação dos séculos XVI-XVIII⁸⁵⁴

⁸⁵³ Barreira, Paula, Dordio, Paulo e Teixeira, Ricardo – *200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XIV a meados do séc. XVII*, in *Atas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval, métodos e resultados para o seu estudo*, pp. 149-152.

⁸⁵⁴ Idem, *ibidem*.

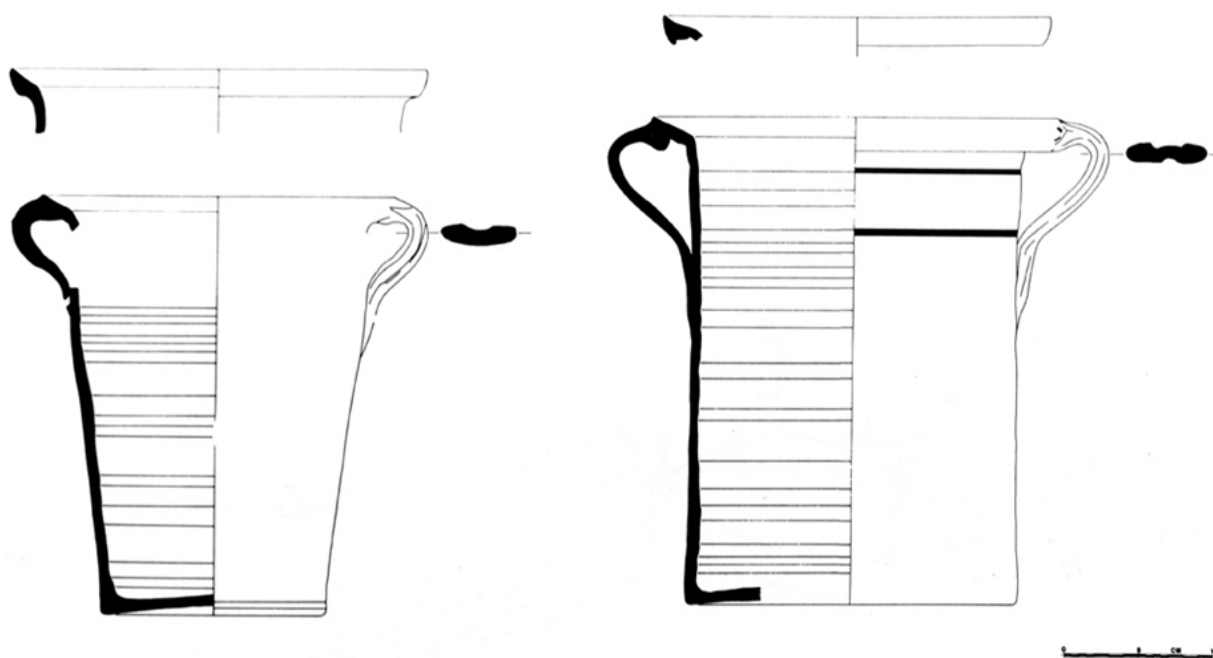


Fig. 153 Servidor vermelho (séculos XVI a XVIII)⁸⁵⁵

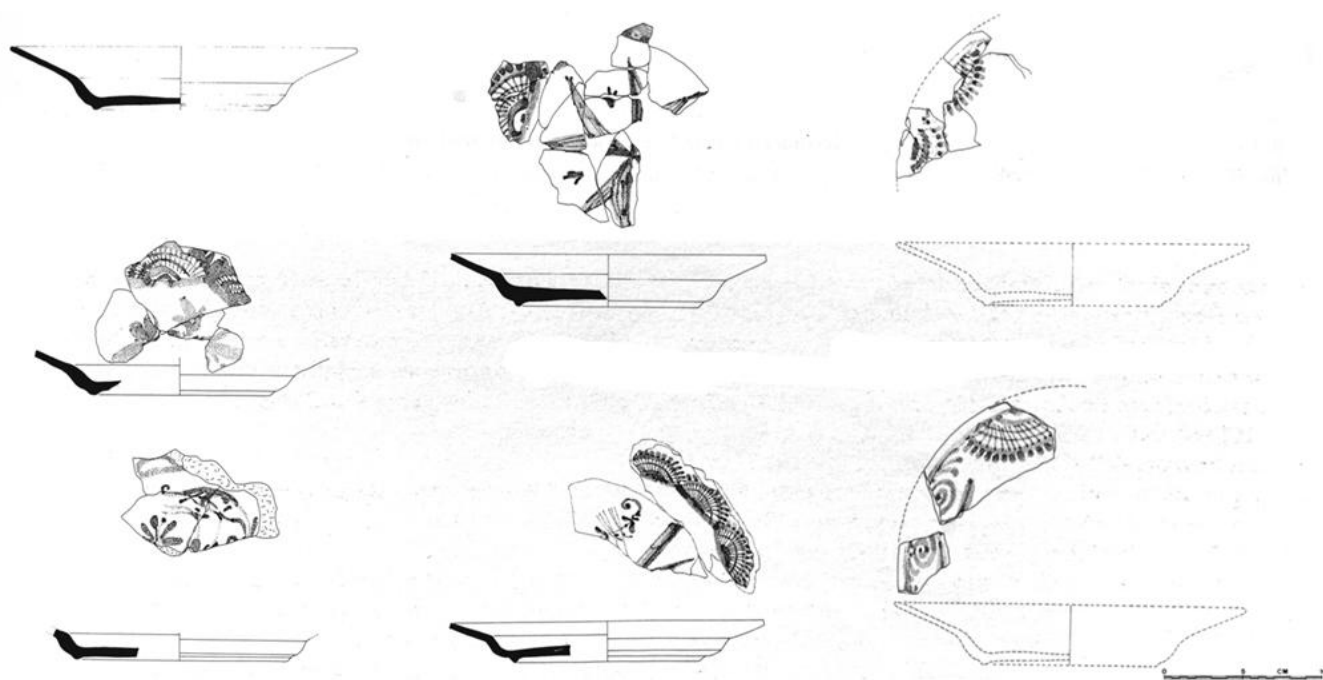


Fig. 154 Faiança. Pastas finas pintadas a azul, com decoração figurada e geométrica⁸⁵⁶

⁸⁵⁵ Idem, *ibidem*.

⁸⁵⁶ Idem, *ibidem*.

b. Objetos pessoais



Fig. 155 Fragmento de pulseira em cobre. Salão Sul, UE1661-2



Fig. 156 Anel em bronze. Salão Sul, UE1664-3a



Fig. 157 Aplique de cinto. Cobre, com cerca de 14 x 20 mm, com uma cruz e as iniciais Y-S (Ihesus) séculos XIV-XV. Salão Norte, UE1149-6

